

ALMIR BAULER

**A DIALÉTICA DO CONTATO: COLONIZAÇÃO, PACIFICAÇÃO E
RESISTÊNCIAS DOS HISTÓRICOS BOTOCUDOS (XOKLENG/LAKLÃNÕ) NO
VALE DO ITAJAÍ /SC.
(1850-1929)**

DOURADOS – 2015

ALMIR BAULER

**A DIALÉTICA DO CONTATO: COLONIZAÇÃO, PACIFICAÇÃO E
RESISTÊNCIAS DOS HISTÓRICOS BOTOCUDOS (XOKLENG/LAKLÂNÕ) NO
VALE DO ITAJAÍ /SC.
(1850-1929)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: *História, Região e Identidades.*

Orientadora: Profa. Dra. **Isabelle Combès de Guzmán**

DOURADOS – 2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

B346d	<p>Bauler, Almir.</p> <p>A dialética do contato : colonização, pacificação e resistências dos históricos Botocudos (Xokleng/Laklãnõ) no Vale do Itajaí/SC (1850/-1929). / Almir Bauler. – Dourados, MS : UFGD, 2015.</p> <p>228f.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Isabelle Combès de Guzmán. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.</p> <p>1. Índios. 2. Santa Catarina. 3. Pacificação. I. Título.</p> <p>CDD – 980.41</p>
-------	--

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.

©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.

ALMIR BAULER

**A DIALÉTICA DO CONTATO: COLONIZAÇÃO, PACIFICAÇÃO E
RESISTÊNCIAS DOS HISTÓRICOS BOTOCUDOS (XOKLENG/LAKLÃNÕ) NO
VALE DO ITAJAÍ/SC.
(1850-1929)**

DISSERTAÇÃO PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

Área de concentração: *História, Região e Identidades.*

Aprovada em 04 de agosto de 2015

BANCA EXAMINADORA:

Presidente e orientador:

Isabelle Combès de Guzmán (Dra., UFGD) _____

2º Examinador:

Luisa Tombini Wittmann (Dra., UDESC) _____

3º Examinador:

Protasio Paulo Langer (Dr., UFGD) _____

AGRADECIMENTOS

Inúmeras são as pessoas, que de alguma forma, contribuíram para a realização desta obra dissertativa e como não poderia deixar de ser, algumas merecem a formalização dos meus sinceros agradecimentos neste espaço.

Inicialmente, agradeço profundamente a grande parceira deste trabalho: à orientadora Isabelle Combès. Tenho um imenso orgulho de afirmar, “em alto e bom tom”, que fui privilegiado em conhecê-la e ser seu orientando. Nosso profundo diálogo ao longo deste trabalho, não foi obscurecido por barreiras geográficas e linguísticas, pelo contrário, estabeleceram laços que espero que se perpetuem.

Agradeço à professora e amiga Graciela Chamorro, com quem construí uma relação que ultrapassa o ambiente acadêmico. Suas sugestões certamente marcam presença nas páginas que se seguem.

Tenho muito a agradecer aos professores Protasio Langer e Thiago Cavalcante pelas excelentes sugestões realizadas durante a qualificação desta pesquisa.

Agradeço aos professores Levi Marques Pereira, Eudes Fernando Leite, Losandro Antonio Tedeschi e Ana Maria Colling pelas conversas informais que ultrapassaram as disciplinas ministradas.

Agradeço aos funcionários do Museu do Índio que solícitamente atenderam minhas demandas documentais.

Meus agradecimentos à banca examinadora pelo tempo dispensado a este trabalho e as suas sugestões que, certamente, contribuirão ao aperfeiçoamento futuro desta pesquisa.

Por último, gostaria de agradecer aos amigos mestrandos e doutorandos do Programa de Pós-graduação em História da UFGD. Juntos, compartilhamos momentos memoráveis em que dividimos alegrias e angústias, discussões e descontrações que certamente ficarão marcados em nossas vidas.

RESUMO

A presente obra dissertativa, está dividida em três momentos distintos. Inicialmente, apresenta as conflituosas relações que se estabeleceram entre os indígenas Botocudos e os colonizadores europeus, em sua grande maioria alemães, que passaram a ocupar o território que compreende o atual Vale do Itajaí em Santa Catarina, a partir do ano de 1850. Lutas e rivalidades marcaram esse processo ocupacional durante a segunda metade do século XIX e início do XX, levando ao quase extermínio dos nativos desta região. Na esteira destes conflitos, entre outros que grassavam o território nacional, criou-se no ano de 1910, o órgão indigenista republicano Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN). Compreendendo o indígena enquanto culturalmente transitório e incorporável à sociedade nacional, caberia ao novo órgão proteger os povos indígenas que se encontravam em áreas de conflito, atraindo-os e pacificando-os. No final de 1910, a partir da instalação do novo órgão indigenista em terras catarinenses, outros conflitos se iniciam, desta vez entre seus funcionários, que procuravam atrair e pacificar os Botocudos, e os colonizadores europeus, que procuravam manter seu direito de “caça” aos índios. Em seu segundo momento, esta pesquisa tem por objetivo reconstruir estes interesses antagônicos que marcaram a história do “contato” entre colonos e funcionários do órgão indigenista. Por último, tem-se por objetivo, reconstruir o cotidiano e as ações e reações engendradas pelos principais protagonistas envolvidos no processo de aldeamento dos Botocudos, realizado por Eduardo Hoerhann a partir do ano de 1914. Durante este processo, os indígenas tutelados, o seu encarregado, os colonos circunvizinhos ao Posto Indígena, as autoridades públicas e religiosas, matizaram um cenário em que suas ações se mostraram contraditórias e conflituosas. Fontes diversas como relatórios oficiais, registros paroquiais e policiais, entre outros, nos permitiram visibilizar, historicizar e compreender estas relações, dando voz aos envolvidos no processo de pacificação dos Botocudos de Santa Catarina.

Palavras-chave: Eduardo Hoerhann. Processo de pacificação. Resistência indígena.

ABSTRACT

This dissertation work is divided into three distinct periods. Initially, we present the conflicting relationships established between the Botocudos Indians and European settlers, mostly Germans, who came to occupy the territory, where is now Itajaí's Valley, Santa Catarina, from 1850 . Fights and rivalries that had marked the occupational process during the second half of the nineteenth and early twentieth centuries, leading to near extermination of the natives of this region. In the wake of these conflicts, among others that raged in the country, was created in 1910, the Republican Indigenous Agency, the Indian Protection Service and National Worker Location (SPILT). Understanding the indigenous as culturally transient and embeddable into national society, the attributions to the new agency would be protect indigenous peoples who were in conflicted areas, drawing them and pacifying them. At the end of 1910 after the settlement of the new Indian Agency in Santa Catarina lands, new conflicts began, this time among its employees, that were there to attract and pacify the Botocudos, and European settlers who sought to maintain their right to "hunt" the Indians. In its second part, this research aims to reconstruct these antagonistic interests that marked the history of the "contact" between settlers and indigenous agency officials. Finally, it has aimed to reconstruct the daily life and the actions and reactions engendered by the main protagonists involved in the settlement process of Botocudos, directed by Eduardo Hoerhann from the year 1914. During this process, the protected indigenous, the manager, settlers surrounding the Indian Post, public and religious authorities, tinted a scenario in which their actions proved contradictory and conflicting. Several sources as official reports, parish and police records, among others, allowed us to visualize, historicizing and understand these relationships, giving voice to those involved in the peace process of the Botocudos of Santa Catarina.

Key-words: Eduardo Hoerhann. Peace process. Indigenous resistance.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Território Histórico dos Xokleng	26
Mapa 2 - Regiões de Santa Catarina	30

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 - Bugreiros e suas vítimas	49
Fotografia 2 - Maria Korikrã com a família adotiva	57
Fotografia 3 - Sede do primeiro Posto de Atração Plate	113
Fotografia 4 - Eduardo Hoerhann e grupo de índios aldeados.....	117
Fotografia 5 - Eduardo Hoerhann em seu cavalo e trabalho indígena na roça.....	150
Fotografia 6 - Botocudos com seus artefatos de caça.....	169
Fotografia 7 - Padre João Komínick em visita ao Posto Indígena em 1923.....	201
Fotografia 8 – Eduardo Hoerhann preso.....	210

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Relação dos assaltos verificados no território do município de Blumenau desde a fundação da colônia (1850-1914).....	35
Tabela 2 - Permanência média dos índios Botocudos na sede do Posto de Atração Plate (1918-1925).....	125
Tabela 3 - Áreas roçadas, derrubadas, repicadas, coivaradas e queimadas no Posto Indígena Duque de Caxias nos anos de 1928 e 1929.....	164
Tabela 4 - Colheitas realizadas no Posto Indígena Duque de Caxias nos anos de 1928 e 1929.....	164
Tabela 5 - Produtos agrícolas beneficiados no Posto Indígena Duque de Caxias nos anos de 1928 e 1929.....	165
Tabela 6 - Permanência média dos índios Botocudos na sede do Posto de Atração Plate (1926-1929).....	166

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

PIDC – Posto Indígena Duque de Caxias

SPI- Serviço de Proteção aos Índios.

SPILTN- Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais.

SUMÁRIO

Lista de ilustrações	6
Lista de tabelas.....	7
Lista de abreviaturas e siglas.....	8
Introdução.....	11

Capítulo 1

A DIALÉTICA DA COLONIZAÇÃO (1850-1914)

1.1. O espaço tradicionalmente ocupado pelos Botocudos e suas variáveis históricas.....	23
1.2. Novas frentes de ocupação: colonização por europeus no Vale do Itajaí.....	30
1.3. Vozes dissonantes.....	52
1.4. O cenário intelectual brasileiro durante o século XIX.....	60

Capítulo 2

A CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS E LOCALIZAÇÃO DE TRABALHADORES NACIONAIS

2.1. Introdução.....	65
2.2. O índio em debate.....	67
2.3. Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais.....	76
2.4. O Serviço de Proteção aos Índios: rupturas ou continuidades?.....	81
2.5. O Serviço de Proteção aos Índios em Santa Catarina.....	84
2.6. Eventos e resistências: anos iniciais do SPI em Santa Catarina.....	87
2.7. Repercussões.....	92
2.8. A Pacificação dos Botocudos por Eduardo de Lima e Silva Hoerhann.....	101

Capítulo 3

A DIALÉTICA DA PACIFICAÇÃO (1914-1925)

3.1. Cenário inicial: certezas ou incertezas sobre a pacificação.....	108
3.2. Cotidiano e tensões: 1918.....	113

3.3. O positivismo na prática: cotidiano e tensões no Posto de Atração Plate: 1919-1925.....	124
3.4. Fatores de ordem externa impeditivos ao desenvolvimento do Posto Indígena Duque de Caxias.	138
3.5. O cotidiano do Posto Indígena: resistências e negociações.....	147

Capítulo 4

A DIALÉTICA DA PACIFICAÇÃO (1926-1929)

4.1. Introdução.....	163
4.2. Cotidiano e tensões: 1926-1929.....	167
4.3. Estratégias aproximativas.....	177
4.4. Da Catequização Laica à Religiosa.....	191
4.5. A subversão dos sentidos: o protagonismo dos Botocudos.....	202

Conclusão.....	211
-----------------------	------------

Referências bibliográficas.....	219
--	------------

Relação de fontes.....	223
-------------------------------	------------

INTRODUÇÃO

Assim como em todas as pesquisas, a interlocução entre o objeto de pesquisa e seu pesquisador apresenta um desenvolvimento, um prazo de maturação, de observações e de questionamentos. Interlocuções que não nascem a partir da elaboração de um projeto de pesquisa. Antes, surgem por meio de um processo dinâmico e dialético, como consequência de indagações prematuras que absorvem o imaginário do “curioso”, adjetivo este, tão importante a qualquer pesquisador.

Desta forma surge a presente pesquisa desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados no Estado de Mato Grosso do Sul. Sua origem está relacionada à vida acadêmica pregressa e se desenvolve durante o curso de graduação em História, realizado junto a Fundação Universidade Regional de Blumenau em Santa Catarina. Neste período, suas problemáticas maturam-se e ganham seus primeiros contornos. De embrião, os questionamentos tornaram-se indagações plurais e com o seu desenvolvimento a orientação da pesquisa partiu da seguinte pergunta: como resistiram e sobreviveram étnica e culturalmente os antepassados do povo indígena Xokleng/Laklãnõ, historicamente conhecidos como os Botocudos de Santa Catarina, mesmo diante das vicissitudes históricas vividas durante o processo de colonização do Vale do Itajaí¹ e de sua posterior pacificação no ano de 1914?

A margem da História oficial de Blumenau e suprimidos em sua historicidade, os indígenas Xokleng/Laklãnõ são constantemente relegados ao passado da região e lembrados como um obstáculo vencido pelos colonizadores europeus, portadores da civilidade e do progresso. Há muito tempo que a História dita oficial do Brasil invisibilizou, emudeceu e silenciou seus primeiros habitantes. Oficializou uma História nacional que tem seu início em seu descobrimento e relegou os indígenas ao papel de coadjuvantes. Desde sempre, ouvimos que os índios são os primeiros habitantes das terras brasileiras e a sua antiguidade relegou-se o papel secundário de seres do passado, obstáculos vencidos e em fase de extinção. Em nome da civilidade e do progresso, justificou-se e naturalizou-se o violento processo histórico de ocupação e colonização de suas terras e o quase extermínio de um ser concebido como natural e exótico. Como nos informa Cunha sobre a História canônica do Brasil, que começa pelo

¹ Atualmente a região do Vale do Itajaí tem como sua maior representante a cidade de Blumenau.

descobrimto, foram os “descobridores” que a inauguraram e conferiram aos gentios uma entrada – de serviço – no grande curso da História.²

De forma análoga a este paradigma, que por muito tempo dominou e ainda se mostra presente na História oficial do Brasil, desenvolveram-se e construíram-se as histórias regionais de diferentes localidades que compõem o território brasileiro. Entre estas regiões, destacaremos o Vale do Itajaí, em Santa Catarina, que foi colonizada a partir de sua cidade mais representativa na atualidade: Blumenau. Pouco conhecida e explorada até meados do século XIX, esta região passa a ser ocupada efetivamente a partir de 1850 por colonizadores europeus, principalmente por alemães; e foram estes colonizadores que conferiram aos indígenas a entrada pela porta dos fundos no curso da História da região. Como nos informa a pesquisadora Carla Fernanda da Silva sobre a historiografia blumenauense, em suas narrativas prevalece “o discurso do colonizador, aquele que veio para dominar a natureza selvagem, civilizar, fazer surgir da selva: casas, prédios, ruas, fábricas, tecnologia etc.”.³ Em sua escrita, exalta-se o mito de fundação da colônia Blumenau em torno de Hermann Blumenau, idealizado e descrito como visionário alemão, o “bravo e destemido homem que se aventurou nas selvas brasileiras para transformá-la num mundo civilizado”, em companhia dos primeiros imigrantes “que acreditaram na construção de um novo mundo além do atlântico”.⁴

E os Bugres ou Botocudos, como eram pejorativamente chamados os nativos que compunham a natureza desta região até 1850? Análoga à perspectiva historiográfica brasileira, no qual seus livros de história se iniciam em 1500, a História de Blumenau e região tem seu início em 1850, ano em que entram em seu solo os primeiros colonizadores europeus. Em seu discurso favorável ao imigrante que trouxe a civilização e o progresso para a região, o nativo passou a ser descrito como o maior entrave enfrentado pelos colonizadores. Constantemente, descreve-se sua ferocidade e o perigo que representavam e a iminente ameaça de seus “assaltos” que inibiam os fins teleológicos do progresso. Assim, construiu-se uma história regional que procurou justificar as campanhas de extermínio aos nativos como necessárias à sobrevivência e à defesa dos colonos que se viam diante da hostil presença do inimigo indígena.

Na memória da região e em suas representações, prevalece a imagem de seus fundadores. Uma memória da cidade que promove a “lembrança constante daqueles que iniciaram Blumenau e dos perigos por eles supostamente enfrentados”. Na escrita historicista

² CUNHA, M. C. da., *Introdução a uma História Indígena*, p. 9.

³ SILVA, C. F. da., *Grafiás da luz*, p. 52.

⁴ SILVA, C. F. da., *Grafiás da luz*, p. 54-55.

em que seu fundador é a origem natural do progresso do município, prevalece a vitória da civilização sobre a barbárie encontrada pelos primeiros colonos, visibilizando-se à representação do progresso e da modernidade entrelaçada a imigração alemã.⁵ Na outra ponta, o esquecimento e o silêncio.

Relegados a história e não a História, os indígenas são lembrados a partir das vicissitudes enfrentadas pelos colonos. São lembrados a partir das ameaças, dos ataques, dos assaltos e assassinatos daqueles que enfrentavam em sua árdua tarefa colonizatória a ferocidade dos selvagens. Na memória da cidade e na imaginação de sua população, o índio está ligado aos confins da geografia e da história do município, e principalmente, bem distante de todos. Ainda hoje, parcela considerável da população sequer sabe da existência de índios aldeados nas imediações da região, o mesmo sendo verdadeiro para outras regiões do Estado catarinense. Em sua imaginação e em seus conhecimentos leigos, só existem índios nos rincões mais afastados dos grandes centros urbanos, como no Xingu ou em meio à floresta amazônica. Aos demais, afirma-se que não são ‘índios de verdade’, mas sim “caboclos” ou ainda índios “aculturados”.⁶

Muito se falou e se fala sobre os colonizadores europeus do Vale do Itajaí. Contemplando diferentes perspectivas, estes trabalhos procuram esclarecer múltiplos aspectos da sociedade colonial blumenauense em formação e em transformação a partir de 1850. Fizeram emergir a complexidade social do interior da sociedade colonial blumenauense, como as diferentes constituições religiosas entre a maioria alemã e as minorias italianas e eslavas e suas tensões e ajustamentos sociais. Fizeram emergir as agruras adaptativas dos colonos europeus nos trópicos, entre outras perspectivas que vieram representar e sublinhar o colono que aparece como agente autônomo de sua história. José Ferreira da Silva, José Deeke, Carlos Ficker, Lucas Boiteux, Walter Piazza, entre muitos outros, são alguns exemplos representativos desta perspectiva histórica. Como afirma Silva, “viveram a ilusão de uma neutralidade científica” e não compreendendo a parcialidade dos documentos históricos, buscaram “provas da constituição de uma verdade científica”.⁷ Ao final da leitura destas bibliografias, no entanto, uma pergunta urge por resposta: onde estão os indígenas? Quem eram esses indígenas e como protagonizaram sua história diante da ocupação de seus espaços pelos colonizadores? Sabemos, em parte, como foram “apagados” da história do Vale do

⁵ SILVA, C. F. da., *Grafias da luz*, p. 67.

⁶ Raciocínio análogo é feito por Azanha e Valadão aos índios Guarani de São Paulo em: AZANHA, G; VALADÃO, V. M., *Senhores destas terras*, p. 2.

⁷ SILVA, C. F. da., *Grafias da luz*, p. 16.

Itajaí, mas sabemos pouco sobre sua história e seus protagonismos diante da presença dos colonizadores.

No entanto, nas últimas décadas temos acompanhado um movimento na historiografia mundial e na brasileira que tem procurado fazer emergir “outros atores da história”, até então esquecidos pelas tradicionais Histórias oficiais. Seguindo esta tendência, no que diz respeito à história regional do Vale do Itajaí e a seus indígenas, algumas obras merecem ser destacadas como restituídas dos históricos Botocudos ao centro do processo de colonização do Vale. Entre elas encontra-se a pioneira *Índios e Brancos no Sul do Brasil* (1973) de autoria de Silvio Coelho dos Santos. Trata-se de uma das principais obras que versa sobre a história do contato entre os Botocudos e os colonos alemães no sul do Brasil, tornando-se uma referência bibliográfica a qualquer interessado no assunto. Com grande riqueza documental, o autor levanta inúmeras perguntas que continuam em aberto e a espera de possíveis respostas, abrindo espaço para grandes possibilidades de pesquisa. Mais recentemente, somam-se a esta, as relevantes publicações de Luisa Tombini Wittmann, *O vapor e o botoque: imigrantes e índios Xokleng no Vale do Itajaí*,⁸ que abarca o período de 1850 a 1926 e a tese de doutoramento do pesquisador Rafael Casanova de Lima e Silva Hoerhann, de 2012, de título *O Serviço de Proteção aos Índios e a desintegração cultural dos Xokleng*, no qual o autor apresenta um meticuloso estudo da pacificação dos Botocudos durante o período de 1927 a 1954.⁹

Seguindo a perspectiva das obras acima elencadas, este trabalho tem por objetivo reconstruir e sublinhar a participação dos históricos Botocudos ao centro do processo de colonização do Vale do Itajaí e em sua variante pacificação de 1914. Tomadas as suas devidas especificidades que serão melhor detalhadas nas próximas linhas, esperamos ter atingido o objetivo pretendido. Nossa proposta nos reporta a obra de Marina Maluf de 1995, *Ruídos da Memória*, em que a pesquisadora trabalha o papel social das mulheres na São Paulo cafeeira. A autora afirma que se contrapor à “história dominante” não é “substituir a crônica de um sujeito pelo outro (...), mas ao contrário, restituir para o centro do processo histórico o conflito, a ambiguidade e a tragédia”.¹⁰

Didaticamente, esta dissertação está dividida em dois momentos históricos. Inicialmente, atentamo-nos à realidade objetiva da colonização de Blumenau e região do Vale do Itajaí a partir de 1850. Em seu segundo momento, nos dedicamos ao processo de atração e

⁸ WITTMANN, L. T., *O vapor e o botoque*.

⁹ HOERHANN, R. C., *O Serviço de Proteção aos Índios e a desintegração cultural dos Xokleng (1927 – 1954)*.

¹⁰ MALUF, M., *Ruídos da memória*, p. 17.

pacificação dos indígenas Botocudos que se inicia em 1914. Em ambos os momentos, procuramos identificar as contradições concretas da realidade objetiva do processo de colonização e sua variante pacificação. Nestes movimentos históricos, novas sínteses surgiram e mudanças e permanências geraram superações nos sujeitos históricos envolvidos. Logo, para este trabalho, pensamos a dialética do processo histórico de colonização e pacificação conforme a acepção apresentada por Leandro Konder em sua obra *O que é dialética*. O autor define dialética como “o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação”.¹¹ Para Konder, “a contradição é reconhecida pela dialética como princípio básico do movimento” e nos faz reconhecer a emergência do novo na realidade humana.¹²

Antes de apresentarmos a distribuição dos capítulos que compõem esta obra dissertativa, torna-se oportuno nos atentarmos a duas informações de ordem metodológica. A primeira diz respeito à escolha da utilização do uso do termo *Botocudos* ao longo deste trabalho. Em sua constituição histórica, os atuais Xokleng/Laklãnõ foram nominados por diversos “etnônimos”. Do pejorativo Bugres a atual autoidentificação Laklãnõ, diversos nomes foram aplicados a esta sociedade indígena. Durante o recorte temporal de nossa pesquisa, as fontes utilizadas os identificavam ou como Bugres ou como Botocudos, ambos no plural. Assim, em respeito às fontes utilizadas e no intuito de não incorrerem em anacronismos, nas páginas que se seguem optou-se por se conservar os mesmos termos e sua respectiva grafia. Conforme a convenção da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) de 1953, estabeleceu-se que os etnônimos não devem ser flexionados no plural. No entanto, por compreendermos a nomenclatura Botocudos como um qualificativo derivado do português (uso do botoque ou tembetá) e não como um etnônimo, optou-se por sua utilização no plural.¹³ Semelhante metodologia foi utilizada por John M. Monteiro em sua obra *Tupis, Tapuias e Historiadores*¹⁴ ao fazer referência ao contraste entre o Tupi histórico e o Tapuia contemporâneo, papel esse que segundo o pesquisador é exemplarmente representado pelos Botocudos.

Outra escolha metodológica utilizada nas páginas que se seguem é o uso do termo “nômades” sempre entre aspas, exceção feita às citações diretas. Esta escolha aconteceu a

¹¹ KONDER, L., *O que é dialética*, p. 8.

¹² KONDER, L., *O que é dialética*, p. 8.

¹³ Assim como o termo Bugres, o qualificativo Botocudos foi aplicado à diferentes grupos indígenas do Brasil e firmou-se como equivalente a qualidade de selvagem.

¹⁴ MONTEIRO, J. M., *Tupis, Tapuias e historiadores*, p. 172.

partir de discussões realizadas durante o curso de especialização em *Educação e Interculturalidade e o Bem Viver*. Durante estas discussões, o professor indígena e Doutor em linguística pela Universidade de Brasília, *Prof. Nãmbra Gakrã*, problematizou o uso desta terminologia. Para o professor Xokleng, devemos lembrar que o “nomadismo” é uma atribuição dada pelos não índios aos índios. Segundo Nãmbra, para os indígenas o qualificativo “nômades” nada mais era do que a ocupação de seu território tradicional em que habitavam. Era a utilização de seu grande “quintal” e seu espaço natural de circulação e sobrevivência em que realizavam suas manifestações físicas e culturais.

A presente pesquisa apresenta-se dividida em quatro capítulos e abarca o recorte temporal que compreende o período de 1850 a 1929. Logo, inicia-se com o processo de colonização por europeus em Blumenau e se encerra quando já se totalizavam 15 anos de pacificação e “aldeamento” dos Botocudos no então Posto Indígena Duque de Caxias que se encontrava sob administração direta do encarregado Eduardo de Lima e Silva Hoerhann. O período temporal pesquisado não foi uma escolha pessoal, antes sim, representa os limites interpostos pelas fontes que serão apresentadas adiante. No entanto, as mesmas fontes nos permitiram alcançar “respostas” para os objetivos pretendidos nesta pesquisa.

O primeiro capítulo tem como título *A Dialética da colonização (1850-1914)*. Em sua primeira seção, *O espaço tradicionalmente ocupado pelos Botocudos e suas variáveis históricas*, procurou-se apresentar um indígena que não era um amador na arte do contato quando os primeiros colonos europeus pisaram em solo catarinense no ano de 1850. Antes deste evento, já no século XVIII, aconteciam ataques realizados pelos índios aos tropeiros que atravessavam a estrada da mata, como era chamada a rota que ligava o Rio Grande do Sul a São Paulo. Como nos informa Santos, esses ataques são um dos primeiros eventos que confirmam a presença dos Xokleng e Kaingang nos campos e florestas do planalto catarinense.¹⁵ A presença dos tropeiros e o surgimento de fazendas de criação de gado na região do planalto têm como consequência a compressão territorial dos Botocudos que são empurrados para a região dos vales catarinenses. Compreender este processo e os impactos provocados aos índios encontram-se entre os objetivos desta seção.

No segundo momento deste capítulo, procurou-se reconstruir a história do contato entre os Botocudos e os colonizadores europeus que passaram a ocupar as terras da região do Vale do Itajaí a partir do núcleo colonial de Blumenau. A gradativa interiorização do vale, tem como consequência a contínua compressão territorial dos indígenas durante o transcorrer

¹⁵ SANTOS, S. C. dos., *Índios e Brancos no Sul do Brasil*, p. 54.

da segunda metade do século XIX e durante a primeira década do XX. Logo, inevitáveis contatos hostis entre sujeitos históricos que apresentavam distintos interesses amiudaram-se ao longo deste processo ocupacional. De um lado, tínhamos os Botocudos, que empurrados para o interior do vale catarinense procuravam defender seu território onde mantinham dependência física, alimentar e cultural. De outro, tínhamos os imigrantes europeus, que amparados legalmente, procuravam adentrar o sertão e conquistar territórios em nome do progresso e da civilidade.

Muito se tem falado sobre as consequências sangrentas desse processo colonizatório na região de Blumenau. Ao perigo indígena, respondeu-se com batidas do mato realizadas por caçadores de índios contratados por colonos em parceria com as companhias colonizadoras e as autoridades públicas. Seguramente que ataques foram perpetrados de ambos os lados e a presença de índios nas proximidades dos núcleos coloniais criava um cenário de apreensão e de medo diante da presença do “outro”. Certamente a recíproca também é verdadeira quanto aos índios, mesmo na falta de fontes que nos provejam a afirmativa. Assim, nesta seção, procuramos reconstruir o cenário de enfrentamentos entre os Botocudos e os colonos a partir de dois objetivos centrais. O primeiro deles é mostrar que haviam vozes dissonantes entre os imigrantes europeus quanto ao tratamento que deveria ser dispensado à resolução da chamada questão indígena e, posteriormente, procuramos demonstrar que havia um cenário precedente ao início da colonização de Blumenau que vinha justificar o medo e a apreensão dos colonos, mesmo no início da ocupação, quando os ataques indígenas ainda eram diminutos na colônia.

Por último, apresentamos brevemente o cenário intelectual brasileiro quanto à questão indígena e sua polaridade de ideias durante o século XIX. Adeptos da perfectibilidade indígena e de sua possível integração à comunhão nacional se opunham aos círculos de intelectuais que defendiam a não perfectibilidade dos nativos brasileiros e ambos defendiam suas ideias nos mais variados espaços. Neste último grupo havia os que defendiam abertamente seu extermínio e colocavam em dúvida a humanidade dos “tapuias” brasileiros. Como não poderia deixar de acontecer, estes debates também circulavam na intelectualidade blumenauense e o propósito desta seção partiu do interesse em se pensar as ações de “caça” aos Botocudos à luz da imagem atribuída a estes na imprensa regional de Blumenau.

Como principal fonte de pesquisa à produção deste capítulo, utilizou-se a *Revista Blumenau em Cadernos*. Fundada em 1957 por José Ferreira da Silva e editada bimestralmente até o presente momento, apresenta conteúdos contemporâneos, mas seu principal foco é de ser uma revista de história e memória da cidade de Blumenau. Apresenta

várias efemérides, rememorando e enaltecendo constantemente a história da colonização do Vale do Itajaí. Apresenta, ainda, farto material sobre os conflitos entre os colonos alemães e os Botocudos, relatos dos ataques de índios, contratação de tropas de bugreiros, biografias de colonizadores além de documentos oficiais como os relatórios do fundador da colônia Blumenau e suas principais agruras sofridas nos trópicos.

Em nosso segundo capítulo, *A criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais*, dedicamos espaço ao estudo de quatro momentos distintos. Em nossa primeira seção, *As expansões ocupacionais e um problema nacional: o índio*, objetivou-se compreender o cenário oitocentista de enfrentamentos entre os indígenas e as novas frentes agrícolas. Procuramos compreender o cenário de ocupação dos últimos bolsões de terras ainda não colonizados por essas frentes na costa oriental do Brasil durante o século XIX. Assim como na região do Vale do Itajaí, em outras regiões do Brasil, os nativos também estavam sofrendo o processo de ocupação e colonização de suas terras por frentes agrícolas. Para essas frentes, os indígenas representavam um obstáculo aos seus interesses e retardavam a integração desses territórios à economia nacional. Seguindo o tradicional bordão novelesco “qualquer semelhança será mera coincidência”, assim como na história de Blumenau, nestas regiões o indígena também foi pensado como desafio e ameaça aos colonos, logo deveria ser civilizado e destituído de sua cultura ou exterminado, uma vez que não interessava como mão de obra.

Na seção *O índio em debate*, procuramos apresentar os motivos que levaram a chamada questão indígena a entrar em discussão nos principais círculos intelectuais e midiáticos na primeira década do século XX. Confrontos desproporcionais entre indígenas e colonos assolavam as novas frentes ocupacionais e vêm à tona a partir das denúncias realizadas pelo naturalista Alberto Vojtech Frič, em seu pronunciamento no XVI Congresso Internacional de Americanistas em Viena. Frič acusa os colonos alemães do sul do Brasil de extermínio aos nativos desta região. Imediatamente, reações às suas acusações acontecem na imprensa nacional e internacional, trazendo o assunto à tona. O debate se polariza em meio à intelectualidade brasileira dividida entre os defensores do extermínio ou da catequização, ganhando força esta última corrente, desde que essa tarefa fosse realizada pelos positivistas republicanos. Esta seção procura reconstruir este cenário de enfrentamentos entre diferentes intelectuais e a consequente fundação do Serviço de Proteção aos Índios no ano de 1910.

As principais diretrizes legais, propostas e objetivos do novo órgão indigenista fazem parte da próxima seção que leva o subtítulo de *Serviço de Proteção aos Índios e Localização*

de Trabalhadores Nacionais e suas diretrizes. Neste momento, procuramos explorar suas principais competências e os principais métodos propostos para se atingir o objetivo de integração dos nativos brasileiros à comunhão nacional. Em Santa Catarina, mais especificamente na região do Vale do Itajaí, o novo órgão indigenista e republicano que se pretendia humanitário e protecionista enfrentou forte rejeição por parte dos colonos alemães. Rejeição estampada no principal jornal teuto-brasileiro, o *Der Urwaldsbote*, que realizou fortes críticas ao novo órgão e aos métodos humanitários pretendidos. Suas acusações tornaram-se palco de amplos debates na imprensa nacional. Em oposição a este jornal, posicionou-se o jornal carioca *O Paiz*, que passou a acusar os colonos alemães de Blumenau de prática “antinacional”.

Por último, apresentamos a seção *A Pacificação dos Botocudos por Eduardo de Lima e Silva Hoerhann*. Neste momento, historicizamos o evento que levou a chamada “pacificação dos Botocudos” e que dá início ao processo de aldeamento dos indígenas junto ao Posto de Atração Plate, onde hoje se encontra a Terra Indígena Laklãnõ. Após mais de três anos de infrutíferas tentativas de atração e pacificação dos índios pelos funcionários do SPI no Vale do Itajaí, o Serviço encontrava-se praticamente desarticulado e moralmente desgastado junto aos colonos. Em suas críticas, os colonos gritavam bravatas em que se posicionavam enquanto vítimas da política indigenista humanitária e acusavam o governo federal de preterir os colonos aos índios. Tal cenário foi modificado no ano de 1914, quando Eduardo de Lima e Silva Hoerhann protagonizou o “primeiro” contato amistoso com os indígenas Botocudos. Além de apresentarmos as estratégias de contato aproximativo levadas a efeito por Hoerhann, procuramos apresentar ainda a visão dos Botocudos neste processo pela lente da testemunha ocular do evento, José Deeke. Para a consecução deste capítulo, nos utilizamos de fontes jornalísticas como o jornal porta voz dos alemães de Blumenau, o *Der Urwaldsbote*, do jornal carioca *O Paiz*, além da *Revista Blumenau em Cadernos* e bibliografias pertinentes aos objetivos pretendidos.

Após o evento pacificador de 1914, realizado por Eduardo Hoerhann, iniciou-se um lento processo de atração dos indígenas à localidade do Posto de Atração Plate. Atrair, pacificar e integrar tornaram-se palavras de ordem aos objetivos pretendidos pela nova política indigenista oficial adotada pelo órgão republicano. Em outras palavras, intervir em seu espaço, apagá-los culturalmente, percebê-los como etnicamente transitórios para posteriormente integrá-los à sociedade como trabalhadores nacionais. A partir de apontamentos realizados por Curt Nimuendajú sobre a pacificação dos Parintintin, Orlandi

define a pacificação como o apagamento da cultura indígena e a anulação de qualquer forma de resistência.¹⁶ Diante desta definição e no caso específico de nosso objeto de pesquisa, podemos nos perguntar: o processo de atração e pacificação realizado pelo encarregado Hoerhann conseguiu o intento de subsumir ou apagar a cultura indígena dos índios tutelados junto ao Posto de Atração Plate? Ou ainda: durante o processo de pacificação, conseguiu o encarregado Hoerhann anular as diferentes formas de resistências empreendidas pelos Botocudos?

Estas e outras questões percorrem nossa pesquisa nos capítulos III e IV. Nestes momentos, propomo-nos ao desafio de discutir os “diálogos” culturais que se estabeleceram entre o encarregado da obra pacificadora e os índios que se encontravam em processo de sedentarização junto ao Posto de Atração. Procuramos reconstruir as formas de convívio e o cotidiano das relações que se estabeleceram entre os diferentes sujeitos históricos envolvido neste processo. Procuramos mostrar que, entre os objetivos pretendidos pela política indigenista aplicada no espaço do Posto e as respostas apresentadas pelos indígenas, haviam variadas distâncias. Sublinhar as diferentes formas de recepção dos indígenas aos preceitos disciplinares, apresentando as suas variadas formas de pensar e agir vem ao encontro de uma história indígena que tem a finalidade de substituir o antigo discurso político e colonizador que sempre os emudeceu por um discurso que venha lhes dar visibilidade através de suas diversas formas de protagonismos.

Sob o título *A dialética da pacificação*, o que diferencia os dois últimos capítulos desta obra dissertativa é o recorte temporal adotado para ambos. No capítulo III, adotou-se a temporalidade de 1914 a 1925 e no capítulo IV, o período de 1926 a 1929. O evento histórico utilizado como distintivo entre ambos os capítulos foi a definição territorial do Posto indígena, realizada no ano de 1926. Por anos a definição dos limites territoriais do Posto estava entre as maiores demandas de Hoerhann. Sua importância era reiteradamente associada como necessária à solução dos principais problemas enfrentados pela obra pacificadora, entre eles, a persistência das práticas “nômades” realizadas pelos “aldeados”. No entanto, como teremos oportunidade de perceber, o diagnóstico realizado pelo encarregado apresentou-se errôneo. Após ter sua demanda atendida, a definição territorial trouxe à tona um ponto de inflexão nas relações que se estabeleceram entre os principais protagonistas envolvidos no processo de pacificação, pelo menos a partir do olhar de Eduardo Hoerhann.

¹⁶ ORLANDI, E. P., *Terra à vista*, p. 77.

Para a consecução dos objetivos propostos nos capítulos III e IV, utilizamo-nos de variadas fontes de pesquisa. Em menor quantidade encontram-se documentos localizados junto ao Arquivo Histórico de Blumenau e Ibirama, como cartas pessoais do encarregado Hoerhann, boletim policial e um relatório de visita ao Posto de Atração. Os documentos eclesiásticos utilizados no capítulo IV foram pesquisados junto a Congregação Vicentina na cidade de Curitiba no Estado do Paraná. Em sua grande maioria, utilizamos os Relatórios mensais e oficiais redigidos pelo encarregado. Estes foram consultados junto ao arquivo do Museu do Índio na cidade do Rio de Janeiro. Convêm explicarmos brevemente o teor destes relatórios bem como seu trânsito pelos meandros hierárquicos do Serviço de Proteção aos Índios.

Mensalmente, o encarregado responsável pelo Posto de Atração e pela obra pacificadora se encarregava de pontuar o andamento das principais atividades e acontecimentos ocorridos durante o mês em questão. Atividades como “Trabalhos Agrícolas”, “Construções e Melhoramentos”, “Os Índios”, “Estado Sanitário” e “Considerações Gerais”, faziam parte dos relatórios detalhados por Hoerhann. Estes documentos se destinavam a seu hierárquico superior e Inspetor do SPI José Maria de Paula, responsável pela 7ª Inspeção localizada na cidade de Curitiba/PR. Cabia ao Inspetor anexar aos relatórios recebidos outro relatório com suas considerações e impressões gerais sobre o andamento da obra pacificadora do Posto de Atração durante aquele ano, para posteriormente encaminhá-lo ao Diretor Geral do Serviço de Proteção aos Índios em sua sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Importante mencionar, que as considerações redigidas pelo Inspetor, em algumas situações exibem ponderações e impressões inexistentes nos relatórios emitidos pelo encarregado, apresentando conteúdos que em muito contribuem para nossa análise. Possivelmente, tais observações eram repassadas à Inspeção de forma informal, como em visitas do Inspetor ao Posto, ou ainda em telegramas não disponíveis no acervo documental do Museu do Índio.

Os relatórios redigidos pelo encarregado Eduardo Hoerhann nos apresentam as vozes e as interlocuções entre os diferentes sujeitos envolvidos no processo de pacificação. Embora de forma “filtrada”, além de sua própria voz, os relatórios nos apresentam as vozes dos indígenas, dos colonos circunvizinhos ao Posto de Atração, da companhia colonizadora Hansa Hammonia, de autoridades públicas como do governo do Estado de Santa Catarina e por último, do padre polonês João Komínick. Em diversos momentos, as estratégias aproximativas e as interlocuções dos indígenas com estes protagonistas traziam à tona os divergentes interesses entre os envolvidos no processo de pacificação.

Em nossa interlocução com os relatórios oficiais redigidos pelo encarregado Eduardo Hoerhann, apreendemos que o processo de pacificação não conseguiu emudecer o indígena Botocudo “atraído e pacificado”. Procuramos ir além das aparências com o objetivo de penetrar na essência dos fenômenos e buscamos realizar operações de síntese e de análise que viessem a esclarecer não somente a dimensão imediata, mas principalmente a dimensão mediata, ou seja, aquelas que vamos descobrindo, construindo ou reconstruindo aos poucos.¹⁷

¹⁷ KONDER, L., *O que é dialética.*, p. 166.

CAPÍTULO I: A DIALÉTICA DA COLONIZAÇÃO (1850-1914).

1.1. O espaço tradicionalmente ocupado pelos Botocudos e suas variáveis históricas.

O sul, a área que se estende do atual estado do Paraná, então simples comarca de São Paulo, até o extremo meridional da colônia, compreendendo os campos de Curitiba, o sertão de Lages (Santa Catarina), os campos da Vacaria (Rio Grande do Sul). É uma faixa estreita de campos, dirigida de norte a sul, e limitada, a oriente, pelo bordo do planalto, a serra do Mar; a ocidente, por densas matas, não penetradas pela colonização, e dominadas ainda pelo gentio, os “bugres”, na apelação genérica local; floresta que acompanha em larga faixa o curso do Paraná. Essa área forma uma unidade geográfica bem caracterizada. Relevo apenas ondulado, campos com vegetação de gramíneas intercalados com matas ciliares e bosques isolados em que predomina a preciosa e bela araucária (...). Apesar disso, o povoamento ainda é aí escasso em princípios do século XIX, muito mais que o dos sertões do Nordeste, tão inferiores do ponto de vista das condições naturais.¹

A descrição acima foi realizada por Caio Prado Jr. em sua clássica obra *Formação do Brasil Contemporâneo*. Para o autor, o sul do Brasil do século XVIII apresentava um litoral escassamente povoado e excêntrico ao eixo econômico da colônia e um interior localizado nas áreas de planalto separado do litoral por uma barreira abrupta de densas florestas e montanhas de grande elevação. “O interior ficou isolado do mar, a não ser por estas escaladas íngremes e árduas que são os raros caminhos que vencem a serra”. Em sua cartografia da região sul do Brasil, apresenta o extremo setentrional da região e os campos de Curitiba com sua elevada densidade demográfica. Em oposição aos campos de Curitiba, descreve os campos de Lages, no planalto catarinense, como “via de comunicações do extremo Sul por onde transitavam o gado e sobretudo as tropas de bestas que vêm do Rio Grande, e em Sorocaba (São Paulo) se distribuem pelas capitanias do Centro e Norte”. Ao extremo meridional, em território Rio-grandense, apresenta o adensamento de suas fazendas de gado “(...) e com elas um povoamento ralo e exclusivamente pastoril”.²

São Paulo foi descrita como irradiadora de povoamento ao sul do Brasil e esta região classificada como de abastecimento de gado ao mercado interno colonial. A constituição humana da região não se apresentou entre as preocupações do autor, somente fazendo referência a presença dos chamados índios “Bugres” no planalto. Os “Bugres” citados por Prado Júnior são os índios do tronco linguístico Jê, e atualmente são conhecidos como Xokleng e Kaingang. Como nos informa Santos, a existências destes índios “(...) nos campos

¹ PRADO, J. C., *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*, p. 66.

² PRADO, J. C., *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*, p. 67.

e nas florestas que cobriam as serras, era confirmada pelos ataques que faziam aos tropeiros”³ desde a abertura da estrada de tropas no século XVIII. Para Wachowicz, a estrada da mata, como era chamada a rota que ligava o Rio Grande do Sul com São Paulo e por onde transitavam os condutores de animais, tornou-se palco de constantes “(...) assaltos que os Botocudos realizavam aos tropeiros, de preferência às tropas de menor vulto”. Aproveitavam-se da circunstância de ser este trecho coberto de matas laterais que facilitavam o ataque, mantendo os tropeiros em constante sobreaviso. Cruzes espalhadas pelo caminho, principalmente entre Papanduva e Curitibanos, em território catarinense, “(...) significavam os mortos que ali ficaram, tombados pelas flechas dos botocudos”.⁴

No decorrer do século XVIII, diante dos constantes ataques dos índios aos condutores, por ordem do presidente provincial de São Paulo, fundou-se no ano de 1771 a Vila de Nossa Senhora dos Prazeres de Lages, no planalto catarinense. Segundo Santos, o objetivo era povoar estes sertões e fazer frente à presença dos silvícolas, afugentando assim “(...) a imensidade de índios que habitam naquelas campanhas, para não infestarem a estrada geral por onde se transitam milhares de cavalgadas e gados a cada ano”.⁵

No entanto, o acirramento dos conflitos no último quartel do século XVIII inibia as tentativas de colonização da região. Os inúmeros enfrentamentos entre índios e tropeiros e ainda entre índios e novos moradores que procuravam se fixar nestas cercanias afugentavam os novos colonizadores, contrariando o interesse público de povoar os campos de Lages e Guarapuava. E é assim, diante deste cenário de enfrentamentos entre estranhos e do interesse oficial em colonizar as regiões de planalto do sul do Brasil, que fora expedida em 1808 pelo Príncipe Regente D. João VI a carta régia autorizando o extermínio dos índios aí localizados, conforme excerto abaixo:

(...) Sendo-Me presente o quázi total abandono em que se achão os Campos geraes da Coritiba e os de Guarapuava, assim como todos os terrenos que desagoão no Paraná, e formão do outro lado as cabeceiras do Urugúay, todos comprehendidos rios limites dessa Capitanía, e infestados pelos Indios denominados Bugres, que matão cruelmente todos os Fazendeiros e Proprietários, que nos mesmos Paizes tem procurado tomar Sesmarias e cultiva-las em beneficio do Estado, de maneira tal que em todo o terreno, que fica ao Oeste da Estrada Real, desde a Villa da Faxina até a Villa das Lages; a maior parte das Fazendas, que estão na dita Estrada se vão despovoando, humas por terem os índios Bugres morto os seus moradores, e outras com o temor; que sejam igualmente victimas, e que até a mesma Estrada chega a não ser vadeavel, senão para viajores, que vão reunidos em grande numero e bem armados (...) chegando agora até a atacar o Registro, que está em cima da Serra no

³ SANTOS, S. C. dos., *Índios e Brancos no Sul do Brasil*, p. 54.

⁴ WACHOWICZ, R. C., *A imigração e os botocudos (Xokleng) do Taió*, p. 471.

⁵ SANTOS, S. C. dos., *Índios e Brancos no Sul do Brasil*, p. 54.

caminho, que vai da Villa das Lages para Santa Catharina , e mostrando-se disposto a quererem atacar a mesma Villa , em cujas vizinhanças tem chegado a matar povoadores; (...) Tendo-se verificado na Minha Real Prezença a inutilidade de todos os meios humanos, pelos quaes Tenho mandado, que se tente a sua civilização, e o reduzi-los a aldear-se, e gozarem dos bens permanentes de huma sociedade pacifica e doce debaixo das justas e humanas Leis, que regem os Meus Povos, e até mostrando a experiencia quanto inútil he o systema de Guerra defensivo: Sou Servido por estes, e outros justos motivos, que ora fazem suspender os effeitos de Humanidade, que com elles Tinha mandado praticar, Ordenar-vos em primeiro lugar: Que logo desde o momento, em que receberdes esta Minha Carta Regia, deveis considerar como principiada a Guerra contra estes Barbaros índios: Que deveis organizar em corpos aquelles Miliciannos de Coritiba, e do resto da Capitania de S. Paulo, que voluntariamente quizerem armar-se contra elles e com a menor despeza possivel da Minha Real Fazenda perseguir os mesmos índios infestadores do Meu Territorio.⁶

A carta régia apresentada, deve ser pensada a partir da imagem atribuída ao índio da região sul do Brasil no momento de sua redação. Conforme Wachowicz, “existiram no território do estado do Paraná e de Santa Catarina duas grandes famílias indígenas: a dos tupi-guarani e os jê”, ou tapuias. Os primeiros localizavam-se nos sertões ocupados pelas reduções jesuíticas do Guaíra e dominavam o vasto território do centro-oeste do Paraná e oeste de Santa Catarina. Os últimos compunham-se de dois grupos: os Kaingang e os Botocudos. Para o autor “os Botocudos são considerados entre os mais atrasados índios do Brasil”, e esquivavam-se continuamente a qualquer contato com a civilização.⁷ Matizados como inimigos, representavam um obstáculo no caminho do progresso. Enquanto “resistentes culturais” avessos às tentativas civilizadoras empreendidas, tornaram-se inimigos da colônia portuguesa e na falta de alternativas deveriam ser eliminados. Como nos informa Monteiro, enquanto Tapuias, os Botocudos foram pensados em seu contraponto, os tupi-históricos, e definidos a partir da negação a estes. Foram “frequentemente caracterizados como inimigos ao invés de aliados e representavam em síntese, o traíçoeiro selvagem dos sertões que atrapalhava o avanço da civilização”.⁸

No mapa a seguir, Santos nos apresenta o antigo espaço de circulação e de sobrevivência física e alimentar dos Bugres, como eram chamados de forma pejorativa pelos não índios os ancestrais dos atuais Xokleng/Laklãnõ. A área hachurada corresponde ao seu antigo território tradicional de circulação no período que precede a abertura das estradas pelos tropeiros, nas regiões de planalto e aos primeiros núcleos de povoamento que surgiram a partir do século XVIII nestas localidades.

⁶ Carta Régia do Príncipe Regente D. João VI ao Governador da Capitania de São Paulo Antonio José da França e Horta de 05 de novembro de 1808.

⁷ WACHOWICZ, R. C., *A imigração e os Botocudos*, p. 470.

⁸ MONTEIRO, J. M., *Tupis, Tapuias e historiadores*, p. 172.

Mapa 1: Território Histórico dos Xokleng



Fonte: Santos, Silvio Coelho dos. Os índios Xokleng: memória visual. Florianópolis: Ed. da UFSC; Ed. da UNIVALI, 1997.

Nesta região, mantinham “(...) uma disputa secular com os Guarani e os Kaingang pelo controle desse espaço”. Segundo Santos, Guarani, Kaingang e Botocudos disputavam os “(...) recursos proteicos representados pelos bosques de pinheiros e a fauna associada ao pinhão” nas regiões de planalto. Nas estações do ano em que o pinhão se tornava escasso, os Botocudos migravam sem uma rota de circulação bem definida, em função das diferentes estações do ano e da disponibilidade de alimentos. No entanto, enquanto os Guarani ocupavam extensa região do planalto, principalmente as áreas dos rios que integram a bacia Paraná/Paraguai e ainda a costa litorânea das províncias do sul do Brasil, os Kaingang dominavam principalmente as terras interiores do planalto. Quanto aos Botocudos, dominavam a extensa área geográfica que ia do litoral a grandes extensões do planalto catarinense, onde entravam em contatos hostis, principalmente com os Kaingang.⁹

⁹ SANTOS, S. C. dos., *Os índios Xokleng: memória visual*, p. 15.

Segundo Brighenti, pode-se afirmar que Kaingang e Botocudos são parentes próximos, não havendo distinção entre ambos para a arqueologia que os classifica como “Jê do Sul” e historicamente ambos foram tratados como Tapuias, compondo assim a população não Tupi da costa.¹⁰ Relativizando esta afirmativa, o antropólogo Silvio Coelho dos Santos afirma que há evidentemente diferenciações culturais entre as duas etnias, principalmente quanto à organização social, rituais de passagem, mitologia e ainda quanto à maneira de enterrar os mortos, não obstante a falta de “(...) dados factuais que viessem contribuir para o elucidamento da questão”.¹¹ Perspectiva diversa apresenta a atual comunidade Xokleng/Laklãnõ. Como informa o professor Brighenti, em sua disciplina *História Indígena Pré e Pós Colonial* que foi ministrada no curso de Licenciatura Intercultural Indígena na Universidade Federal de Santa Catarina, a turma Xokleng afirmou que “para eles há distintividade arqueológica entre Kaingang e Xokleng”.¹² No entanto, esta discussão que perpassa pela identidade cultural de ambas as etnias e que leva as afirmações de distintividade cultural como as levantadas por Santos e pelos próprios Xokleng/Laklãnõ carecem de maiores pesquisas e informações, encontrando-se entre elas o recuo temporal adotado nestas assertivas.

Historicamente, os atuais Xokleng/Laklãnõ foram conhecidos por diversas denominações como Bugres, Botocudos, Aweikoma, Xokrén, Kaingang e atualmente se autodenominam Laklãnõ. De Bugre, termo este que naturaliza a qualidade de selvagem, a Botocudos, aplicado em função do uso do enfeite labial chamado tembetá por parte dos membros do sexo masculino até a atual autodenominação de Laklãnõ, encontramos um percurso que nos permite pensar o processo de formação das sociedades humanas a partir das contingências históricas.

Santos nos informa que o termo Bugre designa indistintamente qualquer índio e foi aplicado de forma pejorativa “(...) pois encerra as noções de selvagem e inimigo”. Já o termo Aweikoma foi aplicado aos Xokleng/Laklãnõ em 1910 por Von Ihering e pode ser interpretado como um “(...) convite a uma mulher para a cópula”. Quanto ao termo Kaingang, atribui-se seu uso ao pesquisador Jules Henry, que na década de 1930 conviveu junto aos Botocudos sob autorização do encarregado Eduardo Hoerhann. Após sua experiência junto aos índios, produziu em 1941 a obra *Jungle People- Kaingang tribe of the highlands of*

¹⁰ BRIGHENTI, C. A., *Povos Indígenas em Santa Catarina*, p. 21.

¹¹ SANTOS, S. C. dos., *Índios e Brancos no Sul do Brasil*, p. 32.

¹² BRIGHENTI, C. A., *Povos indígenas em Santa Catarina*, p. 28.

Brazil,¹³ no qual nomeou os Botocudos como Kaingang em função da filiação linguística de ambos. Já o termo Xokren, que significa taipa de pedra, provavelmente foi usado pelo antropólogo E. Schaden no início do século XX e finalmente reafirmado por Santos na década de 1960 como Xokleng.¹⁴ No momento, em oposição às denominações atribuídas por não índios, os Xokleng se autodenominam Laklãñõ, que significa “povo que vive onde nasce o sol, ou gente do sol”.

Em seu espaço de circulação tradicional, os Botocudos obtinham seu sustento e sobrevivência através de um nomadismo sazonal. Deslocavam-se em função das estações do ano e da disponibilidade de alimentos em diferentes regiões de seu território histórico. Se subdividiam em grupos para simultaneamente explorar o território em que realizavam incursões de caça, coleta ou ainda de reconhecimento de espaços onde poderiam prover suas necessidades físicas e alimentares. Grupos de caçadores e coletores que circulavam da atual cidade de Porto Alegre até Curitiba e da costa litorânea dos três Estados até os planaltos do Paraná e de Santa Catarina. Nestes planaltos, sua principal fonte de alimentação provinha do pinhão que se tornava abundante durante o rigoroso inverno do sul do Brasil. Proveniente das ricas e densas florestas de araucárias, este alimento era tão importante para os Botocudos que criaram técnicas de armazenamento do produto. Para as estações do ano em que não havia sua disponibilidade, se utilizavam dos estoques submersos em balaios colocados nos cursos d’água dos riachos e rios, conservando-os e consumindo-os tempos depois de sua coleta.

Um dos primeiros impactos da presença do não índio em terras tradicionalmente ocupadas pelos Botocudos foi justamente na região de planalto e sobre esta importante fonte alimentar. A abertura de estradas pelos tropeiros com a finalidade de ligar os campos do Rio Grande do Sul a São Paulo em 1728, a fundação de Lages em 1771 e o consequente surgimento de fazendas de criação de gado em Lages, Curitiba e Guarapuava, “(...) vieram impedir que os Xokleng continuassem a fazer suas incursões de coleta nos ricos pinhais que se adensavam ao entremeio dos campos”.¹⁵ Posteriormente, com a intensificação da colonização europeia em Curitiba e no Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX, mais uma vez se comprime o território de circulação migratória do grupo indígena Botocudo. Com a ocupação dos dois extremos, norte e sul, são empurrados definitivamente para dentro dos limites territoriais de Santa Catarina. Gradativamente, veem-se cada vez mais apertados em seu espaço e empurrados para regiões onde o provimento de alimentos tornava-

¹³ Povo da selva – a tribo Kaingang dos planaltos do Brasil.

¹⁴ SANTOS, S. C. dos., *Índios e Brancos no Sul do Brasil*, p. 30-31.

¹⁵ SANTOS, S. C. dos., *Índios e brancos no Sul do Brasil*, p. 33.

se mais escasso. Quem melhor nos explica essa redução espacial é Santos em sua observação a seguir:

No Rio Grande, a colonização iniciada nas proximidades de Porto Alegre (São Leopoldo, Novo Hamburgo) se expandiu para o norte e para o noroeste, subindo as bordas do planalto e caminhando em direção ao Rio Uruguai, na fronteira com Santa Catarina. Em torno de Curitiba a colonização também se afirmou e toda a área que se avizinha do Rio Negro começou a ser povoada. Nos campos de Guarapuava, Curitiba e Lages, as fazendas de criação estão em franca expansão. A “estrada de tropas” corta o sertão de São Paulo ao Rio Grande, atravessando os campos e ligando fazendas. No litoral, os núcleos de Paranaguá, S. Francisco, Desterro e Laguna, há muito são base de apoio para a conquista das terras ao gentio e povoamento dos solos virgens. Os Xokleng estão, pois, confinados. Já não há para onde fugir.¹⁶

Sobram os espaços que se limitam entre o litoral e o planalto de Santa Catarina. Esta região de topografia bastante acidentada, composta de serras e vales, compunha-se de uma densa floresta subtropical. Diferenciava-se bastante dos campos de planalto repletos de clareiras em meio aos pinheirais e um relevo pouco acidentado onde os Botocudos estavam acostumados a viver. No entanto, após serem empurrados para esta região em meio a vales e montanhas, inicia-se a colonização desta área pelas frentes pioneiras de europeus. Composta principalmente por alemães que penetravam no território catarinense no sentido litoral-planalto, novamente os Botocudos são impelidos a novos rearranjos ocupacionais.

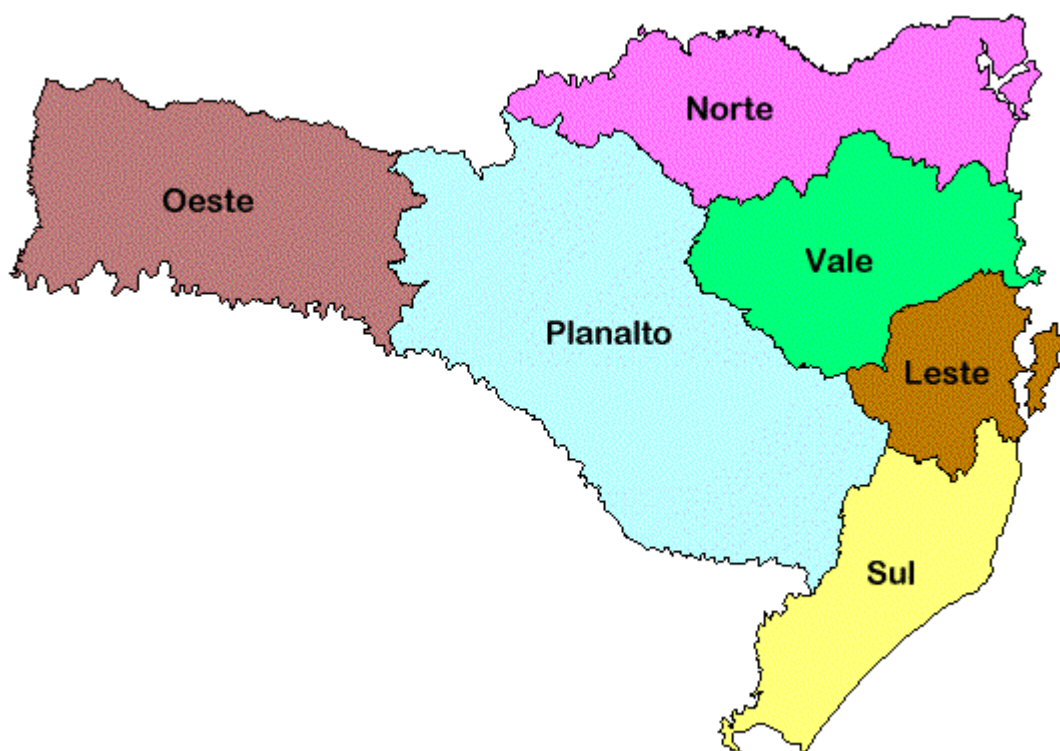
Em meados do século XIX, a solução encontrada pelo governo imperial para a ocupação de bolsões de terras ainda “desocupados”, como os vales catarinenses, aconteceu através do incentivo à imigração europeia. Os primeiros imigrantes alemães que chegaram à província de Santa Catarina aportaram em seu solo no ano de 1828 e fundaram a primeira comunidade alemã de São Pedro de Alcântara nas imediações da litorânea Florianópolis em 1829. É a partir de 1850, que tem início as concessões de terras às companhias colonizadoras que buscavam penetrar o interior da província, fundando-se as cidades de Blumenau e Joinville em 1850 e 1851 respectivamente, seguidas de outras companhias estimuladas pelo governo provincial, no afã de povoar as extensas áreas de densas florestas que impediam o desejo de progresso do governo.

Neste momento, já não há para onde se deslocar. Os Botocudos veem seu último refúgio de sobrevivência, o Vale do Itajaí, ser ocupado no sentido litoral-planalto por colonos europeus. Em seu isolamento, foram sendo gradativamente envolvidos pela expansão da colonização dos imigrantes que restringiam progressivamente seu último habitat. Diante deste

¹⁶ SANTOS, S. C. dos., *Índios e brancos no Sul do Brasil*, p. 37.

cenário, inevitáveis contatos hostis e corriqueiros confrontos se tornaram amiúdes entre protagonistas que apresentavam distintos interesses: a defesa de seu último espaço territorial de sobrevivência e a ocupação de terras consideradas devolutas pelo Império.

Mapa 2: Regiões de Santa Catarina.



Fonte: <http://www.infoescola.com/mapas/mapa-geografico-santa-catarina/>

1.2. Novas frentes de ocupação: colonização por europeus no Vale do Itajaí.

O último refúgio de sobrevivência dos Botocudos, a região do Vale do Itajaí, se localiza entre o litoral e o planalto catarinense. Até meados do século XIX, compunha-se de densas matas ainda não penetradas pela colonização. Uma enorme região florestal que aos olhos das autoridades públicas encontrava-se inteiramente despovoada e dominada pelos “Bugres”, como eram pejorativamente chamados os antepassados dos atuais Xokleng/Laklãnõ.

Como solução para a ocupação desse grande espaço ainda “vazio”, a imigração europeia se destacava como a melhor alternativa. É com a fundação das colônias de Blumenau em 1850 e Joinville em 1851, que as primeiras companhias colonizadoras adentraram o sertão da província de Santa Catarina, dando início aos primeiros núcleos coloniais de alemães, seguidas de outras companhias que penetravam o interior do vale para fins de colonização. Logo, é diante deste cenário de formação de núcleos coloniais, de interiorização e de consequente compressão territorial e alimentar dos nativos na região do Vale do Itajaí que aconteceram os primeiros “assaltos” indígenas e a intensificação destes ao longo da segunda metade do século XIX.

O registro do primeiro ataque dos chamados índios Bugres à colônia de Blumenau aconteceu no ano de 1852. Em 1908, Fritz Koegler, um dos protagonistas deste evento, rememora o assalto indígena em narração a Karl Kleine,¹⁷ que neste mesmo ano o publica em língua alemã no jornal *Colonie-Zeitung* na cidade de Joinville. Traduzido para o português pelo diretor da Revista Blumenau em Cadernos, foi publicado novamente em 1970, sob o título *O Primeiro assalto dos indígenas à colônia de Blumenau*.¹⁸ A história que se segue seria a “primeira” de muitas outras que aconteceriam a partir do processo de colonização do território do atual Vale do Itajaí.

O alemão Fritz Koegler chegou à colônia Blumenau em 18 de dezembro de 1852. Estabeleceu-se na então residência de Dr. Blumenau, situada junto ao ribeirão chamado “Velha”, local este, onde teve início o primeiro núcleo ocupacional da colônia. Emprega-se a serviço de Dr. Blumenau, o qual no dia do ataque encontrava-se na capital da Província, Desterro, atual Florianópolis. Mandado juntamente com outros três colonos até a região do Garcia para roçar o mato em 27 de dezembro de 1852, Koegler afirma que seguiram mata adentro bem armados e levando ainda uma junta de bois. Chegando ao local e iniciado os trabalhos, o grupo foi surpreendido com a presença do companheiro Fritz Deschamps que chegara de canoa pelo rio gritando: “bugres”. Perceberam, então, que corriam perigo os companheiros que haviam ficado na sede após as palavras de Deschamps: “depressa, depressa! Os Bugres atacaram Schramm e Toepel. Eu estava justamente apanhando água no rio e pude ainda escapar para vir buscar vocês. Por amor de Deus, vamos ligeiro, ligeiro, senão eles estão perdidos!”.¹⁹

¹⁷ Karl Kleine era natural de Posen, província que fazia parte da Prússia e atualmente pertence à Polônia. Emigrou para a Colônia Blumenau com sua família em 1856, quando tinha oito anos. Exerceu funções como emissário do correio, jardineiro, agrimensor e professor. Deixou várias memórias sobre a colônia Blumenau.

¹⁸ KLEINE, K., *O primeiro assalto dos indígenas à colônia de Blumenau*.

¹⁹ KLEINE, K., *O primeiro assalto dos indígenas à colônia de Blumenau*, p. 162.

Seguem de canoa até o local do ataque, surpreendendo-se todos com o silêncio. Fora da cerca que rodeava a casa, avistaram sete indígenas armados com arcos e flechas, além de um “considerado” chefe do grupo, que se encontrava em uma elevação próxima e outro que se encontrava no pátio da casa. Acreditando que seus companheiros já estivessem mortos, Koegler afirma que subitamente avistaram-nos pela janela do sótão da casa, logo após um tiro disparado por eles.

Com o estampido do tiro, o bugre que estava no pátio deu um pulo e levantando os braços saltou a cerca, correu um pouco e caiu ao chão; arrancou um punhado de grama com que cobriu o ferimento. Depois levantou-se novamente, correu por um pouco e foi ao chão outra vez. Engatinhando, ele adiantou-se um pouco e levantou-se mais uma vez, dirigiu-se correndo rumo ao Velha (...) e desapareceu entre as plantações. Os demais selvagens, ouvindo o tiro, tomaram-se de enorme pânico; uns jogaram-se ao chão, outros davam saltos e atiravam fora as armas. Depois todos correram como possessos para o mato. Com eles também o cacique desapareceu.²⁰

Após a fuga dos indígenas, sugere o colono Friedenreich que o grupo se separasse em dois para vasculhar as duas margens do ribeirão. Deschamps ficou na sede como guarda do acampamento. Koegler e seus amigos seguem os rastros de sangue pela margem do ribeirão, onde encontram o Bugre ferido e arcado ao chão “(...) de forma a manter fechado o ferimento que recebera no ventre”. Sobre as características físicas do acometido, assim o descreve Fritz Koegler:

Era de estatura mediana, mas musculoso e forte. Não tinha barba, mas, em compensação, sua cabeleira era cerrada, grossa, negra e presa em topete. Seus traços fisionômicos, não traziam nem crueldade, nem aspereza, e nem mesmo selvageria. Um pequeno botoque no lábio inferior denotava a sua qualidade de botocudo. Trazia a cintura uma pele de onça e o resto do corpo nu, de um colorido marrom. Os cabelos e a pele brilhavam, provavelmente untados de óleo ou gordura. Não havia sinais de tatuagens, nem se sentia que exalasse cheiro forte.²¹

Após sua morte, os colonos deitam o corpo do Bugre sobre uma lona transportando-o para a sede, onde Schramm e Toepel contam aos demais como aconteceu a aproximação e a tentativa de assalto dos índios. Afirmam que subiram ao sótão após avistarem os Bugres, de forma a ganhar tempo para preparar as armas. Acontece, então, a invasão da casa pelos índios que procuraram pilhar os objetos atirando os livros, xícaras, copos e pratos para fora da janela, colocando-os sobre uma lona estendida para facilitar a pilhagem. Posteriormente, chegam os demais colonos vindos do Garcia, no que se dá todo o acontecido. Conta Koegler ainda, que a cabeça do índio morto foi preparada por Friedenreich, permanecendo o crânio do

²⁰ KLEINE, K ., *O primeiro assalto dos indígenas à colônia de Blumenau*, p. 163.

²¹ KLEINE, K ., *O primeiro assalto dos indígenas à colônia de Blumenau*, p. 164.

índio no escritório de Dr. Blumenau que, posteriormente, o leva para a Europa quando para lá voltou.

Como vimos, a narração do evento realizada por Fritz Koegler ao seu interlocutor Karl Kleine, foi feita no ano de 1908, ou seja, 56 anos após o ocorrido. Natural, portanto, que tenham acontecido acréscimos ou omissões por parte do narrador, além de novas influências durante a tradução realizada por José Ferreira da Silva para sua publicação em português no ano de 1970. No entanto, em seu teor, apreende-se que embora se considere o ataque de 1852 como o *primeiro assalto dos indígenas à colônia de Blumenau*, conforme título da matéria, não pode ser pensado como o primeiro contato hostil entre índios Botocudos e não índios na região do Vale do Itajaí ou em território catarinense. O relato de Koegler nos informa que as experiências passadas de contatos hostis entre índios e brancos eram de seu conhecimento. Ao relatar sua ida da sede do ribeirão Velha para o Garcia afirma: “ninguém pensava em perigo, pois havia a crença geral de que os Bugres, ao ouvirem o primeiro tiro, pôr-se-iam em fuga”. Logo, já sabiam os colonos dos possíveis ataques indígenas, bem como, conheciam as reações que os estampidos das armas causavam nos nativos, como sugere sua fala de que logo após o tiro certo, os índios “(...) tomaram-se de enorme pânico; uns jogaram-se ao chão, outros davam saltos e atiravam as armas. Depois todos correram, como possessos para o mato”.²²

Sobre o ocorrido, Dr. Blumenau se manifestou oficialmente em seu relatório de janeiro de 1853, no qual lamenta sua ausência quando do ataque realizado pelos Bugres. Elogia a coragem e vigilância dos seus arrendatários que “(...) frustraram as intenções sinistras dos gentios”. Não obstante afirmar os êxitos alcançados no combate e expulsão dos invasores, solicita ao Presidente da Província guarda de oito soldados para a proteção dos colonos, empregando-os em trabalhos como abertura de picadas, que viriam a melhorar a vigilância sobre as terras da colônia.²³

No entanto, é em seu relatório de 1856, momento este em que a colônia apresentava um saldo de dois ataques indígenas a colonos, o último em 1855, que Dr. Blumenau se manifestou sobre o que acreditava mais pertinente à resolução do chamado “problema indígena”. Afirma que o destacamento da Companhia de Pedestres na colônia contribuiu de alguma maneira para afugentar os Bugres, não obstante não prestar os serviços que se poderia esperar destes. Destaca as dificuldades em conseguir dos seus integrantes um serviço útil e regular. O saldo positivo creditado à companhia era o de tranquilizar possíveis imigrantes

²² KLEINE, K., *O primeiro assalto dos indígenas à colônia de Blumenau*, p. 162- 163.

²³ BLUMENAU, H. B. O., *Relatórios do Dr. Blumenau*, p. 46.

européus interessados em aportar em solo catarinense. Afirma ainda, ser “(...) questão de vida para a colonização desta parte da província que se possa chegar a um acordo pacífico com os gentios e domá-los por esta maneira”. Caso não se chegue a um acordo pacífico, o remédio apontado por Dr. Blumenau é o de aplicar-se “(...) sanguinolentas entradas e cachorros de sangue que vão extirpá-los (...). Empregá-lo ou deixar abandonado de novo, aos selvagens e animais do mato todo o sertão do Rio Itajaí.”²⁴

A tabela abaixo é ilustrativa quanto à frequência dos ataques realizados pelos indígenas a núcleos coloniais de imigrantes europeus no município de Blumenau. Originariamente, as informações foram compiladas por José Deeke e publicadas através do título *Relação dos assaltos verificados no território do Município de Blumenau desde a fundação da Colônia*.²⁵ O período investigado por Deeke tem início com o primeiro assalto indígena à colônia em 1852 e se encerra com a chamada pacificação dos Botocudos em Santa Catarina, no ano de 1914. Coligindo as informações a partir dos relatórios dos presidentes da província e de recortes de jornais, José Deeke apresenta a frequência de “assaltos” indígenas conforme abaixo:

²⁴ BLUMENAU, H. B. O., *Relatórios do Dr. Blumenau - 1856*, p. 27.

²⁵ DEEKE, J., *O município de Blumenau e a história de seu desenvolvimento*, p. 214.

Tabela 1: Relação dos assaltos verificados no território do município de Blumenau desde a fundação da colônia (1850-1914)

Nº	Ano	Mês	Dia	Local	Branco mortos/feridos		Observação
1	1852	Dezembro	28	Blumenau-Velha	-	-	2 bugres mortos no mato
2	1855	Janeiro	29	Blumenau-?	2	-	
3	1862	Dezembro	1	Blumenau-?	-	-	
4	1866	Janeiro	6	Garcia	-	-	Viúva Schurt
5	1870	Março	16	Auto Riodo Testa	3	-	Mortos F. Brunkow, mulher e um filho
6	1872	Fevereiro	19	Rio Do Testa	1	-	
7	1872	Julho	23	Garcia	1	-	Morto colono Schatz
8	1872	Novembro	19	Benedito	1	-	Morto um rapaz e raptada uma menina
9	1876	Outubro	14	Rio Dos Cedros	1	-	
10	1877	Fevereiro	24	Rio Dos Cedros	-	-	
11	1877	Março	2	Tatutiba	-	-	
12	1877	Maio	5	Itoupava Alva	-	-	
13	1883	Novembro	?	Neisse	-	-	Daniel ficou completamente mudo
14	1883	Julho	18	Itoupava Rega	-	-	
15	1884	Abril	21	Estrada Tiroles	-	-	
16	1885	Março	14	Guaricanas	-	-	
17	1885	Setembro	?	Lontras	2	-	
18	1885	Dezembro	2	Garcia	1	-	Colono Sprung
19	1889	Janeiro	29	S. Pedrinho	-	-	
20	1889	?	?	S. Pedrinho	-	-	
21	1889	?	?	S. Pedrinho Novo	-	-	Todas as casas foram saqueadas e os colonos afugentados
22	1890	Julho	?	Trombudo	1	-	
	1891	?	?	Estrada Curitibanos	5	-	Nove índios mortos, 27 fardos de carga perdidos
23	1894	Fevereiro	?	Milaneses	-	-	
24	1895	Janeiro	2	Estrada Curitibanos	5	3	Assalto a tropeiros

Nº	Ano	Mês	Dia	Local	Branços mortos/feridos		Observação
25	1895	Junho	5	Estrada Curitibanos	-	-	
26	1895	Dezembro	25	Estrada Curitibanos	2	-	Hanemann e Kleigien
27	1897	Maio	?	Estrada Curitibanos	1	-	João Cardoso
28	1902	Fevereiro	13	Subida	1	-	Manoel Laurentino
29	1902	Julho	1	Ipiranga	3	-	
30	1902	Novembro	3	Nova Bemen	1	1	Zinke e Ingelhardt
31	1902	Julho	12	Ribeirão Dos Russos	-	1	A. Schuhmann
32	1902	Dezembro	?	Guaricanas	2	-	
33	1903	Abril	?	Estrada Curitibanos	1	-	Franz Dettmer
34	1903	Setembro	?	Estrada Curitibanos	1	-	
35	1904	Março	7	Estrada Curitibanos	-	1	Richard Enke
36	1904	Março	13	Ribeirão Basílio	-	-	
37	1904	Abril		Fundos-Warnow	-	-	Saqueados nove colonos
38	1905	Julho	?	Estrada Curitibanos	-	-	
39	1905	Julho	?	Estrada Curitibanos	1	1	
40	1905	Julho	?	Estrada Curitibanos	1	3	
41	1906	Fevereiro	15	Estrada Curitibanos	0	2	Dois lageanos morreram
42	1906	Abril	10	Estrada Curitibanos	-	1	
43	1906	Outubro	23	Scharlach-Hansa	-	1	Colono Schulz
44	1906	Novembro	29	Índios Hansa	1	0	Assalto Krause
45	1908	Outubro	7	Pouso Redondo	-	-	
46	1908	Novembro	1	Pinhalzinho	1	-	João Freitas
47	1908	Novembro	17	Braço Do Oeste	-	2	C. Brasil e esposa
48	1910	Dezembro	14	Rafael-Hansa	1	-	Colono Pletz

Nº	Ano	Mês	Dia	Local	Branco mortos/feridos		Observação
49	1911	Fevereiro	4	Pinheiros	3	1	Senhora Pannoch e filhos
50	1911	Abril	9	Estrada De Rio Preto	-	1	
51	1911	Setembro	9	Índios Hansa	-	-	No lote de Dorlitz e Hainert
52	1911	Novembro	3	Ribeirão Dos Russos	-	-	No lote de W. Schuhmann
53	1911	Novembro	3	Ipiranga	-	-	Os bugres mataram e roubaram animais
54	1912	Junho	1	Pouso Redondo	-	-	
55	1913	Fevereiro	26	Braço Do Oeste	-	1	Julio Almeida
56	1913	Maio	8	Braço Do Oeste	-	1	Um bugre morto
57	1913	Julho	15	Caminho Reuter	1	-	José Moser
58	1913	Agosto	10	Kraul – Hansa	1	-	Horak
59	1913	Outubro	14	Braço Do Oeste	-	1	Félix Leite
60	1914	Junho	9	Liberdade	-	-	Cinco casas saqueadas
61	1914	Junho	15	Liberdade	1	1	Morto Knecht e ferido Krueger
Total	61 assaltos	41	22	

Fonte: DEEKE, José. O município de Blumenau e a história de seu desenvolvimento. Blumenau: Nova Letra, 1995.

Os dados apresentados nos informam que os ataques indígenas praticados contra os núcleos coloniais amudaram-se gradativamente durante o transcorrer da segunda metade do século XIX, aumentando consideravelmente na primeira década do século XX. Percebe-se também, que o local dos ataques que esporádica e inicialmente aconteciam somente na região leste do vale, região esta que compreende a atual cidade de Blumenau, acompanhou o processo de interiorização e ocupação colonial no sentido leste-oeste. Com a interiorização, novos ataques aconteceram nos novos núcleos coloniais de Benedito, Rio dos Cedros, Lontras, Trombudo, Estrada Curitiba nos entre outras localidades que cortavam o vale no sentido do planalto.

As novas ocupações territoriais e a consequente interiorização do Vale do Itajaí aconteceram em paralelo ao acréscimo do número de imigrantes. Esta afirmativa pode ser corroborada pelo quadro de imigração organizado pelo Dr. Hugo Gensch e apresentado na obra de José Ferreira da Silva.²⁶ Os dados que compreendem os anos de 1850 a 1897, nos informam que somente neste período, Blumenau recebeu 18.978 imigrantes europeus, em sua grande maioria alemães. Os lotes cada dia mais se afastavam do povoado inicial, internando-se os colonos mata adentro. Seguindo o curso do rio Itajaí, os novos colonos abriam novos caminhos, novas estradas e tomavam propriedades. Logo, em um primeiro momento, podemos afirmar que o adensamento populacional e as entradas ocupacionais do território do Vale do Itajaí ao longo da segunda metade do século XIX e início do XX, nos explicam o acirramento dos contatos hostis e ataques entre brancos e índios nesta região. Como afirma Silva, “espremidos entre os colonos e a serra, atrás da qual inimigo ainda mais ferrenho – o tropeiro ousado e corajoso – os esperava, os bugres amadureciam planos de revide às sangrentas investidas do branco”.²⁷

No entanto, como veremos adiante, os colonizadores não aguardavam as investidas indígenas. Antes ao contrário; amparados legalmente, o “perigo indígena” passava a ser combatido inicialmente através das Companhias de Pedestres. Criada pela lei de 25 de abril de 1836, a intenção era de manter destacamentos estacionados onde o risco iminente de ataques fosse maior, principalmente nas áreas periféricas. Como já vimos, logo após o ataque dos Botocudos à propriedade de Dr. Blumenau em 1852, o proprietário da colônia lança mão deste expediente.

Apresentamos anteriormente o relatório do fundador da colônia para o ano de 1856. Neste relatório, Dr. Blumenau pondera sobre a melhor maneira de conter o iminente perigo que representava o indígena para a colônia. Cabe apresentar agora sua carta redigida ao Presidente da Província neste mesmo ano, na qual procura justificar sua demanda por guardas da Companhia de Pedestres. O apelo ao Presidente da Província por socorro policial para conter as “possíveis” investidas dos índios contra colonos estabelecidos na região da colônia Blumenau, nos permite vislumbrar um cenário de pânico ante a presença dos Botocudos. Em nenhum momento o proprietário da colônia faz menção a qualquer ataque perpetrado pelos índios, mas tão somente faz referência a presença destes nas imediações da colônia.

O texto de Dr. Blumenau apresenta fatos como rastros e vestígios da presença indígena nas imediações de núcleos coloniais. Um dos vestígios foi localizado quando da

²⁶ SILVA, J. F. da., *História de Blumenau*, p. 108.

²⁷ SILVA, J. F. da., *O Natal da bugrinha*, p. 233.

abertura de uma estrada realizada por colonos em meio ao mato. Diante destes vestígios, segue a guarda em seu caminho, no qual encontraram ranchos de índios, um arco de criança e ainda uma panela de barro. O alojamento foi descrito com potencial para abrigar de 20 a 30 pessoas e afirma-se que possivelmente foi abandonado há aproximadamente 10 dias. Em outro momento, Dr. Blumenau descreve novas presenças indígenas nas imediações de núcleos coloniais, como quando afirma que “ontem foram avistados por um colono três Bugres no lado esquerdo do Garcia”, e ainda que na mesma direção a aproximadamente dois dias de distância percebe-se sinais de fumaça. Em outra localidade, informa também que “outro colono que mora no rio Itajaí acima, também achou ontem vestígios deles”. Afirma o proprietário da colônia, que imediatamente segue com a guarda mata adentro.²⁸

Dr. Blumenau informa ainda que, diante de vestígios de muitas árvores recentemente cortadas, uma expedição de mineiros que subia em direção ao rio, abortou o intento, acreditando-se que estes cortes foram realizados pelos Bugres. Subindo em uma árvore, os expedicionários “(...) descobriram então um índio espiando”, dando fuga logo ao ser avistado. Diante dos fatos narrados, lembra Dr. Blumenau ao Presidente Provincial da conveniência em colocar a sua disposição destacamento de Guardas de Pedestres. Solicita ainda, os regulamentos que devem orientar suas ações na fiscalização dos serviços desempenhados pelos membros da companhia.²⁹ Finaliza sua argumentação apresentando o cenário de insegurança que assolava a colônia Blumenau, como a seguir:

Diariamente circulam novos boatos e narram-se novos fatos que trazem toda a povoação numa excitação perpétua. Já ninguém ousa deixar a sua casa, nem trabalhar sozinho na roça e não obstante um ficar de sentinela, os outros estão inquietos e trabalham sem sossego. Ninguém sente-se mais seguro, nem na sua própria casa, receando os trabalhadores pela família que ficou em casa, e esta por eles. Um tal estado, Va. Excia., é insuportável e insustentável, porque todos estão convencidos de que não estão mais alguns gentios, que caçando procuram roubar, mas que uma tribo maior, domiciliares, estão entre o rio Itajaí grande e mirim, dispostos a sustentar uma **guerra de extermínio**. Nunca o atrevimento deles foi tão grande e com toda a certeza aumentará com cada novo sucesso e não será para admirar-se se um dia, colonos que se retiram para suas casas, sejam agredidos no meio da picada grande que atravessa a colônia ou que os Bugres ataquem uma casa um pouco isolada.³⁰

Mais do que um relato da presença de índios nas proximidades dos núcleos coloniais, as palavras de Dr. Blumenau nos apresentam um cenário de apreensão e de medo diante da

²⁸ BLUMENAU, H. B. O., *A História de Blumenau Revela*, p. 294-295.

²⁹ BLUMENAU, H. B. O., *A História de Blumenau Revela*, p. 294-295.

³⁰ BLUMENAU, H. B. O., *A História de Blumenau Revela*, p. 295. Grifos meus.

presença do “outro”. A voracidade dos Botocudos é descrita através de sua disposição a uma guerra de extermínio, sem que, no entanto, fatos concretos venham a justificar a apreensão descrita pelo narrador. Até esse momento, ou seja, até o ano de 1856, o estado de polvorosa descrito não se justificava quando analisamos os números dos assaltos indígenas apresentados por Deeke. Dois “assaltos” haviam acometido os colonos em Blumenau. Um em 1852, nas circunstâncias apresentadas acima, e outro, três anos após, em 1855 no qual morreram dois colonos, sem que as circunstâncias do assalto sejam apresentadas. Posteriormente, segundo as fontes de Deeke, a colônia Blumenau só sofre novo ataque no ano de 1862, ou seja, sete anos após. No entanto, os apreensivos relatos, nos evidenciam um cenário de reação hostil ao indígena, mesmo nas situações em que somente se encontrava vestígios da presença destes.

Dr. Blumenau tinha como objetivo a solicitação de destacamento policial como forma de “(...) garantir a vida e a propriedade ameaçada dos cidadãos”³¹ que se encontravam em perigo diante da presença dos nativos. No entanto, diante dos fatos narrados até o momento, acreditamos oportuno afirmar que o iminente perigo de um ataque procedia, mas no sentido contrário ao alegado pelo proprietário da colônia, como atesta sua fala:

(...) só uma medida grande e enérgica, uma desinfecção completa do terreno entre o Itajaí Grande e o Mirim, uma destruição e aprisionamento deste bando de rapinas pode restabelecer a tranquilidade e nos tirar deste estado lamentável”³²

Em um pronunciamento público no mesmo ano de 1856, o Presidente Provincial de Santa Catarina, Dr. João José Coutinho reafirma as reclamações de Dr. Blumenau declarando que:

Estes bárbaros, que não poupam nem mulheres nem crianças, que só pensam em roubar e assaltar-nos em emboscadas, não poderão a meu ver, nunca ser tratados com bondade e condescendência. Usar com eles desses meios e sofrer-lhes as consequências é o mesmo que encorajá-los no seu barbarismo – com grande prejuízo para a civilização – seria proteger o roubo ao trabalho e á propriedade! Eu sempre mais me convenço de que o mais prático, senão mesmo o necessário, é arrancar os selvagens à força das florestas e colocá-los em lugar de onde não podem escapar. Desta maneira livraríamos nossos agricultores desses assassinos e pelo menos dos filhos desses bárbaros faríamos cidadãos úteis.³³

Como vemos para o ano de 1856, o perigo indígena tomava proporções alarmantes nas palavras de Dr. Blumenau e de autoridades públicas. O cenário fora descrito como próximo de

³¹ BLUMENAU, H. B. O., *A História de Blumenau Revela*, p. 296.

³² BLUMENAU, H. B. O., *A História de Blumenau Revela*, p. 295.

³³ DEEKE, J., *Indígenas do Itajaí*. p. 104.

uma iminente “guerra de extermínio”³⁴ a ser realizada pelos silvícolas aos colonos. Logo, os índios deveriam ser removidos, como forma de tranquilizar “(...) possíveis imigrantes europeus interessados em aportar em solo catarinense”, e ainda “ser questão de vida para a colonização (...) que se possa chegar a um acordo pacífico com os gentios e domá-los”. Caso isto não aconteça, sugere Dr. Blumenau o uso de “entradas sanguinolentas”, como solução.³⁵

O cenário matizado por Dr. Blumenau, vinha ao encontro de sua intenção de aumento do efetivo de guardas da Companhia de Pedestres. Sua descrição apresentava os vestígios da presença dos índios nas imediações dos núcleos coloniais e o temor que estes representavam aos novos colonos. No entanto, os quantitativos de assaltos indígenas pesquisados por Deeke nos apresentam o número de dois ataques de índios em seis anos de colônia. Diante das evidências apresentadas, surge a indagação: não teriam as autoridades competentes, nas figuras do proprietário da colônia e do governo provincial, retratado uma realidade que não corresponderia aos fatos efetivos até aquele momento? O que vinha justificar a descrição de temor aos índios como fez Dr. Blumenau em sua correspondência ao presidente provincial? Acreditamos que a “resposta” a esta indagação possa ser encontrada no momento histórico que precede a formação da colônia Blumenau.

Nos primórdios do século XIX, quase toda a extensão da costa de Santa Catarina já era relativamente povoada. Além da pesca, os moradores se dedicavam à cultura da mandioca e da cana de açúcar, do algodão, café, extração da madeira ou ainda da construção de pequenas embarcações. Situação semelhante a da cidade litorânea de Itajaí, localizada na foz do Rio Itajaí-Açu. A cidade adotou 31 de março de 1824 como data de sua fundação, quando da organização do primeiro povoado pelo português Agostinho Alves Ramos. Em 1835, Alves Ramos apresentou à Assembléia provincial um projeto de colonização pelo qual se estabeleceram duas novas colônias, uma no rio Itajaí-Mirim e a outra no Itajaí-Açu, fundando-se ainda, os arraiais de Pocinho e Belchior, no interior do município de Itajaí.

Ramos foi encarregado pelo Presidente da província para dirigir os trabalhos de colonização destas novas localidades, sendo o responsável pela emissão dos títulos de propriedade. No mesmo ano de 1835, recebe dotação orçamentária para despesas de exploração, além de quantia que seria “(...) destinada ao combate aos indígenas que viviam molestando os novos colonos”.³⁶ Em 1836, aplicam-se as primeiras entradas na região pela Companhia de Pedestres criada neste mesmo ano:

³⁴ BLUMENAU, H. B. O., *A História de Blumenau Revela*, p. 295.

³⁵ BLUMENAU, H. B. O., *Relatórios do Dr. Blumenau – 1856*, p. 27.

³⁶ SILVA, J. F. da., *A fundação e o Fundador*, p. 166.

Os “bugres”, que não raro eram vistos no território do Itajaí, ameaçando e intimidando os colonos que acudiam ao chamado e á propaganda de Alves Ramos, começaram a preocupá-lo muito. Com autorização das autoridades provinciais, organizou escoltas que batessem os matos em perseguição dos gentios. Nesse particular, também os seus serviços foram notáveis pela presteza e energia com que agiu em defesa da sua gente.³⁷

Sem número suficiente de Batedores do Mato, em 1837 criou-se lei na província de Santa Catarina isentando-se os moradores do município de Itajaí de prestarem serviço militar na Guarda Nacional, por estar à região sujeita às incursões dos índios. Segundo José Ferreira da Silva, os indígenas constituíam o maior entrave à colonização do interior do município de Itajaí e ainda aos arraiais de Pocinho e Belchior e realizavam “(...) sangrentas incursões pelo território das duas colônias fundadas por Alves Ramos”. O arraial de Belchior ameaçava despovoar-se com o abandono dos lotes pelos colonos diante da presença dos Botocudos. Sem os êxitos esperados pela Companhia de Pedestres até aquele momento, em 1843 assume seu comando o major Henrique Etur. Segue este em tropa para Belchior “(...) percorrendo as matas em operação de limpeza e afugentamento do gentio, dando, assim, aos colonos um ambiente de segurança”³⁸ e novo impulso à colônia. Este mesmo grupo de guardas, sob o comando do major Etur no arraial de Belchior, compõem o primeiro destacamento encaminhado para Blumenau após solicitação de seu fundador no ano de 1853.

Flores, morador da cidade de Itajaí afirma que entre 1840 a 1845, o povoamento da cidade “(...) não se estendia mais de seis a dez quilômetros de distância do mar ou das margens dos rios”,³⁹ principalmente pelo temor que sentiam dos Bugres. Sobre os ataques assim se manifesta:

Os bugres ainda vinham até bem perto de Itajaí. Não se sabia onde eram os seus alojamentos, porque ninguém ousava ir procurá-los. Os seus ataques que, em geral, tinham por móvel o roubo, não eram frequentes; mas traziam em constantes preocupações a gente que vivia um pouco mais longe dos lugares mais habitados. Quem morava ou fazia roça à certa distância nunca estava sem armas e sem companhia de outras pessoas; mesmo quando trabalhava na roça tinha perto de si espingarda carregada.⁴⁰

Com referência aos atentados dos índios para o período de 1840 a 1845, Flores elenca inúmeros “assaltos” cometidos nas imediações de Itajaí, Camboriú e ainda no interior da mata, como no arraial de Belchior, para onde foram mandados, posteriormente, os soldados que formavam a Companhia de Pedestre sob o comando de Henrique Etur. O relato de Flores

³⁷ SILVA, J. F. da., *A fundação e o Fundador*, p. 167.

³⁸ SILVA, J. F. da., *A fundação e o Fundador*, p. 169.

³⁹ FLORES, A. C., *Habitações e Povoamento de Itajaí e Circunvizinhanças Pelos Anos de 1840 a 1845*, p. 189.

⁴⁰ FLORES, A. C., *Habitações e Povoamento de Itajaí e Circunvizinhanças Pelos Anos de 1840 a 1845*, p. 189.

apresenta diversos assassinatos cometidos por índios, como dois escravos de João da Silva Mafra nas imediações de Porto do Escalvado, próximo à cidade de Itajaí e hoje município de Navegantes, além de afugentamentos de colonos que abandonavam suas propriedades diante de ameaças de flechas de índios. Em Camboriú, segundo o relator, os índios “(...) massacraram 16 ou 22 pessoas, entre crianças e adultos”, além de um lavrador chamado Santana, que teve sua morte vingada, como segue:

Internou-se pelo mato acompanhado de um irmão do assassinado e de outras pessoas e matou a tiros um dos bugres inculpados que se dizia ser cacique, trazendo-lhe a cabeça que veio para aqui e que eu vi ser de cor clara, sem barba, magníficos dentes e ter cicatrizes pelo rosto e introduzido um pau enfeitado de 15 centímetros no lábio inferior do qual pendia; cabeça que mergulhada em vinagre em um pote, foi remetida para Desterro.⁴¹

E é este o cenário na província de Santa Catarina nos anos que precedem a formação da colônia Blumenau. Cenário conhecido por seu fundador quando chegou à região na companhia dos primeiros dezessete imigrantes alemães que deram início à colonização do interior do Vale do Itajaí. Conflitos, assaltos de índios, mortes de colonos, chacinas realizadas pelos guardas da Companhia de Pedestres em suas entradas nos novos núcleos coloniais de Pocinho e Belchior, além de ataques ao município de Itajaí. Logo, para compreendermos a fala do fundador de Blumenau, que em seus escritos transmitia um cenário de grande apreensão e medo diante do “outro” já nos primeiros anos de povoamento, devemos compreender o momento que precede a fundação da colônia. Não foram suas próprias experiências com os Botocudos que o levaram a matizar um cenário de “guerra de extermínio”⁴² que seria empreendido pelos silvícolas, uma vez que estas não houberam. Devemos sim, procurar compreender a história de Blumenau de forma exógena a ela, procurando o cenário de enfrentamentos que aconteciam nos núcleos coloniais vizinhos. Dr. Blumenau tinha pleno conhecimento dos ataques indígenas que assolaram os tropeiros nas cercanias do planalto de Santa Catarina durante os séculos XVIII e XIX. Tinha conhecimento também dos conflitos que assolaram a litorânea Itajaí e os colonos nos novos arraiais de Pocinho e Belchior. Logo, neste momento, ousamos afirmar que as palavras do proprietário da colônia transmitiam a ideia de que a melhor prevenção era o ataque.

⁴¹ FLORES, A. C., *Habitações e Povoamento de Itajaí e Circunvizinhanças Pelos Anos de 1840 a 1845*, p. 190.

⁴² Blumenau, H. B.O., *A História de Blumenau Revela*, p. 295.

Ataques que se estenderam ao longo da segunda metade do século XIX. Às investidas indígenas, respondia-se com tropas de batedores oficiais ou ainda pelos próprios colonos, como no caso a seguir.

A 18 de agosto de 1883, apareceram muitos índios selvagens, da raça dos Botocudos (também denominados “bugres”), a 15 quilômetros a noroeste de São Bento, em uma roça situada entre os rios São Bento e Negrinho, de propriedade do brasileiro Manoel dos Santos Siqueira e começaram a apanhar milho verde. O dono da roça, acompanhado dos seus empregados e vizinhos, atacou os selvagens, tendo, ao que consta, matado 28 e pegaram três crianças botocudas, um menino de mais ou menos oito anos, uma menina de seis anos e uma de dois anos. Foi o próprio Manoel dos Santos Siqueira quem pegou a mais nova, quando esta ao fugir, tropeçou e caiu.⁴³

A citação acima surge em meio à descrição da história de vida da criança indígena de dois anos e foi realizada por sua mãe adotiva. Após a morte dos índios adultos, as três crianças são encaminhadas a famílias alemãs dispostas a educá-las. O rapaz foi entregue ao Sr. Antônio Sinke e em seu batismo recebe o nome de Antônio, morrendo três anos após. A menina mais velha, batizada com o nome de Estefânia foi entregue a Von Lasperg. A mais nova foi confiada aos cuidados do casal Dr. Wiegando Engelke, recebendo o nome de Benedita ou Benta como passa a ser chamada.

A descrição da história de vida da criança adotiva está repleta dos benefícios recebidos em sua esmerada educação “civilizada”. Como informa sua “nova mãe”, recebeu o batismo que foi “(...) realizado pelo nosso amigo, o vigário Padre Carlos Boegershausen, na nossa matriz em festiva solenidade”. Aos sete anos, fluente na língua e na escrita alemã, Benta fora crismada “(...) para que nossa querida filha Benedita permaneça, por toda a sua vida, tão gentil, tão boa, tão aplicada e tão piedosa, como até aqui”.⁴⁴ Em nome da educação civilizada, as palavras da mãe adotiva vêm justificar o sequestro e os assassinatos. No entanto, mais do que um exemplo da capacidade de transformação de um “silvícola” em uma criança “civilizada”, a citação nos apresenta um cenário de enfrentamentos entre colonos e índios que cada vez mais tinham seu espaço de alimentação limitado, não restando a estes, outra alternativa, além dos saques às culturas agrícolas dos colonos.

Quanto à descrição destes eventos nos relatórios oficiais, em cartas ao Presidente da Província, ou ainda nos meios de comunicação, Arend e Wittmann afirmam que:

(...) os relatórios dos Presidentes de província, assim como os jornais nas colônias e nas cidades do litoral descrevem esta relação sob o ponto de vista dos colonos, dos funcionários públicos e dos agentes colonizadores. Estes encontros são narrados

⁴³ SILVA, J. F. da., *Benedita Inglat*, p. 230.

⁴⁴ SILVA, J. F. da., *Benedita Inglat*, p. 230-231.

através dos vocábulos ataque, roubo, saque, assassinato, rapto, cerco, morte a pauladas etc. sendo que a agressão inicial partia sempre dos Xokleng.⁴⁵

A fala de José Deeke é ilustrativa a este respeito, quando faz referência aos ataques realizados pelos índios aos colonos:

Eram temidos, porque realizavam ataques de surpresa de um modo pérfido, de maneira, que os colonos só reparavam na presença dos índios, após estes já haverem conseguido um assalto bem sucedido, matando alguns colonos, despojando e incendiando as suas habitações. (...) ⁴⁶

No mesmo artigo, Deeke ainda faz referência às dificuldades encontradas em se realizar contato com o “(...) povo selvagem, que nem de longe admitia a possibilidade de entrar em contato amistoso com os brancos”. Soa no mínimo irônico a fala do funcionário público José Deeke, uma vez que o único contato amistoso pretendido até esse momento fora o realizado pelas fracassadas missões catequéticas empreendidas pelos capuchinhos Virgílio de Amplar e Estevam de Vicenza em 1868, que, segundo o próprio Deeke, “(...) nada conseguiram, pois nem sequer chegaram a ver os Botocudos”. ⁴⁷

Diante dos poucos êxitos alcançados pela Companhia de Pedestres e de sua extinção na década de 1870, o governo da Província de Santa Catarina defende a eliminação do “entrave colonizatório” através da contratação dos chamados batedores do mato que ficaram sob a liderança de Frederico Deeke. Sem demora, no último quartel do século XIX, tem início a contratação dos bugreiros “profissionais”, podendo ser contratados pelo governo provincial, pelos colonos, de forma particular ou ainda pelas empresas colonizadoras. Embora amparados no discurso “humanitário” de afugentar os nativos, provas em contrário nos apontam a prática do extermínio como solução ao chamado “problema indígena”.

Santos nos apresenta inúmeros exemplos da participação de autoridades públicas locais na contratação de tropas de bugreiros organizadas em expedições de “afugentamento”. Entre elas, encontra-se a do Presidente da Província, João Capistrano, que em 1876, em fala à Assembleia se pronuncia sobre as “funestas consequências” aos índios após as atividades dos batedores contratados através de “acerto das medidas empregadas pelas autoridades”. Segundo o autor, em 1874, o jornal *Kolonie Zeitung* noticia a maior expedição de apresamento realizada e autorizada pelo Presidente da Província. Ao todo, a expedição compunha-se de 31 homens dirigidos pelo vaqueiro João dos Santos Reis. Várias autorizações

⁴⁵ AREND, S. M. F.; WITTMANN, L. T., *O “Problema dos Xokleng”*, p. 65.

⁴⁶ DEEKE, J., *Os Botocudos do Rio Plate*, p. 18.

⁴⁷ DEEKE, J., *Os Botocudos do Rio Plate*, p. 18.

orçamentárias para a contratação de tropas são ainda citadas por Santos, todas sob a justificativa de garantir a segurança aos assaltos indígenas.⁴⁸

Não são poucos os relatos e depoimentos do cenário que se estabeleceu nas terras do Vale do Itajaí durante o processo de colonização. Nestes depoimentos, fica estampado o horror e o medo que os colonos sentiam diante da possibilidade de iminentes ataques que poderiam ser perpetrados pelos indígenas Botocudos. Sempre posicionados enquanto vítimas, estes relatos reproduziam o clima reinante, a frequência dos ataques, dos raptos, dos furtos, incêndios e demais danos que sofriam os colonos em meio às incipientes clareiras recém-abertas. Por toda a colônia, a possibilidade de ataques dos chamados “Bugres” encontrava-se entre as maiores preocupações dos “pioneiros” do Vale. Assim, entregues a própria sorte e diante da ineficiência das medidas até então adotadas, como a Companhia de Pedestres e de Batedores do Mato, e ainda das fracassadas missões catequéticas, estes relatos serviam como justificativas morais aos ataques perpetrados pelos bugreiros contratados.

Esta perspectiva deve ser compreendida à luz do momento histórico em que tais fenômenos aconteceram, do poder de controle da significação e do controle sobre o sentido dos fatos narrados. Necessitava-se classificar tipos étnicos como mais ou menos evoluídos, realçando o grotesco, o exótico e o estado selvagem que se opunha a missão civilizacional pautada no progresso que se via diante de obstáculos “humanos” que precisavam ser eliminados. É o que nos apresentam os relatos de Dr. Blumenau e do Presidente da Província de Santa Catarina acima apresentados. Para o primeiro, o remédio apontado seria as “(...) sanguinolentas entradas e cachorros de sangue para extirpá-los”.⁴⁹ Já para o segundo, nenhum tratamento de bondade e condescendência deveria ser relegado aos indígenas, uma vez que este tratamento teria como consequência o encorajamento do barbarismo e prejuízos à civilização. Em ambos, se percebe um discurso favorável ao imigrante que trazia a civilização e o progresso para a região em detrimento dos Botocudos, inumano e selvagem.

Compreendidos enquanto homens da natureza, em estado primitivo e desconhecedores de estados mais avançados de civilização, tornara-se fala comum entre autoridades e meios institucionais, como o jornal *Der Urwaldsbote*, a oposição civilização e barbárie. Como afirma Norbert Elias, o conceito de civilização:

(...) expressa a consciência que o ocidente tem de si mesmo. (...) Ele resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas “mais primitivas”. Com

⁴⁸ SANTOS, S. C. dos., *Os índios Xokleng: memória visual*, p. 26.

⁴⁹ BLUMENAU, H. B. O., *Relatórios do Dr. Blumenau- 1856*, p. 27.

essa palavra, a sociedade ocidental procura descrever o que lhe constitui o caráter especial e aquilo de que se orgulha: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão do mundo, e muito mais.⁵⁰

E é nesse contexto que procuraremos compreender o bugreiro que surge neste cenário de encontro entre “diferentes”. Este “outro” deveria ser removido, pois impedia o desenvolvimento do progresso e da civilização. A ele, em última instância, cabia o extermínio. Com grande conhecimento sobre a vida nos sertões do vale catarinense, a grande maioria dos bugreiros compunha-se de caboclos que geralmente atacavam suas vítimas de surpresa, principalmente ao amanhecer e enquanto dormiam, sem qualquer chance de defesa. Em 1972, Silvio Coelho dos Santos toma depoimento de um ex-bugreiro profissional, Ireo Pinheiro, que assim descreve suas ações:

O assalto se dava ao amanhecer. Primeiro, disparava-se uns tiros. Depois passava-se o resto no fio do facão. O corpo é que nem bananeira, corta macio. Cortavam-se as orelhas. Cada par tinha um preço. Às vezes, para mostrar, a gente trazia algumas mulheres e crianças. Tinha que matar todos. Se não algum sobrevivente fazia vingança. Quando foram acabando, o governo deixou de pagar a gente. A tropa não tinha como manter as despesas. As companhias de colonização e os colonos pagavam menos. As tropas foram terminando.⁵¹

No entanto, nenhum bugreiro da região ganhou tanta notoriedade pública no Vale do Itajaí e em Santa Catarina quanto o mais afamado e sanguinário de todos: Martinho Marcellino, vulgarmente chamado de Martinho bugreiro. Afamado pela sua crueldade entre os inúmeros bugreiros, Martinho ganhou fama em suas investidas contra os índios. Afirma-se que suas incursões contra os índios foram movidas por motivos pessoais e estimuladas pelo instinto de vingança após ver sua mulher e dois filhos serem dizimados pelos índios. Sua notoriedade chamou atenção entre os colonos de Blumenau, que, em grupo, passaram a contratá-lo para campanhas de caça aos índios. Athanázio nos informa que para estas contratações abriam-se listas de subscrições para angariar os recursos necessários. Além dos colonos, estas listas eram assinadas por autoridades locais e demais interessados, como o Superintendente de Blumenau, diretores de colônias e ainda o diretor da comissão de estudos para a construção da “Estrada de Ferro Santa Catarina”.⁵² O esquadrão de bugreiros era composto dos experientes bugreiros e tropa de aproximadamente vinte e cinco pessoas.

⁵⁰ ELIAS, N., *O processo civilizador: uma história dos costumes*, p. 24.

⁵¹ SANTOS, S. C. dos., *Os índios Xokleng: memória visual*, p. 28.

⁵² ATHANÁZIO, E., *Martinho Bugreiro, criminoso ou herói?*, p. 267.

Municiados e organizados com suas tropas e em grande monta apoiados pela opinião pública, os bugreiros iniciavam a “limpeza” do interior das matas ocupadas pelos Bugres, empurrando-os mais ainda mata adentro. Além de arcos, flechas e lanças servirem como prova dos êxitos de “caça”, mulheres e crianças indígenas eram exibidas como verdadeiros troféus. Confiadas aos cuidados das Irmãs do Convento da Divina Providência, muitas crianças eram adotadas por famílias abastadas de Blumenau vindo “(...) a morrer precocemente, incapazes de se adaptarem ao novo sistema de vida e sem defesa diante das moléstias do homem civilizado”.⁵³ Em 1906, em um só empreendimento, Martinho trouxe em sua companhia, duas mulheres, cinco meninas e três rapazes, todos entregues ao Juiz de Direito e por este encaminhados ao convento. Quanto ao retorno das “caçadas”, Athanázio afirma que “(...) era sempre aguardado com interesse. As famílias abastadas ficavam ansiosas para adotar alguma indiazinha que fosse capturada, cuja distribuição era feita pelas irmãs, autorizadas por quem de direito”.⁵⁴

Obviamente, não se tem ideia do número de índios chacinados pelos bugreiros profissionais, mas sabe-se que foram centenas. Em uma só incursão, Martinho afirma ter encontrado 199 pousos e ranchos e a presumir pela quantidade de pousos, calcula-se em centenas o número de índios localizados. Deeke afirma que suas batidas “eram feitas com requintes de crueldade” e que enquanto muitas mulheres e crianças índias eram capturadas nos pousos de surpresa, os varões geralmente eram mortos.⁵⁵

⁵³ ATHANÁZIO, E., *Martinho Bugreiro, criminoso ou herói?*, p. 268.

⁵⁴ ATHANÁZIO, E., *Martinho Bugreiro, criminoso ou herói?*, p. 270.

⁵⁵ SILVA, J. F. da., *Indígenas da Bacia do Itajaí*, p. 64.

Fotografia 1: Bugreiros e suas vítimas



Fonte: Acervo Arquivo Histórico de Ibirama. S/D

A seguir, segue breve relato de um assalto realizado por Martinho no ano de 1905, que fora descrito pelo padre Francisco Schuler, coadjutor da paróquia de Brusque. Segundo o padre, após assalto de índios nas imediações de Brusque, o bugreiro Martinho fora chamado e contratado pelo Superintendente, Sr. Vicente Schaefer. Acompanhado de mais dezesseis homens, internam-se na floresta guiados por indícios como picadas, abrigos e diversas abelheiras tiradas pelos silvícolas. Exímios conhecedores dos principais hábitos indígenas, após cinco dias localizou-se acampamento de grande grupo de índios. Cauteloso, consegue mais sete companheiros e volta ao encalço do grupo na companhia de 24 homens. O padre afirma que os ataques eram sempre feitos à noite, quando os índios dormiam. Acordados repentinamente, ficavam sem ação. O número de índios chacinados nesta empreitada foi omitido, mas segundo o padre, comenta-se de público que foram trucidados aproximadamente oitenta e há quem fale em 200 “Bugres”. Como prova do êxito da “caça”, os bugreiros trazem em sua companhia um índio de idade aproximada entre 8 a 10 anos, mas, segundo o relatante,

“o grupo capturou oito crianças”, e “(...) pelo caminho, por falta de mantimentos, sete delas foram despachadas para uma vida melhor!”.⁵⁶ Enquanto voz dissonante, assim se manifesta o padre sobre a carnificina realizada pelos bugreiros:

Se fosse essa a civilização para a qual pretendíamos conduzir os nossos silvícolas, então não poderemos levar a mal que não fossem receptivos à nossa cultura. Terão os índios conhecido os brancos de outro modo que não o bárbaro? Só aqui e ali, acontecia ver um branco. E muitos deram prova de que, nesses casos, não tratavam logo de lhes apagar a vida. Portanto, exige-se mais humanidade! Só depois de ficar provada a total inutilidade da catequese, poderia justificar-se tais cenas selvagens, iguais às que vinham acontecendo em nossas matas.⁵⁷

Segue outra narrativa de empreitada de “caça” realizada pelo bugreiro Martinho Marcelino no ano de 1907. Assim como a que foi narrada acima, esta incursão também fora justificada a partir de ato de violência cometido pelos índios, na então colônia Hammônia, no interior de Blumenau. Na ocasião, a menina Helena Krause, de 13 anos de idade, filha do colono Pedro Krause, foi morta pelos índios em mais um dos chamados “assalto indígenas”. Sobre o ocorrido, tomaremos a fala do pastor Alemão, Dr. Paul Aldinger, fala esta traduzida para o português por José Ferreira da Silva e publicada na Revista Blumenau em Cadernos no ano de 1968.

Logo após o assassinato de Helena Krause, Aldinger afirma que a direção da colônia solicitou ao governo do Estado a contratação do conhecido bugreiro Marcelino Martinho para a empreitada de revide e caça aos índios. Autorizada à contratação, chega Martinho a colônia Hammônia na companhia de 17 homens armados, no qual reforça sua equipe com mais quatro elementos e segue para o Rio dos Índios, local do assalto ao colono Krause. Penetrando a densa floresta, segue a equipe no encalço dos Botocudos, dias e dias, encontrando ranchos e acampamentos já abandonados pelos perseguidos. A narrativa do pastor sobre os caminhos percorridos pelos bugreiros nos apresenta o cenário florestal da região, sua topografia e ainda os principais hábitos e costumes dos índios Bugres em meio à floresta. Para o narrador, além do fim específico de caça, as incursões tinham o mérito de promover a abertura e conhecimento de novos caminhos e de encurtamento das futuras comunicações entre distintas regiões.⁵⁸

Após percorrer dias e dias a mata, em dezembro de 1907, dia de natal segundo Dr. Aldinger, Martinho localiza picada de Bugres na Serra Geral. “Os índios realizavam uma festa com danças e cantos. Só pela madrugada é que eles se deitaram. Então deu-se o assalto de

⁵⁶ SCHULER, F., *Uma Caçada de Bugres*, p. 19.

⁵⁷ SCHULER, F., *Uma Caçada de Bugres*, p. 19.

⁵⁸ ALDINGER, P., *O Problema do Índio*.

surpresa.”. Sobre o número de índios mortos não há menção, mas o pastor afirma que “(...) a verdade sobre o que aconteceu é mantida propositadamente em segredo”.⁵⁹ Nesta caça, foram aprisionadas duas mulheres, cinco meninas, entre cinco e doze anos, e três rapazes, todos entregues ao Convento das Irmãs da Divina Providência em Blumenau. Além das mulheres e crianças, foram apresadas ainda duas lanças com ponta de ferro, sete arcos, cerca de cinquenta flechas entre outros objetos. Quanto aos bugreiros, perdeu-se a vida de um homem.

Para o pastor Aldinger, a solução ao “problema indígena” aconteceria através da “(...) formação de um posto de catequese aos indígenas”. Para este, caberia às autoridades públicas a criação de um “posto de amansamento”, que se utilizaria das mulheres indígenas aprisionadas como interlocutoras para:

(...) convencer os silvícolas de que poderiam livre e seguramente chegar ao posto, onde seriam recebidos e poderiam trabalhar com segurança como colonos. Se não quisessem seguir tais conselhos, seriam então perseguidos e aniquilados. “Pelo menos, assim, ter-se-ia feito o que se pôde cristã e humanamente.”⁶⁰

Sobre a criação do posto de “amansamento”, o Pastor conferenciou com o Juiz de Direito de Blumenau, Dr. Ayres de Albuquerque, a quem expôs suas principais ideias, como a necessidade de mais tarde levar-se as crianças indígenas aprisionadas ao posto onde seriam orientadas aos trabalhos agrícolas.

As incursões de caça aos índios de 1905 e 1907, estão separadas por aproximadamente cinquenta e cinco anos do chamado “primeiro” assalto de índios a colônia Blumenau. Embora recuados no tempo e também no espaço em que aconteceram, apresentam várias similaridades entre si, além de permanências que sobreviveram a este tempo, como as soluções apontadas a questão que tradicionalmente se chamou de “problema indígena”. Os dois eventos do século XX nos mostram que o receituário adotado para a solução do problema pouco difere daquele apontado por Dr. Blumenau no ano de 1856. Antes ao contrário, o receituário de se aplicar “(...) sanguinolentas entradas e cachorros do mato”,⁶¹ fora adotado durante toda a metade do século XIX e crescia na primeira década do XX.

⁵⁹ ALDINGER, P., *O Problema do Índio*, p. 34.

⁶⁰ ALDINGER, P., *O Problema do Índio*, p. 39.

⁶¹ BLUMENAU, H. B. O., *Relatórios do Dr. Blumenau- 1856*, p. 27.

1.3. Vozes Dissonantes.

Os massacres perpetrados pelos bugreiros ganharam notoriedade pública atingindo espaços de discussão entre os diferentes estratos sociais, dos mais humildes aos mais letrados. Entre estes espaços, encontram-se os jornais *Blumenau Zeitung* e o *Der Urwaldsbote*, onde aconteciam discussões sobre o chamado “problema indígena”. Este último, sob a direção do redator chefe e jornalista Eugênio Fouquet, enaltecia a colonização alemã do Vale do Itajaí e alimentava o ódio e o extermínio aos indígenas, visando aniquilá-los.

Entre as vozes dissonantes na região, encontrava-se a do médico alemão Dr. Hugo Gensch, que assumira a defesa dos índios. Contrariando a fala de Eugênio Fouquet, criticava o assassinato dos indígenas durante as incursões realizadas pelos bugreiros. No entanto, mesmo adotando postura crítica à estas ações, Dr. Gensch veio a realizar a adoção de uma criança indígena sequestrada, fato este que nos atentaremos adiante. O médico alemão veio para Blumenau no ano de 1896, no qual, além do exercício de sua profissão dedicou-se ao estudo da etnografia do Vale do Itajaí. Em 1908, escreveu um livro de título *Die Erziehung Eines Indianerkindes*,⁶² onde relata a experiência adquirida na educação de sua filha adotiva, a indígena Maria Korikrã. Com tradução de Cezar Zillig, a obra de Gensch fora recentemente publicada em cinco partes pela Revista Blumenau em Cadernos.

Sobre os bugreiros e suas atividades de caça aos índios, Gensch afirma tratar-se de uma “horda de assassinos; aventureiros de todas as nações (...) a escória da humanidade, os quais armados até os dentes, os rastreiam na selva como caça, atacando-os durante o sono, abatendo-os a sangue frio (...)”. Para Gensch, as ações de caça eram totalmente injustificadas ante as reações indígenas frente ao processo de ocupação da região. Afirma ainda que “pode-se excursionar pelas matas anos a fio sem vê-los”, somente se ouvindo falar deles “(...) quando alguma pessoa tenha sido assassinada, algo tenha sido roubado e então, (...) quando se tenha lançado sobre eles uma horda de assassinos”.⁶³

“Uma guerra de extermínio,” é como o médico alemão definia a história do Estado de Santa Catarina. Criticava a imprensa local pelos infundados celeumas que procurava criar junto aos imigrantes e aos recém-emigrados; celeumas estes, que vinham justificar a prática das caçadas realizadas aos índios. Para Gensch, nem sempre se podia garantir que os assassinatos e os furtos sempre imputados aos “bugres” pelo jornal *Der Urwaldsbote* fossem realmente praticados por estes. Critica ainda a postura do jornal que procurava transmitir aos

⁶² A adoção de Uma Criança Indígena: contribuição prática para solução da questão indígena sul-americana.

⁶³ GENSCH, H., *A Adoção de Uma Criança Indígena*, p. 11.

seus leitores a imagem de que “(...) a estrada para o planalto seria intransitável justamente por causa dos índios.” Afirmava que, estando há doze anos em Blumenau, segundo seus cálculos, somente “(...) seis pessoas foram mortas ou feridas por índios” nesta estrada. Sobre o considerado primeiro ataque de índios ocorrido na Velha; ataque este publicado pelo jornal Blumenau Zeitung em 1908, argumenta que Kleine publicou esta matéria “com grande ingenuidade” ao afirmar que “ao invadirem o rancho, aos índios bastaria arremessar suas lanças para liquidarem com todos os brancos”.⁶⁴

Enquanto voz dissonante, Gensch problematizou a construção discursiva sobre o indígena promovida pelos meios jornalísticos de sua época. Assim, as relações estabelecidas entre brancos e índios, bem como as representações criadas aos segundos, tornaram-se enfoques centrais de análise na elaboração de seu trabalho. A escrita de Gensch nos reporta à fala de Chartier que lembra que:

As representações do mundo social embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.⁶⁵

Logo, as relações entre diferentes nas discussões de Gensch foram interpretadas enquanto relações de poder, de dominação, e não foram entendidas acreditando-se que se tratava unicamente de criações que ocorreram ao acaso, sem segundas intenções.

Para reforçar esta assertiva que procura compreender as crenças de Gensch, acreditamos oportuno citar o poema “O Selvagem” de Couto de Magalhães, que fora escolhido pelo próprio médico alemão para abrir seu ensaio de 1908, como segue:

“Coitados”!

Eles não têm historiadores: os que lhes escrevem a história ou são aqueles que, a pretexto de religião e civilização, querem viver à custa de seu suor, reduzir suas mulheres e filhas a concubinas; ou são os que os encontram degredados por um sistema de catequese, que, com mui raras e honrosas exceções, é inspirada pelos moveis de ganância ou de libertinagem hipócrita, e que dá em resultado uma espécie de escravidão que, fosse qual fosse a raça, havia forçosamente de produzir a preguiça, a ignorância, a embriaguez, a devassidão, e mais vícios que infelizmente acompanham o homem quando se degrada. Os escravos dos gregos e romanos eram de raça branca, e não sei que a história tenha conservado notícia de gente pior.⁶⁶

⁶⁴ GENSCHE, H., *A Adoção de Uma Criança Indígena*, p. 15.

⁶⁵ CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*, p. 17.

⁶⁶ MAGALHÃES, Couto apud GENSCHE, H., *A Adoção de Uma Criança Indígena*, p. 9.

Enquanto sociedade sem historiadores e sem a possibilidade de se representar, de forma implícita Gensch realiza o exercício de pensar a apreensão e apreciação do real, as classificações e delimitações criadas pelos detentores deste poder. Novas falas do médico alemão corroboram esta afirmativa. Como estas:

De fato, entre os colonos mais antigos não se faz grande alarde sobre o assunto. Frequentemente eles contam fazendo pouco caso, que enquanto os “compadres” (*índios botocudos*) colhem milho num canto da roça eles colhem no outro. Os exageros são fomentados por sanguinários escrivinhadores de jornais aboletados em segurança.⁶⁷

Também aqui em Blumenau existe uma série de velhos insólitos, de origem europeia que passaram quase toda sua vida caçando nas matas. Nunca aconteceu nada a este pessoal. Os índios ainda lhes eram gratos, quando eles lhes deixavam parte da caça. Estes velhos conhecedores das matas também são os melhores amigos dos selvagens, odeiam até a morte e amaldiçoam os modernos caçadores de bugres.⁶⁸

Contrariando todo o alarde provocado pelo jornal *Der Urwaldsbote* diante do iminente “perigo indígena”, Gensch assim se manifesta em seu ensaio: “no interesse do município, eu protesto aqui contra todas as informações vagas, tiradas da manga do casaco”.⁶⁹ Acusa ainda os poucos ataques indígenas como provenientes da falta de obrigações humanitárias pelo Estado, pela cidade e pelos particulares. Segundo Gensch, nos 58 anos de Blumenau, não pereceram quarenta colonos mortos por índios, não obstante as centenas de vítimas indígenas. Os números apresentados por Gensch em muito se assemelham aos números pesquisados por Deeke, que em sua relação apresentada anteriormente e publicada no ano de 1917, aponta o número de 39 vítimas mortas por ataques indígenas durante os 58 anos de Blumenau, ou seja, de 1850 a 1908.

Seu ensaio ainda nos deixa ricas informações sobre a “(...) falta de obrigações humanitárias”, como se refere o médico alemão ao tratamento dispensado pelos colonizadores aos índios. Afirma que ouvira de um dos assassinos de “Bugres” sobre os estupros cometidos e que estes ocorriam antes ou depois de chacinar grupos de índios. Na oportunidade, o mesmo relatante revela que o número de índios chacinados somente em uma batida chegara a duzentos. Obviamente, jamais saberemos se os números relatados pelos bugreiros correspondiam à realidade ou procurava-se notoriedade pública, uma vez que para Gensch, “ninguém se importava pela existência destes pobres diabos, sobretudo o governo”.⁷⁰

⁶⁷ GENSCH, H., *A Adoção de Uma Criança Indígena*, p. 19. Grifos meus.

⁶⁸ GENSCH, H., *A Adoção de Uma Criança Indígena*, p. 25.

⁶⁹ GENSCH, H., *A Adoção de Uma Criança Indígena*, p. 19.

⁷⁰ GENSCH, H., *A Adoção de Uma Criança Indígena*, p. 29.

Gensch acusa as autoridades e os colonos pelas chacinas cometidas, sem deixar de dar exemplos de colonos que viviam em meio à mata sem qualquer relação hostil com os Botocudos. Para o médico, as primeiras tentativas de aproximações foram de forma pacífica, movidas pela curiosidade dos indígenas. Afirma que as autoridades não se importaram com “(...) a retração da floresta pela expansão da cultura”, que “(...) limitava os índios por todos os lados” e que se “(...) o governo tivesse cumprido com sua obrigação a questão do índio teria se resolvido pacificamente”. Aos bugreiros, a quem chamava de “sinistros assassinos”, acusa de terem sido cobertos “(...) com o hipócrita manto do amor cristão”, que vai “(...) regularmente à confissão e à absolvição, tão logo tenha consumado sanguinário feito”.⁷¹

Gensch afirma que os poucos assaltos de índios se concentravam principalmente na região que leva à cidade de Lages, no sentido planalto, importante via comercial e estratégica para os tropeiros. O maior objetivo dos assaltos era para se apoderar dos metais e peças de roupas. Segundo o médico alemão, esses assaltos, facilmente resolvíveis, “serviram de pretexto para as primeiras expedições de extermínio organizadas e enviadas de Blumenau”.⁷² No entanto, sob a liderança de colonos europeus inexperientes, os resultados foram de pouca sorte. Posteriormente, com a contratação de tropas de bugreiros mercenários, iniciam-se as “imolações a sangue frio dos índios indefesos, ainda adormecidos”.⁷³ Além das autoridades e colonos, neste momento de seu ensaio, não deixa novamente de culpabilizar a mídia impressa como responsável pelo cenário que se estabeleceu no vale: “os assaltos eram muito poucos. Assim, se levantou a alguns anos, partindo apenas de um dos jornais, tal perseguição contra os índios que na qualidade de velho médico, o que posso dizer disto é que se instigou uma pura epidemia histórica”.⁷⁴ Fazendo crítica diretamente ao jornal *Der Urwaldsbote*, Gensch se posiciona como “a primeira pessoa que aqui verberou sua voz publicamente contra estes cruéis assassinatos”.⁷⁵

Sobre as crianças sequestradas, Gensch afirma que quando as primeiras caçadas foram organizadas, de imediato se dispôs a adotar uma. Neste momento, não fora sua vocação humanitária que falara mais alto, mas sua convicção evolucionista e positivista. Para o médico alemão, seria possível “(...) através de um bom tratamento e educação, transformar um índio numa pessoa culta”.⁷⁶ Gensch relata que grande parte das crianças aprisionadas morriam de

⁷¹ GENSCH, H., *A Adoção de Uma Criança Indígena*, p. 29.

⁷² GENSCH, H., *A Adoção de Uma Criança Indígena*, p. 31.

⁷³ GENSCH, H., *A Adoção de Uma Criança Indígena*, p. 33.

⁷⁴ GENSCH, H., *A Adoção de Uma Criança Indígena*, p. 33.

⁷⁵ GENSCH, H., *A Adoção de Uma Criança Indígena*, p. 35.

⁷⁶ GENSCH, H., *A Adoção de Uma Criança Indígena*, p. 35.

doenças diversas como disenteria, enquanto muitas mulheres indígenas morriam na fuga ou ainda de tristeza. Carregamentos de mulheres e crianças eram ainda exibidas como objetos comerciais. Em diferentes localidades, em troca de pagamentos os bugreiros realizavam exibição dos aprisionados. Por fim, em um destes “carregamentos”, finalmente Gensch tem sua demanda atendida, quando recebe para adoção uma menina indígena de aproximadamente 13 a 14 anos, segundo estimativas do pai adotivo.

A partir das vivências pregressas de sua filha adotiva Maria Korikrã, Gensch se dedica ao longo dos anos a ouvi-la, tomá-la como fonte de pesquisa, a partir do qual elabora o trabalho parcialmente dissertado acima. Ao longo de seu trabalho, Gensch realiza um breve trabalho etnográfico, relatando os principais hábitos, costumes, organização familiar, experiências da filha adotiva em seu convívio com os pares e os momentos de contato com os bugreiros. Além de etnográfico, as penas do autor deixam transparecer suas principais convicções humanitárias frente à sociedade em que vivia:

Dr. Hugo Gensch vivenciou a experiência de adotar e educar uma nativa aprisionada na região do Vale do Itajaí pelos caçadores do mato, no início do século passado. Neste processo de “civilizar” a índia dentro dos padrões de ensino e aprendizagem no meio dos “civilizados”, teve o cuidado de relatar os resultados e posteriormente apresentá-los no Congresso Internacional realizado em Viena no ano de 1908. O trabalho rendeu 56 páginas impressas, nove ilustrações e um dicionário de palavras indígenas com seus significados na língua alemã.⁷⁷

⁷⁷ PETRY, S. M. V., *Apresentação*, p. 5.

Fotografia 2: Maria Korikrã com a família adotiva



FONTE: Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (Blumenau). S/D

Embora o médico alemão acuse o jornal *Der Urwaldsbote* pela produção de um permanente estado de alerta e polvorosa nos alemães colonizadores contra os “traíçoeiros Bugres”, pelo exposto até o momento, podemos considerar que esta prerrogativa não fora exclusividade do jornal criado em 1892. Como vimos anteriormente, ainda em 1856 o próprio fundador da colônia Dr. Blumenau e o Presidente Provincial, Dr. João José Coutinho, já vinham alimentado este estado de espírito.

Semelhante argumento pode ser levantado ao se analisar a carta redigida pelo Dr. Blumenau ao Presidente da Província, Dr. Guilherme Cordeiro Coelho Cintra, datada em seis de março de 1872. Nela, o Diretor da Colônia Blumenau solicita ao Presidente a concessão de maior número de soldados ou pedestres suficientes para proteger os imigrantes contra “as correrias” dos Bugres. O necessário destacamento foi justificado em função da “(...) repetição de tais sinistros” que “(...) muito prejudicam a imigração e a colonização”. A solicitação acontece após o ataque e morte do colono João Piske, morador “assaltado” pelos Bugres na

data de 19 de fevereiro de 1872, conforme cita Dr. Blumenau em sua correspondência.⁷⁸ Não obstante os números de ataques indígenas levantados por Deeke nos apresentarem um cenário de dois anos sem que nenhum incidente provocado pelos índios Botocudos tenha acontecido, o teor da carta de Dr. Blumenau novamente transmite a imagem de fenômenos rotineiros que inibiam o desenvolvimento da colônia e a chegada de novos imigrantes temerosos ante os “frequentes” ataques.

Neste mesmo ano de 1872, em data posterior à solicitação de novos soldados ao Presidente Provincial, dois novos ataques indígenas levaram a óbito dois colonos da região de Blumenau, um em Rio do Texto e outro no Garcia. Posteriormente, conforme o inventário de Deeke, a colônia Blumenau passa por um período de quatro anos sem registro de novos incidentes. Somente em 1876, um novo assalto de Bugres aconteceu na região de Rio dos Cedros, distrito de Timbó, conforme comunicado à Direção da Colônia Blumenau datado em quinze de outubro de 1876. Neste, G. Benz, comunica “(...) uma invasão de Bugres”,⁷⁹ tendo os mesmos assassinado uma moça de nome Peternite Adoni de aproximadamente 16 a 18 anos. Segundo o relato, a moça fora flechada no lado direito do peito, na altura do coração, saindo o projétil no lado esquerdo, sendo este o único relato de ataque aos colonos neste ano.

Em 23 de abril de 1870, o jornal *Kolonie-Zeitung* relata o assalto de índios Botocudos à residência de Friedrich Brunkow que acontecera na data de 16 de março de 1870. Por ocasião do assalto, o casal de alemães da Pomerânia perde a vida atravessados por flechas. Embora o inventário de Deeke apresente o saldo de três vidas por conta do acontecido e o jornal *Colonie-Zeitung* contabilize a morte do casal, chama a atenção o seguinte excerto:

Como já havia passado a época habitual dos assaltos por parte dos índios e nunca houve semelhante assalto no Rio do Testo, as medidas de segurança talvez tenham sido esquecidas pelos colonos, tanto é que o colono Brunkow não possuía sequer uma arma de fogo.⁸⁰

Acareando o excerto jornalístico com a relação dos assaltos indígenas à colônia, vemos que, precedente ao assalto de 1870, fora o assalto de 1866, ou seja, durante quatro anos a colônia Blumenau não fora acometida por nenhum ataque de índios, o que vem justificar o esquecimento das medidas de segurança, conforme afirma o jornal *Colonie-Zeitung* acima citado.

⁷⁸ BLUMENAU, H. B. O., *Carta do Dr. Blumenau ao Presidente da Província em 1872*, p. 28 e 29.

⁷⁹ Benz, G., *Bugres Matam e Saqueiam em Timbó*, p. 115.

⁸⁰ Jornal *Kolonie-Zeitung*, *Notícia de 23 de abril de 1870*, p. 103.

Obviamente, não se pretende argumentar a inexistência dos assaltos indígenas, uma vez que o território dos índios estava sendo ocupado palmo a palmo pelos colonizadores alemães e as ações e reações frente a esta expansão se tornavam inevitáveis. Interesses antagônicos entre distintos protagonistas, qual seja, os índios e os colonizadores, marcaram a história da ocupação e colonização de Blumenau. Fatores como a crescente interiorização e ocupação dos espaços do Vale do Itajaí por novos imigrantes europeus, a imposição de novos limites de circulação aos índios e a consequente redução de suas fontes alimentares podem ser destacados como fatores contributivos ao cenário de enfrentamento que se estabeleceu. No entanto, os fatores destacados devem ser compreendidos à luz de uma política de ocupação e colonização que se estabeleceu sem critérios, uma vez que era do conhecimento das autoridades públicas a existência dos índios Botocudos nestas cercanias, como atesta a carta de D. João VI de 1808.

Os números apresentados por José Deeke nos informam sessenta e uma agressões de índios no território de Blumenau durante o período de 1852 a 1914, contabilizando-se 41 colonos mortos e quarenta e dois feridos. Quanto às motivações ou objetivos dos Botocudos quando de suas aproximações aos núcleos coloniais, ou ainda, se suas aproximações eram movidas por interesses hostis ou amistosos, Wittmann afirma que esta lacuna só poderá ser preenchida a partir dos sinais deixados pelas autoridades governamentais, agente coloniais e imigrantes. Para a pesquisadora:

Os documentos citados demonstram a preocupação com o sucesso da colonização. Os relatos não esclarecem - e nem se deve esperar que o fizessem - as possíveis razões pelas quais os indígenas passaram a se defrontar com os colonos. O interesse estava no progresso da região, através do desenvolvimento das colônias, e na proteção aos imigrantes. Para alcançar este objetivo, acreditavam ser fundamental resolver o que chamavam de “problema dos bugres”.⁸¹

Os argumentos de Dr. Blumenau em suas solicitações de destacamento de Companhia de Pedestres corroboram a afirmativa de Wittmann. Os argumentos destacados pelo Diretor da Colônia ao Presidente Provincial para o aumento das tropas de pedestres pautavam-se enquanto necessários para proteger os imigrantes contra “as correrias” dos Bugres, que muito prejudicavam a imigração e a colonização. Contexto semelhante às justificativas apontadas pelos contratantes de tropas de bugreiros profissionais: a remoção do elemento humano que impedia o desenvolvimento do progresso e da civilização.

⁸¹ WITTMANN, L. T., Atos do contato, p. 16.

1.4. O Cenário Intelectual Brasileiro Durante o Século XIX.

Na seção anterior, apresentamos os distintos posicionamentos teóricos encontrados na fala do jornal *Der Urwaldsbote* e do médico alemão Dr. Hugo Gensch. O jornal porta-voz dos alemães representava o discurso da civilização, do progresso e do potencial de superação do estado de natureza da região do Vale do Itajaí, desde que o elemento indígena fosse varrido destas cercanias. Para o jornal, esta missão caberia ao alemão “civilizado” e ao progresso oriundo dos europeus, em detrimento da barbárie e da incivilidade do nativo. Já Hugo Gensch, atribuía a capacidade de superação e aperfeiçoamento do estado de natureza à região e também aos Botocudos, sem deixar no entanto de adotar um discurso colonizatório, redentor e salvacionista que caberia ao elemento europeu. Lembremo-nos de sua fala de que seria possível “(...) através de um bom tratamento e educação se transformar um índio numa pessoa culta”.⁸²

A tênue distinção teórica entre o jornal representante da grande maioria dos colonizadores alemães e do também colonizador Dr. Hugo Gensch, nos reporta ao conceito rousseauiano da *perfectibilidade*. Na primeira parte de seu *Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da desigualdade entre os Homens*, ao procurar distinguir a natureza humana da natureza animal, Rousseau atribui ao homem “(...) a sua faculdade de se aperfeiçoar; faculdade que, com a ajuda das circunstâncias, desenvolve sucessivamente todas as outras e reside entre nós, quer na espécie, quer no indivíduo”. Já o animal será, “(...) ao fim de alguns meses, o que será toda a vida.”⁸³

Assim como na região do Vale do Itajaí, durante o transcorrer do século XIX, o cenário intelectual brasileiro apresentou-se polarizado entre os adeptos da perfectibilidade ou não dos indígenas; entre os defensores de sua integração à comunhão nacional ou ao seu extermínio. No entanto, longe do propugnado pelos teóricos do século XIX, o neologismo rousseauiano, *da perfectibilidade*, representa a capacidade inerente ou congênita ao homem de aperfeiçoar-se, não supondo, no entanto, o seu acesso obrigatório ao estado de “civilização”. Para Rousseau, o progresso não se constitui como característica natural, antes sim, por meio da sua capacidade de contínuo aperfeiçoamento, o ser humano se afasta de seu estado de natureza, graças à sua liberdade. Liberdade de aperfeiçoar-se ou de manter-se em meio à vida natural, como segue:

⁸² GENSCHE, H., *A Adoção de Uma Criança Indígena*, p. 35.

⁸³ ROUSSEAU, J. J., *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens*, p. 38.

(...)a maioria dos nossos males são nossa própria obra e os teríamos quase todo evitado, se conservássemos a maneira de viver simples, uniforme e solitária que nos era prescrita pela Natureza. Se ela nos destinou a sermos sãos, ouso quase assegurar que o estado de reflexão é um estado contranatural e que o homem que medita é um animal depravado. Quando se pensa na boa constituição dos selvagens, pelo menos dos que não perdemos com nossos licores fortes, quando se sabe que não conhecem quase outras doenças a não ser as feridas e a velhice, é-se levado a crer que se faria, facilmente, a História das doenças humanas seguindo a das sociedades civilizadas.⁸⁴

A natureza ordena a todos os animais e estes obedecem. O homem sente a mesma impressão, mas reconhece-se livre de aquiescer, ou de resistir; e é, sobretudo, na consciência desta liberdade que se mostra a espiritualidade de sua alma.⁸⁵

No entanto, a perfectibilidade, enquanto constitutiva da condição humana em Rousseau, fora negada aos indígenas Botocudos de Santa Catarina. Logo, do ponto de vista Rousseauniano, negar a perfectibilidade e relegar o indígena ao permanente estado de natureza é também negar a própria condição de humano. Atribuiu-se este “germe” somente aos colonizadores europeus que seriam os grandes responsáveis pela superação e aperfeiçoamento do estado natural em que se encontrava a região do Vale do Itajaí. E esta clivagem entre perfectíveis e não perfectíveis encontrava-se no cerne da guerra de extermínio que assolou o processo de colonização do Vale do Itajaí.

Diante desta clivagem entre diferentes condições humanas, europeus e selvagens, humanos e não humanos, perfectíveis e não perfectíveis, é que se definiu o cenário de extermínio que se instaurou no Vale do Itajaí no século XIX. Carneiro da Cunha afirma que, este é o século em que “(...) a questão da humanidade dos índios se coloca pela primeira vez” e que o cientificismo “(...) está preocupado em demarcar claramente os antropóides dos humanos (...)”.⁸⁶

Logo, a tentativa de uma limpeza étnica contra os indígenas Botocudos nas áreas de colonização alemã nas províncias do sul do Brasil, pode ser compreendida à luz da imagem atribuída ao indígena durante o século XIX, classificados em “bravos” ou “mansos” e também diante da compreensão da política indigenista que vigorou no Brasil durante este século. Os Botocudos de Santa Catarina foram categorizados como pertencentes aos chamados índios bravos, ao qual se agrupavam todos os índios que neste século inibiam a expansão das fronteiras do império. Em oposição ao índio bom do romantismo literário, o Botocudo, categorizado como Tapuia, foi estigmatizado pela sua ferocidade, como o índio que precisava ser vencido e eliminado para a definitiva implantação da civilização e do progresso. A carta

⁸⁴ ROUSSEAU, J. J., *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens*, p. 35.

⁸⁵ ROUSSEAU, J. J., *Discurso Sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade Entre os Homens*, p. 38

⁸⁶ CUNHA, M. C. da., *História dos índios no Brasil*, p. 134.

régia de D. João VI de 1808, apresentada no início deste capítulo, é elucidativa a este respeito. Logo que chega ao Brasil, o príncipe regente declara uma verdadeira guerra ofensiva contra os Botocudos, vistos como obstáculos a serem transpostos diante dos projetos colonizatórios. Ante a resistência ao aldeamento e a “civilidade”, fora desencadeada uma guerra de extermínio contra os “bárbaros índios”.

Carneiro da Cunha, ao procurar caracterizar a política indigenista durante o século XIX, observa que neste momento “(...) a questão indígena deixou de ser essencialmente uma questão de mão de obra para se tornar uma questão de terras”. Afirma a autora que a mão-de-obra indígena só é fundamental em situações locais e paliativas, como no caso da extração da borracha na Amazônia, que posteriormente se utiliza da mão de obra nordestina. Em regiões de povoamento antigo, procurava-se espoliar as terras dos aldeamentos, enquanto, nas frentes de expansão como na província de Santa Catarina “(...) são sem dúvida a conquista territorial e a segurança dos caminhos e dos colonos os motores do processo”.⁸⁷ Enquanto um problema de terras e cada vez menos essenciais como mão de obra, a discussão da questão indígena passa a ganhar contornos que não podem ser considerados novos, mas passa a ser pensada enquanto política geral a ser implementada, como segue:

Debate-se a partir do fim do século XVIII e até meados do século XIX, se se devem exterminar os índios “bravos”, “desinfestando” os sertões – solução em geral propícia aos colonos – ou se cumpre civilizá-los e incluí-los na sociedade política – solução em geral propugnada por estadistas e que supunha sua possível incorporação como mão-de-obra. Ou seja, nos termos da época, se se deve usar de brandura ou de violência.⁸⁸

Como exemplo destes acalorados debates que se instauram no cenário da intelectualidade brasileira durante o século XIX, lembremo-nos dos diferentes posicionamentos entre intelectuais brasileiros como José Bonifácio e cientistas estrangeiros como von Martius. Distintas posições também aconteceram entre os intelectuais brasileiros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), como entre Gonçalves de Magalhães e Varnhagen. No primeiro caso, José Bonifácio se posiciona pela perfectibilidade dos nativos e apresenta a Assembleia Constituinte de 1823, um projeto de lei com programa de integração dos índios à sociedade nacional. Para Bonifácio, a política mais adequada para a catequização e integração do índio ao projeto de construção da nação brasileira seria o aperfeiçoamento dos métodos já utilizados pelos jesuítas. Evangelho, presentes e paciência foram apontados como

⁸⁷ CUNHA, M. C. da., *História dos índios no Brasil*, p. 133.

⁸⁸ CUNHA, M. C. da., *História dos índios no Brasil*, p. 134.

o melhor método a ser desenvolvido junto aos povos indígenas. Contrariamente, o cientista bávaro von Martius e o zoólogo Johann Baptiste Von Spix, que estiveram no Brasil em expedição científica de 1817 a 1820:

(...) atribuem caracteres comuns aos indígenas, principalmente em sua constituição física, ou a ausência de traços individuais o que denota a falta de desenvolvimento e primitividade destes na história da evolução humana. (...) prevalece no elemento indígena o instinto animal, e uma alma definhada, o que leva estes a viverem fora da sociedade humana pautada nos princípios cristãos, e conforme entram em contato com maior número de índios percebem-se em seus registros, uma maior tendência à detração destes.⁸⁹

No livro de Martius e Spix, *Viagem pelo Brasil*, publicado na Alemanha, desconfiam dos resultados de qualquer tentativa civilizatória e da capacidade de saírem os índios do estado de “selvageria” em que se encontravam e conseqüentemente, negam a presença de qualquer germe *da perfectibilidade* na constituição humana dos índios brasileiros.

Pensamento análogo ao de Martius pode ser encontrado nas observações de Francisco Adolfo de Varnhagen em seu pronunciamento no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) no ano de 1849, momento de calorosos debates acerca da Lei de Terras de 1850. Varnhagen afirma que os índios não eram “(...) cidadãos brasileiros, não cumpriam nenhuma das obrigações das leis e andavam vadiando com as orelhas e beiços furados, em vez de serem guardas nacionais e vestir uniformes”. Finaliza sua fala mostrando-se favorável ao retorno das “(...) bandeiras que lhe davam caça”,⁹⁰ uma vez que os índios se mostravam estranhos ao pacto social. Em sua obra *História Geral do Brasil*, publicada em 1854, apresenta um indígena selvagem, sem história e que alcançaria a perfectibilidade somente com a utilização da força pelos povos civilizados (europeus), negando-lhes o direito a terra e a cidadania brasileira.

No entanto, mesmo entre os integrantes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado com a grande missão de construir uma história que definisse a identidade da nação brasileira, encontravam-se vozes dissonantes à corrente que propugnava o extermínio dos povos indígenas. Tomemos como exemplo o romântico indianista Gonçalves de Magalhães que, em artigo publicado em 1860, intitulado *Os Indígenas do Brasil Perante a História*, realiza fortes críticas a Francisco Adolfo de Varnhagen e aos historiadores nacionais. Acusa-os de estarem “(...) contaminados do espírito de partido, e seduzidos por teorias a priori”, no

⁸⁹ BAULER, A., *As representações etnográficas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, p. 22.

⁹⁰ MOREIRA, V. *O ofício do historiador e os índios*, p. 60.

qual julgavam somente como verdadeiras a sua própria cultura. Ao sugerir a atenta leitura da obra de Varnhagen, qualifica-a como uma reunião de acusações contra os selvagens brasileiros, abonada por uma leitura imparcial deixada pelos primeiros cronistas e colonizadores do Brasil.⁹¹

Como se vê, o cenário intelectual brasileiro durante o transcorrer do século XIX, apresentava-se polarizado entre adeptos da perfectibilidade ou não dos indígenas, entre defensores de sua integração à comunhão nacional ou de seu extermínio. Diferentes soluções foram apontadas por diferentes intelectuais sobre a solução da chamada “questão indígena”. Sem solução a nível nacional, as soluções eram encontradas em níveis locais.

Em Santa Catarina, a solução encontrada foi a mais propícia ao colono que procurava exterminar e “desinfestar” as florestas para assim facilitar a ocupação dos vastos territórios considerados devolutos. Este cenário foi facilitado às autoridades locais diante da arena política que se instaura no Brasil no século XIX, como nos acena novamente Carneiro da Cunha. A autora destaca que nos três primeiros séculos de colonização, a política indigenista brasileira fora discutida levando-se em conta os interesses dos moradores, da Coroa e dos jesuítas. Já o século XIX assiste ao encurtamento do diálogo entre o poder central e o poder local, encontrando-se o indígena sem representação real em nível algum, o que só faz aumentar ao “(...) doce” sabor dos interesses locais a desenvoltura deste poder.⁹² As páginas acima, nos apresentam este cenário. A contratação de tropas de bugreiros, as entradas, os sequestros de mulheres e crianças eram decisões tomadas localmente, bastando para isto, que se “construíssem” justificativas locais, como os ataques perpetrados pelos “sanguinários Bugres”, sem que tenhamos notícias de interferências de instâncias mais amplas como o poder judiciário ou de poderes centrais.

E é neste cenário de enfrentamentos ideológicos, como entre o representante dos interesses da maior parcela dos colonizadores alemães na figura do jornal *Der Urwaldsbote* e figuras isoladas como o médico alemão, Dr. Hugo Gensch, e em meio às sangrentas caçadas indígenas lideradas por bugreiros profissionais, que acontece em 1910 a criação do Serviço de Proteção aos Índios. O novo órgão surge em meio a fortes críticas nacionais e internacionais em relação aos eventos de extermínio dos povos indígenas, que aconteciam, principalmente nas áreas de colonização mais recente, como a região do Vale do Itajaí em Santa Catarina.

⁹¹ MAGALHAES, D. J. G., *Os indígenas do Brasil perante a História*, p. 3-66.

⁹² CUNHA, M. C. da., *História dos índios no Brasil*, p. 133,134.

CAPÍTULO II – A CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO AOS ÍNDIOS E LOCALIZAÇÃO DE TRABALHADORES NACIONAIS.

2.1. Introdução

Em sua clássica obra *Os Índios e a Civilização*, Darcy Ribeiro nos apresenta o cenário de ocupação dos últimos bolsões de terras ainda não colonizados por frentes agrícolas na região da costa oriental do território brasileiro durante o século XIX. Apresenta também, o que ainda restava da floresta atlântica, bem como os principais grupos indígenas que sobreviviam em meio a estas manchas florestais. Com relação aos contatos vivenciados por esses grupamentos indígenas com os “civilizados”, o autor destaca principalmente aqueles experienciados com as missões de catequese e os grupos de reconhecimento territorial.

Ao autor interessava vislumbrar as novas frentes de expansão demográfica que passaram a ocupar “as últimas faixas da floresta atlântica onde grupos indígenas se mantinham independentes” até meados do século XIX. Acompanhando esta expansão demográfica, estes últimos bolsões florestais seriam rasgados por novas frentes agrícolas, por estradas de ferro e redes telegráficas que viriam a ligar regiões até então formadas por arquipélagos humanos. Assim, para a conquista destes espaços, interessava a eliminação de estilos arcaicos e tradicionais de vida, como dos indígenas e sertanejos. Interessados unicamente nas novas terras e nas riquezas que estas poderiam proporcionar, os novos ocupantes não se preocupavam em poupar vidas. Neste momento, os indígenas representavam “um sério obstáculo à integração de seu território na economia nacional” e sua capacidade de resistência e de fazer frente a exércitos, desacelerava este processo ocupacional que se instaurava.¹

Povos indígenas como os Kamakân, os Pataxó, os Maxakali, os “Botocudos”, os Puri-Coroados veem seus territórios serem invadidos por novas frentes agrícolas. Agricultores interessados no cultivo do algodão, do fumo, do cacau ou ainda na produção de café passam a invadir florestas que se limitavam do sul da Bahia até o vale do rio Doce, no atual Estado de Minas Gerais. Aos povos indígenas, restava a subjugação a aldeamentos sob a direção de missionários, principalmente capuchinhos. Aos “resistentes” respondeu-se com ataques

¹ RIBEIRO, D., *Os índios e a civilização*, p. 92-93.

militares e ao longo da ocupação, “os índios caíram sob o jugo de fazendeiros que lhes tomaram as terras, a título de compra”.²

Semelhante processo aconteceu em região de extensa floresta atlântica que cobria grande parte do Estado de São Paulo, sul de Minas Gerais e norte do Paraná. Em meados do século XIX, os efeitos provocados pela marcha das grandes lavouras cafeeiras nesta região, tiveram como consequência duros embates entre os tradicionais moradores e as frentes de expansão agrícola. Com terras propícias a esta cultura agrícola que se destinava a exportação, adentrou-se territórios até então ocupados pelos índios do tronco linguístico Jê, principalmente os Kaingang, também chamados de Coroados, Guaianá, Bugres ou “Botocudos”. Como afirma Ribeiro, “funcionando à base da existência de matas virgens, a marcha do café se tornou uma fronteira em contínua expansão”.³

Sobre a região sul do Brasil, Darcy Ribeiro realiza uma breve descrição do cenário de enfrentamentos entre os Botocudos e os imigrantes europeus nos Estados do Paraná e Santa Catarina. O autor descreve o ritmo de vida do povo indígena Botocudo em meio à floresta de Araucária na região dos planaltos e em meio à densa floresta atlântica dos vales de Santa Catarina. Com a destinação destas matas a imigrantes alemães, italianos e eslavos por iniciativa governamental, iniciam-se os embates e enfrentamentos entre os índios e os “imigrantes empenhados em devassar a mata para se instalarem como pequenos proprietários”.⁴ Ribeiro descreve, ainda, as ações governamentais destinadas à resolução da chamada “questão indígena”, além das ações realizadas em parceria entre entidades públicas e particulares, como as ações dos bugreiros profissionais. Para o autor, em Santa Catarina, “os bugreiros profissionais alcançaram tal eficiência em suas batidas que deixaram para trás, como meros amadores, os bandos celerados que caçavam índios em São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia”.⁵

A ocupação dos últimos redutos dos indígenas na região centro-sul do Brasil durante o século XIX, gerou duros embates entre os povos nativos que sobreviviam em meio às florestas e os interesses dos investidores e suas frentes de expansão agrícola que procuravam interiorizar estas regiões. O empecilho que o indígena representava ao progresso e a república tornou-se problema nacional, e ganhou contorno nos principais meios jornalísticos nacionais e internacionais. A agressividade com que se passou a conquistar os sertões e as carnificinas

² RIBEIRO, D., *Os índios e a civilização*, p. 95-96.

³ RIBEIRO, D., *Os índios e a civilização*, p. 101.

⁴ RIBEIRO, D., *Os índios e a civilização*, p. 107.

⁵ RIBEIRO, D., *Os índios e a civilização*, p. 109.

decorrentes desse processo ocupacional repercutiram e causaram reações em certos setores da sociedade brasileira, principalmente nos meios urbanos. Em Santa Catarina, o fato de que imigrantes estrangeiros, principalmente alemães, estavam expulsando e violentando os nativos da região do Vale do Itajaí, gerou reações nacionalistas que muito contribuíram para a criação de associações de amparo ao índio. E são estas discussões e pregações humanitárias que alimentarão nossa próxima seção.

2.2. O Índio em debate

Durante a segunda metade do século XIX, o vetor da economia brasileira ganhava curva ascendente, impulsionado principalmente pelo aumento da produção do café. Minas Gerais, vale do Parnaíba e São Paulo são as regiões que mais contribuíram para estes resultados, apresentando considerável multiplicação de fazendas cafeeiras. Em paralelo a este crescimento, aconteciam os estímulos à contratação de mão de obra europeia, que substituiria gradativamente a mão de obra escrava, além de estímulos a projetos de colonização. Para termos uma ideia, durante o período de 1840 a 1890, o Brasil recebeu aproximadamente 1,5 milhões de imigrantes europeus, ao qual se somariam ainda 2,6 milhões nos 30 primeiros anos da República. Logo, o avanço das fazendas de café no sudeste, e os projetos de colonização europeia no sul do Brasil, principalmente nos Estados do Paraná e Santa Catarina, seriam os responsáveis pela pressão sob os últimos bolsões de terras ainda sob ocupação de índios nestas regiões.

Submetidos à rudeza de um confronto desigual, inúmeros massacres foram perpetrados contra os índios destas regiões. Tropas de bugreiros percorriam seus territórios em troca de soldo pago por fazendeiros, colonos ou ainda por governos provinciais. Após anos de confrontos e revides que levaram à quase dizimação dos indígenas, estas ações foram responsáveis por enxurradas de denúncias contrárias a estas práticas, principalmente na primeira década do século XX. Denúncias aconteceram em “foros internacionais e internamente ensejaram um amplo debate público com a participação de associações científicas e culturais, da igreja e do apostolado positivista, que desembocaria no processo de criação do Serviço de Proteção aos Índios” em 1910.⁶

⁶ CORDEIRO, Ê., *Política Indigenista Brasileira e Promoção Internacional dos Direitos das Populações Indígenas*, p. 54.

Um dos epicentros destas discussões que colocaram o índio em pauta na primeira década do século XX partiu das denúncias realizadas pelo naturalista Alberto Vojtech Frič. No início de 1906, Frič tornou-se membro do grupo de etnólogos alemães, sem que tivesse, no entanto, qualquer profissionalização nesta área. Naturalista amador, ganhou reputação junto ao Museu de Berlim quando apresentou sua coleção de artefatos reunidos junto aos índios Bororo do Brasil. O jovem Tcheco realiza sua primeira visita ao Brasil no ano de 1900, concentrando-se principalmente em estudos sobre a botânica brasileira. Já em sua segunda viagem ao país, concentra sua atenção à cultura material dos índios brasileiros. Apresenta sua coleção aos diretores da seção americana do museu de Berlim, no interesse de vender o acervo coletado, impressionando os responsáveis Karl von Steinen e Eduardo Seler pela qualidade dos artefatos bem como sua preservação e a meticulosa catalogação. Como nos informa Penny, no final do século XIX e início do XX, etnólogos alemães e seus colecionadores poderiam ser encontrados em diferentes regiões do mundo, como no Egito, Turquia, Oriente Médio, África, Austrália, América do Sul e Central. Nestas regiões, esperavam angariar coleções etnográficas dos colonizados e de povos indígenas considerados em via de extinção cultural, realizando-se, assim, uma verdadeira etnografia de “resgate” antes do completo desaparecimento da cultura material destes povos.⁷

Quando Frič chegou ao sul do Brasil em setembro de 1906 como contratado e representante local dos museus de Berlim e Hamburgo, se deparou com uma realidade de enfrentamentos entre colonizadores alemães, que procuravam impor seu domínio territorial sobre as densas florestas e seus ocupantes originais: os índios Botocudos. Em suas expedições no ano de 1907, coletou jogos, fantoches, instrumentos musicais, armas e ferramentas entre Kaingang e Botocudos, fazendo notas ainda de suas diferentes mitologias. No entanto, como informa Penny, Frič logo se sentiu atraído para o mundo da política colonialista do sul do Brasil e sua simpatia para a situação dos índios e sua raiva aos abusos dos colonizadores europeus já ficaram estampados em suas primeiras publicações.⁸

De colecionador, logo Frič se transformou em defensor dos direitos indígenas, associando-se a *Liga Patriótica pra a Catequese dos Silvícolas*, ou simplesmente, *a Liga*, uma organização criada para lutar pela proteção dos direitos dos índios. Fundada em Florianópolis no ano de 1906 sob autorização do governo estadual, em sua constituição, *a Liga* apresentou elementos que em muito se assemelhavam ao futuro órgão indigenista que seria criado em 1910 chamado Serviço de Proteção aos Índios. Entre estas semelhanças, destaca-se sua

⁷ PENNY, H. G., *The Politics of Anthropology in the Age of Empire*, p. 252-253.

⁸ PENNY, H. G., *The Politics of Anthropology in the Age of Empire*, p. 262.

filosofia positivista “que defendia que os indígenas poderiam ser incorporados à comunhão nacional, desde que ‘civilizados’ ”.⁹ Princípios como a humanidade no tratamento aos indígenas e o fim das caçadas humanas também encontravam-se entre as aspirações pretendidas pela organização.¹⁰

Além de apoio financeiro, na organização, Frič encontrou uma plataforma para expressar publicamente sua indignação e realizar denúncias às práticas de extermínio dos índios do sul do Brasil pelos colonos alemães. Passa a escrever uma série de artigos para jornais sul-americanos denunciando o extermínio, a contratação de caçadores profissionais e a escravização de mulheres e crianças indígenas pelos colonizadores. Sobre a prática de caça aos índios feitas por bugreiros profissionais, Penny afirma que Frič realizou fortes denúncias a essa forma de “pacificação”, afirmando:

(...) that colonists were only attacked by Indians “in retaliation for the butchery that has been visited on [the Indians] since the colonies were first founded.” “The colonist forgets”, (...) that he lives in a land that belongs to the Indians, that it is only for this reason that he was able to buy it for a laughable price, and that the Indians’ rage and revenge is justifiable.”¹¹

Em Blumenau, Frič inicia abertas e agressivas denúncia aos colonos. Em resposta, o jovem Tcheco foi acusado de violar um dos principais códigos normativos dos etnólogos: não separar questões morais e políticas da objetividade científica que pretendia a antropologia. Gustav Salinger, o cônsul alemão em Blumenau, condenou as acusações de Frič chamando-as de “contos de fadas”, argumentando que quaisquer atos de violência pelos colonos aos índios eram completamente defensivos. Em seu pronunciamento em que defendeu a prática de contratação de bugreiros e a adoção de crianças indígenas pelos colonos, o cônsul alemão afirma que *the children captured during his raids were made into useful members of society*.¹² O cônsul afirma ainda, que as expedições de caça conseguiram devolver a paz à região de Blumenau e acusa a Liga Patriótica, a qual Frič estava filiado, de ser *more anti-German than pro-Indian*.¹³

⁹ BRIGHENTI, C. A., *Povos indígenas em Santa Catarina*, p. 24.

¹⁰ SANTOS, S. C. dos., *Índios e Brancos no Sul do Brasil*, p. 122.

¹¹ (...) que os colonos só foram atacados pelos índios "em retaliação à carnificina que foi visto em [os índios] desde que as colônias foram fundadas." "O colono se esquece que ele vive em uma terra que pertence aos índios, que é apenas por esta razão que ele foi capaz de comprá-lo por um preço ridículo, e que a raiva e vingança dos índios é justificável". PENNY, H. G., *The Politics of Anthropology in the Age of Empire*, p. 264.

¹² “as crianças capturadas durante seus ataques foram feitos em membros úteis da sociedade”. PENNY, H. G., *The Politics of Anthropology in the Age of Empire*, p. 269.

¹³ “mais anti-alemã do que pró- índios”. PENNY, H. G., *The Politics of Anthropology in the Age of Empire*, p. 264.

Na tentativa de neutralizar as acusações de Frič, entra em cena o médico alemão Hugo Gensch. Preocupado pela sua própria reputação, tanto quanto a reputação da Alemanha no exterior, Gensch tenta enfraquecer os argumentos de Frič, questionando sua saúde mental e sua competência profissional, argumentando que este não fora capaz de compreender os códigos normativos da ciência antropológica. Sentindo-se insultado sobre as acusações de sequestro e escravização de crianças indígenas, Gensch argumentou que há muito se opunha aos abusos contra os índios, e que Frič não tinha conhecimento suficiente sobre a problemática indígena em Santa Catarina. Para Gensch, o naturalista estava sendo usado pelos elementos nativistas contra a Alemanha.¹⁴

Sobre as acusações de que não era suficientemente profissional para separar códigos morais e políticos de códigos científicos, Frič responde (...) *that his position in the "service of German science" should not require him to let "criminals of German descent" simply "walk away" were not effective.*¹⁵ Sem demora, suas acusações públicas de práticas de extermínio aos índios enfureceram o Ministério do Exterior alemão que temia pela reputação do país no exterior. Por exigência deste, no ano de 1907, o naturalista e representante dos museus de Berlim e Hamburgo em Blumenau teve seu contrato rescindido.

Um ano após, Frič revisitou suas acusações contra os colonos alemães no XVI Congresso Internacional de Americanistas. Realizado na cidade de Viena no ano de 1908, o foro internacional tinha seu principal eixo de discussões focado no estudo da origem, da cultura, das características físicas e da distribuição geográfica dos povos indígenas das Américas. Neste evento, o Brasil e o tratamento dispensado aos seus indígenas tornou-se palco de acaloradas discussões que repercutiram e contribuíram para o futuro da política indigenista brasileira.

Em um pronunciamento em 08 de setembro, o delegado do Estado do Pará, Inácio Batista de Moura, “revelou o fato de que os índios da região amazônica estavam sendo tratados como animais pelos assim chamados ‘civilizados’, que invadiam suas terras”. O pronunciamento de Moura demonstrava sua preocupação com a acelerada redução da população indígena no Brasil. No entanto, no mesmo pronunciamento demonstrou sua inabilidade para enfrentar o problema por ele levantado. Contrabalançando a dizimação indígena, enaltece com orgulho o desenvolvimento industrial brasileiro, alternando suas “palavras entre referências sóbrias sobre o desaparecimento dos índios amazônicos e

¹⁴ PENNY, H. G., *The Politics of Anthropology in the Age of Empire*, p. 269-270.

¹⁵ (...) “que sua posição no serviço da ciência alemã não deve exigir-lhe que deixe criminosos de ascendência alemã simplesmente ir embora”. PENNY, H. G., *The Politics of Anthropology in the Age of Empire*, p. 262.

relatórios otimistas sobre o surgimento de um Brasil novo”. Sem descrever a maneira e os motivos que levavam a gradativa dizimação da população indígena em território brasileiro, Moura preferiu empossar os brasileiros como capazes de “assimilar das nações europeias tudo que pudesse contribuir para o seu progresso e civilização”. Segundo Staufffer, Moura prognosticou o desaparecimento dos indígenas em um período de até cinquenta anos, eximindo-se da responsabilidade de definir claramente as causas do declínio e desaparecimento dos nativos brasileiros.¹⁶

O discurso de Inácio Batista de Moura precedeu em seis dias ao pronunciamento realizado por Alberto Vojtěch Frič. Em sua fala, Frič procurou explicar aos cientistas presentes no congresso as origens e causas que levavam a dizimação das populações nativas do território brasileiro. O jovem Tcheco, de apenas 27 anos de idade, relatou suas incursões científicas pelo Brasil onde esteve em contato com diferentes etnias indígenas, principalmente do sul do país enquanto contratado e representante dos museus de Berlim e Hamburgo.

Frič pronuncia-se acusando os colonizadores brasileiros e europeus como os responsáveis pelo extermínio das últimas tribos existentes no Brasil. Busca de escravos, raptos, assassinatos e ainda a introdução de doenças contagiosas e letais aos índios nas aldeias indígenas, tal como a varíola, foram denunciadas pelo naturalista como práticas constantemente realizadas pelos colonizadores. Para Frič, tais ações não se restringiam a regiões isoladas, como em meio à floresta amazônica, mas estavam sendo praticadas por colonizadores europeus em meio às florestas dos Estados meridionais do Brasil. Com ênfase específica a esta região, Frič revelou que colonos alemães estavam contratando assassinos pagos para eliminar tribos inteiras de índios, além de venderem e escravizarem seus filhos. Acusa, ainda, o governo brasileiro e sua conivência a estes atos, solicitando aos participantes do congresso ações conjuntas para por fim ao tratamento brutal sofrido pelos índios nas mãos dos colonos alemães em Santa Catarina e Paraná.¹⁷

Sobre a prática de caça aos índios realizada pelos bugreiros, “habilmente apelou para a imaginação dos congressistas com a declaração bastante sugestiva de que se absteria de lhes contar o que ouviu dos matadores dos índios dizer sobre tortura e assassinio de mulheres e crianças”.¹⁸ Sobre a adoção de crianças indígenas, não deixa de citar os bons tratos relegados aos “escravos” por alguns colonizadores, apontando o exemplo do médico alemão Hugo Gensch. No entanto, afirma que mais “de cem crianças indígenas tinham morrido durante os

¹⁶ STAUFFER, D. H., *Origem e Fundação do Serviço de Proteção aos Índios*, p. 166-183.

¹⁷ STAUFFER, D. H., *Origem e Fundação do Serviço de Proteção aos Índios*, p. 169.

¹⁸ STAUFFER, D. H., *Origem e Fundação do Serviço de Proteção aos Índios*, p. 169.

últimos cinco anos, por falta de cuidados necessários enquanto estavam sendo criadas particularmente ou em conventos”.¹⁹

A solução apontada por Frič seria o retorno das crianças escravizadas aos seus familiares de origem e a proteção dos indígenas em reservas governamentais. Em uma tentativa de conseguir apoio dos congressistas em favor dos índios, perguntou aos participantes se “concordariam com ele que esses selvagens eram seres humanos”. Posteriormente, perguntou se todos concordavam que as ações vorazes provocadas contra os índios no sul do Brasil eram indignas de pessoas civilizadas. Por último, solicita que o congresso “protestasse contra estes atos de barbárie para que fosse tirada esta mancha da história da moderna conquista europeia na América do Sul e dado um fim, para sempre, a esta caçada humana”.²⁰

De imediato, repreendas as acusações de Frič foram externadas. Eduard Seler do Museu de Berlim procurou minimizar as acusações, contestando-as. Ataca o jovem naturalista que teve direito de resposta negado. O presidente do congresso, Wilhelm Freiherr von Weckbecker, considerou o assunto encerrado, alegando não se tratar de pauta apropriado para aquele congresso. À indignação moral de Frič, respondeu-se com o pronunciamento da neutralidade política que aquele evento científico pretendia.

De imediato, as denúncias de Frič em Viena ganharam notoriedade e receberam cobertura considerável nos mais importantes jornais alemães. Suas acusações passaram a ser depreciadas, acusando-se o naturalista de não ser um verdadeiro alemão, “mas um cidadão natural de Praga”, e de querer “boicotar a intensa colonização dos Estados meridionais do Brasil pela Alemanha”.²¹ Na imprensa brasileira, os pronunciamentos do naturalista acaloraram o debate público sobre a questão indígena no sul do Brasil e nas demais regiões. Elementos nativistas se utilizaram do momento de debate como meio de se defrontarem com colonos alemães e como forma de angariar apoio emocional para sua agenda política de defesa dos índios.

As acusações de Aberto Frič despertaram a ira do conhecido cientista alemão e Diretor do Museu Paulista, Hermann von Ihering. Este, saiu em defesa dos interesses e da reputação da Alemanha e principalmente dos interesses dos colonizadores alemães do sul do Brasil. Para

¹⁹ STAUFFER, D. H., *Origem e Fundação do Serviço de Proteção aos Índios*, p. 170.

²⁰ STAUFFER, D. H., *Origem e Fundação do Serviço de Proteção aos Índios*, p. 171.

²¹ STAUFFER, D. H., *Origem e Fundação do Serviço de Proteção aos Índios*, p. 172.

o cientista, os alemães “estavam na dianteira do avanço da civilização para o interior” em Santa Catarina.²² Sensível aos problemas dos colonizadores, von Ihering:

(...) tinha conhecimento do conflito apenas pela leitura de jornais. Muitas de suas informações eram colhidas vagamente, de periódicos e jornais em língua alemã, tal como o *Urwaldsbote* de Blumenau, Santa Catarina. O que lia ali era uma história bem diferente daquela que foi contada por Alberto Fric no Congresso de Viena. Tratava-se de um relatório unilateral – um protesto sem fim contra a brutalidade dos índios, suportada pelos colonizadores alemães, um pleito constante, da parte do colonizador, para mais proteção governamental.²³

Durante os acalorados debates que se instauraram após os pronunciamentos de Frič, torna-se Ihering um de seus maiores críticos. Procurou justificar os esforços dos colonos alemães em suas práticas de caça e escravização indígena, o que só veio a contribuir ao acirramento dos debates, principalmente pelos nativistas.²⁴ No entanto, a fala de Ihering não deve ser compreendida como própria deste momento de acalorados debates, nem restrita ao espaço geográfico de colonização alemã do sul do Brasil. Já em 1904, Ihering escreveu um artigo sobre os índios Coroados de São Paulo que foi apresentado em um congresso americano neste mesmo ano. Publicado em língua inglesa, as considerações de seu autor sobre o tratamento que se deveria dispensar aos Coroados, passaram despercebido pelos cientistas brasileiros. Somente em 1908, após as denúncias de Frič, realiza-se uma tradução do artigo de Ihering que foi publicado pela Revista do Museu Paulista. Neste artigo lê-se a seguinte afirmativa do cientista alemão.

Os atuais índios do Estado de São Paulo não representam um elemento de trabalho e progresso. Como também nos outros Estados do Brasil, não se pode esperar trabalho sério e continuado dos índios civilizados e, como os Caigangs selvagens são um empecilho para a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não há outro meio, de que se possa lançar mão, senão o seu extermínio.²⁵

A solução ao problema indígena apontada por Ihering não passou despercebida pelo seu conterrâneo Curt Unkel Nimuendajú. Em 13 de novembro de 1908, o etnólogo alemão publicou um artigo no jornal *Deutsche Zeitung* sob o título *Mais uma vez a questão indígena*. Fazendo referência ao artigo de título *Para a questão indígena* de autoria do Sr. Walter Fischer publicado anteriormente no mesmo jornal, Nimuendajú acusa Ihering e Fischer de declararem abertamente a mesma solução ao problema indígena de São Paulo: “os selvagens

²² STAUFFER, D. H., *Origem e Fundação do Serviço de Proteção aos Índios*, p. 173.

²³ STAUFFER, D. H., *Origem e Fundação do Serviço de Proteção aos Índios*, p. 176.

²⁴ PENNY, H. G., *The Politics of Anthropology in the Age of Empire*, p. 278.

²⁵ RIBEIRO, D., *Os índios e a civilização*, p. 129.

coroados devem ser aniquilados”. Nimuendajú acusa-os ainda de evitar “dar aos leitores uma noção de como aquele procedimento que esta sendo recomendado para com os Coroados haveria de ser iniciado e executado”. Por último, acusa-os de se eximirem de dar “nome aos bois” e que conceberiam “o extermínio lento através de execuções de vingança dos bugreiros, como a coisa mais natural possível”.²⁶

Para Darcy Ribeiro, um dos pronunciamentos mais decisivos para a fundação do Serviço de Proteção aos Índios foi este artigo de von Ihering que fora escrito em 1904. Afirma que a tese de von Ihering “não era mais que a expressão, em letra de forma, de uma atitude secular, profundamente enraizada em todas as zonas onde sobreviviam índios hostis ou arredios”. Destaca, ainda, que suas assertivas e sua defesa as práticas de extermínio aos índios causaram revolta em diversos círculos intelectuais, provocando uma série de contestações que trouxeram o problema indígena a superfície, além de tomadas de posições que serviram para divulgar os métodos persuasórios desenvolvidos por Rondon.²⁷

Os métodos persuasórios desenvolvidos por Rondon a que Ribeiro se reporta são os métodos que têm início na última década do século XIX, quando se organiza a Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas, depois chamada Comissão Rondon. Um dos integrantes era o então alferes Cândido Mariano da Silva Rondon. Sob a chefia de Antônio Ernesto Gomes Carneiro, corta-se o território dos índios Bororo sem registro de nenhum conflito. Entre 1900 e 1906, já sob o comando de Rondon, a comissão estendeu a linha telegráfica de Cuiabá a Miranda, Corumbá e Porto Murtinho, onde a comissão entra em contato com diversas etnias indígenas do Estado de Mato Grosso, procedendo-se ainda a demarcação de suas terras, também de forma pacífica.

Cruzando o interior do país, Rondon procurava angariar mão de obra entre os indígenas com que mantinha contato e como afirma Ribeiro, onde verificou “que as afirmações sobre a indolência irremediável do índio não passavam de justificativa para a exploração a que os submetiam”.²⁸ Entre 1907 e 1915, tem início a implantação de linhas telegráficas dos sertões de Mato Grosso até a floresta amazônica, em território acreano, fechando-se assim as linhas de comunicações telegráficas nacionais. Neste percurso, Rondon entrou em contato pacífico com inúmeros povos indígenas, como os Nambiquara de Mato Grosso e os Pareci, ambos aliciados aos trabalhos nas linhas telegráficas. Os contatos

²⁶ NIMUENDAJÚ, C. U., *Mais uma vez a questão indígena*, p. 269-274.

²⁷ RIBEIRO, D., *Os índios e a civilização*, p. 130.

²⁸ RIBEIRO, D., *Os índios e a civilização*, p. 130.

amistosos e cooperativos entre a Comissão e os índios contatados se tornavam públicos e notórios através dos relatórios sobre a evolução dos trabalhos realizados. Além disto,

(...) a série de conferências que Rondon vinha fazendo desde 1906 em diferentes instituições do meio científico, político e cultural dos primeiros anos da República transmitiam à opinião pública o resultado prático dos métodos brandos de aproximação (ditados pelas convicções humanitárias e pela formação positivista de Rondon) e ao mesmo tempo a imagem comovente de um índio disposto a confraternizar com a civilização.²⁹

Como vimos, durante a primeira década do século XX, principalmente nos anos finais deste período, a questão indígena estivera na “ordem do dia”. Interna ou externamente, a questão indígena no Brasil fora colocada em pauta por diferentes espaços de discussões. Os intermináveis conflitos entre índios e colonizadores e as atrocidades cometidas em nome do progresso pelas frentes de ocupação agrícola em diferentes regiões do país, ganharam notoriedade em jornais, assembleias legislativas, associações científicas e instituições filantrópicas. Independente do posicionamento ideológico em relação aos nativos do Brasil, o objetivo pretendido era sempre o mesmo: a exigência de providências de forma mais imediata possível.

O debate se diferenciava a partir de correntes de pensamento antagônicas entre si. Havia os que acreditavam que a única solução possível seria o uso da força contra os índios e que somente através deste meio, conseguir-se-ia coagir os índios a aceitarem a marcha inexorável do progresso. Caso não aceitassem a civilidade pela força, o extermínio era apontado como solução. Outro grupo defendia a necessidade da catequese religiosa como forma de imprimir o espírito de civilização nos índios. E por último, havia um terceiro grupo, formado pelos que sustentavam a necessidade de um regime de governo aos índios que estivesse em consonância com a natureza das novas instituições republicanas do Brasil: a catequização leiga.

Assim, o cenário desta primeira década do século XX preparou o terreno que levaria a criação no ano de 1910 do Serviço de Proteção aos Índios. Inicialmente apresentamos as reações que surgiram diante das denúncias feitas pelo cientista Alberto Friç aos colonizadores alemães e suas práticas de extermínio indígena. A estas denúncias, surgiram reações, tanto na imprensa alemã como em jornais brasileiros. As diversas conferências realizadas por Rondon apresentavam à sociedade brasileira um índio amistoso e disposto a confraternizar com os

²⁹ RIBEIRO, D., *Os índios e a civilização*, p, 130.

nacionais, enquanto o cientista alemão Hermann von Ihering aponta como solução aos problemas indígenas o extermínio dos povos nativos. O índio, até então esquecido, torna-se pauta de discussões, e diante deste contexto, surgem associações destinadas a defender seus interesses. Assim, diante desta polarização sobre o que comumente costumava-se chamar de questão indígena, e da reação indignada dos setores que se articulavam em defesa da criação de um órgão leigo de assistência aos índios, é que se instituiu no ano de 1910, um organismo oficial destinado a tratar dos assuntos pertinentes aos indígenas brasileiros. A partir desse ano, a questão indígena passa a ser juridicamente de responsabilidade do governo federal, e como tal, caberia a este proteger e assistir o indígena em suas necessidades.

2.3. Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais e suas Diretrizes

Segundo o modo de ver dos positivistas, os índios, mesmo permanecendo na etapa “fetichista” no desenvolvimento do espírito humano, eram susceptíveis de progredir industrialmente, tal como, na mesma etapa, haviam progredido os povos andinos, os egípcios e os chineses. Para tal resultado, o que cumpria fazer era proporcionar-lhes os meios de adotarem as artes e as indústrias da sociedade ocidental. Assim, não cabia ao governo qualquer atividade de catequese, que pressupõe o propósito de conversão em matéria espiritual, para o que seria necessário existir uma doutrina oficial, religiosa ou filosófica. O que se impunha era, pois, uma obra de proteção aos índios, de ação puramente social, destinada a ampará-los em suas necessidades, defendê-los do extermínio e resguardá-los contra a opressão.³⁰

De forma geral, as linhas acima resumem aquilo que se esperava da nova política indigenista a ser adotada pelo governo republicano brasileiro em fins da primeira década do século XX. Esta corrente de pensamento propugnava a catequização leiga dos índios brasileiros e que esta deveria ser realizada única e exclusivamente pelo Estado, sem a participação ou interferência de qualquer ordem religiosa. Seguir-se-ia assim a diretriz republicana de separação entre a igreja e o Estado. Além disto, para os intelectuais que a defendiam, o malogro das experiências adotadas pelos missionários religiosos durante o período colonial e imperial, era argumento suficiente para o abandono deste modelo. Coube principalmente aos positivistas à formulação desta nova política indigenista que passaria a ser adotada pelo Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), criado pelo decreto nº 8.072, de 20 de junho de 1910. A partir de 1918, a Localização de Trabalhadores Nacionais (LTN) seria desmembrada do SPI através de uma

³⁰ RIBEIRO, D., *Os índios e a civilização*, p. 134-135.

reforma institucional que realocou esta atribuição ao serviço de povoamento, igualmente ligado ao Ministério da Agricultura Indústria e Comércio.

Baseados no evolucionismo humanista de Augusto Comte, os positivistas defendiam o amparo legal dos indígenas pelo Estado, através do qual evoluiriam “espontaneamente”. Sob este ponto de vista, acreditava-se que através de práticas didáticas aplicadas às sociedades indígenas, gradativamente estas populações adotariam novos padrões culturais, qual seja, os padrões da cultura ocidental. Para isto, tornava-se necessário a utilização de métodos como a justiça, através da qual se garantiria o direito legal às suas terras; da brandura, pela qual os métodos humanitários e pacíficos seriam indispensáveis; a utilização do velho método da abertura de comércio para com os índios, mesmo que isto trouxesse prejuízos aos civilizados e ainda, o estímulo aos casamentos interétnicos como forma de acelerar a integração dos nativos à comunhão nacional. Velhas práticas como os descimentos que deslocavam tribos indígenas de seu antigo habitat ficaram proibidas, propugnando-se a proteção dos mesmos em seu território de origem. Com o fito de se evitar revoltas indígenas de outrora, proibiu-se a separação da unidade familiar indígena sob o pretexto de educação das crianças. Outro princípio de lei adotado foi o de se respeitar o direito do indígena professar suas próprias crenças e o respeito a seus costumes ancestrais, uma vez que para os positivistas, estes só lentamente e através do ensinamento e do exemplo seriam mudados.³¹

Para a chefia do órgão indigenista e como seu diretor assume o cargo um de seus principais idealizadores, o marechal Rondon. À frente do órgão, Rondon inicia o trabalho de treinamento de sua equipe, de transferência de conhecimentos de técnicas persuasórias que aprendera durante os anos de convívio e contato com os indígenas. No entanto, o marechal só fica a frente do cargo até 1913, deixando ao órgão e aos seus funcionários seus principais ensinamentos. O maior dos legados deixados por seu diretor foi sua diretiva: “morrer se preciso for, matar nunca”. Para Rondon, o ato que levaria a atração e a pacificação deveria ser feito através do exemplo de que, diversamente dos regionais, os funcionários do SPI agiam de forma pacífica.³²

Caberia ao Governo federal realizar os acordos necessários com os Estados e municípios a fim de que fossem asseguradas as instalações das terras necessárias à formação dos Postos Indígenas. Garantido esse direito, considerado inalienável e de integral usufruto de seus naturais donos, caberia aos funcionários do posto à formação de centros agrícolas e o estímulo a lavouras, a pecuária e o ensino de suas técnicas aos aldeados, sempre respeitando-

³¹ RIBEIRO, D., *Os índios e a civilização*, p. 136-139.

³² RIBEIRO, D., *Os índios e a civilização*, p. 140.

se a organização interna, os hábitos e tradições do povo sob tutela. No espaço do Posto Indígena, práticas didáticas seriam aplicadas junto aos tutelados. Prevalencia uma perspectiva evolucionista: o desenvolvimento gradual e progressivo do índio e sua futura incorporação ao seio da comunidade nacional brasileira.

Percebe-se que a retórica é a da civilização ocidental. O Posto indígena seria o local onde “os índios deveriam evoluir, passar de simples coletores a criadores de gado e agricultores, o que dispensaria a necessidade de grandes extensões de terra”,³³ e onde o índio era percebido como um ser transitório. Logo, aplicar-se-ia um conjunto de práticas que atendiam a um projeto de integração. A república tinha como objetivo um ideal de nação concebida em estado de “aprimoramento” e que vislumbrava a homogeneidade racial e para tal, precisava apagar a existência de “selvagens” indiferentes ao progresso. As profundas transformações pelas quais passava a sociedade brasileira entre o final do século XIX e início do XX, como a implantação do regime republicano, o maior crescimento das cidades, o aprimoramento tecnológico, a maior integração do território brasileiro, agora interligado por redes telegráficas, advogava a eliminação do tradicional e do arcaico. Como informa Cordeiro:

(...) o Código civil de 1916, estabeleceria a norma da incapacidade relativas dos silvícolas, prevendo um regime tutelar, a ser estabelecido em leis e regulamentos especiais, que deveria cessar à medida em que se fossem adaptando à civilização do país. O decreto n° 5.484, de 1928, regulamentou a situação jurídica dos índios, colocando-os sob a tutela do Estado, representado pelo SPI, da qual poderiam emancipar-se progressivamente.³⁴

A influência iluminista do novo órgão indigenista pode ser percebida em sua concepção tutelar e em seus objetivos. Enquanto figura tutelar atuante e responsável pela mediação entre os indígenas e a sociedade nacional, o resultado pretendido pelo SPI era na prática, a transformação do “incapaz” em trabalhador nacional, através de sua proteção e lenta e gradual promoção a um novo status social: a de trabalhador nacional. Para tal intento, caberia a administração do SPI esquematizar todo o aparato administrativo e burocrático que viesse a controlar os principais conflitos que assolavam as frentes de ocupação, principalmente através da atração e fixação dos povos indígenas nos postos de atração, liberando-se assim suas terras e promovendo sua futura integração.

Os primeiros anos de atividade do órgão indigenista foram dedicados à pacificação dos Botocudos em Santa Catarina em seus conflitos com os imigrantes europeus; os Kaingang de

³³ ERTHAL, R. M. de C., *A Ciência e o Sertão: um projeto de população*, p. 179.

³⁴ CORDEIRO, Ê., *Política Indigenista Brasileira*, p. 62.

São Paulo que se viam em duros embates contra as frentes de expansão do café e com os funcionários da rede ferroviária, e ainda dos Pataxó do sul da Bahia e seus embates com a frente de expansão do cacau. O Brasil do SPI não se voltava para o litoral. Era voltado para o sertão e o interior, e tinha como interesse levar o moderno ao interior.³⁵ Para isso necessitava-se incorporar as populações indígenas aos interesses nacionais, partindo-se do pressuposto de que os valores ocidentais deveriam ser os valores a serem seguidos, oferecendo-se aos nativos brasileiros os meios necessários para que se integrassem ao novo Brasil moderno.

Como afirmam Libânio e Freire, a política de integração nacional adotada pelo SPI seria feita:

(...) por meio da atração dos povos indígenas para a sociedade brasileira com a introdução de novas necessidades culturais. Este seria o motor da transformação dos povos indígenas: apresentar as vantagens da “civilização” e deixar que os próprios índios as percebessem e buscassem. (...) compreenderiam outro grupo de símbolos significantes e, sob essa perspectiva, aceitariam os símbolos que seriam mediados para eles.³⁶

Os mesmos autores apresentam ainda a fala do Marechal Rondon em conferência realizada no Rio de Janeiro no ano de 1916. Nesta fala, fica clara a premissa evolucionista creditada aos índios após sua atração pelos métodos persuasórios realizados pelos funcionários do SPI. A introdução de novas necessidades culturais e a vantagem da tecnologia ocidental aos índios fica evidente na fala do Marechal:

Com certeza, depois da passagem da expedição de 1909, alguns dentre eles, estando nas costumadas excursões de caça, observaram nas árvores cortadas, os golpes das nossas ferramentas, na verdade prodigiosos quando comparados aos que se podem obter com instrumentos de pedra. Desejosos de possuir tão admiráveis machados, teriam formado o projeto de se instalarem ao lado do caminho, à espera de verem os homens que haviam aberto, voltarem a transitar por ele: quando isso se desse, empregariam os meios de travar relações com os possuidores do cobiçado artefato e assim conseguiriam adquiri-lo.³⁷

Para Rondon, os indígenas eram dotados de fácil disposição moral para ações modificadoras desde que seus idealizadores inspirassem-lhes confiança. Através desta, estaria preparado o caminho para que abandonassem antigos hábitos e adquirissem novos. Entre as modificações esperadas, incluía-se também o uso da língua. No início do século XX, calcula-se que existiam no Brasil cerca de 300 línguas indígenas. Assim, o Brasil dispunha de 300 línguas que se opunham à língua portuguesa, considerada a “língua de civilizado”. Logo, o

³⁵ RIBEIRO, D., *Os índios e a civilização*, p. 150.

³⁶ LIBÂNIO, P; FREIRE, J. R. B., *Rondon, O Brasil dos Sertões e o Projeto de Nação*, p. 170.

³⁷ RONDON, C. M. da. S., Apud: LIBÂNIO, P; FREIRE, J. R. B., *O Brasil dos Sertões e o Projeto de Nação*, p. 171.

balizador do grau de civilidade do indígena passa a ser o uso da língua portuguesa, em oposição a sua própria. Acreditava-se que a diversidade linguística denunciava a falta de unidade nacional. Lembremo-nos que se vislumbrava uma só nação, com uma só língua e a existência de inúmeras línguas indígenas, contrariava o objetivo pretendido.³⁸

Como afirma Orlandi, “esse processo de apagamento do índio da identidade cultural nacional tem sido escrupulosamente mantido durante séculos”.³⁹ Trabalhando o contexto da análise de discursos durante o processo de colonização do Brasil, afirma a autora que:

(...) “os portugueses descobriram” o Brasil. Daí se infere que nossos antepassados são os portugueses e o Brasil era apenas uma extensão de terra. Havia selvagens arredios que faziam parte da terra e que “descobertos”, foram o objeto da catequese. São, desde o começo, o alvo de um apagamento, não constituem nada em si. Esse é o seu estatuto histórico “transparente”: não constam. Há uma ruptura histórica pela qual se passa do índio para o brasileiro, através de um “salto”.⁴⁰

Assim como nos séculos precedentes, caberia ao SPI no XX, domesticar a diferença, eliminar a alteridade indígena através da eliminação de sua indianidade. Diluir as diferenças objetivando a unicidade de nossa cultura. Do ponto de vista deste apagamento, caberia ainda ao SPI gerenciar os conflitos entre índios e brancos, dando aos segundos o controle sobre as terras dos primeiros. SPI e colonizadores tinham os mesmos propósitos. O que os diferenciava eram os métodos e o tempo que ambos esperavam para o processo de apagamento cultural. Enquanto o SPI propugnava o uso da violência cultural, como o apagamento dos costumes indígenas, suas línguas etc, aos colonizadores interessava a rapidez deste métodos, nem que para isso se utilizassem da violência física. Ou seja, mudam-se os métodos, mas a violência continua. No entanto, como nos afirma Erthal, “o projeto de integração no qual o índio era visto como um ser em “evolução” e “transitório”, necessitava de um tempo sobre o qual o SPI, subsequentemente, já não teria mais controle”.⁴¹ A este respeito, é elucidativo o exemplo dos indígenas de São Paulo.

Antes mesmo de terminado o processo de atração dos grupos Kaingang suas terras já são motivo de especulação e, pouco depois de “pacificados” já estão sendo expulsos de seu território. Os índios não são considerados importantes como mão de obra e, portanto, estão fora da lógica “protecionista” do capital.⁴²

³⁸ LIBÂNIO, P; FREIRE, J. R. B., *O Brasil dos Sertões e o Projeto de Nação*, p. 175.

³⁹ ORLANDI, E. P., *Terra à vista*, p. 66.

⁴⁰ ORLANDI, E. P., *Terra à vista*, p. 66.

⁴¹ ERTHAL, R. M. C., *A Ciência e o Sertão*, p. 187.

⁴² ERTHAL, R. M. C., *A Ciência e o Sertão*, p. 188.

Atentemo-nos ainda às palavras de ordem que atenderiam aos propósitos de apagamento cultural a ser mediado pelos funcionários dos SPI: atração e pacificação. Pensadas enquanto ações que se completavam, atrair e pacificar podem ser compreendidas através da fala de Orlandi, para quem pacificar tribos hostis deve ser compreendida como uma:

Intervenção em outro espaço: o do poder e o da representação política do branco sobre o índio.

Colocar o branco entre o índio e o branco e, mais radicalmente, colocar o branco entre o índio e o outro índio. Isto é intervir: colocar o branco, com sua forma de governo e de poder, mediando o índio, com sua própria cultura.

Daí, pacificar é produzir o apagamento da cultura indígena, anular qualquer forma de resistência; e a imagem que se tem do índio é a daquele que “deve” submeter-se ao branco, que “deve” reconhecer a autoridade do branco.⁴³

Logo, no jogo da pacificação, procurava-se determinar o lugar de quem deveria falar. Dito de outra forma, intencionava-se subsumir posições discursivas aos colonizados. Quem pretendia ocupá-la era o colonizador. No entanto, na perspectiva de nosso trabalho, nos capítulos que sucedem a este, importa menos saber o que ficou silenciado, mas as respostas dadas pelos interlocutores durante o exercício da pacificação.

2.4. O Serviço de Proteção aos Índios: Rupturas ou Continuidades?

Lima afirma que “é na origem das políticas republicanas para os povos indígenas que devem ser buscados os conteúdos históricos que fizeram de Cândido Rondon um mito”.⁴⁴ Eximindo-nos de qualquer pretensão que venha problematizar como essa personalidade foi construída social e historicamente, acreditamos oportuno, mesmo que de forma breve, levantarmos algumas indagações: afinal, a política rondoniana positivista adotada no corpo de diretrizes legais do Serviço de Proteção aos Índios inaugurou uma nova política de Estado para com os povos nativos brasileiros? De outra forma: adotou-se uma política rondoniana ou “rondoniana”? Ou ainda: a política indigenista do SPI retomou propostas de outros contextos históricos ou criou novas propostas adequadas ao contexto do moderno republicanismo?

A resposta a estas indagações só se fará possível se realizarmos um breve exercício de recuo no tempo. Para este objetivo nos utilizaremos de três diferentes momentos. Em dois deles adotaram-se medidas oficiais de integração dos povos indígenas ao seio da comunidade nacional e em outro sugeriu-se práticas de contato e adoção de medidas que viessem ao

⁴³ ORLANDI, E. P., *Terra à vista*, p. 77.

⁴⁴ LIMA, A. C. de S., *Pacificador ou mediador?*

encontro deste mesmo objetivo. No primeiro grupo encontram-se a política indigenista de Pombal de 1757 e o Regulamento das Missões de catequese e civilização dos Índios de 1845. No segundo, nos utilizaremos da proposta integracionista de Curt Nimuendajú em seu artigo *Mais uma vez a questão indígena* de 1908.

Tomemos como primeiro exemplo o *Diretório dos Índios* de 1757 que foi proposto inicialmente para a região da Amazônia e depois foi estendido para todo o território português da América. Objetivando garantir a soberania do território para a coroa portuguesa, implementaram-se políticas de assimilação dos índios, adotando-se medidas que os incorporassem indistintamente aos outros cidadãos como vassalos do rei. Em áreas de colonização mais antigas, propunha-se a extinção das aldeias, acabando-se com as distinções entre índios e não índios. Aos índios “bravos” procurar-se-ia atrair, aldear, civilizar e assimilar. Aos “mansos” e há muito tempo aldeados, caberia simplesmente misturá-los ao grosso da população através da extinção das aldeias. Àqueles em via de integração, ou seja, aos aldeados, caberia a condição de tutela, que seria exercida por Diretores que lhes garantiriam as terras das aldeais. Entre as propostas de assimilação, proibiam-se os costumes e línguas indígenas e impunha-se o uso da língua portuguesa. Estimulava-se ainda à miscigenação e a presença de não índios nos aldeamentos. Por último, adotou-se o sistema de administração leiga nas aldeias sem a participação de nenhuma ordem religiosa como forma de estimular a presença dos não índios nos aldeamentos.⁴⁵

Em outro momento temos o *Regulamento acerca das Missões de catequese e civilização dos Índios*. Como afirma Cunha, o decreto imperial de 1845 “tentará estabelecer as diretrizes sérias, mais administrativas na realidade, do que políticas, para o governo dos índios aldeados”.⁴⁶ O novo decreto depositava na ação missionária a tarefa de catequizar e civilizar os índios dentro dos aldeamentos indígenas distribuídos pelo território nacional. Cada aldeamento seria dirigido por diretores de aldeais subordinados a um Diretor Geral de Índios provincial nomeado pelo Imperador. A estes, caberia à administração do cotidiano da aldeia, o incentivo do cultivo de alimentos, o contato e atração de índios ainda não aldeados, a segurança e controle das terras entre outras funções de ordem prática.⁴⁷

Como nos informa Pablo Barbosa, o decreto de 1845 regulamentou a existência de distintos aldeamentos indígenas em diferentes regiões do Império, embora a grande maioria dos esforços ficaram concentrados nas fronteiras meridionais do país, onde constituíam-se os

⁴⁵ ALMEIDA, M. R. C. de., *Os Índios na História do Brasil*, p. 107- 113.

⁴⁶ CUNHA, M. C. da., *História dos Índios no Brasil*, p. 138.

⁴⁷ SAMPAIO, P. M., *Política indigenista no Brasil imperial*, p. 176.

limites mais instáveis e conflitivos do território nacional. Em São Paulo, Paraná e Mato Grosso, erigiram-se inúmeros aldeamentos, que atendiam ao projeto de transformar essas colônias indígenas em futuras vilas ou cidades e seus tutelados em futuros camponeses regionais. Segundo Barbosa, embora esses aldeamentos operassem como espaços de catequese, também articulavam preocupações militares, econômicas e civilizadoras. Como exemplo o autor cita o interesse do governo brasileiro em criar um caminho que escoasse a produção do norte de Mato Grosso ao porto de Paranaguá. Para a execução desse empreendimento designou-se João da Silva Machado, mais conhecido como Barão de Antonina.⁴⁸

Com o auxílio do sertanista Joaquim Francisco Lopes e do norte-americano João Henrique Elliott, Antonina dá início ao trabalho de construção da rota de escoamento e ao recrutamento de índios em pontos projetados, em que se estabeleceriam as futuras instalações de colônias agrícolas, militares e indígenas. Em suas considerações sobre os aldeamentos realizados por Antonina, Barbosa considera importante se pensar sobre a atuação individual exercida pelo Barão, em oposição a tutela estatal como a única instância apta a exercer orientações nas questões indígenas. Afirma que Antonina não buscou somente recuperar o projeto jesuítico, mas também fez uso de um modelo protetor, mercantilista e pedagógico, modelo este implantado pelo indigenismo republicano do SPI no início do século XX. Por último, para Barbosa, o aparato utilizado pelo Barão de Antonina criou um diálogo entre a política colonial missionária e o indigenismo republicano de Rondon.⁴⁹

Em outro momento, já no século XX, mais precisamente no ano de 1908, o etnólogo alemão Curt Nimuendajú apresentou os métodos que acreditava que deveriam ser aplicados para o “amansamento” dos índios Coroados de São Paulo. Afirma que a tarefa deveria ser realizada por alguém “(...) familiarizado com o idioma, costumes e convicções religiosas dos Coroados”, excetuando-se desta atividade qualquer “padre”. Sob a liderança deste alguém, dever-se-ia realizar incursões no mato com o objetivo de “(...) capturar o maior número possível de indivíduos”. A partir da captura, dever-se-ia “protegê-los de qualquer tipo de violência”, fazendo-os entender “(...) que nossa nação não é composta só de bugreiros”. Inicialmente aplicar-se-ia a captura e posteriormente o diálogo, através de negociações e “(...) ricos presentes para eles”. Em seu prognóstico, conseguindo-se “(...) levar os coroados selvagens a suspender temporariamente as hostilidades, (...) não seria tão difícil de aplicar neles o sistema de reserva norte americano”. Para Nimuendajú, a integração deveria acontecer

⁴⁸ BARBOSA, P. A., *Las Jornadas Meridionales* (...), p. 78.

⁴⁹ BARBOSA, P. A., *Las Jornadas Meridionales* (...), p. 80.

a partir das novas gerações, afastando-os “(...) da influência nociva” dos mais velhos ou dos “portadores de cultura” como os chama. Assim, um dia esta nova geração conseguiria “(...) produzir uma resistência suficiente e antes de tudo moral contra tais influências.”⁵⁰

Poderíamos estender nossa análise a outros momentos históricos ou ainda a outras propostas indigenistas com vistas à integração dos índios à comunhão nacional. No entanto, acreditamos que os poucos exemplos acima já nos permitam afirmar que a política indigenista adotada pelo Serviço de Proteção aos Índios a partir do ano de 1910 não inaugura nenhuma política moderna em relação aos índios do território brasileiro. Pelo contrário, as diretrizes do SPI retomam e se confundem com políticas indigenistas secularmente praticadas, apresentando variações de acordo com vicissitudes históricas.

A política indigenista republicana do SPI retoma velhas crenças e perspectivas que seriam aplicadas nos “novos” Postos de Atração e Pacificação e que foram historicamente aplicadas nos antigos aldeamentos indígenas, fossem eles administrados por leigos ou por religiosos. Entre estas, encontrava-se a crença na perspectiva evolucionista do indígena, pensado historicamente em sua transitoriedade étnica. Historicamente, os aldeamentos indígenas foram pensados enquanto espaços de ocidentalização e colonização dos aldeados e onde superariam o estágio de “atraso” em que se encontravam. No novo Posto de Atração, prevaleceu a mesma perspectiva evolucionista, logo, a mesma perspectiva de um índio transitório. O Posto de Atração continuava a ser o espaço em que práticas didáticas seriam aplicadas e levariam ao desenvolvimento gradual e progressivo do índio e sua futura incorporação ao seio da comunidade nacional brasileira. Sem maiores delongas, podemos afirmar que seja nas antigas ou nas “novas” políticas indigenistas, seja no Brasil colonial, imperial ou republicano prevaleceram as mesmas intenções: subsumir a diferença, eliminar a alteridade e a indianidade diluindo-a em nome da pretensa unicidade da nação brasileira.

2.5. O Serviço de Proteção aos Índios em Santa Catarina.

Como afirma Santos, quando o Serviço de Proteção aos Índios foi fundado em 1910, foi recepcionado por muitos intelectuais como uma esperança de salvar os indígenas brasileiros dos confrontos promovidos “(...) pelos que tinham interesses em penetrar no sertão”. Afirma, ainda, que o novo órgão “era uma resposta humana para a maioria das populações urbanas do país que tinha se comovido com a situação indígena retratada nas

⁵⁰ NIMUENDAJÚ, C., *Mais uma vez a questão indígena*, p. 269-274.

polêmicas que se haviam travado na imprensa”.⁵¹ Logo, caberia ao novo órgão republicano legislar e criar os mecanismos de ação que viriam a por cobro aos inúmeros conflitos entre índios e não índios que assolavam as frentes de expansão em território brasileiro, como os conflitos entre colonizadores alemães e os Botocudos de Santa Catarina. No entanto, logo no princípio de sua atuação, o novo serviço viu-se cercado de fortes resistências locais.

Para as companhias colonizadoras, em sua grande maioria formada por capitais estrangeiros, o novo órgão indigenista representava a interferência do governo em assuntos que caberiam aos Estados federados. Já para os imigrantes europeus e seus descendentes, a nova política indigenista representava a valorização do nativo em detrimento dos que trabalhavam e traziam o progresso ao Brasil. Para ambos, a questão indígena deveria continuar a ser resolvida localmente, sem interferência federal no assunto. E é a partir desta premissa que se iniciam as fortes resistências ao SPI no Estado de Santa Catarina, principalmente em jornais locais que atendiam aos interesses dos colonos alemães.

No ano de 1913, o jornal *Novidades*, do município de Itajaí, publicou um artigo sob o título *O Problema da Catequese em Santa Catarina*, no qual apresentou suas considerações sobre os primeiros anos de atuação do SPI no Estado. Inicia o artigo com fortes críticas a comissão de funcionários do órgão que trabalhava em terras catarinenses, principalmente quanto aos métodos persuasórios por estes praticados. Os resultados alcançados são considerados improdutivos e inúteis aos fins que se têm em vista. Afirma o jornal que não será com discursos, nem “(...) com dádivas e presentes que se há de conseguir atrair o silvícola rude e rebelde, que não pode alcançar a verdadeira significação dessas demonstrações amistosas”. Antes ao contrário, segundo a matéria jornalística, as dádivas deixadas, acirrariam ainda mais os conflitos, aguçando no indígena a cobiça pelos instrumentos dos brancos e incitando-os a novos assaltos. Para o jornal, não se pode “(...) compreender que o governo procure beneficiar o silvícola em prejuízo do civilizado trabalhador, cerceando-lhe o direito de defesa de sua propriedade (...) para que o selvagem continue a levar sua vida nômade sem proveito algum para a nação”. Para desqualificar a atuação do SPI, a qual classifica como “de uma inutilidade flagrante”,⁵² o artigo jornalístico elenca cronologicamente os vários assaltos de índios a colonos no período que sucedeu a implantação do serviço em terras catarinenses.

Qualifica, ainda, as ações dos agentes do SPI como “inibidoras do progresso” que seriam provocadas pela presença indígena. Cita o exemplo da comissão de estudos da Estrada

⁵¹ SANTOS, S. C. dos., *Índios e Brancos no Sul do Brasil*, p. 126-127.

⁵² Jornal *Novidades*., *Uma Opinião Sobre os Silvícolas*, p. 134.

de Ferro Santa Catarina, que se via diante de ataques indígenas que atrasavam suas atividades. Para o jornal, o indígena apresentava um caráter perverso e propenso a atos de banditismo, sendo esta uma de suas características intrínsecas. Como solução ao problema, aponta um método mais tradicional que o método que estava sendo realizado pelo SPI:

(...) a nosso ver só há um meio eficaz, de resultados imediatos e profícuos, muito menos oneroso do que o da catequese, com o qual poderá o governo alcançar resultados compensadores: é o do emprego inteligente da força armada.⁵³

Por último, o jornal afirma não estar incitando as antigas práticas de caça aos indígenas, mas sim, exigindo ações mais enérgicas. Para este, dever-se-ia adentrar as matas povoadas pelos nativos a fim de “cercar os índios em seus redutos, encurralá-los, obrigá-los a se renderem, (...) fazendo-lhes ver a inutilidade de uma resistência”. Aprisionados, caberia ao governo aldeia-los a fim de torná-los homens úteis. Por último, reitera-se a necessidade imediata de ações enérgicas e firmes, sem deixar-se o governo impressionar “(...) pelas ideias de uma meia dúzia de visionários utopistas, que pregam a ação de uma catequese de resultados nulos”.⁵⁴

A crítica do *jornal Novidades* ao SPI em Santa Catarina, aconteceu após pelo menos dois anos de atuação dos funcionários do órgão indigenista no Estado. As inúmeras tentativas frustradas às atividades de pacificação dos Botocudos, desacreditavam o órgão perante os colonos e autoridades públicas. Sua atuação em Santa Catarina iniciou-se logo após sua fundação no ano de 1910. Como primeiro Inspetor, foi designado o Tenente José Vieira da Costa. Logo nos primeiros anos de serviços em terras catarinenses, o SPI tornou-se alvo de fortes críticas. Além do forte ceticismo à sua diretriz humanitária, os colonos sentiram-se preteridos pelo governo republicano por terem seu direito de “caça” cerceado por este. Somado a isto, os primeiros resultados alcançados pelos funcionários destacados para o Estado não se mostravam nada animadores, o que só vinha a alimentar as opiniões contrárias aos métodos propostos pelo novo órgão indigenista.

Ceticismo aos métodos pretendidos somado as infrutíferas tentativas de atração e pacificação dos Botocudos, criaram um contexto de forte resistência a atuação do órgão indigenista pelos colonos alemães do Vale do Itajaí. Na próxima seção, historicizaremos os principais eventos que desencadearam esta resistência aberta ao órgão até o derradeiro evento

⁵³ Jornal Novidades., *Uma Opinião Sobre os Silvícolas*, p. 135.

⁵⁴ Jornal Novidades., *Uma Opinião Sobre os Silvícolas*, p. 136.

que culminou com a chamada pacificação dos Botocudos no ano de 1914. Além de procurar compreender o contexto histórico que gerou uma enxurrada de críticas que partiram dos meios impressos, procuraremos demonstrar que mais difícil do que criar uma Inspetoria do órgão indigenista em terras catarinenses, foi colocá-lo em operação.

2.6. Eventos e resistências: anos iniciais do SPI em Santa Catarina.

Ainda no ano de 1910, logo após ser convidado por Rondon para o cargo de Inspetor do Serviço de Proteção aos Índios, segue para Santa Catarina o Tenente José Vieira da Rosa. Seu primeiro destino seria o norte do Estado, onde efetuaria o reconhecimento da região habitada pelos Botocudos. Ainda na Vila de Tijucas, distante cerca de 50 quilômetros de Florianópolis, toma conhecimento de um assalto de índios no município de Tubarão, na região sul. Vieira da Rosa e sua comitiva seguem de cavalo rumo ao local do assalto, distante aproximadamente 200 quilômetros de onde estavam. Antes de atingir seu destino, quando acampados durante a noite, o Inspetor é alcançado por um portador de telegrama do Coronel Rondon. Este solicita que Rosa atendesse a região de Pouso Redondo, no extremo oeste do município de Blumenau. Segundo o telegrama, nesta localidade “(...) haviam saído das matas muitos índios que se diziam botocudos”.⁵⁵

Segundo Deeke, no dia 8 de novembro de 1910, 43 indígenas chefiados por um ex- bugreiro de nome José Rodrigues, saíram do mato para pedir a proteção dos brancos. “Visivelmente esfomeados e em miserável estado; diziam-se botocudos que não podiam mais aguentar-se nos matos, particularmente agora quando eram seguidamente perseguidos pelos coroados”.⁵⁶ Na descrição do jornal *Der Urwaldsbote* de 18 de dezembro de 1910, os índios:

(...) saíram do mato só de tanga, não falando nem entendendo a língua vernácula, pelo que o moço bugre Angico Tim havia de fazer-se de interprete. Contaram que em caminho, haviam sido perseguidos e assaltados por coroados – lenda essa própria para comover compaixão. Entrando pessoas estranhas no acampamento, logo encenaram uma representação teatral. Os homens puseram penachos especialmente feitos para esse fim e para imitarem os verdadeiros botocudos, prenderam botoques com cera por baixo dos lábios. Entoaram em toda a parte apitos de sinal amedrontando assim os ignorantes.⁵⁷

⁵⁵ SANTOS, S. C. dos., *Índios e Brancos no Sul do Brasil*, p. 128.

⁵⁶ DEEKE, J., *Indígenas do Itajaí*, p. 128.

⁵⁷ Jornal *Der Urwaldsbote*., *Comédia Índia*, 18/12/1910, p. 1.

O mesmo artigo afirma que se os índios que se apresentaram fossem realmente os legítimos Botocudos, e estes procurassem relações amigáveis com os civilizados, acreditariam os colonos tratar-se de “(...) um bom sucesso dos esforços daqueles que desejam civilizar os índios, e muito nos aproximariamos da solução do problema dos índios em nosso Estado”. No entanto, com a chegada do inspetor de índios Vieira da Rosa, descobriu-se logo que se tratava de um grande embuste. Constatou o Inspetor, tratar-se de botoques falsos, colados no lábio inferior com liga de cera. Constatou-se ainda, tratar-se de índios guaranis do Paraná, que “(...) falavam o português e mostravam-se familiarizados com os costumes da civilização”.⁵⁸

O jornal *Der Urwaldsbote* trás a tona a grande preocupação dos colonos com o destino dos falsos índios Botocudos. O inspetor de índios, Vieira da Rosa, disse aos colonos que o governo, “(...) naturalmente, tanto cuida na defesa dos colonos como na dos índios”. Sugere ainda que os “visitantes” fossem “estabelecidos à margem do rio Hertha, bem longe da zona povoada, sob a competente inspeção, para que sucessivamente se habituassem ao trabalho”. Diante da ameaça da criação de um aldeamento indígena em território blumenauense, os colonos aconselharam Rosa “(...) para que não fossem aldeados nesse município”, para que assim, “Blumenau fique livre de uma imigração não simpática”,⁵⁹ uma vez tratar-se de índios originários do Estado vizinho. Para os colonos tratava-se de “semibárbaros” de outro Estado, e a negativa á permanência dos índios em Blumenau partiu de um “(...) velho colono que muitos anos atrás conhecera os aldeamentos de índios no Paraná”. Segundo este:

(...) os índios domesticados que do governo recebem pontualmente as suas rações, roubam por aborrecimento; não as recebendo, roubam por miséria. Não querem sustentar-se a si mesmo. De mais, não compreendemos, o que nos obriga a tratamento dos índios do Estado do Paraná, que impõe boicote a nossas mercadorias e nos presenteiam a febre aftosa.⁶⁰

Diante da forte resistência dos colonos alemães, os “falsos índios” foram reencaminhados ao Estado limítrofe e entregues ao seu Inspetor. Já o mentor do crime, José Rodrigues, foi preso e processado por embuste. Além deste episódio servir para nos apresentar a rejeição dos colonos ao aldeamento de índios em Blumenau, nos mostra também as rivalidades de ordem econômica entre os dois Estados vizinhos do Sul do Brasil. Para os alemães de Blumenau, por se tratar de índios já “pacificados” do Paraná, o episódio representava a redução do “(...) entusiasmo pela catequese” que “(...) sem dúvida há de ser um

⁵⁸ Jornal Der Urwaldsbote., *Comédia Índia*, 18/12/1910, p. 1.

⁵⁹ Jornal Der Urwaldsbote., *Catequese de índios*, 27/11/1910, p. 3.

⁶⁰ Jornal Der Urwaldsbote., *Comédia Índia*, 18/12/1910, p. 1.

tanto resfriada por essa má sorte”. Acreditavam também que o episódio só vinha fortalecer seus argumentos de que, mesmo aldeados e pacificados “(...) jamais sejam bons colonos aqueles índios que meteram à prova serem impostores refinados. Constantemente serão os esmolados da Fazenda Pública”.⁶¹ Atendendo o desejo dos colonos, o governo federal deu ordens para que fossem transportados para seu Estado de origem.

Enquanto ainda se preocupava em reencaminhar os “semibárbaros” ao Inspetor do Paraná, Vieira da Rosa é chamado para a colônia Hansa Hammonia, naquela época Blumenau e hoje município de Ibirama. Na localidade do vale direito do braço do Rafael acontece um novo assalto de índios a colonos. Segundo a descrição do Jornal *Der Urwaldsbote*, os últimos moradores desta localidade são os moradores russos Dusterhoft, Kienas e Robert Pletz. Na data de 14 de dezembro de 1910, encontravam-se os moradores em suas respectivas roças, quando ouvem um grito do colono Pletz. Saiu este correndo do mato, ferido e perseguido por indivíduos escuros, nus e gritando-lhe palavras em português. Os lavradores correm para suas casas e pegam suas espingardas, enquanto Pletz agoniza vitimado por uma lança no coração. Do alto, avista-se a casa do colono Nickel sendo invadida pelos bugres após os gritos: os assassinos: Bugres aqui!⁶² Segundo a descrição do jornal, logo os moradores situados na parte mais baixa do vale passam a acudir, ao qual aconteceram outras invasões de casas, como a do colono Kolm, que repele os indígenas com tiros. Na noite seguinte, apesar dos guardas acampados, os indígenas assaltaram a casa de Dusterhoft. Os colonos afirmam que foram cercados pelos índios e acusam a atitude do governo “(...) de que nada faz a bem dos lavradores, dos obreiros pacíficos, abandonando-os diretamente aos homicidas miseráveis”.⁶³

José Deeke, diretor da colônia Hansa, “(...) telegrafou às autoridades competentes e pediu autorização para mandar um grupo de batedores do mato em perseguição aos índios”. Do governador, obteve a resposta de que:

(...) de forma alguma tomasse qualquer medida contra os bugres, pois desta poderia se originar excessos que o governo não mais toleraria e que a afugentação dos bugres poderia prejudicar o nobre e humano propósito com que o governo federal desejava trazer os silvícolas ao seio da civilização.⁶⁴

Diante das solicitações por maior segurança pelo diretor da colônia, manda o juiz de direito que se enviem dois soldados da polícia como medida protetiva para a região. Mesmo

⁶¹ Jornal Der Urwaldsbote., *Comédia Índia*, 18/12/1910, p. 1.

⁶² Jornal Der Urwaldsbote., *Assalto de Índios na Colônia Hansa*, 25/12/1910, p. 1.

⁶³ Jornal Der Urwaldsbote., *Assalto de Índios na Colônia Hansa*, 25/12/1910, p. 1.

⁶⁴ DEEKE, J., *Indígenas do Itajaí*, p. 121.

assim, na mesma localidade da colônia Hansa, outros assaltos se repetiram, colocando os moradores em permanente estado de alerta. Entre eles, tomemos como exemplo o assalto narrado pelo jornal *Der Urwaldsbote* em 15 de janeiro de 1911:

Na semana passada incendiaram uma casa abandonada. Durante semanas é que os moradores daqueles lugares, impossibilitados de trabalhar, sofreram constantes inquietações, sendo apesar disto proibidos de afugentar os bugres, o que seria inumano. Assim, finalmente, os lavradores nada podem fazer, senão mudar-se abandonando o trabalho feito, porque o governo, que faz grande caso dos bugres, não dá ouvidos a miséria dos colonos. É verdade que acaba de organizar uma guarda composta de dois homens cujas obrigações ignoramos.⁶⁵

O mesmo artigo trás ainda a informação de perigo constante no chamado Ribeirão da Liberdade, na região de Pouso Redondo. Segundo o jornal, a presença indígena estava levando os colonos a abandonarem seus lotes “com medo dos assaltos dos silvícolas”. Lotes já vendidos, mas ainda não colonizados e espalhados pela região, separavam os colonos residentes, colocando-os a longas distâncias uns dos outros, o que só vinha a aumentar a possibilidade de um ataque pelos Botocudos.⁶⁶

A certeza de que o governo não mais permitiria a matança indiscriminada de indígenas descontentava a todos os colonos, o que fica evidente na publicação do jornal *Der Urwaldsbote* de 25 de dezembro de 1910. Em tom agressivo, o jornal porta voz dos imigrantes alemães afirma que para o governo e o SPI, “(...) a vida de um índio tem mais valor que a de um lavrador”. O jornal condena aquilo que chama de “permissão” dada aos índios de sair da floresta e “sentindo-se protegidos matam lavradores, saqueiam as casas e vão se embora desimpedidos”. Condenam ainda o preceito rondoniano de somente afugentar aos índios sem causar-lhes mal, afirmando que:

Para a defesa dos índios, constituiu-se no Desterro, a Liga Patriótica, para a defesa dos lavradores não se faz absolutamente nada. Os lavradores não podem deixar de persuadir que são considerados cidadãos de segunda classe, ao passo que são da primeira os bugres, primitivos senhores da terra, que o governo vende aos colonos.⁶⁷

Para os alemães, a política humanitária e protecionista de Rondon só abraçava os “irmãos vermelhos”, como chamavam os nativos Botocudos. A citação acima nos apresenta uma inflexão na fala do colono alemão. Nela podemos perceber que após a criação do Serviço

⁶⁵ Jornal *Der Urwaldsbote.*, *Catequese dos Índios*, 15 /01/1911, p. 3

⁶⁶ Jornal *Der Urwaldsbote.*, *Catequese dos Índios*, 15 /01/1911, p. 3.

⁶⁷ Jornal *Der Urwaldsbote.*, *Assalto de Índios na Colônia Hansa*, 25/12/1910, p. 1.

de Proteção aos Índios, o governo se torna o grande inimigo do colonizador que padece diante da política indigenista aplicada por este. Para os colonizadores é o governo que vende as terras dos índios aos colonos e são estes que sofrem as consequências. Sentindo-se preteridos pelo governo, os colonos enalteciam a cultura alemã que trouxeram ao Vale do Itajaí, acusando setores da sociedade brasileira que tinham o interesse em expulsá-los do Brasil. Sobre estes, a quem chamavam de “Bugrophilos”, afirmam não ser “(...) exagero dizer que há gente que deseja ver os colonos alemães expulsos de Blumenau e suplantados por peles vermelhas, como forma de eliminar o perigo alemão”.⁶⁸

E para piorar, as investigações realizadas pelo inspetor Rosa, no início de 1911, sobre a morte do colono Pletz “(...) concluiu que os assassinos seriam criminosos comuns, e não índios”.⁶⁹ As investigações do inspetor, eliminam ainda mais as possibilidades de aceitação do Serviço de Proteção aos Índios pelos colonos. Segundo Santos, de forma concomitante, se conseguiu provar que muitos dos assaltos imputados aos Botocudos eram realizados por pessoas “civilizadas”. Os objetivos pretendidos pelos assaltantes iam do roubo até tentativas de desvalorização de terras alheias. Quanto aos colonos, afirmavam que o Inspetor estava interessado em camuflar a realidade.⁷⁰

A prova cabal tomada nas investigações realizadas pela Inspetoria na presença do Comissário de Polícia de Blumenau e de um escrivão, fora o ferimento da vítima. Segundo as testemunhas, o ferimento que levou a morte do colono Pletz foi produzido por um facão. Para o Inspetor, se o ataque fosse de índios Botocudos, o ferimento teria sido produzido pela ponta de uma flecha. Já os colonos depoentes, “afirmaram que a horda de selvagens que levara a efeito o assalto não era de indígenas legítimos, mas de coroados mansos”⁷¹ provenientes do Paraná. Para a Inspetoria, mesmo que os colonos tenham visto homens nus a distância, não poderiam afirmar que se tratava realmente de índios.

Após a chamada “comédia indígena”, tornou-se comum atribuir os assaltos de índios aos chamados “índios semicivilizados” do Paraná. Assim como no caso do colono Pletz, imputou-se aos indígenas do Paraná a culpa pelo assalto e assassinato da família do colono Adão Panoch em quatro de fevereiro de 1911. Após este afastar-se de sua casa na presença de dois filhos de 7 e 8 anos, o colono da localidade de Timbó, tem sua casa invadida e saqueada. No momento da invasão, sua mulher de 26 anos e mais três filhos ainda crianças encontravam-se na residência. Após o assassinato de todos os presentes, a casa de Panoch fora

⁶⁸ Jornal Der Urwaldsbote., *Assalto de Índios na Colônia Hansa*, 25/12/1910, p. 1.

⁶⁹ SANTOS, S. C. dos., *Índios e Brancos no Sul do Brasil*, p. 132.

⁷⁰ SANTOS, S. C. dos., *Índios e Brancos no Sul do Brasil*, p. 133.

⁷¹ DEEKE, J., *Indígenas do Itajaí*, p. 121.

saqueada. Descoberto o acontecido pelos dois filhos em seu regresso da escola, pedem socorro ao avô e vizinhos, que logo concluíram: “sem dúvida – isso era obra dos bugres”. Após o enterro das vítimas, “alguns vizinhos armados entraram no mato, para, seguindo os rastros dos bugres, reaverem os objetos roubados, se fosse possível”. Segundo o relato jornalístico, encontraram alguns objetos pertencentes à família vitimada, o que vinha comprovar suas certezas de tratar-se de assalto de índios.⁷²

Segundo o jornal *Der Urwaldsbote*, “(...) as tribos de índios errantes do Paraná para Santa Catarina” se tornavam “(...) uma praga geral e incessante” e “(...) um perigo sério para a colonização”. Para os colonos de Blumenau, os índios paranaenses saem de suas aldeias com o consentimento de suas autoridades. Atribuem a estes a responsabilidade pelos frequentes assaltos cometidos em terras catarinenses, para onde vem saciar “(...) os seus instintos brutais no sangue de vítimas indefesas”.⁷³ Para os colonos “a catequese será a perdição dos colonos, e impedirá a civilização de progredir”.⁷⁴

2.7. Repercussões

As dificuldades enfrentadas pelos funcionários do Serviço de Proteção aos Índios em Santa Catarina repercutiram fora das fronteiras do Estado. Tomemos como exemplo o jornal *O Paiz*, um dos mais importantes jornais de circulação nacional. Fundado durante a monarquia, em 1884 no Rio de Janeiro, surge com a finalidade de divulgar os ideais republicanos ao Brasil. Com a adoção do regime em 1889, torna-se um importante aliado governista da República Velha. Como aliado das benesses republicanas, natural que realizasse forte defesa de suas instituições e de seus projetos. Como não poderia deixar de ser, o jornal torna-se um forte aliado na defesa da nova política indigenista rondoniana e grande opositor das matérias veiculadas pelo jornal alemão de Blumenau, *Der Urwaldsbote*.

Em sua publicação de 22 de julho de 1912, *O Paiz* elenca os êxitos alcançados pelo SPI nos Estados do Amazonas, de Goiás e São Paulo. Ao primeiro, o jornal cita os êxitos aproximativos do SPI com os índios Jauaperys. Para o jornal, antes da criação do SPI, tamanha era a odiosidade entre os índios e moradores que “o próprio governo estadual, em 1905, enviou aquele rio uma expedição policial que exterminou 283 índios”. Após a intervenção dos funcionários do novo órgão, tem início a paz entre índios e moradores. Em

⁷² Jornal Der Urwaldsbote., *O assalto dos Bugres no Pinheiro*. 19/02/1911, p. 1.

⁷³ Jornal Der Urwaldsbote., *O assalto dos Bugres no Pinheiro*. 19/02/1911, p. 1.

⁷⁴ Jornal Der Urwaldsbote., *O assalto dos Bugres no Pinheiro*. 19/02/1911, p. 1.

Goiás, o jornal noticia a resolução de conflitos entre índios da ilha do Bananal e moradores locais que por anos consideraram “(...) inatingível aquele trecho do Araguaia”. Em São Paulo, o jornal tece elogios às vitórias conquistadas junto aos índios Kaingang, mesmo diante da ferocidade destes. Para *O Paiz*, os êxitos alcançados pelo SPI em São Paulo abriram novas possibilidades de circulação pelas “(...) selvas selvagens, desde a foz do Tibiriça, rumo ao norte, até um ponto acima na estação Glicério, na Estrada de Ferro Noroeste”.⁷⁵

Diante dos ventos contrários que sopravam ao SPI no vale catarinense, o jornal *O Paiz* se transformou em um forte veículo de comunicação que se opunha aos colonos alemães e ao seu principal jornal, o *Der Urwaldsbote*. Sua publicação de 12 de setembro de 1912 é elucidativa a esse respeito. Sob o título *O Problema Indígena em Santa Catarina*, o jornal carioca realiza fortes críticas aos colonos da Alemanha Antártica, “(...) como um diplomata num rasgo imponderado e audaz aprouve chamar um dia a terra de Anita Garibaldi”. O jornal não poupa críticas ao que chama de “(...) estranha alemação de grandes extensões da terra brasileira a sindicatos estrangeiros”. Considera a questão indígena nesta região como um “sintoma particularíssimo”, principalmente em se tratando de terras brasileiras onde o Kaiser Alemão “(...) mantém do seu bolso escolas que se destinam ao ensino da língua e da história alemãs, enviando para lá professores especiais”. Assim, afirma não ser de estranhar “a dolorosa situação em que ali se encontra o infeliz aborígene, que é por toda parte odiado, perseguido e massacrado”.⁷⁶

Neste artigo, o jornal *O Paiz* tinha como interesse denunciar as principais práticas adotadas em Blumenau pelos moradores e antigos bugreiros, que procuravam “ludibriar a própria inspetoria” do SPI. Acusa-se estes, de terem criado uma nascente indústria de falsificações que objetivava lucros à custa dos índios. A primeira denúncia recaí sobre o antigo bugreiro José Rodrigues e sua tentativa de transformar indígenas guarani em Botocudos, com o objetivo de receber indenização dos colonos. Além desta “indústria”, outras se somavam, segundo o jornal *O Paiz*. Entre elas a “invenção” da presença de índios por toda parte. “Eram toques de buzina à noite, pequenos furtos nas roças e mortes de animais domésticos”. Os roubos e as mortes de animais eram sempre imputados aos índios, e segundo o artigo jornalístico, estas ações tinham como interesse desestabilizar o serviço dos funcionários do SPI. O jornal carioca acusa ainda os colonos de criarem falsas notícias como afirmarem que à noite, as casas dos colonos eram invadidas por “índios” que “(...) comiam tudo que encontravam, e bebiam o leite destinado à primeira refeição da manhã, e não saíam

⁷⁵ Jornal *O Paiz*., *Serviço de Proteção aos Índios*, 22/07/1912.

⁷⁶ Jornal *O Paiz*., *O Problema Indígena em Santa Catarina*, 22/09/1912.

sem deixar algumas pequenas cruces como sinal e certificado de sua qualidade de indígenas”. A estas situações, afirma o jornal ou tratar-se de inventivas teutônicas ou não “(...) são os botocudos tão ferozes”, que se contentam em comer e beber leite, “coisa que, aliás – não gostam”, quando poderiam facilmente destruir a propriedade ou matar os colonos adormecidos.⁷⁷

Para *O Paiz*, os alemães criaram uma “companhia de fingir bugres”, que atendia a seus interesses. Para o jornal, tornou-se prática entre os colonos, depreciar as terras alheias através da seguinte forma: “quando um colono pretendia comprar barato o terreno que lhe apetecia, não tinha mais que chamar um alemão, daqueles que mais se parecesse com um botocudo e mandá-lo à noite para o dito terreno tocar buzina”. Sentindo-se ameaçado pela presença indígena, o proprietário da terra a vendia a preços abaixo do mercado. Afirma ainda o jornal que a prática de tocar buzina atendia ao interesse dos comerciantes locais, que simulavam a frequência do perigo indígena em certos pontos com o intuito de provocar à vinda da comitiva do SPI, aumentando assim suas vendas à tropa do órgão indigenista estacionada nesta localidade.⁷⁸

Para *O Paiz*, estas e outras práticas adotadas na colônia Blumenau, foram as grandes responsáveis pelo fracasso do primeiro Inspetor de Índios na região. Denúncias mentirosas de ataques indígenas levavam ao deslocamento das tropas do SPI para diversas localidades, sem qualquer resultado exitoso. Acusa-se ainda os colonizadores alemães de práticas antinacionais. Segundo o jornal carioca, após o assassinato do colono Pletz em Blumenau, os colonos ameaçaram pedir ajuda ao governo alemão diante da impossibilidade de realizarem-se incursões de caçadas indígenas. Por último, *O Paiz* considera ousadia a afirmativa do jornal teuto-alemão quando publica: “temos a convicção de que o Marechal Hermes será acessível a ponderações enérgicas (...) e acabará de vez com essas bobagens de Rondon”.⁷⁹

As acusações do jornal carioca ao *Der Urwaldsbote* aconteciam desde a instalação do Serviço de Proteção aos Índios em Blumenau. Na data de 14 de maio de 1911, o *Der Urwaldsbote* publicou um artigo no qual procurava se defender das acusações de incitar os colonos contra a inspetoria e de dificultar propositalmente a atuação do SPI no Estado catarinense. Procurando justificar sua oposição ao Inspetor do SPI, assim se manifesta em 14 de maio de 1911:

(...) a inspetoria muito exclusivamente patrocina os interesses dos índios em prejuízo dos lavradores. O nosso ponto de vista não é o da inspetoria, que liga a maior

⁷⁷ Jornal O Paiz., *O Problema Indígena em Santa Catarina*, 22/09/1912.

⁷⁸ Jornal O Paiz., *O Problema Indígena em Santa Catarina*, 22/09/1912.

⁷⁹ Jornal O Paiz., *O Problema Indígena em Santa Catarina*, 22/09/1912.

importância à proteção dos índios, a que se dedica até o sacrifício de si mesma, deixando-se sem resistência, assaltar e roubar pelos selvagens, porque erroneamente julga assim adquirir a confiança deles; nós, porém, é que ligamos a maior importância à proteção dos lavradores.⁸⁰

No mesmo artigo, o jornal teuto-alemão afirma que o Inspetor de índios somente conseguirá a confiança dos colonos, quando conseguir defendê-los dos ataques dos índios. E enfaticamente afirma: “(...) e disso ainda está bem longe. Por enquanto não sabe defender-se a si mesmo contra os selvagens; como há de defender os outros?”.⁸¹ A acusação do *Der Urwaldsbote* surge após o assalto de índios ao acampamento do Inspetor Rosa, como mostra seu telegrama ao seu superior hierárquico:

Hoje dez, quando mudava acampamento, fomos atacados pelos índios na serrinha, a 18 quilômetros longe, primitivo acampamento Santa Maria. Mataram um animal, carregaram bagagem. Perdemos ambulância, machados, foices, uma canastra com roupa do empregado Álvaro Carneiro, um toldo impermeável. Homens visados não foram atingidos salvo Romão Ferreira que teve paletó atravessado por seta. Para honra, civilização brasileira, não houve um só tiro. Não tentamos retomar objetos levados pelos índios, por que resultaria luta que todo transe evitarei. Achamos quatro grandes ranchos que tinham sido ocupados pelos índios até semana passada. Vou mandar abrir mais picadas. Deixei brindes nos ranchos. Posuo um grande arco e muitas flechas que nossos estimáveis patrícios deixaram no teatro do assalto.⁸²

Em artigo publicado em 5 de março de 1911, o semanário alemão *Der Urwaldsbote* procura defender os colonos alemães de acusações de práticas antibrasileiras no sul do Brasil. Duas são as acusações levantadas pelo jornal *O Paiz* aos colonos alemães: a má vontade para com Inspetor do SPI tenente Rosa, e ainda o desrespeitos dos colonos para com a bandeira nacional hasteada pelo Inspetor.⁸³ Após afirmar que o jornal carioca faltava com a verdade, classifica as acusações como ordinárias. Acusa-os de não dar “(...) importância alguma ao grave prejuízo que a colonização vai sofrer em consequência dos assaltos incessantes” e ainda de não fazer “(...) menção de haver vales laterais, todos abandonados pelos moradores”. Quanto à primeira acusação, pergunta o jornal dos colonos,

(...) se por ventura não é o senhor tenente quem manifesta má vontade”. É de todo natural que os colonos, achando-se num perigo perpétuo se indignaram da matança praticada na família de Panoch, e desabafaram sua exaltação, sobretudo porque veem que nada se faz para sua defesa.⁸⁴

⁸⁰ Jornal Der Urwaldsbote., *Proteção aos Índios*, 14/05/1911, p. 1.

⁸¹ Jornal Der Urwaldsbote., *Proteção aos Índios*, 14/05/1911, p. 1.

⁸² Jornal Der Urwaldsbote., *Proteção aos Índios*, 14/05/1911, p. 1.

⁸³ Jornal Der Urwaldsbote., *A Proteção aos Índios e os Lavradores Antibrasileiros*, 05/03/1911, p. 2.

⁸⁴ Jornal Der Urwaldsbote., *A Proteção aos Índios e os Lavradores Antibrasileiros*, 05/03/1911, p. 2.

Em relação à acusação de desrespeito para com a bandeira nacional pelos alemães, o *Der Urwaldsbote* afirma não existir provas do fato ocorrido, perguntando-se “como foi que se realizou o fato? Quem foram os culpados e porque ninguém os chama a autoria?” Acusa ainda o Inspetor de cometer irregularidades como “(...) amarrar um colono, sem que a isso tivesse direito”.⁸⁵

Além de apresentar repercussões na imprensa brasileira, as contendas entre os funcionários do SPI e os colonizadores alemães de Blumenau não passaram despercebidas na imprensa alemã, como registra o *Der Urwaldsbote* em sua publicação de 30 de julho de 1911. Nesta edição, afirma o jornal ser previsível que “o estranho procedimento da inspetoria de proteção aos índios contra os lavradores alemães de Santa Catarina haviam de produzir na Alemanha uns ecos desagradáveis”. O jornal alemão *Leipziger Tageblatt* pede que se iniba a “(...) emigração alemã para o Brasil, enquanto não se modifique o tratamento dos lavradores alemães”. Em outra edição, afirma ainda, que, se o governo brasileiro “(...) aprecia mais o índio do que o colono” deve-se evitar esse país. O Jornal alemão considera a atitude do governo e a política indigenista adotada pelo Brasil como “uma contradição descomunal”⁸⁶ e adota a fala do jornal *Der Urwaldsbote* de estar se preferindo a defesa do indígena em detrimento do colono. Não poderia ser diferente, uma vez que o jornal teuto-brasileiro se torna na Alemanha a principal fonte de informação sobre a situação enfrentada pelos compatriotas no Brasil. A citação a seguir do jornal *Leipziger Tageblatt* nos esclarece o que consideram como sendo uma “contradição descomunal”.

Parece que nos círculos influentes do Brasil, a inveja e a desconfiança são os sentimentos principais produzidos pela atividade alemã. A quem, nos últimos tempos, lê a imprensa teuto-brasileira, parece que querem enxotar os colonos mediante toda e qualquer chicana mesquinha. É coisa esquisita que as autoridades do Brasil negam os crimes dos índios, embora os alemães exibam provas esmagadoras. É coisa mais esquisita ainda, que o governo não quer punir os criminosos. (...) Parece que todos têm muito medo do índio, não se atrevendo a atacá-los no mato, pelo menos não por amor dos lavradores alemães.⁸⁷

Por fim, agindo como porta-voz dos interesses dos colonos alemães em Blumenau, o jornal aconselha o governo brasileiro a modificar sua atitude na questão indígena, no caso de ver importância “a obter boa imigração”. Aconselha-o ainda a proteger como desejar os

⁸⁵ Jornal Der Urwaldsbote., *A Proteção aos Índios e os Lavradores Antibrasileiros*, 05/03/1911, p. 2.

⁸⁶ Jornal Der Urwaldsbote., *Proteção aos Índios e Suas Consequências*, 30/07/1911, p. 2.

⁸⁷ Jornal Der Urwaldsbote., *Proteção aos Índios e Suas Consequências*, 30/07/1911, p. 2.

nativos brasileiros “que não são nada úteis ao país”, mas que nunca se esqueça de proteger em primeiro lugar “os colonos que prestam relevantes serviços” ao Brasil.⁸⁸

Mais do que contendas ideológicas entre jornais de oposição, as diversas acusações entre os veículos de comunicação nos apresentam um cenário de desgaste das atividades do SPI em Santa Catarina, e principalmente, de rejeição de seu representante José Vieira da Rosa em Blumenau. O ceticismo em relação à atuação do SPI na figura de seu Inspetor e demais comitiva só faziam aumentar. Os resultados pouco animadores alcançados até o ano de 1912, levavam a descrença generalizada dos colonos pelo órgão indigenista, além de gerar animosidades entre ambos. Além disso, novos ataques, supostamente provocados pelos indígenas, aconteciam em diferentes localidades de Blumenau. Ao Inspetor Vieira da Rosa, cabia se deslocar até o local dos ataques, na esperança de conseguir contato pacífico com os Botocudos. No entanto, a dificuldade de deslocamento e as péssimas estradas atrasavam sua chegada e a possibilidade de qualquer contato com os indígenas. Parcos foram os êxitos alcançados pelo SPI. E é nesse contexto que se reconhece a necessidade de reorganização do órgão no Estado. Acontece a fusão entre as inspetorias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ficando a chefia geral em poder deste último. O então Inspetor José Vieira da Rosa foi dispensado e, em começo de 1912, o novo Inspetor, Raul Abbot chegou a Blumenau para reorganizar as atividades do órgão na cidade e criar um novo plano de pacificação.

Durante a gestão do tenente Vieira da Rosa, procurou-se resolver as contentas de forma local, dirigindo-se o Inspetor até as localidades onde a presença indígena acontecia. Já com o novo chefe, o plano de ação adotado foi exatamente o oposto. O novo plano a ser adotado seria o de provocar o contato, a atração e a pacificação em local fixo, através da criação de Postos de Atração. Neste local, pretendia-se o aldeamento dos Botocudos e sua posterior integração nacional a partir dos preceitos humanitários propostos por Rondon. Após a escolha dos locais mais apropriados e a concessão das terras ao SPI pela Companhia colonizadora, o inspetor concretiza a fundação de dois postos de atração, ambos na colônia Hansa Hammonia, na época distrito de Blumenau e hoje município de Ibirama.

O primeiro foi fundado na foz do Ribeirão Plate e o segundo na região do Krauel, onde se iniciam as atividades de construção das benfeitorias e contratações de funcionários. Para facilitar o contato com os Botocudos, manda-se buscar no Paraná um grupo de 30 índios Kaingang já habituados no convívio com não índios. Acreditava-se que a filiação linguística entre Kaingang e Botocudos contribuiria ao processo. E é nesse contexto de formação de

⁸⁸ Jornal Der Urwaldsbote., *Proteção aos Índios e Suas Consequências*, 30/07/1911, p. 2.

futuros aldeamentos indígenas que começa a circular em Blumenau um panfleto com os seguintes dizeres:

Está na verdade se aproximando o perigo vermelho. Se forem verdadeiras as últimas notícias aqui chegadas podemos nos preparar para ter que hospedar em nossa colônia uma tribo de mais de 300 pessoas. (...) O dever de nossos representantes, é de fazer com que a catequese dos índios, deve ser feito longe de nossas colônias, pois a proteção e o auxílio merecem em primeiro lugar, os colonos honrados. (...) Pobres dos que tem que dirigir seus trabalhos nas proximidades reservatórios dos índios. Eles não colherão uma espiga de milho na roça, nem poderão ter uma galinha no pátio, nem um porco no curral. O seu direito contra os selvagens, procurarão em vão. Com tudo isto, vem ainda o perigo de vida a que estarão expostos. (...) Primeiro cuidem da proteção dos colonos e seus trabalhadores úteis. É a seguinte, a exigência que fazemos: “Em Terreno Blumenauense Não Queremos Aldeamento de Índios”.⁸⁹

Os dizeres acima, nos apresentam o contexto de oposição que se criou entre os interesses do órgão indigenista e dos colonos de Blumenau. Mesmo diante da oposição dos moradores à presença do aldeamento na região da colônia Hansa Hammonia, as atividades de Abbot ficaram aí concentradas. Densamente florestal, acreditava o Inspetor que se tratava de uma localidade mais propícia à presença dos indígenas Botocudos e onde o primeiro contato amistoso seria mais apropriado. As atividades ficaram concentradas nas proximidades dos dois Postos de Atração, mas esta localidade seria o local onde se faria o contato e a atração. A atividade pedagógica civilizatória seria realizada em área de aproximadamente 30.000 hectares na região do Taió, que fora doada pela Companhia Colonizadora ao SPI para esta finalidade. O intuito era de que no Taió fosse “(...) fundada uma colônia nacional nas partes mais longínquas para acabar com o perigo que o indígena representava”.⁹⁰ O interesse da companhia era o de afastar o indígena das proximidades da colônia alemã Hansa Hammonia.

Com a fundação dos Postos de Atração do Plate e do Krauel, tem início as tentativas de aproximação e contato amistoso com os Botocudos. Como afirma José Deeke, em ambas as estações:

(...) foram levantados mirantes, de onde gramofones soltavam, em direção às matas, as mais lindas melodias enquanto a bandeira nacional tremulava ao alto. Ao anoitecer, a coisa tornava-se de maior cerimônia. Então o gramofone tocava o hino nacional e a bandeira era arriada solenemente. (...) tudo isso havia de fazer, com o tempo, impressão sobre os silvícolas.⁹¹

No entanto, os resultados não eram nada animadores, e as críticas aos parcos êxitos conquistados pelo novo Inspetor Raul Abbot circulavam no jornal *Der Urwaldsbote*. Somado

⁸⁹ Original anônimo e sem data. Como fica claro em seu texto, o panfleto circulou em Blumenau antes da pacificação do ano de 1914. Por isso, a certeza de que foi produzido em meio aos embates entre o SPI e os colonos, ou seja, entre 1911 e 1914. Apud: SANTOS, S. C. dos., *Índios e Brancos no Sul do Brasil*, p. 131.

⁹⁰ DEEKE, J., *Índigenas do Itajaí*, p. 125.

⁹¹ DEEKE, J., *Índigenas do Itajaí*, p. 125.

a isto, criticava-se também os dispêndios financeiros do Estado brasileiro na manutenção dos funcionários em Santa Catarina, em uma atividade que não havia atingido nenhum saldo positivo até esse momento.

É sabido que em Santa Catarina o Serviço de Proteção aos Índios devora quantias fabulosas. Poucas mensalidades pagas aos empregados chegariam para recompensar as perdas de animais sofridas pelos moradores no Pouso Redondo. Mas até hoje não produziram efeito os seus pedidos de indenização, assim como o governo não atendeu aos seus gritos de socorro pedindo deleza contra os bandidos vermelhos. Temos nós o dever de assistir, de braços cruzados, a que os nossos concidadãos, derramando o seu sangue gota por gota, chegam a ceder o campo aos selvagens, pondo-se no caminho que dá para a miséria? Não cumpre-nos fazermos todo o possível para evitar esse extremo? Persuadidos da necessidade de amparar os indígenas, resolvemos apelar para nossos leitores e angariar dádivas para os moradores do Pouso Redondo arruinados pela catequese dos índios.⁹²

Como se pode perceber ao longo desta seção, todas as críticas levantadas pelo jornal alemão às atividades desenvolvidas pelos funcionários do órgão indigenista na região de Blumenau, recaíam diretamente sobre o maior “inimigo” dos colonos: o SPI. Ao longo de suas críticas, o indígena aparece como ator secundário, ao passo que o SPI, na figura de seus funcionários, é o grande algoz dos colonizadores alemães. Afinal, foi o SPI e suas diretrizes que limitou as ações de “defesa” dos colonos contra os indígenas após sua fundação no ano de 1910. Após quase três anos e dois inspetores de índios em Santa Catarina, as críticas aos resultados alcançados só aumentavam, como segue:

Portanto, a catequese não consegue exibir resultados positivos, e os resultados negativos são ainda maiores. Neste particular, os assaltos dos selvagens se tornaram mais frequentes em comparação com os tempos passados e, os índios cientes de sua imunidade, estão dia a dia mais insolentes. Os presentes que receberam em abundância, não aplacaram seu furor, mas sim os incitaram a cometer sempre novos crimes. Se os índios recebem presentes, por cada homicídio, por cada roubo, é claro que veem nisso um convite para continuarem sua atividade criminosa, assim recompensada.⁹³

A prolongada permanência dos funcionários do SPI e a falta de resultados concretos alcançados até o ano de 1913 alimentavam as críticas ao órgão. Para os alemães, as antigas expedições “penais” realizadas pelos antigos bugreiros, produziam efeitos mais concretos ao bem estar dos colonizadores, o que mudou de figura “(...) quando há dois anos a chamada catequese leiga entrou em exercício”. Para o *Der Urwaldsbote*, enquanto vítimas da

⁹² Jornal Der Urwaldsbote., *Crônica local. Socorro para o Pouso Redondo*, 27/10/2012.

⁹³ Jornal Der Urwaldsbote., *Os resultados da Catequese dos Índios em Santa Catarina*, 09/11/1913, p. 9.

catequese, não se pode admirar de os lavradores estarem com “(...) saudades daqueles tempos em que, sendo necessário, Martinho ia ao encontro dos ladrões e homicidas vermelhos”.⁹⁴

Em outra edição, o jornal informa que no prazo de aproximadamente três anos de atuação em Santa Catarina, segundo os cálculos dos colonos, o saldo deixado pelos indígenas à Blumenau foi de oito pessoas assassinadas, entre as quais uma mulher e duas crianças e ainda feridas outras nove pessoas. Calcula-se ainda em 600 a 700 animais mortos, além do saque de sete casas, das quais algumas foram incineradas. Estes saldos, acrescidos dos prejuízos à cultura agrícola, foram imputados à inoperância e ineficiência do Serviço de Proteção aos Índios:

Todos estão de acordo conosco que disso ninguém se pode pavonear. Está palpável o mais completo fiasco, e o governo bem fará em tomar outro rumo para domesticar e civilizar os índios. Esses resultados da catequese apenas podem comprometer a boa forma do país e diminuir a imigração⁹⁵

Mesmo em meio a essas severas críticas, o Inspetor de Índios Abbot persistia em sua tentativa de aproximação e de contato amistoso com os Botocudos, concentrando suas atividades junto aos dois Postos de Atração. Os funcionários do SPI sabiam que os índios circulavam no entorno do Posto de Atração Krauel, mas a aproximação tinha objetivos hostis. Certo dia, os funcionários foram atacados em uma picada, ficando todos ilhados em meio às benfeitorias do Posto. Segundo Deeke, a aproximação tornava-se cada vez mais ousada e flechas eram atiradas contra os funcionários. Os sinais de amizade, como os presentes deixados por Abbot em meio às picadas, não surtiam os efeitos esperados, até que um funcionário fora certamente atingido por uma flecha, levando os demais a abandonar a obra pacificadora de Abbot. Os funcionários necessitaram da ajuda dos colonos para conseguir sair do espaço do Posto, antes que este fosse invadido pelos índios. Logo após a fuga e o abandono da estação, esta foi invadida e destruída pelos Botocudos. Quando os indígenas se retiraram, iniciou-se sua reconstrução e o posto no Rio Plate foi transformado num grande povoado.⁹⁶

Em meio ao trabalho de reconstrução dos Postos, acontece uma nova reorganização da atividade do SPI em Santa Catarina. Após a demissão de alguns funcionários, a Inspetoria de Santa Catarina se desliga do Rio Grande do Sul e foi incorporada à Inspetoria do Paraná. Depois do pedido de demissão de Abbot, vários outros funcionários se afastaram do serviço,

⁹⁴ Jornal Der Urwaldsbote., *O País e a catequese dos índios*, 13.11.1912, p. 13.

⁹⁵ Jornal Der Urwaldsbote., *Os resultados da Catequese dos Índios em Santa Catarina*, p. 9.

⁹⁶ DEEKE, J., *Índigenas do Itajaí*, p. 124-125.

ficando os Postos de Blumenau sob reponsabilidade de três jovens funcionários. Entre eles o futuro “pacificador dos índios” do Vale do Itajaí: Eduardo de Lima e Silva Hoerhann.

2.8. A Pacificação dos Botocudos por Eduardo de Lima e Silva Hoerhann.

Em finais de 1913, o Serviço de Proteção aos Índios encontrava-se praticamente desarticulado em Santa Catarina. Além das constantes indisposições que o órgão enfrentava há praticamente três anos com os colonos de Blumenau, havia outro problema de vulto que inibia o sucesso da catequização leiga na região. Após mais de sessenta anos de confrontos hostis e de perseguições por tropas de bugreiros, como convencer os Botocudos sobre as reais intenções pacíficas pretendidas pelos funcionários do órgão indigenista? A estratégia estava posta pelos funcionários remanescentes do SPI e se constituía de dois “Postos de Atração” nos rios Plate e Krauel que contavam com a presença de algumas famílias de índios Kaingang e de caboclos experientes nas atividades do mato e na agricultura. Para a efetiva aproximação com os Botocudos:

(...) presentes eram colocados em diferentes pontos nas trilhas nas quais a presença indígena era detectada. No entorno dos postos, roças foram feitas visando oferecer alimentos para os índios. Nas torres de vigia, gramofones tocavam diferentes músicas. Intentava-se demonstrar aos índios que os ocupantes daqueles postos estavam dispostos a um relacionamento pacífico.⁹⁷

José Deeke nos informa que depois do ataque realizado no Posto do rio Krauel, em que os Botocudos mataram um funcionário e destruíram suas benfeitorias, os índios desapareceram das imediações da colônia Hansa, sem deixar qualquer vestígio. Possivelmente, internaram-se em meio aos vales com medo de eventuais represálias. Segundo o autor, “(...) não apareceram mais e os Postos, mantidos com grandes despesas, pareciam efetivamente ali feitos para recreio dos funcionários”.⁹⁸ Em meados de setembro de 1914, a maior parte dos funcionários encontravam-se na sede da colônia Hansa Hammonia. Entre eles, encontrava-se um jovem oficial que ocupava a função de guarda do SPI de nome Eduardo de Lima e Silva Hoerhann.

Segundo o jornal *A Verdade* de Florianópolis, em princípio do mês de setembro de 1914, Hoerhann, na companhia de quatro homens e um índio Kaingang do Paraná, percorreram a zona compreendida entre os rios Benedito e rio Hercílio, com a finalidade de localizar os índios Botocudos a fim de estabelecer relações pacíficas com estes. Inicialmente,

⁹⁷ SANTOS, S. C. dos., *Os índios Xokleng: memória visual*, p. 56.

⁹⁸ DEEKE, J., *Indígenas do Itajaí*, p. 126.

realizam o percurso de canoa para posteriormente embrenhar-se em meio à floresta por dias, localizando vários acampamentos e picadas realizadas pelos índios. Após dias de caminhadas e desprovidos de víveres, resolve Hoerhann realizar parada em casa de moradores. Afirmam estes que os Botocudos encontravam-se próximo, pois haviam realizado há pouco tempo um assalto no qual levaram alimentos e mataram inúmeros animais. Desconfiados de que os índios não se encontravam mais naquelas proximidades, seguiu a turma para o povoado de Moema. Sem sucesso, segue Hoerhann e comitiva em direção à povoação de Hammonia, onde pretendia tomar novas providências.⁹⁹

Segundo Deeke, há muito que o guarda Eduardo Hoerhann percebera que o sistema de atração espontânea, realizado por meio do gramofone, não traria os resultados pretendidos. E é assim que resolve adotar um método diferente:

Ele tentaria perseguir os indígenas até os respectivos acampamentos e atirar-se no meio destes, como fazia Martinho. Mas não para mata-los ou aprisiona-los, como aquele fazia, e sim para entregar-se, ele mesmo, completamente desarmado, aos silvícolas. Dessa forma ele esperava, se os bugres não o matassem no primeiro momento de surpresa, conseguir o que desejava.¹⁰⁰

Em 20 de setembro de 1914, surgem os Botocudos junto ao Posto Plate. Encontravam-se na sede do Posto, somente alguns índios Kaingang do Paraná, quatro homens, além de uma mulher na companhia dos filhos. Alguns funcionários encontravam-se em Hammonia para buscar mantimentos e outros haviam subido o rio para caçar e pescar. A presença hostil dos índios fez com que todos os presentes saíssem em debandada, ao que se sucedeu o assalto dos Botocudos. Levaram consigo roupas e objetos de ferro e posteriormente, atearam fogos em todas as benfeitorias do Posto Plate. Às tentativas de contato realizadas pelos Kaingang foram respondidas com flechadas, ao qual se sucedeu a fuga destes.

Encontrando-se em Hammonia, assim que recebeu a notícia do ataque dos índios, Eduardo Hoerhann segue em direção ao Posto na companhia de um grupo de três homens e do índio intérprete Kaingang de nome Préie. Na manhã do dia 21 de setembro, chega ao destino pretendido, encontrando as benfeitorias ainda fumegantes e um cenário de total destruição. Em uma tentativa de aproximação, o índio Préie começou a gritar em língua Kaingang em direção à floresta, obtendo respostas positivas. Logo avistou-se índios escondidos em troncos

⁹⁹ Originalmente o artigo *A Pacificação dos Índios Botocudo* foi publicado pelo Jornal *A Verdade* em data posterior à pacificação, pois foi produzido a partir de entrevista com Eduardo Hoerhann ao jornal. Em sua republicação em 1989 pela Revista Blumenau em Cadernos, não consta a data de sua primeira veiculação pelo Jornal. Apud: Blumenau em Cadernos. Tomo XXX. N° 5. Maio, 1989, p. 133-135.

¹⁰⁰ DEEKE, J., *Indígenas do Itajaí*, p. 126.

de árvores utilizados como pontos de observação, ao que se segue a aproximação destes, todos armados, nus e vociferando palavras. Segundo relato do jornal *A Verdade*:

(...) radiante de intenso júbilo por ver finalmente diante de si os índios botocudos que há muito tempo desejava encontrar, Eduardo foi imediatamente ao seu encontro, atirando para longe de si a carabina que trazia na mão, para que não houvesse nenhuma suspeita quanto às suas intenções pacíficas. Avançando uns cinquenta passos, foi porém, intimado pelos índios que parasse, e estes, exaltados, colocavam as flechas em seus arcs, estirando-os com pontaria feita.¹⁰¹

De braços levantados e na companhia do índio Préie, Eduardo seguiu em direção aos índios, vociferando algumas palavras que conhecia da língua indígena. Mesmo desarmados, continuavam os Botocudos em atitude hostil, ameaçando atirar. Quando os dois já se achavam bem próximos, um dos índios atirou duas flechas, sem, no entanto atingi-los. Segundo relato de José Deeke, que fora testemunha do evento, “vendo esse gesto de seu companheiro, os outros bugres zangaram-se e afastaram-no e então também jogaram as suas armas ao chão”.¹⁰² Aproximando-se mais dos índios, Eduardo retirou o paletó e a camisa e mostrando-se com o tronco nu, estendeu os braços, repetindo novamente algumas palavras na língua dos nativos. A tradicional estratégia de entrega de presentes foi posta em prática, com a diferença de que agora estes foram entregues diretamente nas mãos dos “beneficiados”. Ao recebê-los, imediatamente os levavam para dentro da floresta. Entre suas preferências, encontravam-se as roupas e objetos de ferro, além de um cachorro que se encontrava no posto. No julgamento de Deeke, “modesta aquela gente não era de modo nenhum; nunca se mostravam eles satisfeitos e não sossegavam enquanto se lhes não dessem todas as peças de roupas de que se poderia se dispor.”¹⁰³

Durante os dias seguintes, os Botocudos apareciam diariamente no Posto em busca de outros presentes. Desconfiados, sempre deixavam seus guerreiros de prontidão nas imediações da floresta, prontos para qualquer ataque. Deeke nos informa que os nativos contatados não permitiam que os funcionários do Posto portassem qualquer tipo de armamento de defesa, permanecendo todos a mercê dos indígenas. Assim descreve Deeke, os primeiros dias de contatos pacíficos:

Eduardo Hoerhann ficou mais do que satisfeito com esse sucesso. Se ele, entretanto, pensou em realizar uma completa e pronta pacificação dos índios, errou redondamente (...) os bugres tornaram-se logo mais confiados e vieram até o posto

¹⁰¹ Blumenau em Cadernos., *A pacificação dos Índios Botocudos*, p. 136.

¹⁰² DEEKE, J., *Indígenas do Itajaí*, p. 127.

¹⁰³ DEEKE, J., *Indígenas do Itajaí*, p. 126.

com mulheres e crianças, mas eles patenteavam, debaixo dessa confiança, uma forte dose de fantasia e de atrevimento. Fantasia por imaginarem que não eles, mas os brancos é que estavam sendo “amansados” e julgavam-se acima destes; atrevimento por que eles não admitiam armas nas mãos dos brancos do posto enquanto eles mesmos, seguidamente apareciam com suas armas. (...) Mal chegava uma remessa de coisas novas, como cobertores, fazendas e objetos de ferro e era distribuída, já eles estavam exigindo outras novidades e se estas não chegassem como eles desejavam, ele tinha que ser castigado, cutucando-o com a ponta de suas lanças afiadas de sorte que ele via a cada instante a morte diante dos olhos.¹⁰⁴

Para Eduardo Hoerhann, assim os índios foram se familiarizando cada vez mais com a presença dos não índios, “(...) e como a todos seus atos não se opunha nenhuma resistência, e bem convencidos que estavam da sua absoluta superioridade, tanto em números como em armas, impunham-se como senhores”.¹⁰⁵ Além dos presentes habituais, como cobertores, roupas e instrumentos de ferro, o espaço do posto tornou-se um porto seguro onde os Botocudos foram se habituando a encontrar alimentos. Com a escassez de alimentos oriundos da floresta, sempre solicitavam a Eduardo comida em quantidade maior, principalmente farinha e milho, além de rezes. Mesmo diante de problemas como os poucos orçamentos e da crescente procura por mais presentes e alimentos pelos índios, Eduardo vai gradativamente ganhando a confiança dos Botocudos.

Para Deeke, desta forma a pacificação vai “progredindo, lentamente” e Eduardo já “(...) conseguiu que eles não realizem mais assaltos nas redondezas, do que eles não têm mais necessidade, pois a estação lhes fornece os meios de que eles tem precisão”.¹⁰⁶ No entanto, na mesma fala percebemos uma contradição do autor. Para este, mesmo que os indígenas se dispusessem a permanecer no espaço do posto, isso não seria possível, pois a falta de recursos suficientes levava a constante falta de suprimentos para o efetivo abastecimento dos índios, o que os obrigava a realizar suas incursões de caça em meio ao mato, onde muitas vezes entravam em contatos hostis como os colonos. Ainda segundo Deeke, estimava-se a população indígena remanescente e espalhada pelo Vale em aproximadamente 150 a 200 indivíduos. Para ele, um bom indicador do saldo positivo conquistado nos primeiros meses de pacificação, era o surgimento de “caras novas” entre os indígenas que gradativamente se aproximavam, o que só vinha comprovar a gradativa confiança que estava se estabelecendo entre os funcionários do posto e os Botocudos. Os prognósticos realizados pela testemunha ocular do evento da pacificação realizada em 21 de setembro de 1914 são bastante otimistas quanto ao futuro da pacificação e do município de Blumenau, como segue:

¹⁰⁴ DEEKE, José, Apud: SANTOS, S. C. dos., *Índios e Brancos no Sul do Brasil*, p. 148.

¹⁰⁵ Blumenau em Cadernos., *A pacificação dos Índios Botocudos*, p. 140.

¹⁰⁶ DEEKE, J., *Indígenas do Itajaí*, p. 131.

Seja como for, eles aprenderão, com o tempo, os preceitos do mundo civilizado e o significado exato do meu e do teu, de forma que mais tarde, quando o assunto despertar maior interesse, se poderá fixa-los em alguma região.¹⁰⁷

No que concerne, porém à colonização, se as coisas continuarem como vão indo, o problema que o indígena representava, está resolvido. Desde o encontro havido no Plate, cessaram os assaltos e latrocínios que, anualmente, os silvícolas empreendiam contra os colonos.¹⁰⁸

Como veremos no próximo capítulo, colonizar o indígena Botocudo ensinando-o os preceitos do mundo “civilizado” e o significado do “meu e do teu”, como esperava Deeke, será a função norteadora do encarregado Eduardo Hoerhann em sua atividade com os índios no Posto de Atração Plate. Procurando aplicar as práticas civilizatórias rondonianas junto aos índios atraídos em Blumenau, veremos que a realidade enfrentada pelo encarregado gerou respostas variadas que nem sempre atendiam aos anseios esperados.

Responsável pelo primeiro contato amistoso com os temidos Botocudos de Santa Catarina, Eduardo de Lima e Silva Hoerhann protagonizou um dos eventos mais importantes da história da colonização do Vale do Itajaí e se eternizou na história da região como o “Pacificador dos Xokleng”. Natural do Estado do Rio Janeiro, o filho de militar austríaco nasceu na cidade de Niterói, no ano de 1892, e ingressou como auxiliar de fotógrafo no recente órgão indigenista (SPI) no ano de 1912 com 20 anos de idade. Seu ingresso aconteceu por intermédio de indicação realizada pelo Doutor Generino dos Santos, que possuía grande influência política na época. Além de fotógrafo do Serviço, exerceu ainda a função de guarda de posto, e posteriormente, quando About se afastou de sua atividade, Eduardo assume a chefia dos trabalhos de atração dos índios Botocudos de Blumenau. Como informa Silvio Coelho, no Rio de Janeiro Eduardo:

(...) frequentou o ginásio e se engajou no Serviço de Proteção aos Índios objetivando aventurar-se no sertão e defender o indígena. Havia se informado da situação do silvícola nas discussões que se travavam na imprensa antes da criação do SPI. A sua origem urbana e sua formação escolar logo lhe oportunizaram situações de liderança. (...) Aprende a falar o Kaingang com um dos índios que servia de intérprete e baseado no vocabulário do Dr. Gensh tenta dominar algumas palavras do idioma Xokleng.¹⁰⁹

Sem qualquer experiência anterior que norteasse as atividades de Eduardo, coube ao encarregado administrar as principais dificuldades enfrentadas logo após os primeiros

¹⁰⁷ DEEKE, J., *Indígenas do Itajaí*, p. 131.

¹⁰⁸ DEEKE, J., *Indígenas do Itajaí*, p. 131.

¹⁰⁹ SANTOS, S. C. dos., *Índios e Brancos no Sul do Brasil*, p. 148.

contatos. Como afirma Santos, se Eduardo “(...) imaginou a pacificação de forma romântica e aventureira, os fatos que logo se sucederam aos primeiros contatos amistosos lhe foram dando consciência da realidade.”¹¹⁰ Como veremos no próximo capítulo, as dificuldades de ordem financeira levaram o encarregado ao efetivo abandono de sua empreitada, e demandas por maiores dotações orçamentárias não comoviam o governo. Dificuldade de contratação de funcionários, de compra de alimentos e as corriqueiras insubordinações se tornaram frequentes logo no início de sua atividade juntos aos índios. Afinal, segundo informações do próprio encarregado, nos primeiros anos, tornava-se impossível um levantamento do número de índios que frequentavam o posto, pois os mesmo iam e vinham de acordo com seus interesses de caça ou busca de presentes. No entanto, estima o encarregado que se compunha de aproximadamente uns 400 indivíduos.¹¹¹

Quatorze anos após a pacificação, quando o Posto de Atração Plate já passara a categoria de Posto Indígena Duque de Caxias, Eduardo recebeu a visita do explorador alemão Gunther Pluschow. Durante a visita, pergunta o visitante ao encarregado: E como foi que o senhor teve a ideia de aproximar-se dos indígenas, Dom Eduardo? Logo após, responde o encarregado:

Isso foi entusiasmo de moço, foi espírito de aventura e foi muito idealismo. Há uns quinze ano atrás caiu-me nas mãos um vocabulário da língua dos botocudos, organizado pelo Dr. Gensch, médico alemão que reside em Blumenau. O Dr. Gensch tomara uma menina botocuda para criar, a qual ainda vive em Blumenau e é muito prendada. Essa menina fora aprisionada numa batida aos bugres. Por intermédio dessa bugrinha, o Dr. Gensch compilou um dicionário com os vocábulos mais usados da língua dos indígenas. Quando em setembro de 1914, os botocudos atacaram e destruíram completamente o chamado “Posto de Atração” que existiu, mais ou menos, no local em que hoje nós estivemos, quando os selvagens atacaram, matando e roubando os colonos, eu concebi o meu plano. Eu já havia, tempos antes, decorado as palavras do pequeno dicionário e, assim armado, meti-me pelo mato adentro disposto a conversar com os bugres. Todas as dificuldades anteriores de catequese mesmo de aproximação haviam fracassado, pois os indígenas sul americanos são, de modo geral, muito ferozes, desconfiados e selvagens. Os piores são ainda hoje, os botocudos.¹¹²

Indagado se não sentiu medo, Eduardo afirmou que: “medo, propriamente, eu não tive”. Descrevendo seu feito, relata ao visitante sobre as flechas apontadas em sua direção. Para Eduardo, seu feito foi conquistado em função do conhecimento das poucas palavras indígenas que conhecia. Ao repeti-las aos Botocudos, causou admiração nestes, que teriam se surpreendido de ver um homem branco usando suas palavras. Atribuiu ainda seu sucesso á distribuição de presentes, que praticada de forma repetida ajudou na conquista da confiança

¹¹⁰ SANTOS, S. C. dos., *Índios e Brancos no Sul do Brasil*, p. 153.

¹¹¹ SANTOS, S. C. dos., *Índios e Brancos no Sul do Brasil*, p. 154.

¹¹² PLUSCHOW, Gunter., *Com os botocudos*, p. 20.

dos nativos. Outro elemento elencado como contributivo ao contato amistoso foi o fato de andar despido entre os índios: “fizeram-me saber que não confiavam na minha roupa; que eu talvez trouxesse armas debaixo delas. Ameaçado ainda pelas longas flechas eu tirei toda a roupa, ficando completamente nu”.¹¹³

Afirma Eduardo que inicialmente conviveu com os nativos em seu meio, na mata, passando a viver como um deles. Lentamente aprende sua língua, reconstrói as benfeitorias do Posto de Atração, e “finalmente por meio de promessas e presentes”, consegue “amansar os bugres e pela primeira vez, fazê-los pegar na enxada para um trabalho produtivo”. Questionado sobre a gratidão dos índios pela sua atividade, Eduardo é categórico em informar que dos índios recebera todas as acusações. Acusavam-no de não poderem mais “caçar, saquear e matar como nos bons tempos”.¹¹⁴ Acusavam-no ainda pelas constantes mortes provocadas pela malária e de precisarem trabalhar, uma vez que antes, não precisavam mais do que ir à caça. Mesmo passados catorze anos, Eduardo afirma não se sentir seguro entre os índios, sendo por isto obrigado a construir sua casa “um pouco afastada”. Por último afirma:

Eu nunca sei se retornarei com vida quando vou até os botocudos. Mas até a isso a gente se acostuma. Ao todo, uns 300 botocudos vivem ainda hoje, 50 deles, por assim dizer, amansados na Estação; os outros perambulam pelas matas, todos homens, mulheres e crianças, completamente nus. Eles só conhecem os cordéis de embira, que amarram ao redor da cintura, as suas armas, em cujo uso são peritos, como os senhores puderam hoje constatar, e a anta, o seu principal alimento.¹¹⁵

Em larga medida, após 14 anos de contato amistoso com os Botocudos, a fala do encarregado do Posto Indígena apresenta sinais das resistências empreendidas pelos índios “atraídos” e “pacificados” em 1914. Além de lhe imputar a culpa pelo novo contexto histórico vivido, fica evidente a persistência de antigas práticas que ainda se mantém arraigadas neste momento, como a prática da caça e do “nomadismo”. Entender este processo dialético entre distintos interesses que fizeram parte da obra pacificadora levada a efeito por Eduardo Hoerhann junto aos índios Botocudos compõe-se como objetivos precípuos nos dois próximos capítulos.

¹¹³ PLUSCHOW, G., *Com os botocudos*, p. 21.

¹¹⁴ PLUSCHOW, G., *Com os botocudos*, p. 22.

¹¹⁵ PLUSCHOW, G., *Com os botocudos*, p. 22.

CAPÍTULO III: A DIALÉTICA DA PACIFICAÇÃO (1914-1925).

3.1. Cenário inicial: certezas ou incertezas sobre a pacificação.

Anuindo ao convite do Sr. Eduardo Hoerhann que é atualmente o único funcionário do Serviço de Proteção aos Índios existente no vale do rio Itajaí, os signatários destas linhas em companhia de mais alguns companheiros seguiram para o posto do rio Plate, confluyente do rio Itajaí do Norte, com o fim de esclarecer as muitas desconfianças e erros existentes a respeito dos silvícolas no município de Blumenau, apesar de terem conhecimento dos perigos e fadigas que teriam que enfrentar aventurando-se a tal cometimento. Como já dissemos o fim da viagem era constatar de visu, que não se trata de bandoleiros ou índios coroados mansos dos aldeamentos de Palmas, como muita gente pensa e aos quais se atribui os assaltos e roubos feitos por diversas vezes em Pouso Redondo etc., mas de verdadeiros índios da selva, completamente bravios, para expondo os resultados das observações por nós feitas solicitemos a atenção do poder competente para a catequese do gentio que habita as florestas do nosso município, a qual até bem pouco tempo o governo ligou o máximo interesse em benefício do índio e do colono, e de que depende em grande parte a boa marcha da colonização neste estado.¹

A citação acima tem como signatários o engenheiro e Inspetor do Telégrafo Nacional, Senhor Augusto Zittlow e o chefe de tráfego da Estrada de Ferro Santa Catarina, Senhor Martin L. Bischof. Em junho de 1915, redigiram um relatório acerca de suas considerações e impressões após sua permanência pelo período de dois dias junto aos índios pacificados de Blumenau no Posto de Atração Plate. Como destacaram em sua carta, o objetivo de sua visita era o de constatar a veracidade da pacificação dos índios Botocudos de Santa Catarina.

Como vemos, quase um ano após o contato de Eduardo Hoerhann com os Botocudos, ainda pairavam dúvidas e incertezas sobre a etnia pacificada. Seriam realmente os Botocudos “selvagens” de Santa Catarina ou seriam os Coroados “mansos” já aldeados do Paraná? Afinal, como vimos no capítulo anterior, muitos dos assaltos e roubos realizados na região do Vale do Itajaí durante a primeira década do século XX, eram atribuídos aos índios do Estado vizinho, e neste momento, rumores acerca de uma pacificação não realizada com os verdadeiros índios de Santa Catarina deveriam ser eliminados, pois tornavam impeditivo o pleito dos recursos necessários à continuidade da obra pacificadora, que se encontrava diante de sérias dificuldades financeiras.

As páginas escritas no relatório dos excursionistas apesentam um breve trabalho etnográfico, etnocêntrico e detrator sobre os índios Botocudos. Para se ter uma ideia das impressões descritas, as apresentaremos brevemente. Devidamente orientados e

¹ ZITTLLOW, A., BISCHOF, M. L., *No Toldo dos Índios*.

acompanhados por Hoerhann, partem Zittlow e Bischof e demais comitiva rumo ao Posto de Atração Plate munidos de presentes como um porco, um touro e uma vaca e desprovidos de qualquer tipo de armas, a fim de não levantarem nenhum tipo de desconfiança nos indígenas. Após narrarem a epopeia do percurso, afirmam os excursionistas terem avistados as primeiras “(...) figuras trigueiras que faziam um alarido medonho (...) mais parecidos a vozes de animais que as de criaturas humanas”. Logo que chegam, os visitantes são revistados e despojados de tudo que levavam nas bolsas, como canivetes, chaves, óculos e demais objetos. Em seu olhar etnocêntrico, demonstraram grande perplexidade quando presenciaram um Botocudo cravar um facão na barriga do porco por eles presenteado, afirmando poder-se “(...) imaginar com que gente lidamos”, uma vez que não se importam “(...) com os berros que a dor arrancava ao desventurado animal”.²

Seus comentários acerca do ímpeto guerreiro dos indígenas, a nudez, os cabelos mal tratados e cobertos de parasitas, a falta de emoção para com o sofrimento dos animais, e ainda seus alaridos comparados ao “(...) latido de muitos cães enlouquecidos” animalizaram os anfitriões. Narraram a pintura corporal e facial dos Botocudos, sua cobiça, o uso dos botoques pelos homens, e a falta de pudor pelas mulheres, deixando claro seu horror pelo que viam. Por fim, após conjecturar “(...) sobre o passado e o futuro desta gente, que será talvez o resto de uma grande tribo”, tecem grandes elogios à obra pacificadora até aquele momento realizada por Eduardo. Argumentam da necessidade de o governo fornecer meios financeiros para a continuidade desta obra ou caso isso não aconteça “(...) será o flagelo do laborioso colono”.³

Diante dos objetivos pretendidos pelos excursionistas, fazia-se necessário destacar a quase animalidade dos Botocudos. Procurou-se demonstrar que tratava-se realmente dos “selvagens” de Blumenau e não dos Coroados “mansos” do Paraná. No relatório em que descrevem sua excursão ao “toldo dos índios”, Zittlow e Bischof procuraram justificar a necessária solicitação de verbas para a obra pacificadora, que consideravam “(...) tão necessária aos bons êxitos do projeto colonizador”.⁴ Engajados de forte “espírito” de colonização, as considerações dos excursionistas negaram humanidade aos Botocudos, apresentando-os pela negação, ou seja, o que eles não tem em relação aos colonizadores, o que não nos causa qualquer estranheza, visto tais discursos serem constitutivos dos grandes projetos coloniais e servirem de reforço a estes. Tornava-se necessário apresentar imagens constitutivas dos índios como repulsivas, diante do desejo de apagá-las, subsumi-las através

² ZITTLLOW, A., BISCHOF, M. L., *No Toldo dos Índios*.

³ ZITTLLOW, A., BISCHOF, M. L., *No Toldo dos Índios*.

⁴ ZITTLLOW, A., BISCHOF, M. L., *No Toldo dos Índios*.

da transformação destes seres em outra direção, no sentido de um “novo” homem, ocidental e civilizado. Em sua política do olhar em relação ao contexto imediato, os excursionistas dialogaram entre culturas, realizando “(...) uma etnografia do ‘outro’ enquanto ‘outro’ a ser dominado para livrar o índio da superstição e levá-lo a renúncia de suas tradições”.⁵

Após o retorno dos excursionistas a sede do município de Blumenau, seu superintendente municipal, Sr. Paulo Zimmermann, encaminhou uma cópia do relatório de visita redigido por Zittlow e Bischof ao então Exmo. Ministro do Interior da Capital da República na cidade do Rio de Janeiro. Em suas considerações anexas ao relatório dos excursionistas,⁶ Zimmermann reafirma que o principal interesse da excursão era o de constatar se realmente Eduardo tivera contatos pacíficos com os índios “bravos” de Santa Catarina. O superintendente afirma não ter dúvidas tratar-se “(...) realmente de botocudos bravos com os quais o Snr. Eduardo Hoerhann, (...) com risco de sua vida, conseguiu travar relações amistosas. Os indígenas têm toda confiança no seu amigo e o obedecem facilmente. Mas é claro que também dele exigem recursos”. O teor da breve carta de apresentação ao Exmo. Ministro do Interior deixa entrever as dificuldades financeiras já vivenciadas por Hoerhann e os riscos que representava o seu afastamento da obra pacificadora aos colonos da região. Afirma que “(...) na absoluta falta de verba, o dito senhor (Eduardo) chegou ao fim de seu poder e principiou a afastar-se dos seus amigos (Botocudos) do que resultou logo que os pobres indígenas, a procura de seu protetor, aproximaram-se dos colonos italianos da Hansa”.⁷ Afirma ainda que os ditos colonos assustados pegaram em armas para defenderem suas propriedades.

Fato é que a incipiente pacificação levada a efeito por Eduardo Hoerhann já sentia os efeitos financeiros sofridos pelo baixa dotação orçamentária do Serviço de Proteção aos Índios. Rumores acerca da suspensão do Posto de Atração Plate já circulavam em Blumenau, como atesta carta endereçada ao Diretor Interino do SPI pelo Inspetor Regional José Maria de Paula na data de nove de julho de 1915. Esta carta faz menção à correspondência por este recebida do diarista do Posto Plate Hugo Straube. Pelo importante teor das informações constantes, tomamos a liberdade de citá-la em sua íntegra:

Em aditamento aos meus telegramas sobre a situação atual do Serviço no Posto do Rio Plate, e para os devidos fins, cumpre-me prestar-vos mais as seguintes informações: o Diarista Sr. Hugo Straube comunicou a esta Inspeção, em telegrama do 7 do corrente que o Diarista Sr. Eduardo Hoerhann conseguiu descobrir um plano clandestino, a que aderiram todos os colonos localizados no Sharlack e suas

⁵ ORLANDI, E. P., *Terra à vista*, p. 150.

⁶ ZIMMERMANN, P., *Carta redigida pelo Superintendente de Blumenau*.

⁷ ZIMMERMANN, P., *Carta redigida pelo Superintendente de Blumenau*.

circunvizinhanças. Assentaram unanimemente os mesmos colonos, que, no caso de suspenso o nosso serviço, darão ataque aos índios, com o intuito de eliminar o maior número possível destes, e assim imprimir o máximo terror no espírito dos mesmos a fim de tirar-lhes a mais leve idéia de voltarem ao lugar que tão sinistros lhes teria sido. A todos os conselhos que foram dados aos mesmos colonos, em sentido contrário, responderam, invariavelmente, que, tendo o governo feito os índios saírem do mato, agora esta obrigado a mantê-los e dirigi-los convenientemente, garantindo assim a população civilizada, cuja vida doméstica e trabalho tornam-se instáveis, devido a vizinhança dos índios. Caso agora, dizem, o governo abandone a sua responsabilidade, teria sido muito mais conveniente nada ter feito deixando os índios continuarem a vida que levavam na floresta. Até aqui, o que dizem e pensam aqueles colonos, firmemente decididos a exterminarem os infelizes índios, caso o Serviço seja suspenso por um único dia. Na hipótese que se realizasse essa suspensão e fosse retirada a nossa turma, caso não fossem avisados aos índios do perigo que os ameaça, ficariam inconscientemente desprevenidos sujeitos fatalmente a um horrível massacre que seria uma mancha sangrenta para nossa história de povo civilizado; e no caso de serem previamente avisados desse perigo, tomariam o fato pela mais nefanda traição da nossa parte, fariam retirar imediatamente as mulheres e crianças, e reunindo todos os guerreiros, assediariam os lotes, guarnecendo todos os caminhos e passagens com numerosas trincheiras estando eles bem aptos para esse ataque, pois já fizeram minucioso reconhecimento de toda aquela zona. Acham-se atualmente em nosso acampamento, naquela região 73 índios botocudos, acompanhados de numerosas mulheres e crianças, todas na mais perfeita harmonia, inteiramente tranquilos e com a máxima confiança em a nossa proteção. Por essa exposição, que me foi transmitida pelos citados diaristas, que se acham atualmente em contato direto com aqueles índios, e perfeitamente conhecedores da situação em seus menores detalhes, podeis avaliar, Sr. Diretor, quão melindrosa e grave é a situação ali, e com que certeza a suspensão do Serviço, por um único dia que fosse, importaria no mais horrendo e sangrento conflito e conseqüentemente na perda total e irremediável dessa grandiosa e patriótica obra, cuja realização tantos e tão consideráveis sacrifícios tem custado.⁸

Os rumores de suspensão das atividades de atração e pacificação dos Botocudos em Blumenau, assim como a dúvida quanto à etnia contatada por Eduardo apresentaram origens peculiares. No segundo caso, a formação do Posto de Atração Plate tem seu início no meio de uma clareira onde aconteceu a construção de uns ranchos rústicos e uma torre de vigia. Realizaram-se roças que serviam de alimentos aos funcionários e como estratégia a uma possível aproximação com os nativos. Em sua sede, instalaram-se “(...) alguns caboclos e suas famílias” bem como “(...) algumas famílias de índios Kaingang, originários do Paraná”, que serviriam de intérpretes para quando acontecesse o esperado contato, uma vez que “(...) se sabia que o Kaingang tinha certa semelhança com a língua dos indígenas arredios do Vale do Itajaí”.⁹ Após o contato e diante de todas as vicissitudes de uma atividade sem precedentes ou experiências norteadoras, Eduardo enfrenta problemas com os índios Kaingang do Paraná. Como informa Santos, acontece uma “(...) insubordinação quase total dos índios mansos”, que colocaram os colonos da região em estado de alerta após suas visitas. Diante desse quadro,

⁸ PAULA, José Maria de. Carta redigida pelo Inspetor Regional do Serviço de Proteção aos Índios e encaminhada ao Diretor Interino deste Serviço em julho de 1915.

⁹ SANTOS, S. C. dos., *Índios e Brancos no sul do Brasil*, p. 143-144.

surtem boatos de que os índios que se encontravam na presença de Eduardo seriam os já amansados índios Kaingang e não os “bravos” Botocudos de Blumenau, colocando-se em dúvida a etnia contatada e pacificada por Eduardo.¹⁰

Além dos problemas com os índios intérpretes e da falta de qualquer orientação do Serviço de Proteção aos Índios frente às dificuldades encontradas após a atração, os problemas de ordem financeira e o silêncio das autoridades diante desse quadro, atrasavam o andamento do processo de pacificação. Havia a necessidade de comprar presentes para a permuta com os indígenas, além de alimentos como carne fresca e reses, haja vista a recusa dos Botocudos em se alimentar com “(...) feijão, farinha, arroz ou carne-seca”. Frente a esse cenário “(...) Hoerhann resolveu então abandonar sua empresa, retirando-se do Posto de Atração para Hammonia”, no núcleo colonial de Scharlach. Santos nos informa que com o abandono do Posto pelo seu encarregado, os indígenas já atraídos e aldeados aproximaram-se do núcleo colonial onde estava o encarregado. Segundo este, os Botocudos tinham como objetivo o retorno de Hoerhann ao Posto de Atração.¹¹ As informações de Santos apresentam paralelo com o documento anteriormente citado no qual informamos o plano de ataque dos colonos contra os índios caso se encerrasse o serviço de pacificação após o abandono do Posto por Eduardo; plano este orquestrado logo após a “visita” dos Botocudos ao núcleo colonial de Scharlach, como atesta o documento.

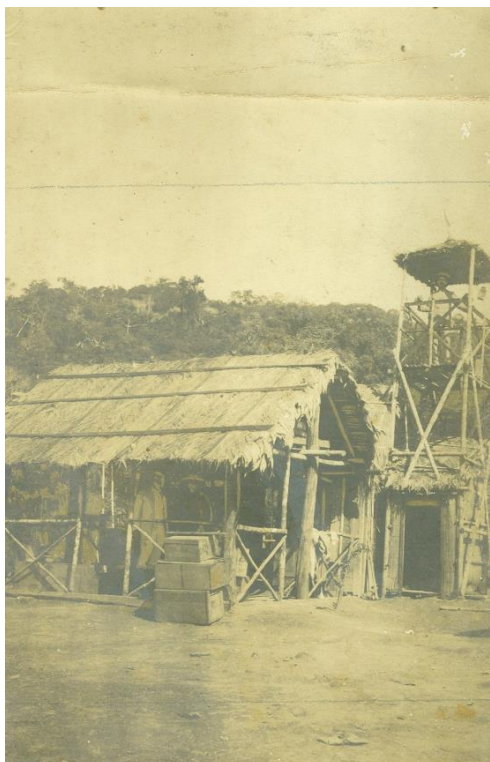
Diante deste cenário de hostil aproximação interétnica e da possibilidade de suspensão do serviço, sente-se pressionada a companhia colonizadora Hanseática, a maior interessada na pacificação, passando a garantir recursos financeiros a Hoerhann. De imediato, a companhia promete “(...) interceder junto aos governos estadual e federal a fim de obter o suporte financeiro necessário a toda a tarefa pacificadora que se iniciava”.¹² Embora retorne ao Posto de Atração Plate com promessas de intercessões da companhia colonizadora junto às esferas públicas competentes, o cenário financeiro que enfrentará o encarregado ao longo dos anos em que esteve no comando do Posto não foi nada animador. Nas páginas que se seguem, procuraremos compreender e interpretar este e outros eventos relacionados ao processo de pacificação dos Botocudos de Santa Catarina.

¹⁰ SANTOS, S. C. dos., *Índios e Brancos no sul do Brasil*, p. 150-151.

¹¹ SANTOS, S. C. dos., *Índios e Brancos no sul do Brasil*, p. 150-151.

¹² SANTOS, S. C. dos., *Índios e Brancos no sul do Brasil*, p. 151.

Fotografia 3: Sede do primeiro Posto de Atração Plate



Fonte: Acervo Arquivo Histórico de Ibirama (1913).

3.2. Cotidiano e Tensões: 1918.

Na seção anterior, apresentamos o relatório da visita realizada pelos senhores Zittlow e Bischof ao Posto de Atração Plate no ano de 1915. Apresentamos ainda uma carta anexa a este relatório que contém as considerações do superintendente de Blumenau sobre o processo de pacificação que foi endereçada ao Ministro do Interior de Estado neste mesmo ano. Posteriormente, apresentamos em sua íntegra, carta do Inspetor Geral do SPI, José Maria de Paula, ao Diretor deste Serviço com exposição sobre o plano de ataque dos colonos aos índios no caso de suspensão das atividades do Posto de Atração Plate. Como veremos adiante, estes documentos apresentam algumas similaridades quando comparados com os relatórios redigidos pelo encarregado do Posto de Atração Eduardo Hoerhann. Entre estas similaridades encontram-se as reiteradas referências às dificuldades financeiras que enfrentava a obra civilizatória e os riscos que essas dificuldades poderiam ocasionar à continuidade do processo de colonização do território do Vale do Itajaí.

Importante reiterar a observação já realizada na introdução, de que os relatórios aqui pesquisados, compõem-se dos apontamentos mensais sobre o andamento do processo de pacificação. Redigidos pelo encarregado Eduardo Hoerhann, estes documentos se destinavam ao seu hierárquico superior, o Inspetor José Maria de Paula. Cabia a este anexar aos relatórios recebidos outro relatório com suas considerações e impressões e encaminhá-los ao Diretor do Serviço de Proteção aos Índios. Logo, no intuito de ampliar nosso ângulo de análise e compreensão do processo de pacificação, nos utilizaremos das considerações de ambos. As considerações do Inspetor, além de ratificar as do encarregado, apresentam considerável importância pelo volume de informações adicionais. Apresentam informações inexistentes ou omitidas pelo encarregado e ampliam em demasia a nossa compreensão do processo de atração e pacificação. A citação a seguir é elucidativa a este respeito. Nos relatórios de atividades de 1918 redigidos por Hoerhann, o encarregado não faz menção direta as suas dificuldades financeiras, no entanto, não deixa de fazê-lo o Inspetor em suas considerações. Começamos por uma destas cartas redigidas pelo Inspetor José Maria de Paula que encontra-se anexa ao relatório de trabalhos de 1918. Ao fazer menção sobre a cultura agrícola realizada no Posto de Atração Plate afirma o Inspetor que:

(...) dada a quantidade avultada de índios, que, quando não estão efetivamente acampados no Posto, como aliás é o caso usual, mesmo em caçadas ou excursões pelas vizinhanças do mesmo sempre se suprem dos mantimentos do Serviço, que naquela região, como é bem de ver, assumem preços muito elevados, dado a carestia reinante em toda a parte. Não fora o valioso auxílio que o produto dessas culturas prestou ao Posto e a sua manutenção seria totalmente impossível com os recursos disponíveis que, apesar de empregados com a máxima parcimônia, ainda são insuficientes para o custeio daquele serviço, por sua natureza dispendiosa e cara, pois não só acha-se o Posto situado em zona sertaneja muito afastada dos centros de abastecimentos o que encarece sobremaneira os gêneros indispensáveis à manutenção do serviço e que não podem ser produzidos no Posto, como também o avultado número de índios botocudos que ali constantemente se encontra, exige para sua manutenção maior quantidade de gêneros alimentícios do que seria necessária para a alimentação de igual número de trabalhadores da turma.¹³

“O avultado número de índios”, pode ser “estimado” pelos relatórios mensais deste ano. Neles, Eduardo apresentou a permanência dos índios na sede do Posto de Atração para os meses de fevereiro, abril, junho e julho. No mês de fevereiro, permaneceram no Posto “75 índios botocudos com suas famílias”.¹⁴ Em abril a permanência foi de “92 botocudos com suas famílias”,¹⁵ e em junho a permanência foi de “76 índios, entre guerreiros, mulheres e

¹³ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1918*.

¹⁴ HOERHANN, E., *Relatório de 1918*, fevereiro.

¹⁵ HOERHANN, E., *Relatório de 1918*, abril.

crianças”.¹⁶ Em julho mantiveram-se no espaço do Posto “70 índios com suas famílias”.¹⁷ Como vemos, nos meses apresentados para o ano de 1918, há uma divergência quanto a nomenclatura utilizada no mês de junho que foi informada em números absolutos (76 índios no total). Nos demais meses, o encarregado se utiliza do número de famílias. Logo, esta divergência pode nos levar a indagação: Eduardo estava se referindo ao número de famílias ou de indivíduos que permaneciam na sede do Posto de Atração?

Como veremos, a resposta a esta indagação pode ser encontrada em seus relatórios dos anos subsequentes. Neles, o encarregado passou a utilizar a nomenclatura “índios” ou “botocudos” em números absolutos e acreditamos que para o ano de 1918 também o esteja. No entanto, segundo informações do próprio encarregado ao antropólogo Jules Henry, o número de índios atraídos no ano de 1914 foi estimado em 400 indivíduos.¹⁸ A priori, a divergência entre os números nos levam a constatação de que os indígenas não estacionavam permanentemente no espaço do Posto de Atração. Antes, ao contrário, iam e vinham, de acordo com seus próprios interesses imediatos, como o de realizar a caça, coleta ou ainda a busca de presentes. E esta afirmativa poderá ser corroborada pelas observações do encarregado, como segue.

A persistência da prática de caça e da coleta foi reiteradamente pontuada por Eduardo como um dos maiores problemas à permanência dos indígenas nos trabalhos do Posto de Atração. Diante dos problemas financeiros, do número de índios a alimentar e da persistência de suas antigas práticas, afirma Hoerhann que “(...) são esses instintos nômades e venatórios que para nós constituem o maior obstáculo em mantê-los no Posto, habituando-os a um serviço contínuo nas roças”.¹⁹ Afirma ainda que “(...) seu constante vai e vem em pequenos grupos que ora chegavam ao Posto, ora seguiam para suas caçadas”²⁰ não permitia fazê-los auxiliar de modo contínuo a turma de trabalhadores agrícolas.²¹

A “inconstância” dos Botocudos também foi narrada como um obstáculo a empreitada pacificadora. Em janeiro de 1918, Eduardo relata uma situação de abandono dos trabalhos pelo grupo de índios que cooperava na atividade de coivaramento da roça. Afirma o encarregado que a “(...) chegada de outro grupo, que lhes contara o bom êxito de suas caçadas, despertou-lhes o entusiasmo inato que tem pela caça, vagueando despreocupados

¹⁶ HOERHANN, E., *Relatório de 1918*, junho.

¹⁷ HOERHANN, E., *Relatório de 1918*, julho.

¹⁸ SANTOS, S. C. dos., *Índios e Brancos no sul do Brasil*, p. 154.

¹⁹ HOERHANN, E., *Relatório de 1918*, janeiro.

²⁰ HOERHANN, E., *Relatório de 1918*, janeiro.

²¹ Sempre que Eduardo fala em “turma” de trabalhadores, está se referindo a trabalhadores não índios que eram contratados como diaristas do Posto.

pelas matas”.²² Além da necessidade de braços indígenas para atividades relativas aos serviços agrícolas como as roçadas, coivaras, plantações e colheitas, outras atividades que demandavam mão de obra como construção de estradas, construções de galpões, casas para os funcionários e para os índios, dependências necessárias ao armazenamento dos produtos agrícolas etc., também estavam entre as preocupações de Eduardo. No entanto, com baixo número de trabalhadores não índios e as dificuldades em contratá-los em função dos problemas financeiros pelo qual passava o Posto e do grande contingente de bocas a alimentar, obras como as construções e melhoramentos tornavam-se trabalhos secundários aos olhos do encarregado. Afinal, se os índios não encontrassem alimento suficiente no Posto, procurariam no mato ou nas proximidades circunvizinhas, no qual entrariam em conflitos com os colonos ou ainda seriam persuadidos a levantes contra a obra pacificadora.²³

²² HOERHANN, E., *Relatório de 1918*, janeiro.

²³ Os relatórios apresentam vários momentos em que o encarregado demonstra sua preocupação em priorizar o trabalho das lavouras ou das roças em detrimento dos trabalhos de construções e melhoramentos: assim, em janeiro de 1921, os dias de chuva que não permitiam o trabalho nas roças, foram aproveitados para rachar mourões de cerca, ficando pronto neste mês trezentos e dezoito que serão empregados na construção de uma cerca para um novo curral para os porcos. Este serviço foi realizado em junho do mesmo ano, nos dias em que foi possível dispensar pessoal do trabalho das capinas para milho, isto é, quando se conseguia aumentar o número de índias, que auxiliavam nesses afazeres, continuava-se na construção de novo curral. (os índios homens relutavam em realizar atividade de capinação, sendo geralmente feito por mulheres e menores). Em fevereiro de 1923 o encarregado afirma que durante este mês, em virtude do ininterrupto trabalho nas roças, não foi possível cogitar de nenhum outro afazer de importância. E em setembro do mesmo ano afirma que como nos outros meses, sempre que os trabalhos agrícolas permitem também neste mês, continuou-se na construção da grande casa para os índios.

Fotografia 4: Eduardo Hoerhann (a esquerda e de chapéu) e grupo de índios aldeados.



Fonte: Acervo Arquivo Histórico de Ibirama. S/D

Além de pontuar o espírito “nômade” e “inconstante” dos indígenas como obstáculo aos êxitos da obra pacificadora, Eduardo afirma ainda que rituais como sua grande festa de colocação de botoques também criavam entraves ao processo. Afirma que eram meses em que os indígenas abandonavam seus afazeres no Posto e se embrenhavam no mato face aos preparativos desta cerimônia. Em meados do mês de fevereiro de 1918, disseram ao encarregado que “(...) realizariam, na próxima lua, sua grande festa de colocação de botoques em seus filhos”. Em seguida, pedem a Eduardo que “(...) lhes dessem bastante mantimentos, a fim de que pudessem encetar no mato os primeiros preparativos para a festa”, como o preparo dos cochos, à coleta de mel e demais ingredientes para a preparação da bebida. Como afirma o encarregado, “(...) ausentaram-se os índios do Posto, não podendo ser aproveitados nos afazeres agrícolas deste mês”²⁴ uma vez que “estavam todos eles preocupados unicamente com os preparativos de sua tradicional festa anual”,²⁵ que durou cinco dias e onde procedeu-se a colocação de botoques em onze meninos.

²⁴ HOERHANN, E., *Relatório de 1918*, fevereiro.

²⁵ HOERHANN, E., *Relatório de 1918*, março.

Outro fator de preocupação apresentado por Eduardo em seu relatório de 1918, foram os conflitos entre a turma de funcionários do Posto e os Botocudos. Afirma o encarregado que na primeira semana de abril:

(...) bastante auxiliaram os índios no carregamento do milho colhido das roças para o Posto. Não perdurou porém, o afinco com que haviam começado a tomar parte nas colheitas. Negligenciaram sobremodo suas incumbências, a ponto de ver-se o feitor encarregado da fiscalização destes trabalhos, na emergência de chama-los à ordem. Tanto bastou para que eles se indispussem seriamente com o dito feitor, negando-se, irritados, a continuar no trabalho.²⁶

Para não agravar o descontentamento, afirma o encarregado que permitiu o afastamento dos índios do trabalho e sua ida para o mato. Importante destacar que Eduardo não explicita exatamente qual a origem do conflito entre o feitor e os índios e também não esclarece o que significava sua afirmativa de que o feitor obrigou-se a “chamá-los à ordem”. Ao que parece, o conflito interétnico tomou proporções não apresentadas no relatório do encarregado, pois os índios internaram-se na floresta e lá permaneceram.

No mês subsequente ao acontecido, em função do excesso de trabalhos a realizar nas roças, dá-se conta o encarregado que dispendo somente dos trabalhadores não índios, não conseguiria realizar toda a colheita, sob risco de perder toda a safra de feijão caso chovesse. Procurando os Botocudos no mato, convenceu-os para que dispensassem sua colaboração na colheita, sob o argumento de que se perdessem a safra, seriam os maiores prejudicados. No entanto, durante as atividades de colheita, manteve-os afastados do grupo de trabalhadores do Posto para assim evitar novos conflitos. Enquanto estes colhiam o milho, coube aos índios realizar a colheita do feijão. Nas palavras do encarregado, o retorno dos indígenas ao Posto trouxe “(...) a vantagem de harmonizar os índios pouco a pouco com nosso pessoal, reatando assim novamente, no decorrer de algum tempo, a velha amizade”.²⁷

No mês de junho de 1918, Hoerhann destaca o frio como um “inimigo” ao trabalho dos índios. Afirma que, “(...) como sempre no inverno redobram-se as dificuldades com que no Posto se luta para levar os índios ao trabalho”. Pedem eles, reiteradamente, por roupas quentes e cobertores para si e seus familiares. Diante da negativa do encarregado que só conseguia atender aos seus pedidos nos casos de maior necessidade em função dos preços, resultava “(...) que os índios em sua maior parte descontentes se acoitam ao fogo declarando não trabalhar por não verem satisfeitos seus pedidos”. Afirma o encarregado que é impossível

²⁶ HOERHANN, E., *Relatório de 1918*, abril.

²⁷ HOERHANN, E., *Relatório de 1918*, maio.

os fazer compreender “(...) uma vez que simplesmente os botocudos não querem compreender”.²⁸ Com a intensificação do frio no mês de julho, Eduardo afirma que “conservaram-se os índios, em sua maior parte impassíveis, junto ao fogo”²⁹ somente se dispondo ao trabalho um pequeno grupo nos dias mais quentes e mediante promessas do encarregado.

Nos meses subsequentes de 1918, os relatórios do encarregado apresentaram uma leve melhora na participação dos Botocudos nos trabalhos agrícolas do Posto. Entretanto, em sua observação de setembro apresenta um “(...) atrito havido entre nós e alguns botocudos mal intencionados”.³⁰ No entanto, o motivo gerador deste atrito não foi relatado. No mês de dezembro um acontecimento coloca o Posto de Atração em estado de alerta e em polvorosa, diante do fato que se sucedeu. Terminado o trabalho de derrubada de mata para uma nova roça, informaram os índios que iriam para o mato realizar uma caçada. Deixam o Posto até aquele momento sem nenhum descontentamento segundo as palavras do encarregado. Após seu regresso, Eduardo se diz tomado de surpresa pelo fato abaixo narrado:

(...) retornaram só os guerreiros, todos bem armados, cercando o Posto, com um plano de assalto, visivelmente premeditado. Só a experiência e perfeito conhecimento que tem o encarregado dos índios botocudos e devido à contínua vigilância e prontidão a todo o momento, puderam evitar que os botocudos realizassem seu plano de agressão. Retiraram-se para mais distante, e das roças gritavam em grande algazarra, quebrando com fragor os pés de milho, brandindo suas armas e ameaçando a todos de morte. Certificou-se o encarregado, que os botocudos sitiavam verdadeiramente o Posto, dia e noite. Durante a noite, continuavam em seu alvoroço, aproximando-se mais do Posto e numa vozeria interminável procuravam amedrontar-nos de todo o modo. (...) dirigiu-se a eles procurando saber qual a causa de tão brusca mudança. Não foi porém nem sequer atendido pelos índios, que continuavam exasperados, a brandir suas armas, respondendo a tudo, com seus berros guerreiros. Apesar do encarregado entregar-lhes duas rezes, e alguns sacos de farinha, pouco se acalmaram os índios, exigindo tudo o que havia no Posto.³¹

O encarregado qualificou esta hostilidade como “imotivada” e levanta duas hipóteses como possíveis geradoras do evento: “(...) qualquer incidente que se tenha dado com os civilizados fora da sede do Posto” ou ainda, “(...) que assumiram essa atitude, procurando injustamente desforra no pessoal de nosso serviço”. Ao lamentar o ocorrido, Eduardo afirma que a alteração das boas relações com os índios é desvantajosa ao Posto. Afirma saber das dificuldades em restabelecer as boas relações com os índios e a confiança recíproca entre o

²⁸ HOERHANN, E., *Relatório de 1918*, junho.

²⁹ HOERHANN, E., *Relatório de 1918*, julho.

³⁰ HOERHANN, E., *Relatório de 1918*, setembro.

³¹ HOERHANN, E., *Relatório de 1918*, dezembro.

encarregado, os trabalhadores e os Botocudos. Além disso, lamenta a necessidade de interrupção de quase todos os trabalhos no Posto como forma de se garantir a segurança dos trabalhadores. Como afirma Eduardo, dentro da maior brevidade possível e no intuito de normalizar a rotina do Posto, caberia envidar “(...) todos os esforços no sentido de desvendar qual o móvel desse ocorrência, tentando mais apressar a normalização da situação, o que espera poder conseguir dentro de breve tempo”.³²

Em suas considerações sobre os trabalhos realizados no Posto de Atração durante o ano de 1918, o Inspetor José Maria de Paula aponta os contratemplos e perturbações como inevitáveis “(...) nesse gênero de serviço”, uma vez que para este encontravam-se os índios em um período de transição entre:

(...) seu estado de vida inteiramente nômade (...) ignorando por completo a noção de propriedade (...) conducente naturalmente à imprevidência, qualidade aliás própria das tribos nômades, desse estado de inteira selvageria e que ininterruptamente tinham vivido, para esse outro de confraternização com o branco (...) de respeito à propriedade alheia, cuja noção ignoravam, de previdência não só pelo trabalho das colheitas como também pela poupança e reserva das mesmas para a garantia da futura manutenção.³³

As palavras do Inspetor prognosticam uma lenta e progressiva “aculturação”³⁴ que estava em processo. Para ele, o atual estágio de pacificação apresentava sinais que demonstravam os resultados positivos alcançados até esse momento. Sinais que demonstravam o desaparecimento gradativo de práticas tradicionais e que estavam levando os tutelados à gradativa assimilação aos valores da sociedade ocidental. Afirma que “muito já tem conseguido este Serviço sobre aqueles índios, e assim é que” :

(...) pouco a pouco vão aprendendo a respeitar a propriedade alheia, tanto assim que desde a pacificação destes mesmos índios não se registraram mais daqueles tremendos ataques às colônias da região, de que resultavam sacrifícios de vidas e prejuízos materiais pelo saque das casas e abandono dos lotes por parte dos colonos amedrontados, dando lugar a que se perpetuassem as hostilidades pelas vindictas de parte a parte. É também apreciável o concurso prestado pelos mesmos índios aos

³² HOERHANN, E., *Relatório de 1918*, dezembro.

³³ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1918*.

³⁴ Pensamos o conceito de aculturação a partir da concepção apresentada por Laraia: segundo o autor qualquer sistema cultural esta num processo contínuo de modificação. Existem dois tipos de mudança cultural: uma que é interna, resultante da dinâmica do próprio sistema cultural, e uma segunda que é o resultado do contato de um sistema cultural com um outro, ou seja, provocado por fatores de ordem externa. No nosso caso, embora o Inspetor não se utilize deste conceito, fica clara sua perspectiva de uma gradativa modificação cultural provocada por fatores de ordem externa, ou seja, dos Botocudos com as práticas pedagógicas aplicadas no processo de aldeamento e pacificação por Eduardo Hoerhann. LARAIA, R. de B., *Cultura: um conceito antropológico*, p. 96.

trabalhos do Posto, embora seja o seu esforço intermitente, pois só agora começam a compreender nitidamente a necessidade de concorrerem para os trabalhos que lhes assegurem a manutenção.³⁵

Para o Inspetor, o período de “transição” que ainda atravessavam os índios e as vicissitudes do processo de pacificação podiam ser explicados pelo fato de a evolução ser “(...) fundamentalmente lenta e os seus resultados demorados, de quando em quando manifestando tendências regressivas ao seu primitivo estado, felizmente cada vez menos acentuado e mais espaçado”.³⁶

Como vemos, em suas avaliações, o encarregado Eduardo Hoerhann e o Inspetor José Maria de Paula percebiam os contratemplos e as perturbações do projeto pacificador a partir de fatores concretos e internos ao processo de pacificação dos indígenas Botocudos. No entanto, nas páginas que se seguem, procuraremos compreender estes contratemplos a partir de uma perspectiva que os perceba como variantes desse processo, ou seja, que os compreenda a partir da ótica da elaboração de estratégias e negociações desenvolvidas pelo grupo indígena “atraído” e “pacificado”. Assim como realizou Protásio Langer em seu estudo sobre os Guarani-Missioneiros, procuraremos compreender estas estratégias a partir dos interesses dos indígenas que visavam “à permanente recriação de sua identidade e de seu ‘modo de ser’, frente a condições progressivamente adversas”.³⁷ As novas experiências de contato estabelecidas no espaço circunscrito ao Posto de Atração, desencadearam corriqueiros conflitos interétnicos entre os índios “aldeados” e seus funcionários. Conflitos que ultrapassaram os limites das fronteiras ainda indefinidas do Posto de Atração e que fizeram emergir outros protagonista na história da pacificação dos Botocudos, como os colonos circunvizinhos ao Posto.

A frente, veremos que durante o período ora em análise, houve a existência de um equilíbrio instável entre os partícipes do projeto civilizatório, e como consequência, houve a redefinição das representações entre os protagonistas envolvidos. Como exemplo, podemos citar a mudança das imagens repulsivas entre antigos inimigos para uma lenta e gradual aproximação entre estes, a saber, os Botocudos e os colonizadores. Veremos ainda que estas redefinições eram elaboradas de acordo com os interesses dos principais agentes envolvidos no processo pacificador, principalmente dos indígenas, e na maioria dos casos foi imperceptível aos olhos do encarregado.

³⁵ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1918*.

³⁶ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1918*.

³⁷ LANGER, P. P., *Os Guarani-Missioneiros (...)*, p. 81.

Esta mudança das representações entre inimigos históricos, como os Botocudos e os colonos já é apreensível no ano de 1918. Lembremos que para este ano, uma das maiores queixas do encarregado ao comportamento dos índios era sobre a persistência de suas práticas “nômades”. A persistência desta prática dificultava a atividade agrícola do Posto e foi narrada pelo encarregado como um obstáculo a estabilidade de sua atividade. Ora, diante da resistência indígena em permanecer no espaço circunscrito ao Posto de Atração e da persistência de suas tradicionais práticas “nômades”, o contato com os colonizadores de Blumenau era inevitável. Não sem motivos, o encarregado imputou a culpa pelo levante indígena contra o Posto de Atração no mês de dezembro de 1918 “(...) a qualquer incidente que se tenha dado com civilizados fora da sede do Posto”.³⁸

Como teremos oportunidade de vislumbrar, nos anos subsequentes tornou-se comum o encarregado acusar os colonos circunvizinhos como instigadores ao mau comportamento dos “aldeados”. Eduardo tentava tornar o Posto impenetrável aos não índios e o contato destes com o “mundo” externo, pleiteando reiteradamente a demarcação definitiva das terras aos índios. Acreditava o encarregado que somente assim ficaria assegurada a estabilidade e desenvolvimento de sua atividade. No entanto, ao que parece, para o recorte temporal ora em estudo, o processo de pacificação e seu pretenso objetivo de sedentarização indígena se mostraram divergentes e antagônicos entre si. Neste momento, o processo de sedentarização indígena não apresentou a capacidade de agregar os membros da comunidade Botocuda em torno de uma unidade, mas antes ao contrário. O espaço circunscrito ao Posto significava a perda de sua identidade étnica e do espaço territorial de outrora em que realizavam suas manifestações físicas e culturais.

O exercício de se pensar as principais ações dos indígenas enquanto “estratégias” e de tentar (re) construir as leituras realizadas por estes durante o processo de pacificação é um exercício muitas vezes difícil. Por se tratar de uma população ágrafa, suas ações e reações ao projeto disciplinador acontecem a partir de fontes deixadas pelos não índios. Como destaca Combès:

Insistir sobre la conquista y la colonización occidentales tiene, por cierto, sus razones de ser. Esta historia es la más inmediatamente perceptible, la más evidente, la mejor documentada. Las fuentes fueron escritas en su inmensa mayoría por “blancos” y, si mencionan a “los indios”, lo hacen en un contexto de contactos, interrelaciones y colonización. (...) A partir de la fatídica intervención de “los blancos”, todo ocurre como si la única historia india que pudiera existir fuera la de los contactos con la sociedad occidental, y una lucha contra ella.³⁹

³⁸ HOERHANN, E., *Relatório de 1918*, dezembro.

³⁹ COMBÈS, I., *¿Indios y blancos? Hacer (etno) historia en las tierras bajas de Bolivia*, p. 15-32.

No entanto, nos últimos anos estamos assistido a um deslocamento dos holofotes do colonizador para o colonizado. Estamos ultrapassando os velhos limites de uma historiografia da colonização e da subjugação dos povos nativos e esta tem nos permitido novos olhares. Entre eles, a de que os povos nativos resistiram à ordem colonial, seja de forma hostil ou através de estratégias silenciosas. Suas ações nos apresentam um indígena que desempenhou um papel ativo e criativo diante do novo cenário histórico de ocupação de suas terras. Logo, trazer à tona suas múltiplas articulações frente a este cenário, vem derrubando o velho paradigma de que pertencem a povos sem história e deixar de pensar essas formas de resistência seria corroborar o velho erro histórico que assim os classificou. Como nos afirma Monteiro sobre o “índio colonial”, “as comunidades nativas e suas lideranças políticas e espirituais dialogavam abertamente com os novos tempos”,⁴⁰ assimilando ou rejeitando aquilo que lhes impunha a nova realidade histórica vivenciada.

Nas páginas que se seguem, propomo-nos a realizar semelhante exercício durante o processo de “atração”, “pacificação” e “sedentarização” dos históricos Botocudos de Santa Catarina. Assim como as demais sociedades indígenas, os Botocudos souberam criar seus espaços étnicos de sobrevivência através de seus próprios termos. Os relatórios oficiais descritos pelo encarregado da obra pacificadora nos colocam diante de documentos que apresentam a materialidade do processo de pacificação. Neles, a ideologia civilizatória pretendida escondia suas pretensões mais invisíveis de liberar terras aos não índios e apagou-se as razões políticas em nome de um discurso moral de proteção e civilização dos índios tutelados. No entanto, os mesmos relatórios oficiais que nos mostram o cenário interétnico que aí se estabeleceu nos colocam diante da possibilidade de mostrar que as repostas dadas pelos índios não se reduziram a respostas mecânicas, mas que souberam engendrar ações em que foram os principais protagonistas de sua história.

Nesta seção, nos utilizamos somente do relatório do encarregado Eduardo Hoerhann de 1918 e das considerações do Inspetor José Maria de Paula para este ano. Nas páginas que se seguem, nos utilizaremos das mesmas fontes documentais durante o período de 1919 a 1925, sem, no entanto, nos atentarmos a essa cronologia.

⁴⁰ MONTEIRO, J. M., *Tupis, Tapuias e historiadores*, p. 1.

3.3. O Positivismo na prática: cotidiano e tensões no Posto de Atração Plate: 1919-1925.

Acresce ainda notar que as dificuldades da manutenção do Posto com recursos insuficientes tendem a aumentar, pois cada vez é mais crescido o número de índios que ali permanecem por tempo demorado, não só alimentados, mas assistidos em todas as suas necessidades à custa do Serviço.

Relevai-me, Sr. Diretor, se insisto nesta questão da dotação orçamentária para o Plate, pois reputo-a de capital importância para os destinos daquele Posto, mesmo porque com esse regime de deficiência orçamentária se está acentuando uma situação de dificuldades e perturbações de ordem econômica e financeira que fatalmente, mais dia menos dia, acarretará a suspensão, o que vale dizer a terminação daqueles serviços e o conseqüente aniquilamento dos excelentes resultados de ordem moral e material até hoje obtidos à custa de sacrifícios de toda a sorte.⁴¹

Em suas considerações referentes às atividades desenvolvidas no Posto de Atração Plate durante o ano de 1919, mais uma vez a baixa dotação orçamentária toma conta da redação de José Maria de Paula. Não obstante, o Inspetor apresentar alguns contratempos ocorridos no Posto durante este ano, em sua quase totalidade não deixa de tecer elogios aos “(...) apreciáveis resultados ali obtidos” e conquistados através do “(...) zelo e dedicação” de seus funcionários. As contrariedades do processo, consideradas inevitáveis, são imputadas aos índios e ao “(...) seu estado mental”. No entanto, o cenário matizado pelo Inspetor é de grande harmonia. Não somente os índios e os funcionários do Posto encontravam-se em relações harmônicas, mas também os índios “(...) e todos os habitantes da vasta região que eles habitualmente percorrem e frequentam”. Segundo o Inspetor, os serviços prestados pelo encarregado têm “(...) permitido o máximo desenvolvimento aos trabalhos dos inúmeros colonos e lavradores que, graças ao Posto, podem agora tranquilamente cultivar uma região vasta e fértil”.⁴²

Se consideramos seu interesse financeiro, o cenário matizado pelo Inspetor não poderia ser diferente. O mesmo argumento pode ser estendido aos anos subsequentes. Afinal, pleitear por maiores dotações orçamentárias só teria respaldo diante de uma obra que se apresentasse como exitosa em seus resultados. Obviamente não se pretende desautorizar as informações do Inspetor, mas somente relativizá-las. Como veremos adiante, a baixa dotação orçamentária realmente atravancava as atividades do Posto e geraram contendas entre os seus partícipes. Por outro lado, veremos que as relações entre os partícipes do processo de

⁴¹ PAULA, J. M. de. *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1919.*

⁴² PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1919.*

pacificação não se mostraram tão “harmônicas” como as apresentadas nas considerações da Inspetoria.

O aumento do número de índios na sede do Posto, segundo informações da Inspetoria, pode ser confirmado pelos números apresentados pelo encarregado Eduardo Hoerhann em seus relatórios para o período de 1918 a 1925, conforme tabulação abaixo.

Tabela 2: Permanência média dos índios Botocudos na sede do Posto de Atração Plate. (1918-1925).

Ano	Permanência média anual dos índios no Posto de Atração.	Mês de maior pico de permanência dos índios no Posto de Atração.	Mês de menor pico de permanência dos índios no Posto de Atração.
1918	78	92 em abril	70 em julho
1919	132	168 em março	84 em maio
1920	132		
1921	112	150 em maio	92 em agosto
1922	106	142 em setembro	68 em janeiro
1923	137	183 em agosto	93 em fevereiro
1924	161	196 em maio	115 em outubro
1925	176	206 em setembro	126 em maio

Fonte: tabela elaborada a partir de informações constantes nos relatórios de Eduardo Hoerhann para o período de 1918 a 1925.

Comparando-se os anos apresentados nos extremos (1918 e 1925), constata-se um aumento da permanência média dos índios na sede do Posto de Atração de cento e vinte e cinco por cento. Um olhar menos atento aos números nos fariam acreditar que este crescimento representaria os êxitos da obra pacificadora junto aos índios. Nos fariam acreditar que cada vez mais e em um curto espaço de tempo, os Botocudos estavam sendo atraídos e sedentarizados junto ao espaço do Posto de Atração. No entanto, ao se reduzir a escala de observação da “média anual de permanência” para os “maiores e menores picos mensais” de permanência dos Botocudos no espaço do Posto de Atração, poderemos constatar outra realidade. Tomemos como exemplo, o ano de 1924. Nele, a permanência média anual dos índios foi de 161 indivíduos. No entanto, enquanto no mês de maio permaneceram no espaço do Posto de Atração 196 indígenas, para o mês de outubro este número cai para 115 . Ou seja, em números absolutos tivemos uma redução da população indígena na sede do Posto de 81 indivíduos em seis meses. O mesmo raciocínio pode ser aplicado aos demais anos apresentados.

Os números apresentados nos meses de maior e menor pico de permanência dos Botocudos no espaço do Posto de Atração Plate, nos permitem afirmar que a fluidez dos índios entre o Posto e seu “antigo” território era extremamente alta. Permaneciam os índios em suas tradicionais práticas “nômades”, e estas práticas estavam longe do controle do encarregado. Não somente não dispunha Eduardo dos braços indígenas de forma permanente para os trabalhos do Posto, como obrigava-se a fazer frente as suas necessidades imediatas, como as de saúde e de alimentação, sem contar com o amparo financeiro do SPI que já nascera com deficiências desta ordem.

O aumento da permanência média anual dos índios no espaço do Posto de Atração pode ser explicado por alguns motivos. Entre eles, encontra-se a contínua redução do espaço geográfico onde outrora os Botocudos habitavam. Mesmo que continuassem a circular em meio aos vales da região de Blumenau, estes espaços passavam a ser continuamente ocupados por colonizadores e descendentes destes. Os espaços em que continuavam a transitar não mais lhes possibilitavam o sustento como antes. Logo, o Posto de Atração apresentava-se como alternativa de sobrevivência alimentar, sem, no entanto, restringirem-se a ele. Em seu constante vai e vem, e diante de suas necessidades mais imediatas, principalmente alimentares, retornavam constantemente ao Posto. Percebiam-no enquanto um novo espaço de coleta e proteção onde tinham suas antigas e novas necessidades saciadas e permaneciam de acordo com o atendimento destas e outras necessidades “negociadas” com o encarregado.

Importante destacar que por se tratar de uma população indígena tradicionalmente “nômade”, caçadora e coletora, os Botocudos reproduziram no Posto de Atração seu antigo *modus vivendi* de se subdividirem em grupos, geralmente sob a liderança de um ou mais indivíduos. Como veremos, em alguns momentos dos apontamentos do encarregado, este atribui responsabilidades às “desordens” ou “imprevidências” geralmente a líderes específicos que mobilizavam seu grupo a não obedecerem às suas determinações. Os fatos narrados pelo encarregado nos apresentam uma população indígena onde conviviam grupos heterogêneos que nem sempre objetivavam os mesmos interesses, sem, no entanto, deixar de serem perceptíveis os momentos em que o “espírito” de coletividade se fazia presente entre seus membros.

As palavras do Inspetor na citação anteriormente recuada, chamam a atenção. Ao se ler suas considerações, tem-se a impressão de que a função do Serviço de Proteção aos Índios era a de desempenhar uma atividade meramente assistencialista e paternalista e não pedagógica como consta em seu corpo de dispositivos legais. Embora não em sua totalidade,

os escritos do encarregado do Posto de Atração, transmitem a imagem de um vazio destas medidas. Omitem-se as principais ações articuladas aos indígenas no interesse de “instruí-los” e fazê-los “compreender e apreciar as vantagens da civilização ocidental”. Mesmo descrevendo reiteradas citações acerca do trabalho indígena e da (in) disposição destes a estas atividades, o corpo de medidas pedagógicas aplicadas aos índios pelo encarregado em seu dia a dia foram parcialmente omitidas em seus relatórios.

Ao descrever as atividades desenvolvidas no Posto durante o ano em 1919, Eduardo inicia o mês de janeiro pontuando a animosidade e a falta de colaboração por parte dos índios nos afazeres das roças. Destaca suas preferências em se manterem no mato e de somente se aproximar vez ou outra da sede para receberem alimentos. Tal comportamento é atribuído pelo encarregado como consequência do plano de ataque dos Botocudos em dezembro de 1918. Somente na segunda quinzena do mês de fevereiro de 1919, consegue Eduardo persuadir os indígenas a retornarem. Depois de uma “estadia” de alguns dias no Posto e esquecidas às desarmonias havidas e restabelecidas as boas relações, como forma de aproveitar seus serviços na construção de um galpão e torná-los mais voluntários, distribui o “(...) encarregado algumas roupas, conseguindo deste modo seu intento e tornando-os plenamente satisfeitos”.⁴³ Ao que parece, a permuta de produtos em troca do trabalho dos índios era prática regularmente efetuada. No mês de abril, o Posto de Atração recebe a visita do Inspetor José Maria de Paula, e Eduardo afirma que por ocasião de sua visita o Inspetor pôde se “(...) certificar da urgente necessidade que há em fazer regular distribuição de roupas e cobertores aos índios, pois só assim é possível fazê-los contribuir com seu trabalho nos diversos afazeres do Posto”.⁴⁴ Além de roupas e cobertores, produtos como machados e facões também eram cobiçados pelos índios e utilizados como moeda de troca pelo seu trabalho.⁴⁵

Reiteradas citações sobre as dificuldades em se conseguir ajuda dos Botocudos nos afazeres do Posto são encontradas nos meses subsequentes de 1919 nos relatórios do encarregado. Em maio, afirma Eduardo, que os Botocudos se ausentaram para o mato face à insistência do encarregado em “(...) fazê-los trabalhar em serviços que não gostam”, principalmente nos serviços de capinação, que “(...) geralmente realizavam com manifesta má

⁴³ HOERHANN, E., *Relatório de 1919*, fevereiro.

⁴⁴ HOERHANN, E., *Relatório de 1919*, abril.

⁴⁵ Insinuando a permuta de utensílios pelo trabalho indígena, o Inspetor afirma: “Veio também um fardo com 45 cobertores que foram distribuídos aos índios, o que também sucedeu em relação aos machados e facões. Todos esses instrumentos já têm prestado e continuam prestando excelentes serviços ao Posto”. PAULA, José Maria de. Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1922 com as considerações do Inspetor sobre o andamento da obra Pacificadora durante este ano. Arquivo Museu do Índio. Rio de Janeiro/RJ.

vontade, (...) relaxada e superficial”, procurando logo “(...) um pretexto para se esquivarem do trabalho, perturbando os descontentes a boa amizade que até então existia”. Posteriormente, Eduardo afirma que os índios exigiram dos trabalhadores responsáveis pela distribuição de alimentos quantidade de milho suficiente para seu gosto, e que entregassem a eles todo o milho colhido, alegando que este trabalho tinha sido feita por eles. Diziam ainda que “(...) queriam buscar milho sempre em quantidade que lhes aprouvesse”.⁴⁶ Não tendo sua reivindicação atendida e não conseguindo retirar o produto pela força do armazém, ausentaram-se em meados desse mês para o mato, sem resistência por parte do encarregado.

No mês de dezembro de 1919, Eduardo relata que se distribuiu aos índios milho em quantidade superior que de costume. O milho seria utilizado na preparação de sua bebida tradicional e consumida na festa de colocação de botoques a ser realizada neste mês. Afirma ainda que “(...) como em igual época, nos últimos anos, também desta vez, os índios não nos prestaram nenhuma auxílio nem se tentando chama-los para a roça, sabendo que preocupados com sua festa, a nada atenderiam”.⁴⁷

As considerações do encarregado nem sempre apresentavam o móvel dos conflitos entre os índios Botocudos e os funcionários do Posto. As frequentes recusas dos tutelados aos trabalhos na lavoura, ou ainda, a persistência de suas práticas de caça e coleta em meio a floresta, geralmente eram atribuídas ao seu espírito de indolência e imprevidência. No entanto, o fato narrado em dezembro de 1920 apresenta a origem do conflito: a dificuldade de convívio com os índios mais velhos. Eduardo afirma que regressaram grandes grupos de Botocudos que se encontravam ausentes do Posto. Após seu retorno, o encarregado qualifica seu comportamento como “mal,” pois “(...) com exceção de três botocudos, nenhum auxílio nos prestaram nos trabalhos da roça”.⁴⁸ Segundo o encarregado, os índios procuravam sob todas as razões se indispor com os funcionários do Posto, pelo motivo abaixo:

(...) reunidos em grande número sentem-se fortes e julgam então poder fazer prevalecer a sua vontade, impondo-nos os seus caprichos. Serviu-lhes, desta vez de absurdo pretexto, terem se convencido de que somos nós os causadores da ‘kosúro’, gripe, que tão horripelmente os tem flagelado nestes últimos anos.⁴⁹

O “pretexto” ao mau comportamento dos índios foi qualificado pelo encarregado como uma “perfidia”. Para ele, esta animosidade foi “(...) propalada pelos velhos botocudos”

⁴⁶ HOERHANN, E., *Relatório de 1919*, maio.

⁴⁷ HOERHANN, E., *Relatório de 1919*, dezembro.

⁴⁸ HOERHANN, E., *Relatório de 1920*, dezembro.

⁴⁹ HOERHANN, E., *Relatório de 1920*, dezembro.

que procuravam incitar os índios contra o encarregado por sentirem-se preteridos em suas funções de cura juntos aos seus pares. Para Eduardo, a eficácia dos medicamentos ministrados por ele e as frequentes incitações dos índios sábios, fez que durante todo esse mês se indispussem ao trabalho.⁵⁰ No entanto, ao que parece, a relutância ao trabalho persistiu no mês subsequente, conforme abaixo.

Em janeiro de 1921, Eduardo relata o comportamento de hostilidade dos índios durante todo o mês corrente e sua atitude de negação aos trabalhos da lavoura, atribuindo esse comportamento principalmente ao grupo de Botocudos chefiados por Uvanhecu-Nambrama. Afirma o encarregado que este indígena costumava ser “(...) mal comportado e desobediente, desafiando-nos constantemente com arrogância”. Chamados ao trabalho, o grupo dizia que queria consertar suas flechas e lanças, seus cestos e artefatos, enquanto que as mulheres se ocupavam em remendar roupas, ou ainda, fiavam cordas para os arcos de seus maridos. Diziam “(...) que se lhes não deixava tempo para estes afazeres, de maior importância, enquanto que se insistia para que trabalhassem o dia inteiro nas roças”. Na impossibilidade de forçar os índios ao trabalho, afirmou o encarregado que “(...) desta forma transcorreu o mês como sendo uma espécie de férias para os índios”. Manteve o pessoal da turma vigilante sobre o comportamento dos indígenas e tomou “(...) todas as medidas preventivas no sentido de evitar qualquer surpresa por parte dos índios”.⁵¹ Certamente, Eduardo já percebera que os indígenas trabalhavam movidos por seus próprios interesses e quando requeridos em ritmo superior ao desejado recusavam-se de forma hostil. O grande receio do encarregado não se limitava somente à negativa ao trabalho, uma vez que esta era recorrente, mas sim, aos planos de ataque que poderiam engendrar contra os funcionários, conforme narrado anteriormente.

Sabia, o encarregado, que o enfrentamento seria pífido sobre o ânimo dos Botocudos e que tal postura somente levaria a fuga destes para o mato. Sabia também quais atividades apresentavam maior ou menor resistência por parte dos índios. Atividades como roçada do mato ou que demonstrassem maior força e virilidade perante o grupo, eram destacadas como do agrado principalmente dos homens. Afirma que em tais atividades, como de derrubada “(...) tomavam parte de livre e espontânea vontade”,⁵² ou ainda ocupavam-se “(...) em buscar no mato cipós e taquaras que trouxeram para o Posto, onde alguns ajudaram a traçar balaios para a grande colheita do milho”,⁵³ que aconteceu em março deste ano em que os “(...) índios

⁵⁰ HOERHANN, E., *Relatório de 1920*, dezembro

⁵¹ HOERHANN, E., *Relatório de 1921*, janeiro.

⁵² HOERHANN, E., *Relatório de 1918*, dezembro.

⁵³ HOERHANN, E., *Relatório de 1920*, fevereiro.

faziam o transporte em grandes balaios, uma verdadeira prova de força e resistência”.⁵⁴ Eduardo afirma que esta atividade era realizada pelos Botocudos como “(...) uma espécie de desporto, de exibição de força muscular, que para o Posto não deixa de ser vantajosa, pois que eles assim trabalham voluntariamente e assiduamente”.⁵⁵ Em junho de 1923, resolve o encarregado construir dois novos puxados, “(...) dando-se logo começo ao falquejo e transporte das madeiras necessárias” precisando-se destacar somente um operário da turma para acompanhar os trabalhos dos índios, pois tratava-se este serviço “(...) do agrado dos botocudos”.⁵⁶

No entanto, atividades diretamente relacionadas à capinação e lavoura eram apontadas como de maior resistência pelos indígenas, principalmente pelos homens. As dificuldades em habituá-los “(...) a um serviço contínuo na roça” fora descrito como um dos maiores obstáculos de sua obra pacificadora, afirmando o encarregado que a negativa ao trabalho acontecia em virtude de seus “(...) instintos nômades e venatórios”.⁵⁷ Afirma Eduardo, que ao realizar a semeadura de feijão, procuravam terminar mais rapidamente a atividade que lhes foi incumbida. Colocavam “(...) tanta semente em tão poucas covas, que foi necessário retirá-los deste serviço, visto ser prejudicial em vez de vantajoso”.⁵⁸ Pelos exemplos narrados, apreende-se que as atividades desenvolvidas de forma mais “prazerosa” pelos índios eram as atividades que mais se aproximavam de seu antigo *modus vivendi*; a floresta. Demonstravam preferência por atividades que os colocavam em contato com sua antiga morada, como buscar cipó ou realizar derrubada de árvores na mata.

A baixa dotação orçamentária tornava proibitiva a contratação de maior número de funcionários diaristas para o Posto e a compra de equipamentos que viessem a maximizar a produção. Lamentava o encarregado às dificuldades enfrentadas para a aquisição de utensílios que viessem a facilitar a produção de derivados agrícolas produzidos no Posto. Demandava um aparelhamento moderno para a fabricação de farinha diante do grande apreço dos índios pelo produto e diante do preço por este alcançado. Justificava, que além da economia que tal aparelho traria, os índios teriam “(...) assim ensejo de conhecer e praticar os diferentes processos por que passa a mandioca até a farinha”.⁵⁹ Demandava ainda objetos como um tacho de cobre que meça “(...) 2,00m de diâmetro por 60 cm de altura”⁶⁰ para aumentar a

⁵⁴ HOERHANN, E., *Relatório de 1920*, março.

⁵⁵ HOERHANN, E., *Relatório de 1923*, abril.

⁵⁶ HOERHANN, E., *Relatório de 1923*, junho.

⁵⁷ HOERHANN, E., *Relatório de 1920*, junho.

⁵⁸ HOERHANN, E., *Relatório de 1920*, janeiro.

⁵⁹ HOERHANN, E., *Relatório de 1920*, junho.

⁶⁰ HOERHANN, E., *Relatório de 1923*, abril.

produção de açúcar e melado, que como veremos adiante, se tornará a nova moeda de troca pelo trabalho indígena. As demandas do encarregado nos apresentam as dificuldades financeiras pelo qual passava o Posto de Atração. As mesmas queixas são reiteradamente encontradas nas considerações do Inspetor José Maria de Paula. Este não deixava de tecer elogios aos resultados alcançados pelo serviço que, para o Inspetor, mesmo diante das dificuldades financeiras conseguia “(...) obter a maior produção possível das terras do Posto” e só, por isso, tem podido se manter diante da “(...) deficiente dotação orçamentária”. Prognosticava a Inspetoria que esta situação “(...) mais dias menos dias, acarretará a suspensão daqueles serviços”.⁶¹

Por ora, pensemos em algumas similaridades entre os fatos aqui apresentados por Hoerhann em seus relatórios. Apresentamos um plano de assalto a ser realizado pelos Botocudos e os conflitos com os funcionários do Posto. Nos relatórios, a baixa dotação orçamentária é apresentada como impeditiva ao melhor andamento da obra pacificadora. O encarregado encontrava dificuldades em conseguir ajuda dos Botocudos nas atividades regulares. Solicitação de alimentos pelos indígenas e a necessidade de permutas de bens com os índios em troca de seu trabalho também são recorrentes nas redações do encarregado. Até o presente momento, todos os conflitos e resistências, solicitações de alimentos ou até mesmo planos de ataque ao Posto pelos indígenas, são apresentados por Eduardo como provenientes de seu espírito venatório ou a sua imprevidência, sem que em seus relatos as suas próprias reações ou as dos funcionários fossem descritas.

Afinal, quando Eduardo afirma que o feitor chamou os índios à ordem, fazia referência a que tipo de ordem? Ou ainda, quando afirma que um dos possíveis motivos para o “imotivado” plano de assalto dos índios contra o Posto seria a possibilidade de uma desforra no pessoal do serviço, podemos nos perguntar o que levou a tal atitude por parte dos índios? Seriam as boas relações interétnicas que os relatórios tentavam sustentar? Pelo contrário, possivelmente as causas que levavam os indígenas a abandonar o Posto de Atração e ao planejamento de desforras aos funcionários, foram os choques culturais que aí se estabeleceram. Entre elas, a tentativa de imposição de valores e padrões da civilização ocidental que deram ensejo a formas de resistências centradas em movimentos de reafirmação étnica e cultural. Aliado a isto, os relatórios nos apresentam a imposição de uma excessiva carga de trabalho com possíveis rigores disciplinares impostos à custa de penalidades não apresentadas nos escritos oficiais.

⁶¹ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1919 (...)*

Conforme afirma Protasio Langer em sua obra sobre os Guarani-Missioneiros, e adaptando sua fala ao estudo aqui apresentado:

(...) os índios foram de tal forma emudecidos, pela documentação oficial, que se torna difícil apreender as preocupações e anseios deste grupo. Entretanto, uma das formas de apreciar seus propósitos consiste na análise das hostilidades com os terratenentes e nas transgressões, por eles infligidas, aos projetos oficiais. Isso implica em buscar extrair, do discurso dos colonizadores, os anseios dos colonizados. A análise dos conflitos interétnicos permitirá apreender a produção de espaços étnicos, assim como formas de interação dos guarani-missioneiros com a sociedade colonial. Outro método viável de ouvir a voz dos silenciados pela documentação oficial, consiste numa análise comparativa entre os valores étnicos dos Guarani-missioneiros, (...) e as circunstâncias socioculturais a que foram submetidos.⁶²

A redação dos relatórios do encarregado Eduardo Hoerhann nos apresentam uma visão unilateral dos acontecimentos e atendiam a funções específicas. Além dos assuntos internos ao Posto de Atração, interessava apresentar uma visão edificante e legitimadora da empreitada pacificadora. As qualidades psíquicas dos indígenas foram apresentadas como inferiores e as vicissitudes e conflitos ocorridos tiveram sempre um único ponto de origem, partindo sempre dos indígenas. Além disso, as problemáticas levantadas apresentavam apenas reflexos da mentalidade do seu autor, no qual a história dos índios sob sua tutela era a história relatada por Eduardo, condenando o “outro” ao silêncio. No entanto, mesmo diante deste cenário de provas em contrário, os relatórios do encarregado nos possibilitam o levantamento de hipóteses que vislumbram os principais anseios dos índios sob sua tutela.

Procurar a fala dos colonizados através de suas transgressões evitará que incorramos no velho erro de apresentar os indígenas como seres passivos ao processo histórico. O que os relatórios do encarregado nos apresentam, são agentes históricos que apresentaram forte poder de ação e reação, diante de um novo contexto em que estavam sendo atacados em seus valores culturais mais elementares.

Importante nos atentarmos ao fato de que os corriqueiros confrontos ou as constantes resistências e negociações engendradas pelos Botocudos, representavam movimentos de uma identidade em transformação e principalmente, contrastante ao que era endógeno ao modelo de aldeamento que estava sendo experienciado, como a alteração de seu *modus vivendi*. Sem nos pretendermos redundantes, acreditamos ser oportuno repetir uma citação já apresentada. Quando Eduardo chamou os índios ao trabalho da roça, enquanto estes faziam seus afazeres tradicionais, como consertar flechas e lanças, cestos e artefatos ou ainda, fiar cordas para os

⁶² LANGER, P. P., *Os Guarani-Missioneiros (...)*, p. 168-169.

arcos de seus maridos, dizem-lhe os indígenas “que se lhes não deixava tempo para estes afazeres, de maior importância, enquanto que se insistia para que trabalhassem o dia inteiro nas roças”. Com esta citação podemos apreender que diante de uma nova situação sócio histórica, reações são engendradas por parte dos Botocudos no interesse de reafirmação de sua identidade, como a de preservar suas práticas tradicionais e seu espaço étnico em um novo cenário, sem que assim tenha percebido o encarregado, que afirmava que “(...) os Botocudos queriam era descansar, esquivando-se, além disto, da inclemente soalheira de janeiro”.⁶³

Diferentes expectativas marcaram os partícipes do processo civilizacional. Essas diferenças são reveladas pelas tensões e interesses contraditórios geradas durante esse processo. Ao longo da pacificação, vão se revelando os interesses divergentes entre o encarregado Hoerhann, os tutelados Botocudos e os colonos da região do Vale do Itajaí. Afinal, não podemos nos esquecer deste terceiro elemento, que constantemente é lembrado como o maior beneficiário da obra civilizatória em andamento. Como já apresentamos no capítulo precedente, esses interesses contraditórios entre os índios e os colonos europeus nasceram de forma concomitante ao processo de colonização das terras da região de Blumenau. De um lado tínhamos os indígenas Botocudos e de outro os colonizadores alemães, ávidos pelas terras imemorialmente habitadas pelos primeiros. Com a instituição do Serviço de Proteção aos Índios em 1910, esses interesses contraditórios ficaram estampados nos principais veículos de comunicação da região de Blumenau e do Brasil. Além da forte oposição ao novo órgão indigenista, esses veículos de comunicação estamparam a forte resistência dos colonos ao aldeamento dos índios Botocudos. Sentindo-se preteridos pelo poder público, os colonos alemães não deixam de levantar abertamente a bandeira do extermínio dos indígenas. Uma nítida divergência que pretendia desestabilizar a política de “atração”, “pacificação” e “civilização” do ser social indígena.

Diante do evento que leva a “atração” e “pacificação” dos Botocudos de 1914, um novo contexto sócio histórico se inicia. Em paralelo a este processo, tem início um lento e gradual movimento de “aproximação” entre elementos que até então eram inimigos históricos. A utilização do termo “aproximação” não pretende insinuar que após a chamada pacificação esses interesses conflitantes entre índios e colonos desapareceram. Pretende-se demonstrar que neste novo contexto histórico, surgem novas estratégias diante dos mesmos interesses por parte dos elementos envolvidos. Entre essas estratégias encontra-se uma gradativa mudança

⁶³ HOERHANN, E., *Relatório de 1921*, janeiro.

das representações entre os sujeitos envolvidos no processo de pacificação e sua gradual aproximação de forma a atender seus objetivos.

Inicialmente, esta lenta e gradual “aproximação” foi gestada por Eduardo no interesse de evitar saques e roubos por parte dos Botocudos aos colonos e evitar assim uma contínua sangria entre ambos. Por ora, pensemos nos meios utilizados para realizar essa política de pacificação entre índios e colonos. Posteriormente, perceberemos as tentativas do encarregado em evitar aproximações entre índios e regionais, uma vez que Eduardo percebera os interesses antagônicos que levaram ambos a uma gradativa aproximação. Tencionamos, com isso, atingir o propósito de entender os diferentes anseios e expectativas por parte dos três principais agentes envolvidos no processo de pacificação.

O relato a seguir indica que os assaltos a sítios de colonos não aconteciam somente de forma esporádica e casual. Não somente a fome movia os ataques dos Botocudos aos colonos. Aconteciam, também, de forma planejada e em função de atos de vingança por motivos de outrora que permaneciam na memória dos índios. É o que demonstra o relato de Eduardo diante do sumiço de um grupo de índios das imediações do Posto em 1919. Tratava-se do sumiço de um grupo de índios, que em outubro de 1916 tinham realizado uma grande carneação de porcos, rezes e principalmente cavalos furtados da fazenda do Sr. Francisco Rauen em um lugar denominado Pinhalzinho, pertencente ao município de Lages. Aproveitando-se do mau tempo, em campo limpo e bem nas proximidades das habitações do fazendeiro e de seus agregados, os índios matam considerável número de animais.

Eduardo percebe que o grupo que havia desaparecido era o mesmo que havia praticado os assaltos em 1916. Prevendo que novos roubos poderiam ser perpetrados por este grupo, toma o caminho do mato em seu encalço a fim de reconduzi-los ao acampamento do Plate. Ao encontrar duas índias e algumas crianças, após dois dias floresta adentro, indaga-as sobre o grupo procurado. Dizem-lhe as índias que “(...) tinham encontrado o grupo e que estes lhes tinham dito que iriam ter com os Kokolégma”,⁶⁴ nome que os índios davam aos inimigos não índios. Contaram-lhe as índias, que há seis anos, aproximadamente em 1913, estavam os índios fazendo uma carneação de gado em um campo que deduz o encarregado fosse a cidade de Curitiba. Como os índios perceberam a boa quantidade de carne naquele local, um grupo se separou e partiu para novas caçadas. Tendo este atingido seu intento, fizeram grandes fogos nos quais moqueavam a caça, quando são apanhados de surpresa com uma descarga de tiros em sua direção. Caíram mortos dois índios e os demais conseguiram fugir

⁶⁴ HOERHANN, E., *Relatório de 1919*, janeiro.

para a mata. Para lá, segundo as índias, seguia o grupo procurado para ir ter com os “Kokolégma”.

Eduardo segue a procura dos índios, afirmando estar certo do assalto de graves proporções que este grupo iria cometer. Encontra-os depois do décimo primeiro dia de viagem. Após questioná-los sobre o que ali faziam, responderam-lhe agressivamente se não “(...) tinha visto, pelos vestígios existentes atrás que estavam caçando”.⁶⁵ Eduardo sente-se ameaçado pelos índios que não largavam por nenhum instante suas próprias armas. Confirmaram estes índios a narração das mulheres encontradas pelo encarregado, dizendo claramente que em represália as duas mortes de anos atrás, iriam efetuar um bem calculado assalto. Contaram-lhe, ainda que, “(...) na mesma época em que tinham feito a matança de animais (...) tinham alguns índios vindo até aí, e aproximando-se de uma das casas, conseguiram flechar um homem”,⁶⁶ como um ato de vingança.

Encetando todos os esforços persuasivos, afirma Eduardo que logrou êxito fazendo-os compreender as vantagens que teriam caso desistissem do planejado. Parte então o encarregado em direção à fazenda, onde encontrou-se com seu proprietário. Este relata a Eduardo, todos os prejuízos que sofrera até então com os ataques dos índios Botocudos. Confirma ainda a estória relatada pelos índios sobre a morte de dois silvícolas em 1913 e o revide destes em 1916 no qual flecharam um funcionário da fazenda de raspão, só atingindo felizmente o seu braço esquerdo.

Eduardo propôs apresentar-lhe os Botocudos para que assim, “(...) de uma vez para sempre, fossem banidos da memória as antigas causas de inimizade, estabelecendo-se, uma sincera e duradoura amizade”. Convencendo os Botocudos “(...) com as nítidas e claras explicações do encarregado, seguiram-lhes os índios até o lugar que tinha ficado estabelecido para o encontro com o fazendeiro e sua gente”. Após o contato pacífico, o colono manda carrear uma pesada rez que foi entregue aos índios. Nas palavras do encarregado, ficaram os “(...) esforços recompensados (...) com o belo triunfo alcançado pelo nosso serviço, que assim, mais uma vez, estabeleceu sincera e franca amizade onde só reinava o espírito de ódio e de vingança seculares”.⁶⁷ A preocupação do encarregado em se evitar novas contendas entre os Botocudos e os colonos era constante, fazendo-se necessário uma vigilância permanente aos

⁶⁵ HOERHANN, E., *Relatório de 1919*, janeiro.

⁶⁶ HOERHANN, E., *Relatório de 1919*, janeiro.

⁶⁷ HOERHANN, E., *Relatório de 1919*, janeiro.

índios, além da criação de estratégias que viessem a evitar possíveis ataques as roças ou pastos dos colonos, como a que se segue.

Ao relatar sobre os hábitos dos índios de praticarem a caça no mato, Eduardo afirma que seguem estes para as cabeceiras do Rio Plate e do Rio Itajaí, ao norte do Posto. Esquecendo-se de tudo na perseguição de suas presas durante semanas a fio, afirma o encarregado que quase sempre estas caçadas terminam nas proximidades ou mesmo nas roças e paióis mais avançados dos moradores. Estafados das semanas de caça, acampam e se julgando com certo direito aproveitam-se então de tudo que há nas roças dos regionais. Como Eduardo não tem controle sobre a prática das tradicionais caçadas, procura resolver o problema da forma mais conveniente:

(...) fazer com que os índios derrubassem uma roça própria, exatamente entre o Posto e as roças dos moradores mais próximos do mesmo, na região mais percorrida pelos índios nas suas caçadas habituais. Esta roça que naturalmente seria feita exclusivamente pelos botocudos, de dimensões convenientes, seria para eles uma espécie de base de alimentação, nas suas expedições de caça.⁶⁸

Em sua narrativa, Eduardo afirma que após dias percorrendo o mato em companhia dos índios para encontrar o local mais apropriado à realização da “base de alimentação”, encontrou terras apropriadas nas margens do rio Deneke. Inicia a demarcação e derrubada de três hectares e a construção de um rancho para o acampamento provisório. Encaminhados todos os trabalhos, volta o encarregado para o Posto, permanecendo o grupo de índios nos trabalhos de roçada e limpeza do espaço destinado a roça. Regressando ao fim de uma semana, constata que apesar das dificuldades encontradas pelos índios, os trabalhos estavam bastante adiantados. Terminados os seus trabalhos, regressa Eduardo em companhia dos indígenas ao Posto. Em seu retorno, afirma que os índios se mostraram “(...) satisfeitiíssimos com a sua nova roça que tinham começado, perguntando constantemente ao encarregado quando é que seria possível fazer a queima e o plantio da mesma”. Afirma Eduardo, que a nova base de alimentação tinha dois objetivos específicos: evitar “(...) atritos hostis com os colonos” e além disso, seria o espaço onde os índios aprenderiam “(...) a trabalhar para si, sem nenhum auxílio de estranhos, aplicando praticamente os conhecimentos que conosco adquiriram no Posto”.⁶⁹

Passados mais de um mês, o encarregado relata a continuidade desta roça com grande entusiasmo. Segundo este, segue no mês de setembro, na companhia dos Botocudos, para o

⁶⁸ HOERHANN, E., *Relatório de 1921*, julho.

⁶⁹ HOERHANN, E., *Relatório de 1921*, julho.

local da roça a fim de proceder o plantio , “(...) vencendo todas as dificuldades, das quais a maior foi o transporte de mudas, sementes etc. quilômetros e quilômetros rio acima e sertão adentro, por estradas estreitas e péssimas picadas”. Procedem ao plantio de milho, feijão preto, batatas doce, aipim, taiá, abóboras e bananeiras de várias qualidades. Para Eduardo, com o trabalho realizado “(...) temos uma prova eloquente de que, com habilidade, persistência e tenacidade deles se pode conseguir”, mesmo se tratando de índios Botocudos, “(...) há poucos anos ainda bravios”. Assim crê o encarregado que “(...) ficará por fim, terminado o constante perigo de uma agressão por parte dos índios aos moradores dos campos ou mesmo de uma represália destes contra os danos causados pelos índios”.⁷⁰

Ao descrever sua estratégia de criar um espaço de cultura agrícola ou uma “base de alimentação,” como foi chamada pelo encarregado, Eduardo demonstra seu otimismo provocado pelo entusiasmo do grupo de indígenas diante da realização desta roça em meio à floresta . Acreditava que a realização desta empreitada pelos índios era uma demonstração dos êxitos alcançados pelas atividades pedagógicas ensinadas no Posto de Atração. Afirma que mesmo se tratando de indígenas há pouco ainda bravios, e “(...) considerando a distância do Posto, e o lugar no meio do sertão que foi feita essa nova plantação”⁷¹ tem-se aí a prova dos resultados ocasionados pela persistência dos ensinamentos realizados.

Mal percebeu Eduardo as reais intenções dos Botocudos quando o sabatinaram sobre quando retornariam para a roça para realizar a queima e o plantio. Desejavam, antes, voltar ao seu tradicional habitat em meio a floresta e não em realizar o plantio. O que era percebido pelo encarregado como impeditivo ou problemático a consecução desta roça, como a distância e o local em meio ao sertão, era percebido pelos Botocudos como uma possibilidade de retorno consentido ao local onde mantinham relações centenárias, e onde poderiam preservar seu espaço étnico e suas práticas tradicionais, como a caça e a coleta. A resistência dos Botocudos ao espaço do Posto fala, aí, seja através de suas ações ou através da voz do encarregado, sem que este assim a percebesse. Como veremos no próximo capítulo, esta “base de alimentação” se manteve ao longo dos anos e serviu aos interesses dos tutelados. Utilizaram-na com um espaço de permanência e alimentação quando realizavam suas fugas do espaço do Posto após as repreensões do encarregado.

Ações ou estratégias como as narradas acima tinham como interesse pacificar as relações entre inimigos históricos de outrora, e estavam plenamente ao alcance das mãos do encarregado Hoerhann. No entanto, outras demandas consideradas de extrema urgência

⁷⁰ HOERHANN, E., *Relatório de 1921*, setembro.

⁷¹ HOERHANN, E., *Relatório de 1921*, setembro.

dependiam de negociações políticas e foram constantemente reclamadas em seus relatórios. Estamos falando da demarcação definitiva das terras ao Posto Indígena Duque de Caxias⁷² e da permanente carência financeira enfrentada pela obra pacificadora do Plate. Como veremos a seguir, a primeira levava a crescente invasão e ocupação das “terras do Posto” por colonos, e a segunda, a sublevações por parte dos funcionários e ambas atravancavam o desenvolvimento regular das atividades do Posto, como afirmava Hoerhann.

3.4. Fatores de ordem externa impeditivos ao desenvolvimento do Posto Indígena Duque de Caxias.

Em dezembro de 1921, alguns grupos de índios ausentaram-se do Posto. Diante de seu demorado retorno, o encarregado enviou alguns emissários indígenas para saber onde estavam os ausentes. “(...) Voltaram estes dizendo que os outros tinham empreendido grandes caçadas”. Afim de não contrariá-los, Eduardo deixou que prosseguissem em sua ocupação. Dado o diminuto número de índios que permanecia no Posto e o auxílio de “pouca monta” que os demais prestavam, afirma o encarregado que seria “(...) possível sua ausência”. Eduardo parte para a capital para uma conferência com o governador do Estado, Dr. Hercílio Luz, em companhia de dois índios guerreiros. Afirma que levava consigo os Botocudos “(...) para apresentá-los ao Sr. Governador, provando assim, mais uma vez, ter pacificado realmente os Botocudos bravios deste Estado, e não os índios Guarany do Paraná”. Dois eram os motivos centrais que o levaram a conferenciar com o governador: a situação financeira e a definitiva demarcação das terras do Posto Indígena Duque de Caxias (PIDC).⁷³

Maior êxito teve Eduardo quanto ao auxílio financeiro. O governador não somente fez a promessa que seriam pagos os auxílios atrasados. Mandou ainda que se realizasse um crédito especial como auxílio para o corrente ano, “(...) quantia esta que foi paga imediatamente ao encarregado”. Quanto à cessão definitiva das terras para os índios, declarou o Governador Hercílio Luz “(...) por enquanto nada poder fazer, antes da encampação da concessão feita a Cia. Colonizadora Hanseática, mas que esta se faria muito em breve, provavelmente ainda no decorrer do ano próximo vindouro”. O estreitamento das relações

⁷² Em homenagem ao bom andamento da obra pacificadora exercida por Eduardo Hoerhann, em maio de 1920 o Posto teve seu nome alterado de Plate para Posto Duque de Caxias, personagem histórico que nas palavras do Diretor do Serviço de Proteção aos Índios “glorioso e inolvidável”, servirá de incentivo para que ainda mais se dedique Eduardo “com todo o ardor, pela patriótica causa que esposou”. HOERHANN, E., *Relatório de 1920*, maio.

⁷³ HOERHANN, E., *Relatório de 1921*, dezembro.

entre o encarregado e o governo do Estado foi destacado como um dos grandes êxitos alcançados neste encontro.⁷⁴

As negociações da demarcação definitiva das terras ao Posto Duque de Caxias já vinham sendo demandadas há anos. No mês de agosto de 1919, o Inspetor José Maria de Paula já havia sido recebido em conferência pelo governador de Santa Catarina. O motivo deste encontro foi o mesmo que o realizado por Eduardo em 1921: discutir a definitiva demarcação das terras ao Posto. Afirmo o Inspetor que foi recebido com “(...) manifesta benevolência por parte do Sr. Governador do Estado a exposição de motivos” da necessária “cessão da área de terras de 6.000.000 metros quadrados”. Deste encontro, que teve a participação do então Secretário de Fazenda e Agricultura Adolfo Konder, ficou acertado que o governo atenderia esta premente necessidade,⁷⁵ acontecendo porém que:

(...) na área pedida havia uma certa porção de terras pertencentes à Companhia Hanseática, por já ter sido paga pela mesma ao Governo do Estado, acrescentando ainda o direito preferencial que a mesma assiste por força de seu contrato, para aquisição das demais terras adjacentes à sua concessão já legitimada, ficou então acertado que o Sr. Secretário de fazenda e Agricultura, na próxima viagem que tenciona levar a efeito a Blumenau se entenderia com o Sr. José Deeke, Superintendente da referida companhia hanseática, afim de assentar os termos de um acordo entre o Governo do Estado e aquela companhia (...).⁷⁶

Afirmo, Maria de Paula, que reduzira ao mínimo suficiente a área pedida para a existência e manutenção do Posto. Conhecia o Inspetor as reais contendas entre a companhia concessionária das terras e o governo estadual. Afirmo ainda que, interessava à referida companhia e concessionária de grande parte daqueles terrenos “(...) empurrar o Posto mais a frente, em local que precisava ser ainda desbravado. Além da oposição da companhia a permanência do posto de índios na região, lembra o Inspetor “(...) a vantagem para a dita companhia da aquisição do valioso estabelecimento do Plate, todo ele criado e feito pelo esforço exclusivo do nosso serviço”.⁷⁷

Por intermédio do Secretário da Fazenda e Agricultura do Estado, Sr. Adolfo Konder, agendou-se um encontro entre o diretor da companhia Hanseática e o Inspetor José Maria de Paula, em Hammonia, atual cidade de Ibirama. Neste encontrou, tratou o Inspetor de expor a Deeke as inconveniências de uma transferência da sede do Posto. Entre os argumentos, afirmo

⁷⁴ HOERHANN, E., *Relatório de 1921*, dezembro.

⁷⁵ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1919 (...)*

⁷⁶ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1919 (...)*

⁷⁷ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1919 (...)*

o Inspetor que, “(...) os botocudos de forma alguma deixariam de frequentar aquela região (...) o que tornaria insustentável a situação dos colonos nas terras que como suas esses índios, de longa se acostumaram a considerar (...)”. Deste encontro, resultou a promessa feita pela companhia de cessão de 30.000 hectares de terras. Em data de 12 de setembro de 1919, encaminha-se memorial ao Sr. Governador “(...) pedindo fosse a reserva de terras feita de conformidade com o acordo feito entre as partes”.

No entanto, novos desacordos levaram a uma nova conferência. Desta vez, reuniram-se o representante do Serviço de Proteção aos Índios, Sr. Humberto de Oliveira, e o representante Diretor da Sociedade Colonizadora Hanseática, Dr. Wolfgang Krauel, em quatro de maio de 1920. Nesta conferência, ficou acordado que:

1ª- Necessita, no momento, o Serviço de Proteção aos Índios cessão de uma reserva de 40.000 há.(...) 2ª- Presentemente acordam ambas as partes na necessidade da permanência dos índios na zona descrita, pelo que a Sociedade faz cessão destes 5.000 ha (já ocupados pelo posto) e adia a colonização dos restantes 35.000 há, pela forma adiante discriminada. 3ª- O Serviço de Proteção aos Índios ocupará esta reserva, pelo tempo necessário a inteira pacificação dos Índios e à sua definitiva localização em terras de N.E na região serrana, quando então reverteriam novamente para a Sociedade a presente reserva, com exceção das terras nesse tempo já trabalhadas, ocupadas com culturas, pastagens, instalações e demais benfeitorias, que passarão ao patrimônio dos índios, como estação ou base de operações da reserva definitiva, a qual estação terá o máximo de 10.000 ha, neles compreendidos os 5.000 há de terras já legitimados e por ela cedidos ao Serviço de Proteção aos Índios.⁷⁸

Em documento de 31 de dezembro de 1922, anexo ao relatório do mesmo ano, pode-se perceber que os problemas da cessão de terras ao Posto Duque de Caxias continuavam longe de uma solução. Ao fazer referência ao seu ofício encaminhado em Agosto de 1922 à Diretoria do Serviço de Proteção aos Índios, José Maria de Paula assim descreve a situação:

Pelo meu ofício nº 136 de 14 de agosto de 1922, vos dei minuciosa e detalhada conta do estado desta questão e da extrema premência da situação do Posto, enquadrado e sitiado por todos os lados pelo avanço das diversas concessões de terras feitas a particulares pelo governo de Santa Catarina. (...) continua ainda a ter inteira atualidade apenas com a circunstância agravante a mais de estar o mencionado avanço alcançando a própria área, efetivamente ocupada e cultivada pelo Posto, pois da Sede do mesmo já se avistam as roças e culturas dos colonos localizados nas terras das tais concessões, dentro da área cuja reserva vem sendo insistente e reiteradamente pedida por este serviço ao governo de Santa Catarina, desde 1919.⁷⁹

⁷⁸ Cópia de Documento de conferência realizada entre Companhia Colonizadora Hanseática e Serviço de Proteção aos Índios sobre negociações de cessão de terra para as atividades de Pacificação do Posto Duque de Caxias anexa ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1921.

⁷⁹ PAULA, J. M. de. *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1922.*

Como vemos, os acordos de concessão das terras ao Posto Indígena aconteciam entre os representantes do Serviço de Proteção aos Índios e a companhia colonizadora Hanseática. Posteriormente, caberia ao governo de Santa Catarina indenizar seus concessionários e proprietários legais. No entanto, como comunica o Sr. Secretário da Fazenda do Estado à Inspetoria, as negociações foram interrompidas “(...) pela razão de ter a Companhia Hanseática pedido um preço exorbitante pela mencionada área legitimada”, resolvendo o governo estadual deixar para adquirir-la, “(...) dentro em breve, caducando o respectivo contrato”, momento em que reverteriam as terras ao patrimônio do mesmo Estado.⁸⁰

Caducado o contrato da Companhia Colonizadora com o governo de Santa Catarina, este começa a realizar concessões destas terras a particulares, sem considerar os pedidos anteriormente feitos pelos representantes do Posto Indígena Duque de Caxias. Conforme se pronuncia o Inspetor do SPI, “(...) o Posto está sendo cada vez mais apertado pelo cerco estabelecido pelas mencionadas concessões que avançam”. Queixa-se, ainda, de concessão de terras feita pelo Superintendente do município de Mafra para a colônia Bom Sucesso, de 3.000 alqueires, que “avança em direção ao Posto e chegará até sua Sede, se não houver uma providência que a detenha nesse caminho”.⁸¹

Assim, em janeiro de 1923, o agrimensor Germano Oertel, a mando do superintendente de Mafra, realiza a divisão das terras da colônia Bom Sucesso com as terras do Posto Duque de Caxias. Conforme Eduardo, Oertel demarca-as com grandes marcos de madeira de lei correndo divisa e realiza ainda um grande picadão, “(...) ficando assim desmembrado deste, todo o território de caça dos botocudos, em toda sua extensão”.⁸² Comprimidos por todos os lados pelas concessões de terras feitas a regionais, receavam o Inspetor José Maria de Paula e o encarregado Eduardo, o avivamento dos conflitos entre os colonos e os índios em função da redução do espaço de circulação destinado a estes. Em seus prognósticos mais pessimistas, vislumbram a possibilidade de o Posto perder suas terras e benfeitorias mediante a concessão destas a algum donatário.

As queixas levantadas por Eduardo sobre a demarcação e perda de terras antes pertencentes às práticas de caça dos índios e a proximidade das novas fronteiras coloniais às divisas do Posto, são reiteradas pelo Inspetor José Maria de Paula junto à Diretoria do SPI, em 1923, mas dessa vez, em um tom mais agressivo e acusatório. As acusações eram diretamente direcionadas ao governo do Estado de Santa Catarina a quem acusava de favorecer protegidos

⁸⁰ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1922 (...)*

⁸¹ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1922 (...)*

⁸² HOERHANN, E., *Relatório de 1923*, janeiro.

políticos. Segundo o Inspetor, não se pode admitir um “(...) governo tão inconsciente e impatriótico que seja capaz de sacrificar uma obra de valor moral e da importância material da que foi realizada e está sendo definitivamente consolidada (...) à custa de sacrifícios de toda espécie”.⁸³ Sobre a demarcação da área legitimada para a colônia Bom Sucesso assim se pronuncia:

Bem podeis Sr. Diretor, avaliar o que semelhante coisa representa como espoliação e esbulho, fria e conscientemente praticados contra os índios verdadeiros e legítimos donos daquelas terras, apesar de todos os nossos pedidos de reserva da mesma e correlativas promessas nunca cumpridas, por parte do Governo de Santa Catarina.(...) Penso, única capaz de resolver essa questão e que consiste numa ação pronta e enérgica por parte dessa diretoria junto ao Snr. Ministro e ao Governo de S. Catarina afim de que o mesmo afinal se resolva a conceder aos índios botocudos (...) o território de que os mesmos tem imprescindível necessidade.⁸⁴

Com os ânimos à “flor da pele”, afirma o Inspetor não ser conjectura, mas fato já terem dito alguns candidatos aos lotes da Colônia Bom Sucesso que “(...) não terão a menor dúvida em rechaçar a bala qualquer índio que entrar nas roças que em tais lotes se estabelecerem”.⁸⁵ Prognostica ainda, a inevitabilidade destes confrontos e a perda de todas as vitórias já alcançadas até esse momento pela obra pacificadora.

Fato é que as relações entre o encarregado do Posto Indígena e a sociedade regional já davam mostras de desgastes. Os interesses conflitantes entre estes, ganham voz em um documento redigido por Eduardo e encaminhado ao Delegado de Polícia Paulo Krause na data de 27 de dezembro de 1922. Assim inicia o documento: “em aditamento à nossa conferência do dia 22, último, devo vos comunicar, para que tomeis as providências que o caso exige”.⁸⁶ Na sua exposição, o encarregado acusa moradores residentes próximos ao rio Dolmann, nas imediações do Posto de invadir sem autorização as terras dos índios, como segue:

(...) moradores à barra do Rio Dollmann, desde que para ali foram residir, sempre tiveram o péssimo costume de não observar a clara e concisa proibição que inibe, a toda e qualquer pessoa estranha ao serviço deste Posto, transpor, sob qualquer pretexto, a linha divisória existente, uma vez que lhe falte a necessária e imprescindível autorização de quem de direito.⁸⁷

A prática das invasões das terras do Posto, como afirma o encarregado em sua carta ao Delegado, acontecia de forma consciente e do interesse de vizinhos de caçar nas terras que “(...) por enquanto como vos falei aí, ainda são reservadas para o trânsito dos índios”. Diante

⁸³ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1923.*

⁸⁴ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1923.*

⁸⁵ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1923.*

⁸⁶ HOERHANN, E., *Carta redigida por Eduardo Hoerhann ao Delegado de Polícia.*

⁸⁷ HOERHANN, E., *Carta redigida por Eduardo Hoerhann ao Delegado de Polícia.*

das incertezas, a fala do encarregado transmite um nítido pessimismo, que coloca em dúvida a manutenção das terras do Posto em um futuro breve. Antes de solicitar ajuda ao então Delegado de Polícia, Eduardo afirma que mandou avisar aos infratores e demais vizinhos do necessário respeito aos limites, não se responsabilizando este com “(...) possíveis desavenças entre caçadores e os índios botocudos, desavenças estas, que trariam resultados infalivelmente os mais funestos e desastrosos”.⁸⁸ Decorrido algum tempo, novas reincidências acontecem. Desta vez, com o interesse de derrubar palmeiras e transportar seus troncos para a construção de um engenho de carne e outras construções, além de palha e cipós para cobertura. Caça de veados e pacas com numerosas matilhas de cães também são narradas pelo encarregado. Para o funcionário do Posto, trata-se de “(...) infratores contumazes (...) e que não querem acatar os preceitos vigentes” afirmando ainda que por “(...) uma demasiada e paciente benevolência, (...) em vez de agir pronta e energicamente, (...) procurou os meios mais brandos, (...) esperando que os delinquentes se compenstrassem do seu erro e dele se afastassem”.⁸⁹

No entanto, mesmo se tornando caso de polícia, as invasões de terra continuam. É o que podemos apreender nas considerações do Inspetor José Maria de Paula para o ano de 1924. Prevalencia uma situação de indecisão e “(...) infelizmente continua a mesma, a saber, toda cheia de incertezas e sobressaltos e capaz das maiores surpresas, pelo aperto e constrição que de todos os lados continua a ameaçar o Posto”, ocasionada pela concessão de terras a particulares. Em seu prognóstico, o relator afirma que somente com a demarcação das terras dos índios, será possível se evitar “(...) conflitos de consequências lamentáveis cujo alcance é impossível prever”. Ao encerrar suas considerações, o Inspetor solicita aos “(...) poderes competentes a reserva das terras indispensáveis à existência e funcionamento normal do Posto”, uma vez que a política de concessões de terras vinha “(...) apertando o nosso Posto até tolher-lhe os movimentos essenciais a sua própria existência”. Ao finalizar sua argumentação se exime de qualquer responsabilidade sobre possíveis e futuros conflitos entre índios e regionais.⁹⁰

Importante reiterarmos argumento anterior, de que as frequentes demandas pela demarcação das terras e por melhorias nos repasses financeiros ao Posto, só teriam legitimidade política diante de uma atividade que se apresentasse exitosa em seus objetivos. E é isto que nos apresenta o Inspetor José Maria de Paula em suas considerações aos trabalhos

⁸⁸ HOERHANN, E., *Carta redigida por Eduardo Hoerhann ao Delegado de Polícia.*

⁸⁹ HOERHANN, E., *Carta redigida por Eduardo Hoerhann ao Delegado de Polícia.*

⁹⁰ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1924.*

do Posto para o ano de 1924, qualificados como de (...) intenso e produtivo labor, como segue:

(...) todas, portanto, Snr. Diretor, as fotografias vos darão melhor a mais nítida idéia que o Posto de Índios Duque de Caxias não se tem mantido estacionário; ao contrário, a despeito de múltiplas causas capazes de travarem o seu desenvolvimento, pelo serviço de seu dedicado encarregado, disciplina e trabalho de sua turma de serviço e boa vontade dos índios ali localizados, vão o mesmo se desenvolvendo cada vez mais constituindo-se como é fácil constatar em estabelecimento modelar do nosso serviço.⁹¹

Três foram as causas destacadas pelo Inspetor como capazes de “travarem” o desenvolvimento das atividades do Posto: a primeira delas, discutida acima, era a indefinição territorial. A segunda, a baixa dotação orçamentária e a terceira era de ordem política. A segunda delas atinge proporções inesperadas no ano de 1924. O fato narrado a seguir vem demonstrar que os déficits orçamentários enfrentados pela falta de repasses financeiros por parte do governo ocasionaram conflitos internos entre os funcionários do Posto e seu encarregado de Material e Abastecimento Hugo Straube,⁹² chegando este conflito às últimas consequências.

O atraso de seis meses nos pagamentos dos provimentos do pessoal, ou “turma”, como eram chamados os trabalhadores diaristas, fez com que os mesmos se dirigissem a casa do encarregado responsável pelos pagamentos e finanças do Posto, Hugo Straube. Em turma de aproximadamente 16 homens, sem a autorização e conhecimento de Eduardo Hoerhann, dirigem-se para Nova Bremen, no distrito de Hammonia, onde residia o encarregado. Segundo Eduardo, com os ânimos acirrados, no trajeto “(...) cada um desses homens recordava então a grande falta que lhes fizera o dinheiro, os prejuízos que tiveram, a miséria ou a vergonha que passaram por isto ou por aquilo”, deliberando então as exigências dos pagamentos devidos. Chegando a casa do funcionário, provavelmente à discussão “(...) acalorou-se de parte a parte”, tomando parte da mesma a esposa de Hugo Straube. Esta negara os pagamentos alegando não poder efetuá-los sem entender-se com o encarregado Eduardo sobre os vales e outros negócios que os mesmos funcionários haviam feito com este, continuando eles a exigirem os pagamentos.⁹³

⁹¹ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1924.*

⁹² Em sua constituição empregatícia o Posto era representado na figura de dois encarregados diaristas. O Sr. Eduardo de Lima e Silva Hoerhann, encarregado de Serviço e Índios e Culturas e o Sr. Hugo Straube, encarregado do Material e Serviço de abastecimento do mesmo Posto, sendo este o responsável pela distribuição de Verbas e Pagamentos.

⁹³ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1924.*

Deste momento até o derradeiro acontecido, muitas controvérsias são apresentadas nos depoimentos tomados por Eduardo. Para encurtar, vale destacar que a esposa de Straube toma partido de seu marido após horas de discussões com os trabalhadores até que foi certamente atingida e morta por tiro de revólver de um dos funcionários do Posto Duque de Caxias. O fato foi minuciosamente narrado na carta de apresentação do relatório de 1924. Em sua narrativa, o encarregado relega o ocorrido aos “(...) inimigos do Serviço”, como se referia Eduardo aos colonos vizinhos ao Posto:

Cumpre, porém, notar que a prevenção e conseqüente resolução de forçar o encarregado Straube a satisfazer os pagamentos totais e sem a menor demora, demonstrada pelos citados trabalhadores, muito provavelmente tem a sua origem na instigação de longo tempo propositalmente exercida sobre o ânimo dessa gente (...) pelos inimigos do serviço que em outras partes não se cansam de propalar por todos os meios que o serviço tem verbas colossais e se não paga em dia os operários é porque não quer ou porque os empregados encarregados de seus pagamentos vem então se locupletando com os numerários destinados aos mesmos, e que também se verifica pela campanha de descrédito que já anteriormente trazia vexados e aborrecidos esses trabalhadores, aliás, com graves prejuízos para a normalidade dos serviços do Posto.⁹⁴

Fato, é que os funcionários do Posto mantinham contatos permanentes com a população circunvizinha,⁹⁵ e que as relações entre seu encarregado, Eduardo Hoerhann, e esta população, apresentava-se estremeçada e conflituosa, haja vista os frequentes conflitos de terras e invasões destas, como já relatamos anteriormente. Acreditamos que o diagnóstico levantado sobre as causas de “incitação” esteja correto, assim como a receita apontada também:

Penso que o meio de por um fim a tão desagradável quão prejudicial estado de coisas, sob todos os pontos de vista, é obter-se os recursos orçamentários necessários à completa liquidação dos pagamentos atrasados que ainda existe naquele Posto, tanto de pessoal como de fornecedores.⁹⁶

Em tom acusatório, o Inspetor José Maria de Paula afirma, que tais acontecimentos devem-se “(...) a falta de cumprimento de obrigações contraídas pelo governo do Estado de Santa Catarina”.⁹⁷ Em suas considerações, relembra as diversas vezes em que se tentou receber os

⁹⁴ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1924.*

⁹⁵ Entre os dezesseis trabalhadores que participaram do “levante” a casa de Hugo Straube do qual resultou o assassinato de sua esposa, somente três tiveram permissão de Eduardo para deixar o posto. A justificativa destes era de que iriam a um baile na colônia e também a uma festa religiosa no Ribeirão da Anta. Por isso afirma-se acima ser fato que os trabalhadores tinham contato com a população circunvizinha ao Posto Duque de Caxias.

⁹⁶ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1924.*

⁹⁷ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1924.*

quantitativos prometidos e os pretextos do governo que impediam o cumprimento destes pagamentos. Sua fala nos apresenta um cenário de descrédito do governo estadual e duras acusações a este são realizadas. No entanto, os problemas políticos do Posto Indígena ultrapassavam a esfera política estadual. Em âmbito federal, também pairavam dúvidas e acusações sobre a pacificação dos Botocudos de Santa Catarina, como demonstra a fala do Inspetor Maria de Paula:

E houve Sr. Diretor, um espírito tão lamentavelmente acanhado na Câmara dos Srs. Deputados Federais, que chegou a por em dúvida até a pacificação desses índios, que são belos exemplos de ordem, disciplina e trabalho duro durante o ano de 1924. É pena que tais homens se deixem arrastar por tal forma pelos mais mesquinhos interesses pessoais, para assim, pelo desconhecimento e negação de fatos palpáveis e que podem ser constatados e verificados a qualquer momento, vivem publicamente dar as mais tristes e degradantes provas da sua (...) malevolência dando curso a notícias mentirosa de jornais que noticiam falsamente um levante de índios que nunca existiu no Posto “Duque de Caxias” (...) Como também são inteiramente fantásticas e numerosas as informações de que existem no município de Papanduvas milhares de índios, localizados nas terras de Taió, montanhas elevadíssimas cobertas de impenetráveis matas virgens, e que o misterioso Taió é um covil de índios bravios. Sabido como é que realmente não existe nem um índio sequer no morro do Taió que é uma montanha única escalada e explorada em 1912 pelo pessoal do serviço dessa Inspetoria como toda a gente sabe, nem nas suas imediações; montanha essa (...) conhecidíssima, como até já ocupada e colonizada por dezenas de famílias de colonos que ali nunca foram incomodados nem por índios nem por ninguém.⁹⁸

Como se percebe, passados dez anos de fundação do Posto de Atração Plate, ainda pairavam “dúvidas” sobre a pacificação dos Botocudos, mesmo diante das reiteradas provas em contrário já apresentadas. Entre elas, a de 1915, quando o engenheiro e Inspetor do Telégrafo Nacional Sr. Augusto Zittlow e o Chefe de Tráfego da Estrada de Ferro Santa Catarina, Sr. Martin L. Bischof visitaram o então Posto de Atração Plate para demonstrar que pacificara-se realmente os Botocudos de Blumenau e não os corados mansos do Paraná. Outra, em dezembro de 1921, quando partiu o encarregado para a capital para uma audiência com o governador do Estado, Dr. Hercílio Luz, em companhia de dois índios guerreiros. Agora, transcorridos dez anos após a pacificação, ainda pairavam “dúvidas” sobre esta, como aponta a fala do Inspetor José Maria de Paula, que qualifica estas dúvidas como partindo de “homens que se deixam arrastar por tal forma pelos mais mesquinhos interesses pessoais”.⁹⁹

⁹⁸ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1924.*

⁹⁹ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1924.*

3.5. O cotidiano do Posto Indígena: resistências e negociações.

Embora, a redação inicial do relatório de 1924 nos acenar com um horizonte de incertezas quanto aos problemas da terra e também da situação financeira do Posto Indígena, internamente, destaca um horizonte bastante positivo e promissor. Apresentando uma média de 170 Botocudos que regularmente frequentavam o Posto, Eduardo tece comentários elogiosos aos serviços prestados pelos indígenas. Afirma, que as mulheres e menores realizavam os trabalhos de capinação e os homens o transporte de madeira cerrada e de ripas. Algumas práticas tradicionais ainda são apontadas por Eduardo como impeditivas ao trabalho dos aldeados, como a caça e a coleta do pinhão. No mês de abril, o encarregado afirma que “(...) não foi possível retê-los por mais tempo no Posto, por que, pretextando uma caçada de porcos do mato retiraram-se em princípio do mês para o mato, seguindo, posteriormente, para os pinheirais, à cata do pinhão, alimento por eles tão apreciado e tradicional”.¹⁰⁰ Ao que se apreende da fala do encarregado, a cultura do labor de Eduardo e da tradição dos índios, neste ano não se indispuseram, visto as repreendas não existirem, pelo menos em seus relatórios.

Outro fator que reduzia sobremaneira o auxílio prestado pelos índios ao trabalho e que preocupava muito o encarregado, eram os surtos de gripe, considerada uma epidemia no mês de maio visto terem adoecido deste mal quarenta e seis índios. Nas palavras de Eduardo, “(...) não só os doentes não nos podiam auxiliar como ainda foi imprescindível destacar pessoal da turma para o tratamento regular e eficiente dos botocudos adoecidos”.¹⁰¹

O encarregado lamenta os estragos provocados pelos índios à lavoura de cana de açúcar, afirmando que esta prática estava se tornando corriqueira entre os Botocudos. Eduardo está se referindo ao corte clandestino da cana realizado à noite. Entre as mudanças ocasionadas pela atração dos índios ao espaço do Posto, encontra-se a alteração de seus hábitos alimentares, e produtos como o açúcar e o melado passam a ser muito apreciados pelos tutelados. Mesmo explicando reiteradas vezes aos Botocudos dos prejuízos ocasionados pelo corte de cana de forma prematura, esta prática se tornou corriqueira e quando chamados à ordem, Eduardo pontua duas atitudes assumidas pelos índios. Quando não apanhados em flagrante afirmam que o encarregado “(...) não o presenciou, e, portanto, não poderá descobrir quem o praticou”, e quando apanhados em flagrante, perguntavam para que “(...) serve afinal a cana (...) se por um lado, se lhes proibia assim a saborearem, e por outro deixa-se absolutamente perdê-la de madura ou pelas geadas”. Alegavam os índios que a cana era para

¹⁰⁰ HOERHANN, E., *Relatório de 1924*, abril.

¹⁰¹ HOERHANN, E., *Relatório de 1924*, maio.

o fabrico de açúcar e melado sempre prometido e nunca feito. A justificativa do encarregado aos apelos dos índios era de que o melado e o açúcar não foram produzidos “(...) por falta ao Posto de uma caldeira de cobre apropriada”¹⁰² que já vinha sendo solicitada há algum tempo à Inspetoria, como mostra o relatório de 1923:

Como está amadurecendo a cana de açúcar, é de imprescindível necessidade a remessa urgente para o Posto, de grande tacho de cobre, já pedido, e que deve medir 2,00 de diâmetro por 60 cm de altura. Será enorme o prejuízo do Posto, caso não se consiga iniciar o fabrico de açúcar, antes de ser a cana prejudicada pelas geadas deste ano. (...) Como o inverno, já neste mês, começou com muita intensidade, será fatal que a cana de açúcar será danificada pelas geadas, perdendo-se assim quase que por completo, caso não se possa começar o fabrico de açúcar dentro de muito em breve. O que, porém, não poderá ser feito no Posto, sem que se disponha de um grande tacho de cobre, como já foi pedido.¹⁰³

Para Eduardo, as justificativas alegadas pelos índios apresentavam fundamento. E foi assim, diante do apreço dos índios pelo açúcar e pelo melado e das dificuldades em se produzir os derivados da cana que o encarregado afirma que:

(...) os botocudos se acostumaram a saquear os canaviais, saque este que tem aumentado espantosamente. Com a insaciabilidade que lhes é peculiar, tanto homens, como mulheres e menores, principalmente a noite, devastam os canaviais, não só para chuparem a cana na ocasião, como também para levá-la escondida no dia seguinte, para outros índios no mato ou para chupá-la durante o dia, nas roças, interrompendo com isso o trabalho.¹⁰⁴

Interessava ao encarregado produzir o açúcar e o melado em grande quantidade, pois o produto havia caído no gosto e no paladar dos indígenas. Neste momento, não mais as roupas, cobertores ou facões eram utilizados como barganha ou estratégia de permuta pelo trabalho dos Botocudos. A nova moeda de troca passa a ser os derivados da cana de açúcar, como o melado e o açúcar mascavo, que se tornaram produtos altamente demandados pelos índios. Por isso, mesmo diante das dificuldades na produção destes derivados, e se utilizando de dois pequenos caldeirões de ferro, produz-se no Posto 750 quilos de melado, afirmando o encarregado que “(...) os índios botocudos muito apreciam o melado, pelo qual são até gulosos e auxiliaram muito em todos os trabalhos”.¹⁰⁵ No mês subsequente, persiste o encarregado juntamente com os índios na produção do melado e do açúcar em pequenos tachos, modo de produção este que demandava grande quantidade de lenha além do tempo despendido:

¹⁰² HOERHANN, E., *Relatório de 1924*, agosto.

¹⁰³ HOERHANN, E., *Relatório de 1923*, abril e maio.

¹⁰⁴ HOERHANN, E., *Relatório de 1924*, agosto.

¹⁰⁵ HOERHANN, E., *Relatório de 1923*, junho.

Todos os botocudos apreciam sobremodo o melado que comem desmedidamente; mostram grande interesse pela maneira da sua preparação, tomam parte ativa em todos os afazeres e prometem sempre fazê-lo, para que nunca haja falta de tão delicioso alimento no Posto. E de fato, se os índios não nos tivessem ajudado com tanta disposição, a cana de açúcar do Posto, só tinha sido possível aproveitar como ração para animais.¹⁰⁶

Esta cana que estava sendo utilizada para o preparo do açúcar e do melado, havia sido plantada em 1921. Por isso, estava ameaçada pela sua excessiva maturação e pelas geadas que aconteciam neste período do ano e também por isso o encarregado faz menção a ajuda dada pelos índios como vital. Após as reiteradas solicitações de Eduardo, em final de 1924, finalmente o encarregado teve sua demanda atendida e recebeu sua caldeira de cobre em tamanho apropriado, o que já surte seus primeiros efeitos na produção do melado e do açúcar em janeiro de 1925.

Segundo o encarregado, “(...) afirmo de ainda mais estimular sua disposição para o trabalho, cuidou-se em distribuir aos índios melado e açúcar”. Destaca que nos trabalhos que são de seu interesse,¹⁰⁷ estes se tornavam “(...) sobremodo atraentes”, aumentando seus auxílios nas atividades do Posto. Talvez, por isto, em sua qualificação sobre o trabalho indígena no mês de janeiro de 1925, Eduardo tenha destacado este como de boa eficiência e assiduidade. Neste mês, iniciou-se a fabricação de açúcar e melado com a utilização da nova caldeira de cobre. Aos índios homens coube à tarefa de cortar cerca de vinte mil pés de cana. As mulheres e crianças auxiliaram nos afazeres do fabrico, do qual se produziu duzentos quilos de açúcar e duzentos e sessenta quilos de melado, totalizando quatrocentos e sessenta quilos dos produtos, todos distribuídos e consumidos pelos indígenas. Para o encarregado, essa produção poderia ter se elevado, não “(...) fora a avidez com que os índios consomem desmedidamente, a garapa”.¹⁰⁸

¹⁰⁶ HOERHANN, E., *Relatório de 1923*, julho.

¹⁰⁷ De forma implícita Eduardo faz distinção em seus relatórios entre os trabalhos que os indígenas realizavam com melhor disposição ou que realizavam com má vontade. No primeiro caso encontravam-se os trabalhos de roçada, derrubada, coivaramento e transporte ou seja as atividades ligadas ao mato ou que exigiam demonstração de força. Entre os trabalhos que realizavam com manifesta má vontade, encontravam-se os trabalhos ligados a lavoura e plantio, capinação e sementeira. Havia ainda as atividades que realizavam com boa vontade, uma vez que eram de seu interesse próprio. Como exemplo temos citação de maio de 1922 em que o encarregado afirma: “incomparavelmente maior ainda foi a cooperação dos botocudos em todos os trabalhos para a construção de nova grande casa para eles”. Ou ainda em junho e julho de 1923 quando Eduardo pontua a disposição do trabalho de produção do melado e açúcar em função do interesse nesses derivados: “os índios botocudos apreciam muito o melado, pelo qual são até gulosos, auxiliaram muito em todos os trabalhos”, “mostram grande interesse pela maneira de sua produção, (...) tomam parte ativa em todos os afazeres e prometem sempre fazê-lo”.

¹⁰⁸ HOERHANN, E., *Relatório de 1925*, janeiro.

Fotografia 5: Eduardo Hoerhann em seu cavalo e o trabalho indígena na roça.



Fonte: Acervo Arquivo Histórico de Ibirama. S/D

Relatamos, acima, os lamentos do encarregado aos estragos provocados pelos índios quando de seus ataques clandestinos a lavoura de cana de açúcar e ante a sua voracidade pelo produto. Naquele momento, Eduardo relacionava os saques à lavoura de cana como provenientes das dificuldades em se produzir os produtos sacarinos, ocasionado pela falta de um tacho de cobre. No entanto, mesmo após receber o referido tacho e aumentar a produção do melado e do açúcar, os saques clandestinos persistiram, como atesta esta fala do encarregado:

Apesar das insistentes e constantes recomendações, os índios, como já relatado nos anos anteriores, cortam indevida e clandestinamente, nas roças do Posto, grande quantidade de cana de açúcar. É inteiramente baldada a mais rigorosa vigilância, bem como a mais escrupulosa fiscalização, pois, os botocudos, com uma sutileza e dissimulação incriveis, fazem estas suas colheitas altas horas da noite, causando mui consideráveis danos com seus desperdícios imprevidentíssimos. (...) Surdos a todas as razões, já começam cortar grandes quantidades, exatamente na época do melhor

crescimento da cana, quando se lhes não pode permitir a colheita, por ser demasiadamente prematura.¹⁰⁹

Mesmo fazendo reiteradas chamadas de atenção e praticando rigorosa vigilância sobre o comportamento dos Botocudos, a persistência do corte clandestino de cana continuava e acirrava os ânimos do encarregado. Às atribuições psíquicas dos Botocudos, qualificadas por Eduardo como de venatórias e imprevidentes, era historicamente constitutiva de sua cosmovisão de um povo “nômade”, caçador e coletor habituado ao consumo imediato e não planejado. Os comentários de Eduardo acerca da (in)disposição dos indígenas aos trabalhos regulares nas atividades do Posto e ainda aos seus hábitos de consumo imediato, nos apresentam um ambiente intercultural em que choques culturais se mostravam frequentes. O caso a seguir é elucidativo a este respeito.

Também quanto aos índios, assim chamados “internos”, nada há que dizer de favorável, principalmente das mulheres. Com exceção de uma única, as outras, casadas no Posto há três anos, talvez instigadas pelos eternos rebeldes e descontentes, e insubmissos recalcitrantes, entenderam de dar largas ao seu insopitável pendor para a preguiça, abandonando seus maridos e seguindo, furtivamente, com os outros, para os pinheirais. Os maridos por ordem do Encarregado foram ao encalço de suas mulheres, trazendo-as imediatamente, de volta para o Posto. Desde este tempo, negam-se com invencível obstinação, a fazer qualquer trabalho, por mínimo que seja, mesmo o serviço de casa e cozinha, que faziam regular e cotidianamente.¹¹⁰

A partir dos eventos narrados, vemos que as respostas e os movimentos realizados pelos indígenas às ações civilizatórias e disciplinares aplicadas pelo encarregado foram interpretadas por Eduardo a partir de seu contexto imediato. Ao mencionar os tutelados e seus atos, o faz a partir de um contexto de colonização que procurava impor a ordem e difundir a civilização. Certamente, esta história intercultural vai muito além das informações constantes nos relatórios redigidos por Eduardo Hoerhann. Lembremos que estes documentos oficiais nos apresentam um cenário intercultural que era o mais imediatamente perceptível, os movimentos mais evidentes e tinham sua razão de ser e de existir: demonstrar as autoridades competentes o andamento da obra pacificadora realizada por Eduardo Hoerhann junto aos índios Botocudos de Santa Catarina. Mesmo assim, esses mesmos documentos nos permitem compreender o olhar do encarregado às respostas de seus tutelados. Nos apresentam sua dificuldade em compreender estas ações e sua incapacidade de entender as principais estratégias elaboradas pelos Botocudos no cotidiano do Posto. Como vemos e veremos

¹⁰⁹ HOERHANN, E., *Relatório de 1925*, março.

¹¹⁰ HOERHANN, E., *Relatório de 1925*, abril.

adiante, Eduardo Hoerhann subestimava as principais ações inventivas e de sobrevivência cultural dos tutelados em seu novo cenário histórico.

O exemplo abaixo narrado pode ser ilustrativo a este respeito. Àquilo que compreendemos a partir da construção de espaços de afirmações étnicas pelos Botocudos, foi interpretado pelo encarregado a partir de fatores internos e concretos ao processo pacificador, como o espírito “nômade” dos tutelados e a necessária demarcação das terras do Posto Indígena, como segue:

Como já vos comuniquei Sr. Dr. Inspetor, por telegrama, fui informado pelo diretor da Companhia Colonizadora Hanseática, de que os índios botocudos, em meados deste mês, tinham aparecido varias vezes, nos pinheirais do Alto Rio Krauel, molestando com suas visitas, os novos colonos alemães ali localizados. Tomei imediatamente todas as providências ao meu alcance, a fim de que não se repetissem tais visitas importunas, e para que cessasse este intolerável estado de coisas, que facilmente poderá gerar as mais indesejáveis e graves consequências.¹¹¹

Na sequência de sua redação, novamente Eduardo relacionou as “visitas” dos Botocudos aos núcleos colônias como consequência da “(...) velha e sempre protelada questão de terras para os índios, cuja urgente solução é de vital interesse para todo o Serviço”.¹¹² No julgamento do encarregado, a persistência das antigas práticas dos índios, como o trânsito pelo seu território tradicional, eram atribuídas a indefinição territorial das terras destinadas aos índios. Afirma que os Botocudos eram refratários às suas ordens para que não circulassem pelos espaços habitados pelos colonizadores, ou pelos “inimigos do serviço”, como os chamava Eduardo. Obviamente, que a demarcação territorial interessava muito mais ao encarregado, frente as suas tentativas de cerceamento das “migrações” dos índios tutelados, do que a estes. Àquilo que o encarregado chamava de espírito de insolência ou imprevidência, deve ser pensado como um persistente espírito de afirmação étnica. Através deste, persistiam em seus valores tradicionais, como o “nomadismo” e a prática da caça e a coleta e opunham-se de forma silenciosa ou hostil aos valores ocidentais impressos nas ações pedagógicas do encarregado, como o sedentarismo e o trabalho.

Em seu relatório, Eduardo afirma que tomou medidas “(...) únicas possíveis e adequadas, a fim de dirimir”,¹¹³ a situação de contato entre os índios e o colonos. No entanto, tais medidas não causaram os resultados esperados. No mês de abril de 1925, argumenta que o comportamento dos índios e o auxílio prestado por estes aos trabalhos foi “insignificante”, negando-se a realizá-los e mantendo-se com renitências e “(...) até com insolências, apesar da

¹¹¹ HOERHANN, E., *Relatório de 1925*, março.

¹¹² HOERHANN, E., *Relatório de 1925*, março.

¹¹³ HOERHANN, E., *Relatório de 1925*, março.

insistência persuasiva do encarregado, de cooperaram”.¹¹⁴ Certamente, Hoerhann estava se referindo ao grupo de Botocudos que estava no Posto, uma vez que parte deles encontrava-se novamente em suas práticas tradicionais no mato, como afirma em sua fala:

Um grupo de botocudos, apesar dos emissários que lhes enviou o encarregado, a fim de fazê-los voltar para o Posto, continuou perambulando nos pinheirais do alto Rio Krauel. Surdos a todas as recomendações e recalcitrando as ordens peremptórias, este grupo persistiu, como já no mês anterior, em importunar os colonos estrangeiros com suas molestantes visitas, e insistentes pedidos.¹¹⁵

Afirma ainda, que em fins do mês, conseguiu êxito em fazer com que voltasse o grupo de índios ao Posto. Argumenta o encarregado, não poder ser responsável por evitar possíveis “atritos entre colonos e botocudos, destacando que chegara-se a um ponto em “(...) que o índio não pode ultrapassar o perímetro do Posto, por um passo sequer, sem invadir lotes de colonos estrangeiros”. Novamente, em seu julgamento, para a solução deste problema, faz-se necessário a “(...) imprescindível e urgente demarcação definitiva de terras devidamente amplas para os índios”, de forma urgente e favorável a estes.¹¹⁶ Não percebia Eduardo, que a definição do território a ser considerado “dos indígenas” pouco dizia aos índios sob sua tutela. Antes ao contrário, para este momento, a definição de fronteiras geográficas do Posto não os agregava em torno de nenhuma unidade, antes sim, representava a desagregação de sua indianidade ou de sua identidade étnica. Aos Botocudos, pouco interessava a terra, mas sim a tradição que mantinham com ela e por isso, as respostas relutantes às ordens de Eduardo que os via como insolentes, renitentes ou surdos às suas ordens, entre outros adjetivos desprovidos de alteridade para com este “outro”.

Antes de darmos prosseguimento, abriremos neste momento um breve parênteses para procurar compreender o que se entende pela afirmativa de que os Botocudos mantinham relações tradicionais com seu território. É inegável que a presença colonial “instaura uma nova relação da sociedade com seu território e deflagra transformações em múltiplos níveis de sua existência sociocultural”.¹¹⁷ Realizando-se um breve recuo no tempo, e até onde este nos permite, vimos que para os Botocudos essa transformação estava em movimento desde meados do século XVIII. Neste momento, o seu território histórico tradicional estava sendo rasgado pelos tropeiros e por novas fazendas de gado que passavam a ocupar a região do

¹¹⁴ HOERHANN, E., *Relatório de 1925*, abril.

¹¹⁵ HOERHANN, E., *Relatório de 1925*, abril.

¹¹⁶ HOERHANN, E., *Relatório de 1925*, abril.

¹¹⁷ OLIVEIRA, J. P., “Uma etnologia dos ‘índios misturados’? (...)”, p. 54.

planalto de Santa Catarina, empurrando-os para a região do vales catarinenses. A partir de 1850, a região dos vales começa a ser colonizada por companhias colonizadoras europeias, principalmente alemãs. Novamente, os Botocudos veem seu território de sobrevivência física e cultural ser reduzido. Finalmente, com o início do processo de pacificação de 1914, inicia-se um outro processo: o de sedentarização dos Botocudos.

Com este, procurava-se transformar os índios Botocudos “em uma coletividade organizada, (...) instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso)”.¹¹⁸ A este movimento, Pacheco de Oliveira chama de processo de territorialização, definido pelo autor como uma “uma intervenção da esfera política que associa – de forma prescritiva e insofismável – um conjunto de indivíduos e grupos a limites geográficos bem determinados”. Para o autor, é um ato político – constituidor de objetos étnicos através de mecanismos arbitrários e de arbitragem (no sentido de exteriores à população considerada e resultante das relações de força entre os diferentes grupos que integram o Estado).¹¹⁹

Em linhas gerais, o processo de territorialização imposto aos índios Botocudos, veio acompanhado de mecanismos de imposição de novas instituições e novas crenças e foi “objeto (...) do exercício paternalista da tutela”¹²⁰ do Estado. No entanto, o que os relatórios do encarregado Hoerhann nos apresentam para o período ora em estudo, foi que os princípios ordenadores da população indígena Botocuda estavam amplamente associados a uma base territorial tradicional, ou seja, tomavam o território da região do Vale do Itajaí “(...) como um fator regulador das relações entre os seus membros”.¹²¹ No interesse de entender a relação particular que um grupo social mantém com seu respectivo território, Little utiliza o conceito de cosmografia. Segundo o autor “a cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele”.¹²² Como vimos nos exemplos narrados e nos demais que serão analisados, havia um esforço do grupo indígena Botocudo para “controlar” seu “antigo” território tradicional. Enquanto produto de um processo histórico e político, mantinham com este território relações de identificação fundamentadas em décadas de ocupação efetiva.

¹¹⁸ OLIVEIRA, J. P., “*Uma etnologia dos ‘índios misturados’?*”, p. 56.

¹¹⁹ OLIVEIRA, J. P., “*Uma etnologia dos ‘índios misturados’?*”, p. 56.

¹²⁰ OLIVEIRA, J. P., “*Uma etnologia dos ‘índios misturados’?*”, p. 59.

¹²¹ OLIVEIRA, J. P., “*Uma etnologia dos ‘índios misturados’?*”, p. 54.

¹²² LITTLE, P. E., *Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil (...)*, p. 4.

Por isso, sua relutância em permanecer no espaço circunscrito ao Posto Indígena e às ordens do encarregado. Os exemplos narrados, nos mostram que o processo de territorialização não pode ser compreendido como de mão única. As diferentes formas de atualização pelos indígenas de suas antigas práticas culturais em um novo contexto territorial vieram acompanhadas de inventividades, de estratégias, de táticas que demonstraram sua capacidade de criar um cotidiano que muitas vezes fugia aos olhos e percepções de seu encarregado. Coube aos Botocudos a redefinição do controle social sobre seu espaço tradicional de outrora através da recriação de sua cultura e sua relação com o passado. Como afirma Oliveira, em um processo de territorialização:

(...) os vínculos afetivos e históricos porventura existentes entre os membros dessa unidade política-administrativa (arbitrária e circunstancial), serão retrabalhados pelos próprios sujeitos em um contexto histórico determinado e contrastados com características atribuídas aos membros de outras unidades, deflagrando um processo de reorganização sociocultural de amplas proporções.¹²³

A assertiva de que coube aos Botocudos a redefinição do controle social sobre seu espaço tradicional através da recriação de sua relação com o passado, fica evidente na fala do encarregado já apresentada para o mês de abril de 1925. Nela, o encarregado afirma que os índios eram surdos a todas as suas recomendações e importunavam “(...) os colonos estrangeiros com suas molestantes visitas”.¹²⁴ Em seu prognóstico, estas “visitas” trariam como consequência novos atritos entre os inimigos históricos: os Botocudos e os colonos. No entanto, como veremos mais detidamente no próximo capítulo, os índios souberam recriar sua relação com o passado, criando suas próprias estratégias aproximativas com os colonizadores, na intenção de conservarem seu controle sobre seu tradicional habitat.

Segundo Eduardo, as “indisciplinas” ou “renitências” do grupo indígena, se intensificaram durante o ano de 1925. Afirma que assim se comportaram quanto a sua permanência na sede do Posto e também no quesito trabalho. Os números apontados por Eduardo sobre a frequência média dos índios no Posto para este ano indicam um relativo crescimento, afirmando que se fazia “(...) necessário aumentar as terras de cultura do Posto”.¹²⁵ No entanto, a disposição indígena à realização do trabalho para o aumento destas áreas agricultáveis foi apontada como decrescente quando comparada ao ano de 1924. Comparemos as avaliações do encarregado nos dois anos citados no quesito “trabalho dos

¹²³ OLIVEIRA, J. P., “*Uma etnologia dos “índios misturado”?(...)*”, p. 56.

¹²⁴ HOERHANN, E., *Relatório de 1925*, abril.

¹²⁵ HOERHANN, E., *Relatório de 1925*, janeiro.

índios” para termos uma ideia da “mudança de humor” que levava a (in) disposição dos aldeados para as atividades do Posto Indígena.

Em janeiro de 1924, o auxílio prestado pelos índios foi qualificado por Eduardo como “(...) bastante satisfatório; não só no serviço de capinação cooperaram mulheres e menores com regular assiduidade, como também nas roçadas, um bom grupo de homens, nos auxiliou naqueles trabalhos com muita disposição e regularidade”.¹²⁶ Mediante distribuição de melado e açúcar e com o interesse de “(...) estimular sua disposição para o trabalho”, no mês de janeiro de 1925, o auxílio prestado pelos índios foi considerado pelo encarregado como “eficiente (...) principalmente, nas roçadas de mato e nas derrubadas”.¹²⁷ Enquanto, em maio de 1924, demonstraram disposição para o trabalho, auxiliando principalmente “(...) no transporte da colheita de milho que foi todo feito por eles”,¹²⁸ no mesmo mês de 1925, afirma Eduardo, que apresentaram comportamento considerado péssimo, sendo de pouca importância qualquer auxílio prestado e negando-se aos afazeres diante de “(...) um constante vai e vem para os pinheirais”.¹²⁹ Em julho de 1924, Eduardo descreve seu comportamento como “(...) excelente e digno de menção pela sua regularidade, assiduidade e espontaneidade”, e inversamente, no mesmo mês de 1925, “(...) apresentam comportamento de negação ao trabalho”, chamando-os, Eduardo, de subversivos e insubmissos diante dos saques dos índios a animais e roças do Posto. Comportamento semelhante se percebe nos meses de setembro de 1924 e setembro de 1925. Enquanto no primeiro, Eduardo enfatiza o significativo empenho dos Botocudos, no outro, destaca a pouca monta do trabalho indígena nos afazeres com destaque ao abandono do trabalho. Em outubro de 1924, Eduardo qualifica como muito bom o trabalho desempenhado pelos Botocudos, no entanto, no mesmo mês de 1925, enfatiza o abandono do trabalho e a prática da internação na floresta pelos índios.

Diante deste cenário de recusas ao trabalho, estabelece-se uma aparente oposição entre distintas culturas. Estas oposições, talvez, nos expliquem as constantes indisposições, “nem sempre tão aparentes,” entre as pretensões do encarregado Eduardo e dos índios Botocudos. Aqui, a cultura do labor e do planejamento entra em choque com a cultura “nômade”, caçadora, coletora e imediatista, ou “imprevidente” aos olhos do gestor do PIDC. Em seus comentários mensais sobre os Botocudos, alguns paradoxos são apresentados. Em fevereiro de 1925, ao mesmo tempo em que considera o auxílio prestado pelos índios como satisfatório, afirma que “(...) a sua conduta em geral foi sofrível, nada havendo a registrar digno de

¹²⁶ HOERHANN, E., *Relatório de 1924*, janeiro.

¹²⁷ HOERHANN, E., *Relatório de 1925*, janeiro.

¹²⁸ HOERHANN, E., *Relatório de 1924*, maio.

¹²⁹ HOERHANN, E., *Relatório de 1925*, maio.

nota”.¹³⁰ No mês de abril, afirma que “(...) o auxílio que nos prestaram foi insignificante. Concorreram somente, com alguma regularidade, com o seu trabalho (...) negando-se, renitentes, e até com insolências”,¹³¹ mesmo ante as tentativas persuasórias do encarregado. Em julho, o PIDC é atingido por uma forte epidemia de gripe que grassou os indígenas, e Eduardo se queixa dos Botocudos não atingidos, que “(...) alegando doença de seus parentes, negavam-se obstinadamente á trabalhar. Diziam eles que tinham de tratar dos doentes, ou prestar-lhes companhia, o que, porém, não passava de um esfarrapado pretexto”,¹³² segundo palavras do encarregado que afirma que havia pessoal já especialmente destacado para estas funções.

Como vemos, não podemos nos furtar de pensar a história das ações e reações indígenas a partir da existência de uma permanente luta, de resistências conscientes ou inconscientes dentro da rede de poder implantada e que se estabelece através de uma variedade de relações de forças que se distribuem por toda a estrutura social. Ao refletir sobre a temática, Giroto afirma que “(...) serão essas lutas que impedirão o exercício pleno da estrutura de poder estatal através do S.P.I e seus colaboradores, que encontrarão pela frente uma rede de poder no âmbito de cada cultura ou culturas circunscritas”. Pequenas ações, detalhes sub-reptícios ou comportamentos abertamente resistentes, levarão aos “(...) insucessos ou sucessos parciais da obra civilizadora e disciplinadora do Estado Nacional”.

¹³³A citação a seguir, vem corroborar esta afirmativa:

Um grupo de subversivos obstinados e eternos descontentes, instigado talvez pelo índio “interno”¹³⁴ Cundágn, que neste mês, matou clandestinamente, altas horas da noite, nada menos de cinco porcos, inclusive leitoas criadoras, levando toda a carne para o mato. A falta destes suínos foi notada imediatamente na manhã seguinte, e inquiridos esses índios, afirmaram descaradamente terem sido os tigres os autores da façanha, que aliás representa um sensível prejuízo para o Posto. São ainda os mesmos índios, que induzem os demais, no sentido de continuarem as depredações noturnas das plantações. Neste mês, os danos que causaram às roças, foram excepcionalmente avultados, pois, aproveitaram-se da situação anormal e premente do Posto, em que não havia mãos a medir, estando todos empenhados no tratamento dos doentes, não só do bananal, que ficou completamente devastado, como também no canavial e ainda nas plantações de taiá e aipim, os estragos dessas verdadeiras

¹³⁰ HOERHANN, E., *Relatório de 1925*, fevereiro.

¹³¹ HOERHANN, E., *Relatório de 1925*, abril.

¹³² HOERHANN, E., *Relatório de 1925*, julho.

¹³³ GIOTTO, R. L., *O Serviço de Proteção aos Índios e a política indigenista Republicana junto aos Índios da Reserva de Dourados e Panambizinho na área da educação escolar (1929 - 1968)*, p. 7.

¹³⁴ Eduardo classificava de índio interno aos Botocudos que haviam sido incorporados ou “adotados” pelo Posto geralmente após a morte dos pais destas crianças como atesta sua fala de agosto de 1919: “as crianças botocudas que perderam seus pais, foram incorporadas no grupo dos que já definitivamente fazem parte do nosso pessoal (...). Aumentou destarte o número deste, com mais treze meninos e duas meninas, entre doze e sete anos”. A principal causa de morte entre os indígenas e o conseqüente aumento do número de índios internos eram os surtos de gripe ou outras doenças epidêmicas como a malária. HOERHANN, E., *Relatório de 1919*, agosto.

pilhagens, foram enormes. É excusado repetir que os índios sempre conseguem burlar, com uma solércia e audácia inauditas, a mais rigorosa e assídua vigilância.¹³⁵

Não sem demora, novas ocorrências perpetradas pelos indígenas tomam de assalto os ânimos do encarregado, possivelmente sem grandes surpresas. Logo nos primeiros dias do mês de agosto, Eduardo afirma que o índio Vaiponêma, “(...) movido pela ganância insaciável, ainda mais acirrada por sua índole visceralmente maldosa, matou clandestinamente a novilha da raça Fior, a melhor que o Posto possuía”, carregando toda a carne para dentro do mato. Inquirido “(...) com toda a calma e brandura”, segundo o encarregado, afirmou ter sido o tigre. No mesmo mês, Eduardo descreve outro fato, em que outro grupo de índios praticaram atos similares. Mataram clandestinamente três porcos grandes, cinquenta e duas galinhas e patas poedeiras. Ao inquiri-los novamente, afirma o encarregado que os índios sustentaram “(...) cínica e disfarçadamente, terem sido os causadores dos prejuízos a jaguatirica”.¹³⁶

Nas páginas e exemplos aqui narrados, percebemos que assim como todas as sociedades indígenas, os aldeados Botocudos “(...) em pensamentos, palavras, ações e omissões, participaram da construção de sua história, de nossa história, arrogando para si a posição de sujeitos e não de vítimas”.¹³⁷ O exemplo a seguir é elucidativo nesse quesito. Eduardo afirma que, quando da chegada de grandes grupos do mato e sentindo-se “(...) esmagadoramente superiores em número, a nós, sua conduta torna-se péssima, provocando “todo e qualquer ensejo (...) para começarem suas quizilas e arruaças”, abandonando, assim, o trabalho. Tendo alguns índios roubado objetos de pertença de operários, ordena Eduardo, que se realize busca no acampamento, encontrando-se os objetos subtraídos em posse de um grupo de índios menores. Imediatamente, Eduardo devolve os objetos subtraídos aos seus proprietários. Chegada esta notícia aos demais grupos que se encontravam trabalhando na roça, os índios reagiram contra o grupo de trabalhadores do Posto, vociferando “(...) bravatas e façanhas, chegando mesmo a prometer a morte a todos”.¹³⁸ Conforme Eduardo:

Na manha seguinte, deixaram de trabalhar, (...) e puseram-se todos de prontidão, à espera do resultado da sua atrevida provocação. Contavam eles com uma justa e devida reprimenda, tendo-se preparado para quando isso se fosse realizar, “matarem todos aqueles que lá aparecessem”. (...) Serviu de ótimo pretexto, para que os botocudos, tanto guerreiros como mulheres e rapazes, não mais movessem as enxadas, relembrando e se extasiando, diante dos memoráveis feitos de seus

¹³⁵ HOERHANN, E., *Relatório de 1925*, julho.

¹³⁶ HOERHANN, E., *Relatório de 1925*, agosto.

¹³⁷ ALBERT, B; RAMOS, A., *Pacificando o Branco(...)*, p. 7.

¹³⁸ HOERHANN, E., *Relatório de 1925*, setembro.

companheiros de tribo. Não se cansaram os botocudos em afirmar que, se nós existíamos o devíamos agradecer única e exclusivamente, a sua grande generosidade e que não nos mataram a todos, porque não o quiseram. Chegou mesmo um dos mais influentes a dizer, que não o fizera, ainda há bem pouco tempo, porque ele e todos os outros tinham pena de nós.¹³⁹

As ações e reações dos Botocudos diante do flagrante roubo de objetos dos funcionários, nos permitem apreender o sentido dado pelos indígenas ao processo de pacificação ou dito em outras palavras, à forma como estes compreenderam os dispositivos disciplinares que tentava-se lhes imputar. Posicionando-se enquanto sujeitos e não vítimas de sua história, esvaziaram as repreensões que lhes seriam imputadas por Eduardo, situando-o diante do grupo indígena enquanto coadjuvante do processo de pacificação. O relato de Eduardo nos sugere que os Botocudos falaram de si próprios. Sua complacência para com os “brancos pacificadores” nos apresenta um indígena que arrogou para si próprio o processo de pacificação. O evento acima nos reporta a série de coletâneas que deram origem a obra *Pacificando o Branco: cosmologias do contato no norte-amazônico*, que busca posicionar o não índio enquanto objeto das subjetividades dos índios, das representações empreendidas por estes, aqueles, ou ainda, “compreender o modo pelo qual somos compreendidos”.¹⁴⁰

O processo de aldeamento da sociedade Botocuda instaurou uma dialética de mudanças e continuidades, de transformação e reprodução que geraram respostas diversas pelos indígenas diante desse cenário. O evento citado acima, nos possibilita analisar a construção da alteridade dada pelos indígenas aos sujeitos e objetos exógenos a sua cultura. Nos permite afirmar que no jogo da pacificação, diferentes compreensões e representações foram desenvolvias pelos diferentes sujeitos históricos envolvidos. Se por um lado o encarregado interpretou a apropriação de objetos até então alienígenas à cultura índia como um “roubo”; por outro, os mesmos objetos foram percebidos pelos Botocudos como pertencentes aos seus projetos de reprodução social e sua consequente afirmação étnica.

Para entendermos melhor a maneira como a pacificação fora compreendida ou percebida pelos indígenas Botocudos, nos utilizaremos de informações do antropólogo Silvio Coelho dos Santos. Este afirma que, nos primeiros momentos de tentativa de atração, os poucos grupos de índios que diariamente se aproximavam do Posto em busca de presentes, não permitiam que Eduardo e seus companheiros portassem qualquer tipo de arma. Logo, colocavam o grupo “pacificador” a mercê das intempéries dos índios, que estavam sempre

¹³⁹ HOERHANN, E., *Relatório de 1925*, setembro.

¹⁴⁰ ALBERT, B. RAMOS, A., *Pacificando o Branco (...)*, p. 7.

armados. Santos narra este contato a partir das impressões do observador da pacificação José Deeke, que assim se pronuncia:

Se ele, entretanto, pensou em realizar uma completa e pronta pacificação dos índios, errou redondamente (...). Os bugres tornaram-se logo mais confiados e vieram até o Posto com mulheres e crianças, mas eles patenteavam, debaixo dessa confiança, uma forte dose de fantasia e de atrevimento. Fantasia por imaginarem que não eles, mas os brancos é que estavam sendo “amansados” e julgavam-se acima destes.¹⁴¹

Ao qualificar os Botocudos como atrevidos e confiados, Deeke estava se referindo às exigências realizadas pelos índios nos primeiros contatos estabelecidos. Afirma que, se aproximavam do Posto e exigiam de Eduardo cobertores, fazendas e objetos de ferro, e se não fossem atendidos Eduardo era castigado pelos índios, xingado e cutucado com a ponta de suas lanças afiadas. Logo, mantinham uma aproximação e consentiam o contato de forma “interessada”, e caso não fossem atendidos demonstravam sua insatisfação através de ações hostis ao grupo “pacificador”.¹⁴² Em sua percepção sócio-histórica do contato, foram eles que permitiram o contato, assim como ditaram as regras que estabeleceriam estas relações, como a exigência de objetos e desforras caso não fossem atendidos.

Assim, o protagonismo indígena pode ser pensado já a partir do primeiro contato entre os Botocudos de Santa Catarina e seu contactante Eduardo Hoerhann. Há décadas em situação de contatos hostis com os colonizadores europeus, não faltavam motivações e interesses que partiam dos próprios “pacificados” em estabelecer contato amistoso com os “pacificadores”. Entre eles, foi o de perceber a pacificação e o Posto de Atração como uma ilha de segurança, na qual estariam protegidos do verdadeiro genocídio que vinham sofrendo desde o início da colonização de seus territórios em 1850. Ademais, o exemplo de Deeke acima apresentado e os demais apresentados neste capítulo, nos permitem afirmar que desde o primeiro contato que dá início a pacificação, os Botocudos compreenderam o espaço do Posto como um local em que teriam suas necessidades alimentares e materiais saciadas, caso contrário, adotavam a estratégia de se internar na floresta. Logo, o histórico “primeiro” contato amistoso e evento genealógico por excelência que levou ao processo de “aldeamento” e “sedentarização” dos indígenas Botocudos de Santa Catarina, não pode simplesmente ser pensado como uma via de mão única no qual os colonizadores foram os vitoriosos e os grandes perdedores foram os indígenas. Se assim o fizermos, incorreremos no velho erro histórico de perceber o Posto

¹⁴¹ SANTOS, S. C. dos., *Índios e Brancos no sul do Brasil*, p. 148.

¹⁴² SANTOS, S. C. dos., *Índios e Brancos no sul do Brasil*, p. 148-149.

Indígena como simples espaço de submissão, de anulação cultural e identitária dos Botocudos frente às novas regras aí estabelecidas e impostas, anulando-os enquanto agentes de sua história.

Obviamente, que o Posto Indígena Duque de Caxias e os demais que surgiram Brasil afora procuravam exercer atividades que transformassem o ser social indígena. Tencionava-se “civilizá-los” nos moldes ocidentais com vias integracionistas à chamada e pretendida comunhão nacional. No entanto, para os índios, o reduzido espaço territorial do Posto de Atração apresentava-se com outro significado, como proteção física e alimentar. Mesmo que as fontes estudadas apresentem lacunas que nos dificultem visibilizar os interesses dos Botocudos diante do aldeamento, podemos encontrar indícios que demonstram suas motivações. Entre esses indícios encontra-se a “permissão” dada pelos índios para a realização do primeiro contato hostil em 1914.

Lembremos de outro evento que mostrou o interesse dos Botocudos na existência do Posto de Atração. No ano de 1915, menos de um ano após o primeiro contato pacífico, o Posto de Atração se via diante de séria constrição financeira. Sem poder dar prosseguimento às suas atividades regulares, o encarregado Eduardo Hoerhann resolveu abandonar sua atividade. Logo que deixa o Posto, se dirigiu ao núcleo colonial de Scharlach no distrito de Hammonia. Sem demora, o povoado recebeu a visita dos Botocudos que se aproximaram a procura do encarregado exigindo seu retorno às imediações do Posto de Atração Plate. Neste momento, os indígenas demonstraram sua compreensão da importância do espaço do Posto. Compreendiam os índios que além de um espaço de saciedade alimentar, o Posto de Atração, representado pela figura de seu encarregado, representava um poderoso aliado em seus enfrentamentos com os colonizadores. Basta lembrar que assim que surgiram os primeiros “boatos” de abandono da obra pacificadora, os colonos ameaçaram engendrar um plano de ataque aos seus inimigos indígenas.

Por último, o constante “vai e vem” dos aldeados, como afirmava Eduardo, nos visibilizam o Posto Indígena como um local onde a segurança alimentar dos Botocudos estaria garantida. Seu território tradicional onde extraíam os recursos naturais já se mostrava incapaz de atender suas necessidades alimentares ante a ocupação destes espaços por colonizadores. É o que nos insinua a fala do inspetor José Maria de Paula em suas considerações no relatório de 1918, quando afirma que “(...) dada a quantidade avultada de índios, que, quando não estão efetivamente acampados no Posto, *como aliás é o caso usual*, mesmo em caçadas ou excursões pelas vizinhanças do mesmo sempre se suprem dos

mantimentos do Serviço”.¹⁴³ Diante destes indícios e de outros que ainda serão narrados, não nos furtamos de afirmar que o contato amistoso e o posterior aldeamento foram compreendidos e aceitos pelos indígenas Botocudos como uma estratégia de sobrevivência, optando estes, pelo mal menor de serem aldeados, sem deixarem, no entanto, de se auto afirmarem etnicamente perante as novas imposições culturais, como nos mostram os documentos em análise.

¹⁴³ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann 1918*. grifos meus.

CAPÍTULO IV - A DIALÉTICA DA PACIFICAÇÃO (1926-1929).

4.1. Introdução

O ano é 1926. Após anos de reiterados pedidos junto à Inspetoria Regional do SPI, à Diretoria do Serviço de Proteção aos Índios e ao governo do Estado de Santa Catarina, foi assinada a cessão definitiva das terras ao Posto Duque de Caxias. A maior das demandas do encarregado Hoerhann foi atendida após a visita do governador ao Posto Indígena no mês de março e como afirma o Inspetor José Maria de Paula, verificar “(...) ser realmente imprescindível e de vital interesse, não só para o Posto como para o desenvolvimento de toda a região, a solução daquela reserva”. Em três de abril de 1926, assina o governador Adolfo Konder decreto de cessão e doação de aproximadamente 20.000 hectares de terras, consideradas pela Inspetoria como a “(...) maior extensão de terras que fosse possível. Afirma a Inspetoria, também, que com a cessão das terras ao Posto, o governo estadual deu (...) exemplo de patriotismo e verdadeira dedicação pelo desenvolvimento de seu Estado”.¹

Durante anos a fio, Hoerhann propalou em seus relatórios a necessidade da resolução da questão das terras dos índios, destacando a demarcação como vital à solução dos principais problemas do Posto Indígena Duque de Caxias (PIDC). Para o encarregado, a inoperância do governo do Estado neste quesito, ameaçava o projeto civilizacional, uma vez que o Posto via-se cada vez mais comprimido em seu espaço diante das contínuas aproximações de novas frentes coloniais. E o diagnóstico desta inoperância eram as ameaças de novos confrontos entre os Botocudos e a população circunvizinha. No entanto, o cenário que os relatórios nos apresentam para o período que sucede a demarcação das terras do Posto, nos mostra que enganou-se o encarregado em suas conjecturas. Após a demarcação das terras dos índios, encontrava-se Eduardo diante dos mesmos velhos problemas, além de novos desafios, como apresentaremos nas próximas páginas.

Para entendermos as reais preocupações do encarregado durante o período que se inicia com a cessão definitiva das terras ao Posto Indígena até o ano de 1929, inicialmente nos utilizaremos dos dados apresentados neste último ano pelo Inspetor José Maria de Paula ao Diretor Geral do SPI. Estas informações referem-se aos trabalhos culturais, sementeiras, produção e colheitas do Posto Duque de Caxias para aos anos de 1928 e 1929, como segue:

¹ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1929.*

Tabela 3: Áreas roçadas, derrubadas, repicadas, coivaras e queimadas no Posto Indígena Duque de Caxias nos anos de 1928 e 1929.

Atividade Desenvolvida	Ano 1928	1929
Áreas Roçadas e Queimadas	1.987.467 m ²	1.447.741 m ²
Terreno Arado e Gradado	117.646m ²	116.012 m ²
Área Total Capinada	1.578.522 m ²	492.981m ²
Área Beneficiada	261.547 m ²	261.330 m ²
Ceifas	90.223 m ²	77.750m ²
Preparo e Seleção Sementes	1334 litros	518 litros
Gramas	16.150 sementes	7.300 sementes
Mudas	112.700 unidades	578.181 unidades
Plantas	378.771 quilos	134 quilos

Fonte: PAULA, José Maria de. Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1929 com as considerações do Inspetor sobre o andamento da obra pacificadora durante este ano.

Tabela 4: Colheitas realizadas no Posto Indígena Duque de Caxias nos anos de 1928 e 1929.

Alimento	1928	1929
Batata Doce (quilos)	47088	48152
Batata Inglesa	6728	1688
Cana de açúcar	53895	57514
Cana de forrageira	2711	2834
Cana cortada pelos índios	2136	2172
Cará	1378	1371
Cebolas	1147	1198
Hortaliças diversas	2136	2510
Inhame	1585	1769
Milho verde em grão	3445	3647
Milho colheita geral	52360	44259
Rama de batata	8113	7762
Taiá	1782	2011
Taiá (folhas forragem)	4673	5032
Uvas	1584	1535
Amendoim (litros)	3014	2096
Ervilhas (litros)	1603	1230
Feijão de cor (litros)	1318	1430
Feijão preto (litros)	10991	8810
Abóboras (unidades)	2.384	2.378
Laranjas (unidades)	170046	269212
Melancias (unidades)	892	1.175
Tangerinas (unidades)	286696	83026

Fonte: PAULA, José Maria de. Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1929 com as considerações do Inspetor sobre o andamento da obra pacificadora durante este ano.

Tabela 5: Produtos agrícolas beneficiados no Posto Indígena Duque de Caxias nos anos de 1928 e 1929.

Produto	1928	1929
Açúcar de 1ª(quilos)	667	784
Açúcar de 2ª(quilos)	1.369	1.447
Melado (quilos)	2404	2128
Rapadura de laranja (unidade)	370	737
Milho transformado em Fubá (quilos)	4402	3917

Fonte: PAULA, José Maria de. Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1929 com as considerações do Inspetor sobre o andamento da obra pacificadora durante este ano.

A priori, os números apresentados pelo encarregado à Inspeção referente as atividades agrícolas do Posto Indígena Duque de Caxias para os exercícios de 1928 e 1929 nos permitem algumas considerações. Na tabela 4, observamos que, salvo poucas exceções, as colheitas agrícolas realizadas nos dois anos apresentaram pouca variação. Na média, houveram pequenas oscilações para cima ou para baixo sem grandes impactos ao abastecimento dos produtos elencados na dieta alimentar do Posto. Situação semelhante foi apresentada na tabela 5. Nela, vemos que a quantidade em quilos e unidades dos produtos beneficiados no Posto, como o açúcar, o melado, a rapadura e o fubá, apresentaram um situação de estabilidade em sua produção.

No entanto, enquanto a produção agrícola e os produtos beneficiados no Posto Indígena demonstram uma relativa estabilidade, as áreas roçadas, derrubadas, repicadas e queimadas, conforme tabela 3, nos apresentam uma curva descendente para os anos de 1928 e 1929. Nesta, com exceção do item *mudas*, que apresentou substancial crescimento, todos os demais itens apresentaram reduções consideráveis. Mesmo diante do crescimento quantitativo de novas *mudas* de produtos agrícolas a serem cultivados, os espaços necessários para este cultivo apresentaram substanciais quedas, que levariam, segundo os prognósticos mais pessimistas do Inspetor, a inevitável redução da produção dos produtos apresentados nos quadros 4 e 5 nos próximos anos e ao comprometimento do abastecimento e ao consumo destes gêneros alimentícios nos anos vindouros.

Duas são as razões apontadas pela Inspeção Regional como as responsáveis pela estabilidade da produção agrícola com tendência a decréscimos. A primeira razão é de ordem técnica. Segundo o Inspetor, o esgotamento das terras e a degenerescência das sementes utilizadas ocasionaram a redução gradativa da produtividade agrícola ao longo dos anos. Para

este, os anos de cultivo ininterrupto das terras do Posto sem a adequada adubação e a contínua utilização das mesmas sementes e seu desordenado cruzamento explicam em parte a preocupante situação da produção agrícola do Posto. A solução apontada pela Inspetoria para a resolução parcial do problema foi a “(...) imprescindível necessidade de restaurar as terras, por meio de trabalhos aratórios profundos, com arados acionados a trator” e ainda a “(...) indispensável fertilização dos terrenos esgotados por meio de adubação verde”. Em seu prognóstico, “(...) se não forem tomadas, em tempo, as medidas propostas, dentro em breve estará de tal modo diminuída a produção do Posto, que nem mais poderá continuar a concorrer com o valioso contingente do produto das suas culturas para a alimentação dos índios”,² cuja frequência média para este ano foi de 192 indivíduos, conforme se verifica no quadro abaixo.

Tabela 6: Permanência média dos índios Botocudos na sede do Posto de Atração Plate (1926-1929).

Ano	Permanência média anual dos índios no Posto de Atração.	Mês de maior pico de permanência dos índios no Posto de Atração.	Mês de menor pico de permanência dos índios no Posto de Atração.
1926	179	208 em abril	145 em janeiro
1927	189	202 em agosto	177 em fevereiro
1928	188	209 em fevereiro	172 em maio
1929	192	208 em dezembro	174 em julho

Fonte: tabela elaborada a partir de informações constantes nos relatórios de Eduardo Hoerhann para o período de 1926 a 1929.

Não obstante destacar o esgotamento das terras e a degenerescência das sementes utilizadas como parcialmente responsáveis pela estabilidade da produção agrícola do Posto, para o Inspetor José Maria de Paula, a redução da área preparada para estas culturas pode ser explicada:

(...) pelo fato de serem esses trabalhos que, habitualmente são feitos no Posto, com a cooperação dos índios botocudos no mesmo localizados. Ora, neste ano de 1929, acentuou-se de maneira lamentável o espírito de indisciplina e negação ao trabalho no Posto, por parte desses índios, pelas malévolas e perversas insinuações e induções dos inimigos do Serviço e dos próprios índios; agora disfarçados em seus amigos e conselheiros (...).³

² PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1929.*

³ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1929.*

A citação anterior não somente é alusiva ao ano de 1929 como também aos anos precedentes. As queixas em relação ao trabalho indígena são corriqueiras em todos os relatórios analisados, mas, as queixas a este trabalho em função das “incitações malévolas” realizadas pelos “inimigos do serviço do Posto”, são mais comuns a partir dos relatórios de 1926, ano da cessão definitiva das terras do Posto pelo governo do Estado e em que se inicia oficialmente a sua demarcação. Como podemos observar na tabela 6, não obstante haver um relativo crescimento do número médio de índios que permaneciam na sede do Posto, os tutelados persistiam em suas tradicionais “andanças” pelo seu “antigo” território histórico. Os meses de maior e menor pico de permanência dos Botocudos na sede do Posto, nos mostram a persistência da fluidez indígena entre o espaço do Posto e o território circunvizinho. Aliás, para este período, novamente esta prática passa a ser destacada de forma reiterada pelo encarregado como um dos maiores problemas enfrentados pela obra civilizatória, não obstante as justificativas a esta fluidez apresentarem uma inflexão e um novo vilão, apontado como o responsável pela preocupante redução das áreas agricultáveis. A seguir, nos atentaremos ao momento que sucede a definição territorial das terras do PIDC, para entendermos por que e quem eram, na concepção do encarregado e do Inspetor Regional do SPI, os grandes inimigos das atividades desenvolvidas por Hoerhann no Posto Indígena Duque de Caxias.

4.2. Cotidiano e tensões: 1926-1929

Uma das maiores preocupações do encarregado para este período (1926-1929), era com os contatos entre os Botocudos e seus antigos algozes, a quem Eduardo costumava chamar de inimigos do serviço. A tarefa de controlar os passos ou os lugares visitados pelos tutelados, nem sempre ou quase nunca era de fácil realização, visto a permanência da prática do “nomadismo” nas diferentes estações do ano persistir.⁴ Como mostram os relatórios de

⁴ Reiteradas citações do encarregado sobre a prática do “nomadismo” durante o período deste recorte temporal são destacadas em seus relatórios, como algumas que aqui apresentamos: em janeiro de 1926: “o auxílio que nos prestaram em os nossos vários afazeres, foi relativamente de pouca monta. (...) na segunda quinzena deste mês, todos os grupos maiores de botocudos se ausentaram durante cinco dias, internando-se na floresta em excursão venatória”. Em maio deste mesmo ano afirma que “sendo este mês a principal época para colheita do pinhão, todos os grupos começaram o seu vai e vem entre o Posto e os pinheirais”. Em maio de 1927 afirma o encarregado que apesar do péssimo estado de saúde da maioria dos índios botocudos, um grupo regular de índios se ausentou para uma longa excursão venatória, sendo a caçada muito bem sucedida. Um mês após, em junho “apesar do péssimo tempo, um pequeno grupo ausentou-se para os pinheirais, ao norte do Posto, a procura de pinhões”. Novamente em julho, “um regular grupo de botocudos se internou na floresta a leste do Posto, caçando durante nove dias, depois aos quais regressou aos seus acampamentos na sede do Posto. Voltaram estes índios apesar de bastante adoentados, muito satisfeitos com os resultados obtidos com esta excursão venatória”. Pelas citações percebe-se que nem o tempo nem o estado de saúde do grupo demoviam os indígenas de suas tradicionais práticas de caça e coleta, apesar das insistências do encarregado para que não a realizassem.

Eduardo, o mês de maio, por exemplo, era época em que se iniciava a colheita do pinhão e em que o trânsito dos indígenas do Posto aos pinheirais era considerado incontrolável. Em maio de 1926, desconfiado que um grupo de índios em seu retorno dos pinheirais seguia para a colônia Bom Sucesso, localizada ao norte do Posto, Eduardo seguiu os passos do grupo a fim de reconduzi-los. Conforme palavras do encarregado, sua preocupação era “(...) evitar que os mesmos fizessem com os moradores uma confraternização altamente inconveniente, pois que em sua maior parte são hostis ao nosso serviço”. Ao interrogá-los sobre os motivos que os teria feito ir até a colônia Bom Sucesso “(...) respondem os botocudos evasivamente, dizendo que tinham ido apenas passear para ver seus lugares antigos”.⁵

As tentativas por parte do encarregado para que deixassem de praticar as suas habituais andanças fora dos limites do Posto, eram geralmente feitas a partir de justificativas como os prejuízos que esta prática traria a eles próprios, a tardança na colheita de algum produto agrícola ou ainda os prejuízos acarretados pelo atraso da colheita destes produtos. Como tal espírito de gestão e planejamento agrícola não pertencia aos Botocudos, obviamente que tais argumentos não surtiam os efeitos desejados. Afirma Eduardo, que em junho de 1926, “(...) não obstante às insistências do encarregado para que não se ausentassem, pois que a mínima tardança na colheita do milho avultaria cada vez mais os prejuízos”, resistiram às ordens e saíram às escondidas da sede do Posto rumo aos pinheirais, “(...) não havendo meios e modos de impedi-los, pois apenas conseguir-se-ia que os índios o praticassem clandestinamente a deshoras”.⁶

Refratários às ordens, a persistência da coleta como feita no mato, a esmo, persistia entre as práticas de consumo dos índios, só que agora no Posto, na calada da noite, à surdina e longe dos olhos controladores do encarregado. Desta vez, não mais a roça de cana de açúcar foi o alvo preferido dos Botocudos, mas sim as colmeias do Posto, que totalizavam 95 unidades. Eduardo informa em seu relatório que apesar de suas “(...) recomendações e detalhadas explicações e da mais atenta vigilância, os índios pela calada da noite, subtraíam as caixas que carregavam para o mato onde queimavam as abelhas a fim de retirar o mel”,⁷ produto este já conhecido e apreciado por eles e que fazia parte de seu cardápio alimentar quando sua vida era restrita a floresta.

Estas atividades furtivas e sorrateiras também se estenderam aos demais animais do Posto, como informa o encarregado no mês de março de 1926, quando relata sobre a mudança

⁵ HOERHANN, E., *Relatório de 1926*, maio.

⁶ HOERHANN, E., *Relatório de 1926*, junho.

⁷ HOERHANN, E., *Relatório de 1926*, maio.

brusca de comportamento dos Botocudos na segunda quinzena. Após realizarem atividades como roçadas e transporte de materiais que seriam destinados a construção de um novo galpão aos índios, trabalhos estes que lhes agradava e que era de seu interesse, o encarregado afirma que “(...) modificou-se radicalmente a sua conduta: mostraram-se relaxados nos trabalhos dos quais tinham sido incumbidos, além de desobedientes e indisciplinados”. Eduardo atribui esta mudança de comportamento ao fato de terem “(...) os índios, sorrateira e clandestinamente, morto uma vaca leiteira das estabuladas”, não se furtando o mesmo de repreender esta atitude. Afirma que, como sempre, quando chamados à ordem, “(...) os botocudos teimam em negar a autoria da má ação, tornam-se insolentes então e aparentando fundo ressentimento, permanecem amuados por longo tempo”.⁸

Fotografia 6: Botocudos com seus artefatos de caça



Fonte: Acervo Arquivo Histórico de Ibirama. S/D

⁸ HOERHANN, E., *Relatório de 1926*, março.

Ao que se percebe, as repreendas não surtiam os efeitos esperados. Um mês após o ocorrido, os animais do Posto novamente tornaram-se alvo do ataque clandestino dos índios. Eduardo atribui o fato ocorrido ao motivo de encontrarem-se os Botocudos em maior número. Afirma que “(...) sempre, quando em grande número, tornam-se desobedientes para o trabalho, relapsos, maus e teimosos”. Durante a noite, o índio Conhárambúma flechou duas vacas leiteiras, sem, no entanto, conseguir matá-las, afugentando-as para as proximidades baixas do rio Plate. O intento foi finalizado a machado pelo índio interno Voiê. Com a ajuda de outros índios “malvados”, como os adjetiva Eduardo, levam a carne para “(...) lugar abrigado, plano e baixo, coberto de capoeirão, no centro de uma das roças, em local não avistável da sede do Posto”. Para lá se dirigiram todos os índios que se encontravam no Posto, entre homens, mulheres e crianças, e “(...) lá fazendo fogueiras, passaram o resto da madrugada comendo carne farta”. Lamenta o encarregado tal intento ao afirmar que se tratava de “(...) vacas maiores, que como leiteiras, eram sempre tratadas no estábulo, sendo portanto as mais gordas”.⁹

Como vemos, as antigas práticas de caça e coleta no mato anterior ao aldeamento são agora sorratamente recriadas em seu novo contexto sócio-histórico. Passados mais de uma década de pacificação e diante do que podemos chamar de “cultura do aldeamento”, percebe-se que os valores ocidentais “pedagogicamente” ou “coercitivamente” transmitidos neste período, já estavam em boa medida sob o domínio da compreensão dos índios sob tutela. Logo, para a manutenção de suas práticas tradicionais necessitavam do controle sobre o espaço do aldeamento através do uso de códigos e estratégias selecionadas, incorporadas e elaboradas durante os anos de convívio em sua nova realidade histórica. Suas ações, hostis ou “sorradeiras”, suas atitudes de negação e silenciamento e seu contínuo aprendizado das diferentes maneiras de controlar o espaço do Posto, nos apresentam um “outro lado da história” que cabia aos Botocudos e ao seu protagonismo. Os relatórios do encarregado Hoerhann nos mostram que ao longo do processo de pacificação, os tutelados responderam a esse processo de alteração de seu tempo e de seu espaço e relacionaram uma nova história com cultura índia, sem que assim seja apreendido por ele.

Quando afirmamos que os “valores” ocidentais já estavam em boa medida sob o domínio da compreensão dos Botocudos, fazemo-los em oposição a ideia de “internalização de valores”, no qual se entenderia que os indígenas os adotaram. Pelo contrário, aprenderam novas práticas culturais e políticas e utilizaram-nas a seu favor. Adotaram estratégias, atos ou

⁹ HOERHANN, E., *Relatório de 1926*, abril.

ações que eram realizados na calada da noite e distante do olhar e da vigilância do encarregado ou dos funcionários do Posto, sabendo os Botocudos que contrariavam as ordens de Eduardo. Suas ações demonstram que o sentido do “certo” ou “errado” imputado aos índios durante os anos de pacificação já se fazia presente na “consciência” destes. Sabiam que tais ações seriam rechaçadas e por isso agiam “clandestinamente”. Ações como o corte clandestino de cana, a ida aos pinheirais às escondidas, a subtração das colmeias e ainda a matança de animais na calada da noite são alguns exemplos elucidativos de como diante de um novo cenário histórico, os Botocudos recriaram seu antigo *modus vivendi* em um novo espaço, cientes que estas ações desagradariam ao encarregado.

Em julho de 1926, Eduardo critica o hábito dos Botocudos de subtraírem vultosos montantes de lenha que seriam destinados ao consumo da cozinha e para a fabricação de melado e açúcar. Estas subtrações aconteciam para alimentar suas fogueiras diante do rigor do inverno. Afirma ainda que:

(...) clandestinamente (...) destroem as porteiras e cercas mais próximas, e descobrem linhas inteiras de telhados feitos com tabuinhas, para queimar esse material como combustível durante a noite. (...) Passados alguns dias, fizeram o mesmo com dois chiqueiros construídos com madeira de lei escolhida. Evadiram-se os suínos, o que os índios logo aproveitaram para matar dois, escolhidamente os maiores e os mais gordos.¹⁰

Eduardo classificava os atos como próprios do espírito indolente do grupo indígena. Chamava-os a ordem, explicando-lhes que as consequências destas ações, recairão diretamente sobre eles através da redução da produção agrícola, ocasionada pela invasão das plantações pelos animais, uma vez que agora, as roças encontravam-se desprotegidas e sem cercas. Afirma que a subtração das cercas pelos índios, levou a consequente invasão do gado as culturas agrícolas de aipim, batatas, cará, taiá, cana de açúcar e cana de forragem, bananas e hortas, trazendo inevitáveis prejuízos ao Posto. Irritava-se o encarregado, com as reações dos indígenas, afirmando que os Botocudos “(...) tudo ouvem com aquele sorriso característico do índio, que simplesmente não quer compreender, retrucando sempre e sempre não terem sido eles os autores das depredações”.¹¹

Os Botocudos adotaram e se nutriram de ações cotidianas de boicote e transgressões às normas coloniais impostas nas ordens do encarregado, imputando-lhe barreiras ao processo de

¹⁰ HOERHANN, E., *Relatório de 1926*, julho e setembro.

¹¹ HOERHANN, E., *Relatório de 1926*, julho.

ocidentalização. Como afirma Vainfas, em sua história colonial, o indígena adotou práticas em que :

(...) mostrava-se apegado ao passado e à tradição sem desafiar frontalmente, quer a exploração colonial, quer o primado do cristianismo. Resistência cotidiana, portanto, que buscava esquivar-se do olhar externo do colonizador, alojando-se na sombra, nos espaços pouco iluminados da sociedade colonial e, por isso mesmo, não tão vulneráveis à ação extirpatória.¹²

Em diversos momentos, a postura dos Botocudos foi semelhante. Era de negação e de silenciamento frente às repressões e chamadas de atenção. Negavam-se ao trabalho, utilizando-se de argumentos variados como ter que cuidar de parentes diante dos surtos de gripe, ou ainda de sair da sede do Posto para relembrar seus antigos lugares de outrora. Armavam-se também de ações mais concretas, como fugas noturnas para as áreas coloniais circunvizinhas ao Posto. Criavam entraves autônomos, como a pilhagem de galpões e a resistência à realização de trabalhos que não estavam a seu contento. Mostravam-se ligados ao seu tradicional passado, sem, no entanto, entrar em confrontos diretos de resistência ao momento histórico vivenciado pelo grupo. Suas ações nos permitem visibilizar barreiras que se embrenharam nos interstícios da comunidade Botocuda frente ao processo de imposição de uma racionalidade ocidental encontrada nas atividades pedagógicas impostas a eles. Assim, estes fenômenos contestatórios devem ser compreendidos como resultado de circunstâncias e experiências concretas que procuravam reduzir os descontentamentos do grupo diante desta racionalidade.

As ações e reações dos Botocudos nos levam a refletir sobre a existência de uma permanente dialética entre suas tradições e as novas experiências vivenciadas pelo grupo, antes “nômade”, caçador e coletor e neste momento “aldeados” e em processo de sedentarização e “ocidentalização”, ou em outras palavras, entre uma cultura índia e uma nova história. Os eventos aqui narrados nos permitem corroborar o entendimento da cultura enquanto resultado histórico, flexível e dinâmico e forjado nestes novos cenários. Como nos afirma Almeida “em nossos dias, as ideias de apropriação e ressignificação cultural têm sido mais utilizadas e realmente são mais adequadas ao estudo de situações nas quais se leva em conta os interesses e motivações dos próprios índios nos processos de mudanças”,¹³ o que nos leva a procurar compreender estas ressignificações a partir de seus próprios interesses outrora ocultados em fartas bibliografias que somente privilegiavam a ótica dos colonizadores.

¹² VAINFAS, R., *A heresia dos índios (...)*, p. 33.

¹³ ALMEIDA, M. R. C. de., *Os índios na História do Brasil*, p. 22.

No entanto, não somente ações sub-reptícias eram frequentes no comportamento dos índios, mas também ações e reações francamente hostis eram engendradas. Na dinâmica do processo de pacificação, já apresentamos momentos de ânimos acirrados e explícitas tensões entre a comunidade Botocuda e os funcionários do Posto indígena. Como exemplo, rememoremos o conflito hostil entre ambos que aconteceu no ano de 1925. Em setembro deste ano aconteceu um furto praticado por um grupo de menores indígenas a objetos pertencentes aos operários do Posto. Após Eduardo realizar buscas nos acampamentos dos índios, ali se encontraram os objetos subtraídos, sendo possível identificar os “menores infratores” indígenas. Todos os demais Botocudos que se encontravam trabalhando em uma roça no alto Rio Plate formaram corrente contra os funcionários do Posto. Vociferavam e prometiam matar a todos os não índios, colocando os funcionários em estado de alerta diante da ameaça. O insurgente movimento, francamente hostil as repreendas que seriam imputadas ao grupo responsável pelo “furto”, permite visualizar os fortes choques culturais que atingiam os integrantes do Posto, neste caso em específico, representado pelo diferente sentido de propriedade entre índios e não índios.¹⁴

No entanto, este mesmo evento, não deve ser interpretado simplesmente como um confronto isolado entre um grupo de indígenas “menores” que praticou furtos a objetos alheios e seus proprietários. Muito mais do que isso, o choque cultural aí apresentado, deve ser compreendido como um movimento que nos explicita a existência de uma comunidade indígena Botocuda, que “constitui um campo de comunicação e de interação” e ainda “possui um grupo de membros que se identifica e é identificável por outros como se constituísse uma categoria diferenciável de outras categorias do mesmo tipo”.¹⁵ Sabemos que em sua constituição social, os Botocudos se apresentavam divididos em grupos e eram representados por diferentes líderes. No entanto, ao menor sinal de repreendas a um grupo isolado, como as que seriam imputadas por Eduardo ao grupo de índios “menores e infratores”, revelou-se o espírito de grupo étnico dos índios Botocudos e seu sentimento de pertença a esta comunidade.

O mesmo espírito de comunidade pode ser encontrado na ação individual do índio interno Voiê. Ao relatar o comportamento dos grandes grupos de Botocudos para o mês de agosto de 1927, Eduardo qualifica seu comportamento como bom. No entanto, queixa-se do comportamento do botocudo Voiê, o mesmo indígena que em abril de 1926 foi um dos responsáveis pela morte de duas vacas leiteiras sorrateiramente levadas em meio a um

¹⁴ HOERHANN, E., *Relatório de 1925*, setembro.

¹⁵ POUTIGNAT, P; STREIFF-FENART, J., *Teorias da etnicidade*, p. 189- 190.

capoeirão, mortas a machado e degustadas pelos Botocudos. Criado e educado no Posto Indígena, sob olhar e atenta vigilância do encarregado, Eduardo afirma que Voiê é dotado de uma “(...) índole visceralmente má” e de uma truculência brutal, além de ter um caráter violento”. Destaca ainda, sua preguiça e má vontade para o trabalho, qualidade esta que o coloca constantemente frente às chamadas de atenção por parte do feitor, nutrindo por este um ódio tributário dessas repreendas,¹⁶ como fica estampado no evento a seguir:

(...) nas suas admoestações, manteve sempre uma atitude enérgica e digna, dirigindo-se ao índio, invariavelmente, de um modo suasório e brando. Para poder entregar-se à ociosidade mais à vontade, Voiê, logo que apareceram os primeiros casos de gripe, deu parte de doente, relaxando e abandonando todos os afazeres dos quais havia sido incumbido. A grave moléstia, de que se dizia acometido não o impedia, porém, de tomar parte muito ativa em todos os folguedos dos seus companheiros, com eles brincava e cantava pela noite a fora, junto às fogueiras, regalando-se com o que, clandestinamente, havia subtraído das roças do Posto. Na manhã do dia 29, o feitor, que se achava na casa da turma, deu ao índio Voiê, que estava no terreiro em frente, uma ordem, incumbindo-o de um trabalho leve, rápido e de menos importância. Voiê, indisciplinado recalcitrante que é, respondeu com irritante e provocadora insolência, negando-se não só formal e teimosamente, de cumprir a ordem recebida, como de seu dever, mas ainda ameaçou, insultou e desafiou o feitor, de modo mais desabrido e brutal. Este, a fim de manter integral a sua força moral, como é de absoluta necessidade, saiu então da casa da turma, e caminhando calmamente para Voiê, repreendeu-o com afabilidade e toda a dignidade. Voiê, porém, sem mais preâmbulos, irascível, no paroxismo do furor, saltou lesto para uma afiada foice e investiu, inesperada e violentamente, contra o feitor. Este fatalmente teria sido ferido à morte se não fosse o auxílio rápido, pronto e decidido de três operários que, providencialmente, se achavam próximos e que, desarmando o índio, puseram termo à vil e ferocíssima agressão.¹⁷

Mais uma vez, podemos tomar o evento acima como forma de demonstrar a existência de uma comunidade indígena Botocuda, mesmo diante de seus diferentes grupos e lideranças. Voiê era um índio “interno”, ou seja, “adotado” pelo Posto após a morte de seus pais e educado diante da atenta vigilância de seu encarregado. No entanto, participava ativamente das atividades “furtivas” ou hostis dos demais indígenas. Identifica-se e era identificado enquanto Botocudo pelos seus pares, como demonstram suas ações junto a estes. Logo, mesmo tendo sido “adotado” pelo Posto, educado por Eduardo e incorporado ao “pessoal do serviço”, como eram chamados os funcionários, em sua constituição identitária, se identificava e era identificado enquanto membro da comunidade Botocuda.

Os mesmos eventos que demonstram a existência de vínculos étnicos e afetivos entre os partícipes da comunidade Botocuda, nos permitem outras apreensões. Através destes

¹⁶ HOERHANN, E., *Relatório de 1927*, agosto.

¹⁷ HOERHANN, E., *Relatório de 1927*, agosto.

eventos, podemos afirmar que as ações e reações indígenas, definiam, constantemente, fronteiras étnicas entre os indígenas e os funcionários do Posto. Definiam ainda, os critérios para tornar manifesta a pertença e a exclusão dos envolvidos no processo de pacificação a cada um dos envolvidos (Botocudos e funcionários). Como afirma Barth, “(...) situações de contato social entre pessoas de culturas diferentes também estão implicadas na manutenção da fronteira étnica” e os exemplos narrados nos mostram que os limites entre essas fronteiras foram sendo definidos situacionalmente,¹⁸ e reforçavam a consciência étnica dos Botocudos ao longo deste processo.

Logo, as ações engendradas pelos indígenas, sejam elas coletivas, de grupos específicos ou ainda por indivíduos, redefiniam constantemente as fronteiras étnicas entre os envolvidos no processo de pacificação. Como vimos, os movimentos de resistência à ordem colonial, redefiniam e tornavam mais aparente o espírito de comunidade indígena e de pertencimento a esta comunidade. No entanto, não obstante estes movimentos revelarem uma identidade comunitária Botocuda, nos revelam ainda, que, além de uma história colonial que surge das relações interculturais entre índios e não índios, havia ainda uma “outra” história indígena, própria e interna à comunidade tutelada que pode ser parcialmente apreensível nos diferentes comportamentos dos diferentes grupos indígenas. Esta “outra” história, se torna visível diante dos interesses divergentes entre os membros da própria comunidade Botocuda. Vimos que o processo de pacificação foi marcado por ações de grupos indígenas específicos que nem sempre correspondiam as ações ou interesses da coletividade. Para entendermos estas divergências de comportamento entre diferentes grupos de Botocudos, analisemos algumas considerações do encarregado sobre o auxílio prestado por estes nos afazeres do Posto.

Em suas considerações para o mês de dezembro de 1927, assim pontua Eduardo: “(...) foi muito diminuto o auxílio que nos prestaram os grandes grupos de índios (...). O reduzido número de índios que nos auxiliou em os múltiplos afazeres deste mês, foi, no entanto muito satisfatório, sendo digno de especial menção”. A este grupo que auxiliou nos afazeres, Eduardo destaca sua pontualidade com que tomaram parte ativa nas atividades de coivaramento, capina, feitura de lenha e seu transporte. Destaca ainda a participação de um grupo de mulheres índias, rapazes e raparigas maiores nas atividades de plantio e colheita das roças do Posto. Ao comentar sobre o comportamento dos índios neste mesmo mês, afirma que “(...) com exceção de um grupo de índios, aliás, já bem conhecido como mui desobedientes e

¹⁸ POUTIGNAT, P; STREIFF-FENART, J., *Teorias da etnicidade*, p. 195-196.

recalcitrantes, que seguem furtivamente para a linha colonial de Moema, nada mais houve digno de relato, quanto aos demais”.¹⁹

A descrição de Eduardo sobre o comportamento do tutelados, nos coloca diante de uma comunidade indígena em que as ações de determinados grupos nem sempre atendiam ao interesse de todo o grupo, mas a parte destes, ou ainda, atendiam a interesses em específico. Estas ações nos fazem apreender que não podemos pensar a sociedade indígena, e aqui em específico a comunidade indígena Botocuda, como um bloco monolítico, uma vez que diferentes grupos engendravam estratégias diversas que atendiam aos seus próprios interesses. Como afirma a antropóloga Isabelle Combès, à leitura tradicional (colonizador/colonizado ou opressor/oprimido) considerada historicamente válida, “se pueden agregar otras que la matizan y em todo caso la complementan: los actores tanto indígenas como blancos (...) son plurales” e além desta história “afloran otras historias, hechas de luchas, intercambios y relaciones ‘entre indios’, historias en muchos casos ignoradas”. Enquanto menos perceptíveis, estas histórias “índias”, “es una historia tan difícil de reconstruir, (...) que se la pasa generalmente por alto” como se a única “(...) historia india que pudiera existir fuera la de los contactos con la sociedad occidental, y una lucha contra ella”.²⁰

O exemplo apresentado, de dezembro de 1927, é ilustrativo quanto a pluralidade dos atores indígenas em meio à comunidade Botocuda tutelada. Ele nos mostra que enquanto grupos de índios resistiam às atividades do Posto, sendo muito diminuto o auxílio que prestaram, outros grupos seguiram furtivamente para a florestas em direção à linha colonial de Moema. No entanto, não deixa o encarregado de tecer elogios a participação de uma diminuta parcela de indígenas que participou ativamente das atividades agrícolas do Posto. Este exemplo nos apresenta três comportamentos distintos entre a comunidade indígena em um mesmo momento: de negação por parte dos primeiros, de estratégia de fuga pelo segundo grupo e por último, de negociação pelo terceiro, uma vez que sabemos que os Botocudos geralmente tomavam parte ativa nas atividades do Posto mediante atendimento de suas demandas. Ou seja, assistimos a existência de uma comunidade, vários grupos e três comportamentos distintos em um mesmo momento e que possivelmente eram movidos por intercâmbios e relações atinentes e internos a própria comunidade indígena.

¹⁹ HOERHANN, E., *Relatório de 1927*, dezembro.

²⁰ COMBÈS, I., *¿Indios y blancos? (...)*, p. 18.

4.3. Estratégias aproximativas

Nas páginas precedentes, apresentamos ações que foram perpetradas pelos indígenas e que mobilizaram a grande maioria dos Botocudos ou que mobilizaram grupos isolados de tutelados. Apresentamos também ações individuais como a do índio interno Voiê. Afirmou-se ainda, que estas ações devem ser compreendidas a partir de uma ótica que as perceba como gestadas pelos indígenas a partir de mecanismos de resistência, seja ela, sorrateira ou hostil, e que visavam à permanente recriação de sua identidade diante do novo cenário sócio-histórico a que estavam submetidos.

Nas páginas que se seguem, nos dedicaremos às principais ações e estratégias desenvolvidas pelos indígenas em seus interesses aproximativos aos colonos circunvizinhos ao Posto Duque de Caxias. No entanto, veremos que, embora essa aproximação interessada tenha sido gestada por índios e colonos, o encarregado Eduardo Hoerhann não percebeu os projetos indígenas que levavam os seus tutelados a criação de estratégias aproximativas com os colonos regionais. Antes ao contrário, subestimou a capacidade dos índios de desenvolverem suas próprias estratégias, percebendo-as como atitudes próprias de seu espírito insolente, manipulável e infantil. Em seus escritos, infere esta aproximação como possível em função da “estrutura psíquica do nosso índio, da sua credulidade infantil e teimosia invencível”,²¹ imputando a capacidade estratégica somente aos colonos.

Se nos anos que precedem 1926, a definição das terras dos índios se encontrava entre as maiores preocupações de Eduardo, o período que sucede este ano foi marcado por preocupações atinentes a esta demarcação. Se antes a grande preocupação era com o contato entre índios e não índios e os possíveis conflitos que poderiam acontecer entre ambos, agora a sua grande preocupação continuava sendo o contato, mas os contatos amistosos e pacíficos. Para entendermos estas preocupações e as principais estratégias engendradas por indígenas e colonos e seus objetivos aproximativos, nos atentaremos a situações específicas relatadas por Eduardo em seus relatórios no período posterior ao ano de 1926, como as que seguem.

Em agosto de 1926, o encarregado queixa-se de uma excursão realizada furtivamente, pela calada da noite por um grupo de índios. Para Eduardo, tratava-se de um “(...) grupo de botocudos vadios, desobedientes e refratários ao regime da ordem e do trabalho”.²² Afirmo o encarregado que desta vez não teriam a finalidade de dirigir-se aos pinheirais ou praticar suas habituais caçadas, pretendendo antes, dirigir-se até a povoação de São Gabriel, situada ao

²¹ HOERHANN, E., *Relatório de 1926*, agosto.

²² HOERHANN, E., *Relatório de 1926*, agosto.

norte do Posto. Segundo Eduardo, o objetivo do grupo seria a realização de atividades comerciais em que permutariam chapéus de taquara, arcs, flechas de vários tamanhos, lanças e outro objetos que pretendiam comerciar com os moradores dos campos. Para o bom relacionamento linguístico com os moradores de São Gabriel, acompanhou o grupo, os índios internos Ndíri e Cúsúgn, que já falavam um bom português. Afirmou Eduardo, que a mutação no ânimo dos campeiros (colonos moradores dos campos) e antigos inimigos dos índios é facilmente compreensível. Explica a aproximação entre os colonos e os Botocudos através de três momentos históricos distintos, como apresentado abaixo:

A começo todos os moradores daquela zona campesina sempre foram os mais ferozes inimigos dos botocudos, trucidando-os impiedosamente, sempre que se lhes apresentava uma ocasião propícia: apenas vislumbrassem um índio, sibilavam- sem mais preâmbulos- suas balas mortíferas. Os índios, por sua vez, nada lhes ficavam devendo e também não poupavam seus temíveis inimigos Cocolégma, (bugreiros profissionais) dos Campos.²³

Depois de pacificados, os índios perderam para os campeiros todo o interesse: passaram a ser, como diziam “bichos do mato amansados”, dos quais nada mais temiam e que lhes eram mais ou menos indiferentes.²⁴

Ultimamente, porém, depois de propalada a notícia de cessão de grandes áreas feitas aos índios pelo governo do Estado, esta indiferença transformou-se subitamente no mais “vivo e carinhoso interesse”. O índio para essa classe de gente adquiriu, do dia para a noite grande importância, pois tornou-se agora proprietários de vastos terrenos.²⁵

Afirma o encarregado, que agora, enquanto proprietários de vastos terrenos, todos os “(...) especuladores, aventureiros e desclassificados de todo calibre se tornavam repentinamente grandes e fervorosos amigos dos índios,” no interesse único de se aproveitar da “(...) proverbial ingenuidade do índio, iludi-lo e espoliá-lo a seu bel prazer, fazendo-lhes pomposas promessas”. Para Eduardo, todo o ódio que antes recaía sobre os índios, agora se transfere para ele enquanto representante do SPI e tutor legal dos indígenas, visto como obstáculo aos propósitos dos colonos, não hesitando estes em incitar nos índios as “(...) mentiras mais descaradas e das calúnias mais torpes, com o fito de desmoralizar-nos aos olhos dos índios”. Quando os tutelados retornam ao Posto, o encarregado afirma não estranhar suas atitudes hostis, ostentando contra os funcionários “(...) a mais franca e crassa animosidade”. Afirmo ainda, que não hesitam os índios em incitar seus pares, empolgando-os “(...) pelas retumbantes promessas que lhes haviam sido feitas pelos seus novos e verdadeiros amigos,”

²³ HOERHANN, E., *Relatório de 1926*, agosto.

²⁴ HOERHANN, E., *Relatório de 1926*, agosto.

²⁵ HOERHANN, E., *Relatório de 1926*, agosto.

“(…) promessas essas que vinham de encontro aos seus próprios desejos”.²⁶ Eduardo afirma que com o interesse de ratificar suas asserções junto aos índios, alguns colonos dos campos entregaram carta aos Botocudos endereçada ao encarregado, no qual afirmavam que:

Recriminavam acerbamente o procedimento indigno e verdadeiramente criminoso do Chefe do Posto para com os índios, chamando-o à ordem e exigindo que acedesse prontamente a todos os desejos e atendesse escrupulosamente as justíssimas reclamações de todos os índios.²⁷

Para o encarregado, os Botocudos aceitavam como “(…) justas as recriminações que tinham sido feitas ao regime do Posto por “zungs”, como chamavam em língua indígena os colonos brancos, nada havendo de:

(…) estranhar, que os índios, depois de voltarem desta expedição em que após terem confraternizado com *polacos ébrios* e nacionais desclassificados de ínfima espécie, com os quais vaguearam de taverna em taverna, voltassem ao Posto, trazendo as mais palpitantes novidades e importantíssimas revelações, e ostentassem contra nós a mais franca animosidade.²⁸

Como vemos, Hoerhann imputava os desentendimentos ocorridos no Posto às incitações realizadas pelos colonos aos índios. Para ele, estas incitações surtiam os efeitos esperados pelos moradores vizinhos, conhecedores que eram da estrutura psíquica dos índios. Eduardo afirma que os colonos procuravam “(…) explorar a simpleza e credulidade do índio” e sua “(…) credulidade infantil e teimosia invencível”. Afirma ainda, que diante destas incitações, lutava para que os índios não abandonassem o Posto e para “(…) apagar no espírito do índios todas as perfídias insinuações e restabelecer paulatinamente o regime de obediência, trabalho e ordem”.²⁹ Como se percebe, Eduardo impingiu aos seus tutelados uma incapacidade inata de elaborarem estratégias próprias de sobrevivência, apresentando-os como incapacitados para a condução de seus próprios interesses e necessidades.

Eduardo apresenta-os como inconstantes e incapazes de produzirem respostas próprias. Em sua concepção, tão somente adquiriam esta capacidade quando incitados a isto. Quando encontravam-se fora do espaço do Posto, eram apresentados como seres de credulidade manipulável e infantil e quando estavam sob a atenta vigilância do encarregado eram descritos como tributários de uma estrutura psíquica inconstante, renitente e

²⁶ HOERHANN, E., *Relatório de 1926*, agosto.

²⁷ HOERHANN, E., *Relatório de 1926*, agosto.

²⁸ HOERHANN, E., *Relatório de 1926*, agosto. Grifos meus.

²⁹ HOERHANN, E., *Relatório de 1926*, agosto.

recalcitrante. Diante desta estrutura psíquica, o Posto de atração fora apresentado pelo encarregado como o espaço de correção e de superação desta “condição” que seria pedagogicamente superada, desde que sujeitos alheios ao Posto não exercessem qualquer tipo de interferência na obra disciplinadora em processo.

As representações do encarregado aos índios nos reporta ao texto *¿Indios e Blancos? hacer (etno) historia en las tierras bajas de Bolivia*, de Isabelle Combès. Neste artigo, a antropóloga realiza apontamentos sobre a produção historiográfica que privilegia somente o enfoque de uma luta entre dois lados, ou uma história dual entre índios e brancos. Segundo a autora:

(...) expresiones como “indios y blancos” o “*ava y karai*” privilegian un mismo y un solo enfoque: el de una lucha secular entre dos bandos. Por supuesto, y según quien cuenta esta historia, estos bandos son aprehendidos de manera diferente: los indios salvajes y los blancos civilizados o, por el contrario, los inocentes indígenas y los crueles conquistadores – pero esto no es lo importante: sigue siendo una historia dual, la de dos protagonistas enfrentados.³⁰

Em diferentes períodos e contextos, os apontamentos de Eduardo nos mostram as duas representações apresentadas na citação acima. Seus relatórios nos mostram que, assim como os indígenas Botocudos mudaram suas representações acerca dos colonizadores europeus que ocuparam seu antigo espaço geográfico, o mesmo aconteceu com o encarregado em relação aos Botocudos e aos colonos.

Entre as justificativas que norteavam a atração e a pacificação dos Botocudos em 1914, encontrava-se a de tirá-los da barbárie e da selvageria e integrá-los à “civilização” ocidental, mesmo que os objetivos “ocultos” de liberar terras aos colonizadores estivesse em primeiro plano. Neste momento, interessava ao SPI e aos seus colaboradores, apresentar a imagem de índios selvagens e brancos civilizados como forma de reforçar o mito da missão civilizadora a povos que até esse momento viviam em estado de “barbárie” e “selvageria” e que viviam em meio a natureza e eram incapazes de produzir história e cultura. Esta imagem está estampada nos relatórios dos anos iniciais do processo de pacificação. Nestes, Eduardo demonstra que procurava criar ações que viessem a proteger os colonizadores dos ataques dos ainda não civilizados indígenas. Aparece também na fala do Inspetor, nos momentos em que este prognostica os males do encerramento do Serviço de pacificação à colonização do Vale do Itajaí, ante a possibilidade de retorno dos ataques dos bárbaros e selvagens Botocudos que se encontravam ainda em transição para o “mundo” dos civilizados.

³⁰ COMBÈS, I., *¿ Indios y blancos (...)*, p. 16.

Num segundo momento, a imagem dos Botocudos aparece estampada nos relatórios do encarregado de forma inversa. Principalmente ou “exclusivamente” após a demarcação das terras do Posto, no ano de 1926, os papéis se invertem. O encarregado atribui aos tutelados a imagem de um indígena inocente e manipulável, ou ainda, infantil, que passa a ser incitado pelos cruéis colonizadores que tencionam usurpar as terras agora oficialmente dos índios. Mesmo com a mudança de papéis, o que as duas situações apresentam em comum, é a dualidade do processo de pacificação: índios *versus* brancos colonizadores, sem que o protagonismo dos Botocudos tutelados esteja presente em qualquer dos momentos, sempre relegados ao estado da natureza e da incapacidade de autonomia para construir a sua própria história.

Já comentamos no capítulo precedente, que para os Botocudos, a territorialização e sua consequente sedentarização no espaço do Posto Indígena não apresentou a capacidade de agregar seus membros em torno de uma unidade. Antes ao contrário, representava a perda de sua identidade étnica, de seu *modus vivendi* anterior ao aldeamento, e onde não poderiam mais realizar suas manifestações físicas e culturais como antigamente. A persistência da prática do “nomadismo”, percebida por Eduardo como pertencente à índole de imprevidência dos aldeados e como um risco ao projeto civilizacional, pode nos explicar as redefinições das representações dos Botocudos em relação aos seus antigos inimigos colonizadores e das imagens repulsivas que estes tinham daqueles. Para isso, precisamos reconhecer a dinâmica do constante processo de rearticulação de interesses e alianças dos tutelados, frente ao novo cenário apresentado pelo aldeamento. Para esse entendimento, precisamos conhecer os motivos estratégicos que levaram os Botocudos a reconstrução de suas formas de identificação com os não índios com quem passam a se relacionar. Afinal, como continuar a transitar pelas mesmas paragens de outrora, entendendo os indígenas que o poder bélico dos seus antigos inimigos era infinitamente superior? A estratégia adotada foi se aliar ao inimigo, e, assim, contrariando as ordens diretas de seu encarregado, preservar a prática de seu “nomadismo” e a defesa dos valores que garantisse sobrevivência e coesão ao grupo fora do espaço vigiado do Posto de Atração.

Obrigados a recompor sua vida e sua identidade dentro do novo contexto histórico do aldeamento, os Botocudos subvertiam as ordens opressoras de seu encarregado. Desenvolviavam uma série de estratégias no interesse de reverter esse quadro, procurando preservar sua autonomia. Ao analisar as estratégias dos índios de São Paulo frente ao cativo, Monteiro afirma que:

Em São Paulo, à medida que a camada senhorial apurava seus mecanismos de controle e opressão, os índios desenvolveram contra-estratégias que visavam forjar um espaço para uma sobrevivência um pouco mais digna e humana. Resistindo à opressão dos senhores os índios resistiam à ordem a que estavam submetidos de todas as maneiras possíveis. E se, dada a escassez de meios que dispunham os índios, as revoltas organizadas, embora tenham existido, não foram tão frequentes, os cativos mostravam sua rebeldia de todas as maneiras que dispunham. Fugindo do cativo, furtando de seus senhores e vizinhos, invadindo propriedades, negociando produtos livremente, os índios buscavam estabelecer alguma independência de ação frente à estrutura escravista. Nesse sentido, os contornos da escravidão indígena também foram definidos pelas ações concretas e as vivências cotidianas dos índios.

³¹

Mesmo se tratando de contextos diferentes, ações semelhantes são perceptíveis entre os Botocudos de Santa Catarina. Desenvolveram contra-estratégias no interesse de recriar seus espaços de sobrevivência étnica e cultural. Desenvolveram seus próprios espaços, seja através de revoltas mais insurgentes, de fugas noturnas, de furtos aos funcionários do Posto ou ainda comerciando com os colonos circunvizinhos. Importante destacar que, com as experiências historicamente adquiridas durante os anos de aldeamento, estas estratégias foram se tornando cada vez mais corriqueiras e elaboradas. Refinaram suas ações com vistas à redefinição de seus espaços de sobrevivência. Ao longo dos anos, não somente negavam-se ao trabalho, como passaram a criar espaços de sobrevivência entre dois “mundos”, qual seja, o mundo do Posto e o exterior a este, onde passaram a transitar e amiudar suas relações com os colonos.

Diante destas ações de resistência à ordem é que o encarregado Eduardo Hoerhann classifica o comportamento dos índios do Posto como o “(...) pior possível” durante o mês de setembro de 1926. Destaca as suas desobediências, indisciplinas e define-os como “(...) refratários a qualquer subordinação”. Afirma ainda, que “(...) empregavam todos os meios e modos para tornar ilusória a ordem e a marcha regular dos trabalhos do Posto. Aponta sua má vontade, a indiferença ao trabalho e a negação as ordens do feitor. Segundo o encarregado, os índios “(...) só davam os seus ‘passeios nas roças’, para lá fazerem suas indevidas e danosas colheitas ou estragarem propositadamente o que havia”. Afirma ainda que, quando chamados à ordem, respondiam “(...) com a mais irritante insolência prorrompendo nas suas ameaças guerreiras, disparatadas e ridículas”,³² e reagindo às chamadas de atenção, vingaram-se em dois cavalos do Posto, ferindo-os.

³¹ MONTEIRO, J. M., *O escravo índio, esse desconhecido*, p. 115.

³² HOERHANN, E., *Relatório de 1926*, setembro.

Eis aí (...) os lamentabilíssimos resultados da ação dissolvente exercida pelos moradores do campo, sobre o espírito dos índios, por ocasião da sua última excursão mercantil aquela região. Desde aquela época operou-se uma profunda modificação para pior, aliás facilmente compreensível, na psicologia dos botocudos. Não cansam de falar, a todo o passo, a todo instante e a todo propósito daquela gente boa, que movida pela mais “desinteressada amizade” os tratara tão bem, e lhes fizera tão “generosas e sedutoras” promessas.³³

A grande preocupação de Eduardo era reter os Botocudos no Posto, condicionando-os ao trabalho, embora afirmasse que esta tarefa era “(...) quase impossível de efetuar, pois não atendem aos mais convincentes e sinceros conselhos e não querem compreender às mais claras explicações”,³⁴ mesmo diante de rigorosa vigilância. Novamente no mês de outubro sai o encarregado no encalço de grupo de índios que estavam nos sertões à procura de caça e mel. Em sua excursão, os Botocudos estiveram em suas andanças nas linhas coloniais de Bom Sucesso, região que nas palavras de Eduardo, tornara-se “(...) a verdadeira ‘terra da promessa’, onde moram seus melhores amigos”.³⁵

Ironicamente, a gripe que sempre assombrou o estado de saúde dos aldeados e também do encarregado, visto ser um dos elementos impeditivos à plena utilização do trabalho indígena, em algumas situações acabou auxiliando Eduardo na tarefa de manter os Botocudos sob seu olhar e vigilância, como em setembro de 1926:

A despeito da mais rigorosa vigilância, seguiu para o campo, um pequeno grupo de botocudos, composto de seis homens, duas mulheres e cinco rapazes que foram, porém, reconduzidos ao posto pelo Encarregado, que lhes tinha seguido imediatamente no encalço. Devemos confessar com franqueza, que todos os esforços do Encarregado, teriam sido baldados e que todas as medidas de vigilância adotadas teriam sido ineficazes, e se não teria evitado que todos os grandes grupos seguissem para o campo, se não fora o auxílio neste caso verdadeiramente providencial da gripe, que, desta feita, acometeu gravemente, escolhidamente os índios que lá tinham estado e também os que estavam inabalavelmente resolvidos para lá seguir com o fito de confraternizar com aquela “boa gente” dos campos.³⁶

Pela primeira vez em seus escritos, Eduardo pontuou o péssimo estado sanitário dos índios como diretamente contributivo à obra pacificadora, repetindo-se semelhante situação em junho de 1927. Eduardo afirma que, mesmo sabendo que “(...) nada demove os botocudos de seus desígnios, quando obcecados por uma ideia”, insistiu para que um grupo de índios não seguisse viagem ao norte do Posto à procura de pinhões, já prevendo que poderiam voltar

³³ HOERHANN, E., *Relatório de 1926*, setembro.

³⁴ HOERHANN, E., *Relatório de 1926*, setembro.

³⁵ HOERHANN, E., *Relatório de 1926*, outubro.

³⁶ HOERHANN, E., *Relatório de 1926*, outubro.

doentes de gripe. Seu principal objetivo era evitar que entrassem em contato com os moradores aí residentes, contato este, prognosticado como “(...) altamente prejudicial para o serviço”, mantendo-se vigilante para evitar a saída do grupo. Mesmo envidando todos os esforços, afirma o encarregado que o grupo fugiu “(...) pela calada da noite, iludindo, com dissimulação e habilidade incriveis, a rigorosa vigilância, da qual havia sido incumbido o pessoal da maior confiança do Posto”. Afirma ainda que seu retorno à sede do Posto aconteceu como prevista “(...) em péssimo estado de saúde. Como ficassem expostos, por longos dias aos ventos cortantes e frios dos campos, e apanhando, além disso, fortes geadas, todos estavam muito resfriados e alguns já bem atacados de gripe”.³⁷ Como se vê, não houve a necessidade do encarregado seguir os rastros dos Botocudos nessas situações, auxiliando-o sobremaneira os surtos de gripe, que tão costumeiramente atingiam os índios.

No entanto, no mês seguinte, informa o encarregado que acometidos pela gripe e se achando a maior parte dos índios doentes, “(...) concorreram em número muito diminuto, com o auxílio” nos diversos trabalhos. Informa ainda, que outro “(...) grupo de botocudos se internou na floresta, caçando durante nove dias, depois aos quais regressou aos seus acampamentos, na sede do Posto. Embora o grupo tenha voltado “(...) muito satisfeitos com os resultados obtidos com esta excursão venatória”, segundo Eduardo, “voltaram estes índios bastante adoentados”.³⁸

Nos registros do encarregado para o período que sucede o ano de 1926, ano este em que aconteceu a cessão das terras do Posto Duque de Caxias aos índios, a grande maioria de seus problemas são imputados às frequentes incitações promovidas pelos colonos contra o serviço de pacificação dos Botocudos. Tornou-se fala comum do encarregado afirmar que, sempre que os tutelados saíam em suas excursões de caça e coleta, entravam em contato com moradores localizados nas áreas coloniais. Para o encarregado, esses contatos eram altamente prejudiciais, pois exerciam ações dissolventes sobre a “estrutura psíquica e manipulável dos Botocudos”. Eduardo chamava os regionais de antigos bugreiros e inimigos do serviço, que são:

(...) todos aqueles, que não se conformaram com a pacificação destes índios, que eles queriam ver exterminados até o último, e os que têm interesses e pretensões nas terras valorizadíssimas do Posto e, para os quais, um desastre completo do mesmo, representa o supremo ideal; por que assim, pensam, entrarão sem mais entraves, no uso e gozo das ambicionadas terras. E em qualquer dessas duas categorias, podem ser classificados todos os vizinhos dos índios, não só os moradores do campo, como ainda os demais ocupantes das zonas adjacentes aos terrenos dos índios. Não pode, porém, o Serviço continuar a tolerar essas coisas e nem consentir, que uns quantos

³⁷ HOERHANN, E., *Relatório de 1927*, junho.

³⁸ HOERHANN, E., *Relatório de 1927*, julho.

indivíduos, sem escrúpulos, estejam implantando a indisciplina entre os índios e pervertendo-os, com grave dano para os ditos índios e iminente perigo para todo o pessoal do Serviço do Posto.³⁹

Fato incontestado é que, a definição das terras do Posto não trouxe a tão esperada resolução dos problemas anteriormente prognosticados pelo encarregado, caso esta não acontecesse. Antes os modificou perante o novo cenário que se estabelecia. Eduardo, sempre prognosticou a necessária demarcação e seção das terras ao Posto como forma de resolver possíveis conflitos interétnicos entre índios e colonos. Sua principal intenção no período que precede a demarcação, era a constituição de “fronteiras” geográficas e étnicas que tornassem o Posto impenetrável aos não índios e vice-versa. Procurava assegurar a permanência dos índios no espaço circunscrito ao Posto e evitar seu contato com o “mundo” externo a este como forma de assegurar a melhor estabilidade e desenvolvimento de sua obra pacificadora e civilizacional. De certa forma, sua intenção de evitar relações conflituosas entre os Botocudos e os colonos se cumpriu, embora de forma inversa daquela pretendida pelo encarregado.

O que os relatórios demonstram, foi uma maior abertura a este “mundo” externo, como mostram os relatos do encarregado sobre a “perniciosa” aproximação entre índios e colonos. Nos apresentam ainda, uma maior instabilidade nas relações internas do Posto, ocasionada pela negativa dos índios ao trabalho e que tem como consequência o decréscimo das áreas agricultáveis, como apresentamos na introdução deste capítulo. Os índios aldeados não viviam absolutamente isolados e restritos ao espaço do Posto Indígena, mas antes ao contrário, entravam e saíam dele conforme possibilidades e circunstâncias, passando a manter múltiplas e variadas relações culturais e comerciais com a sociedade regional. Estar no espaço circunscrito ao Posto não significava o abandono das práticas migratórias e “errantes”, e de modo inverso, estar no sertão, não significava o abandono do Posto. Logo, o que vemos, é que a demarcação só veio estabelecer limites para o próprio Estado.

Os fatos narrados a seguir, são descritos pelo Inspetor José Maria de Paula em documento encaminhado à Diretoria do SPI em 1929. Tendo como base os relatórios do encarregado, este documento pode nos explicar os principais motivos que levaram a intensificação das animosidades e as frequentes tentativas de incitações à desestabilização das

³⁹ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1929.*

atividades do Posto Duque de Caxias pelos colonos circunvizinhos a este, segundo as impressões do Inspetor e do encarregado Hoerhann.⁴⁰

Para o Inspetor José Maria de Paula, depois da pacificação dos Botocudos, a questão que mais interessava ao Posto era a demarcação das terras para o estabelecimento e usufruto dos índios. Afirma ainda que, conseguir a reserva das terras do Posto no ano de 1926, não foi tarefa fácil em função da grande valorização que estas adquiriam desde a pacificação, quando aumentou a procura de terras por colonos e concessionárias do Estado para fins de colonização. Um destes concessionários, citado no capítulo anterior, foi o então Prefeito de Mafra, Urbano Silva, que com a ajuda do governador do Estado, Dr. Hercílio Luz, possuía autorização para demarcar lotes coloniais ao Norte do Posto até as imediações das roças deste, pelo qual o Posto ficaria limitado à área ocupada pelas suas construções e lavouras. Depois de muitas negociações, o encarregado conseguiu recuar a linha divisória a ser demarcada, não sem prejuízos das terras localizadas ao Norte, onde se estabeleceu a Colônia Bom Sucesso em 1923. De outro lado, as terras do Posto somente não foram ocupadas pela Companhia Colonizadora Hanseática, em função da existência de culturas agrícolas que já ocupavam todas as margens do Rio Hercílio até o Ribeirão do Salto. Assim, ficara o Posto comprimido por todos os lados pelas linhas de lotes coloniais, impossibilitando a liberdade dos índios em seus movimentos migratórios e impossibilitando a expansão das culturas agrícolas do Posto Indígena, conforme afirma Maria de Paula.⁴¹

No entanto, quando aconteceu a assinatura do decreto de cessão definitiva das terras do PIDC pelo governador Adolfo Konder, em 1926, afirma o Inspetor que “(...) ficou anulada a famosa concessão feita pelo governador anterior a Urbano Silva, e que mais não era senão a espoliação das últimas terras, ainda restantes aos pobres índios em benefício daquele feliz concessionário”. Estas terras, que já se encontravam sob propriedade de colonos, foram restabelecidas ao Posto após a demarcação definitiva. Após a assinatura de cessão das terras, fica o Posto com área aproximada de 20.000 hectares, que conforme avaliação de Paula, eram as “(...) melhores terras da região”, acirrando os ânimos dos colonos circunvizinhos.⁴²

Havia ainda, o entrave da demarcação da linha ocidental do Posto que já estava sendo invadida por colonos interessados. Estimada em 33 quilômetros, esta linha apresentava divisa com terras da companhia colonizadora Hanseática e do governo do Estado, cabendo todos os custos dessa empreitada ao Serviço de Proteção aos Índios, órgão este constantemente

⁴⁰ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1929.*

⁴¹ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1929.*

⁴² PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1929.*

desprovido de verbas. Pelo acordo, caberia ao governo do Estado indenizar a Companhia Colonizadora Hanseática pelas terras definitivamente apropriadas pelo PIDC, negando-se esta Companhia ao recebimento do triplo da área cedida aos índios, afirmando não se interessar mais por “(...) nenhuma aquisição de terras, julgando mais que suficiente as que já possui”. Obrigava-se assim o governo do Estado de Santa Catarina a pagar as referidas terras ocupadas à Companhia Hanseática em dinheiro e títulos da dívida pública.⁴³ Como se percebe, a demarcação das referidas terras, segundo o Inspetor, acirraram os conflitos entre os colonos interessados nas terras destinadas ao Posto e o encarregado da obra pacificadora. Logo, estes conflitos sublinharam os antagonismos existentes em função dos diferentes projetos de ambos.

A partir das informações apresentadas, torna-se “fácil” compreender as acusações de Eduardo às frequentes incitações dos colonos aos índios, contra o encarregado. Em seus relatórios, Eduardo apresenta-se como alvo de discórdia e obstáculo entre os interesses dos colonos desejosos das terras do Posto e os Botocudos, persuadidos a discórdia e descritos pelo encarregado como fáceis de “(...) explorar a simpleza e credulidade do índio para seus ignóbeis e sórdidos fins”.⁴⁴ Assim, passa o encarregado a justificar o comportamento rebelde dos tutelados às ordens e à impossibilidade de retê-los nos Posto, sempre a partir das incitações realizadas pelos colonos com quem os Botocudos comerciavam e interagiam.

A seguir, apresentamos um resumo dos principais acontecimentos e atividades desenvolvidas no PIDC para os anos de 1928 e 1929. A partir das considerações do Inspetor José Maria de Paula e das narrativas do encarregado Eduardo Hoerhann, veremos que as animosidades relacionais entre Eduardo, os indígenas Botocudos e a população regional se acirraram ao longo destes anos. As mesmas narrativas nos mostram ainda que os contatos amistosos entre os indígenas e os colonos estavam entre as grandes preocupações do encarregado. Os eventos nos permitirão perceber os divergentes interesses que mobilizavam as diferentes ações por parte dos protagonistas envolvidos no processo de pacificação.

Segundo o Inspetor, no ano de 1928, persistia entre os Botocudos a prática de suas excursões à localidade norte do Posto com o intuito primeiro de caça e coleta de pinhões no alto da serra, onde entravam em contato com “(...) péssimos elementos localizados naquelas zonas coloniais”. Para este, fingindo amizade pelos antigos inimigos, os colonos “(...) lhes incutem a prática dos vícios (...) e insinuam que não devem seguir as prescrições e conselhos

⁴³ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1929*.

⁴⁴ HOERHANN, E., *Relatório de 1926*, agosto.

do pessoal do nosso Serviço, principalmente do encarregado do Posto”.⁴⁵ Assim como nos anos anteriores, Eduardo destaca a volta dos índios ao Posto como problemática, uma vez que, incitados pelos colonos, os grupos vindouros insuflam os ânimos dos seus pares, trazendo sérios problemas à ordem e aos trabalhos dos índios e mostrando-se:

(...) rebeldes e dispostos a provocar atritos com o nosso pessoal, sem nenhum motivo, o que obriga nossa gente a excessos de paciência e de calma para suportar todas as insolências e exigências, que evidentemente são insufladas no animo simples dos índios por esses indignos assessores.⁴⁶

Em março de 1928, Eduardo encaminha comunicado ao Inspetor José Maria de Paula, comunicando-lhe que o Sr. Olympio de Souza, proprietário de taberna na colônia Bom Sucesso, mesmo depois de reiterados pedidos para que deixasse de se “(...) intrometer em coisas do nosso Serviço e deixasse de praticar vis negociações que costumava fazer com os botocudos”,⁴⁷ continuava a insuflar os índios contra os funcionários do Posto. Seguidamente, em 12 de abril, remeteu o Inspetor telegrama ao acusado, nos seguintes termos:

Recomendo cumprirdes rigorosamente recomendações reiteradas vezes feitas Snr. Eduardo Hoerhann, vos absterdes qualquer intromissão serviço Posto Índios Duque Caxias; expressamente vedada qualquer forma negócios com índios botocudos sem expreso conhecimento, consentimento dito encarregado. Caso persistais nesses abusos, inspetoria promoverá poderes competentes vossa responsabilidade criminal; responsabilizando-vos, desde já, por qualquer perturbação, incidente serviço, devido essas causas.⁴⁸

Em novembro, Eduardo encaminha nova comunicação à Inspetoria informando que apesar das persistentes admoestações, continuavam os índios a sair furtivamente do Posto, com o interesse de realizar um nocivo comércio na linha colonial de Moema e Paraguaçu, lugares estes em que segundo o encarregado “(...) tinham arranjado nova e afetuosa camaradagem”. O Inspetor solicita a Eduardo o nome dos aliciadores afim de a “(...) Inspetoria representar ao Chefe de Polícia de Santa Catarina contra os mesmos e pedir a essa autoridade, providencias capazes de terminar esse estado de coisas”. Eduardo lhe responde que realizaria a devida “(...) averiguação, com o máximo zelo e escrúpulo, para apurar quais os principais agentes”, para que não incorra no erro de causar acusações injustas. Para o Inspetor, de fato os indígenas “(...) estavam sendo vítimas de sua ingênua credulidade, pelos

⁴⁵ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1928.*

⁴⁶ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1928.*

⁴⁷ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1928.*

⁴⁸ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1928.*

seus falsos amigos e fingidos entusiastas, que passaram a ser, os antigos e ferrenhos inimigos, não só dos botocudos como do nosso Serviço”.⁴⁹

No ano de 1929, persistem as animosidades entre o encarregado e moradores das áreas coloniais ao norte do Posto, lugares estes que segundo o Inspetor eram habitados “(...) por antigos bugreiros do campo”. A referência geográfica ao norte do Posto, corresponde à localidade de Moema, Iracema, Lucena, Paraguaçu, Itaiópolis e Papanduvas. Para o Inspetor, os colonos exerciam suas “(...) malévolas e perversas insinuações aos índios, seduzindo-os com agrados e presentes de bugigangas”, acusando-os ainda de fornecer-lhes aguardente à vontade. Acusa-os ainda de realizarem um “(...) trabalho de demolição, perversamente feito (...) para incitarem os índios à desobediência e à revolta contra o pessoal do Posto”.⁵⁰

Neste ano, e pela primeira vez, ao apontar os inimigos do Serviço, o relatório acrescenta a sua lista a presença de uma autoridade Policial e ainda a presença de uma autoridade religiosa, na figura do Pároco de Paraguaçu, João Komínick. Por ocasião da visita de um ministro polonês à colônia polaca de Itaiópolis,⁵¹ veio em sua companhia um oficial tenente da polícia do Paraná por ordem do governador daquele Estado. Nesta ocasião, um grupo de índios Botocudos de retorno ao Posto, após passarem alguns dias em Itaiópolis, foram convidados por um grupo de moradores da localidade a se apresentarem ao referido ministro polonês. Segundo o Inspetor, era comum os moradores dos campos angariarem dinheiro entre si “(...) com que faziam os índios cantarem e dançarem, em seus jogos habituais”. Segundo o mesmo relator, mediante o pagamento, os índios dançaram e cantaram ao ministro.⁵²

O Inspetor Maria de Paula informa ainda, que, o oficial tenente procurou interpelar os índios sobre sua vida no Posto e o tratamento dispensado a estes pelo encarregado. Afirma o índio Guanhekê, que servia de intérprete aos demais, por falar muito bem o português, que se recusou a responder as perguntas por “desconfiança”. Posteriormente, o mesmo Guanhekê relatou ao encarregado que o tenente teria dito aos índios que estes:

(...) não deviam trabalhar no Posto, porque o governo lhes mandava tudo que era preciso para a sua alimentação, vestuário, etc. e que se eles não tinham essas coisas como desejavam era porque os empregados do Posto ficavam com os recursos a isso destinados; que não deviam permanecer no posto porque “não eram porcos para ficarem presos no chiqueiro”, e nem cachorros que ficam amarrados; que deviam exigir dos empregados roupas iguais a que os mesmos empregados usavam; que os

⁴⁹ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1928*.

⁵⁰ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1929*.

⁵¹ O Relatório não apresenta o nome do Ministro.

⁵² PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1929*.

empregados recebiam muito dinheiro para dar tudo aos índios e como é que estes “nem sapatos tinham” nem roupas finas e boas?⁵³

(...) Que os índios eram homens livres, que podiam andar, passear, onde bem quisessem e fazer negócios com quem entendessem; que o Pessoal do Serviço, nada mandava na Colônia. Insistiu em lhes dizer, que não deviam obedecer o Pessoal do Serviço quando lhes recomendava não saírem do Posto para aqueles passeios: que ao contrário, saíssem quando quisessem, e voltassem também quando entendessem, repetindo que não eram cachorros para ficarem presos ao posto; eram homens livres e podiam e deviam sair e passear, onde e quando entendessem.⁵⁴

Após pronunciar as palavras acima, o tenente convidou dois dos índios presentes para acompanhá-lo a Curitiba, sendo o convite negado pelos Botocudos. O Inspetor afirma que como o tenente ostentava em sua companhia dois soldados subalternos e ainda um belo uniforme, isto causou no “(...) ânimo simples e infantil dos índios, que ainda agora se referem com entusiasmo e respeito a esse homem, para eles quase sobrenatural”. Oferece ainda cerveja aos índios, presenteando-os com valor em dinheiro, duas galinhas e dois galos. Reitera sua fala anterior, advertindo-os para que “(...) não estivessem se cansando a trabalhar no Posto, quando o governo lhes mandava dar tudo, inclusive roupas finas e sapatos, com recursos superabundantes, que eram absorvidos pelos empregados do Serviço”.⁵⁵ Não podemos nos furtar de pensar que, possivelmente, em se tratando de palavras do dito tenente aos índios, destes ao encarregado do Posto e novamente à Inspetoria Regional, o teor das “incitações” tenham tido os devidos acréscimos por parte de seus interlocutores. No entanto, sua essência não pode ser descartada, dada as várias “incitações” promovidas por elementos exógenos e estranhos ao Serviço, principalmente após a cessão definitiva das terras aos índios. Tal comportamento por parte do policial foi classificado pela Inspetoria como:

(...) ao nível dos bugreiros, intrigantes e perversos daquela região (...) induzindo ao mal a esses pobres índios, que, na sua inconsciência, consideram como amigo esse indivíduo repelente, que lhes envenenou o animo”. (...) Se os índios, hoje continuam ainda mais convencidos de que, de fato, estão fazendo o papel de tolos, obedecendo às ordens do Serviço e prestando serviços no Posto, aliás em proveito de seu próprio proveito, em grande parte devem às pérfidas insinuações desse intrigante e mentiroso.⁵⁶

A citação acima somente nos reforça o entendimento de que os indígenas aldeados eram percebidos pelo Inspetor e pelo encarregado como seres incapazes e manipuláveis, “induzidos ao mal”, “pobres índios” e “inconscientes” diante dos pérfidos interesses dos

⁵³ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1929.*

⁵⁴ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1929.*

⁵⁵ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1929.*

⁵⁶ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1929.*

colonos “intrigantes e perversos”. Mais uma vez, retratou-se a imagem do inocente indígena e dos cruéis conquistadores, negando-se ao primeiro a capacidade de respostas próprias e em seus próprios termos. Na próxima seção, entra em cena um novo protagonista desta história; personagem este que já se fazia presente pelo menos desde 1923, mas que se encontrava omitido nos relatórios do encarregado Eduardo Hoerhann. Como veremos, muitas lacunas que encontram-se em aberto nos eventos anteriormente narrados, poderão ser melhor compreendidas a partir do ingresso deste “novo” personagem em nossa história.

4.4. Da catequização laica à religiosa.

Para Eduardo, tão “intrigante e perverso” quanto o tenente que procurou incitar os Botocudos contra à ordem do Posto Indígena, foi considerado o padre polaco de Paraguaçu, João Komínick, responsável pela paróquia desta localidade que fica ao norte do Posto Duque de Caxias, local que atualmente pertence ao município de Itaiópolis. No ano de 1923, Komínick esteve em visita ao Posto Indígena e realizou o batismo de 98 Botocudos. Logo, pensar a história da pacificação a partir da criação do Serviço de Proteção aos Índios, não nos exime de reflexões sobre o velho paradigma catequético das missões empreendidas pelas ordens religiosas em território brasileiro. Mesmo que a política indigenista proposta por Rondon fosse orientada por princípios laicos e seus Postos Indígenas estivessem sob a responsabilidade de encarregados “leigos” que pretendiam transformar os índios em novos cidadãos e não mais em novos cristãos, o que a nova política indigenista nos apresentou em várias situações Brasil afora, foi à permanência das práticas catequéticas religiosas. Como exemplo desta permanência, nos dedicaremos a “parceria” estabelecida entre o encarregado do PIDC e o padre polonês João Komínick.

Pensar e pesquisar esta “parceria” entre o encarregado do Posto Indígena e o padre polonês, pode nos ajudar a preencher algumas lacunas e levantar ainda algumas indagações. Inicialmente, devemos nos perguntar se a permissão de Eduardo para a realização de batismos no Posto Indígena, teria algo a ver com as dificuldades encontradas pelo encarregado em sua missão “civilizadora”, já que sabemos das diversas formas de resistências que foram engendradas pelos tutelados frente às ações pedagógicas aplicadas no espaço disciplinar do Posto. Da mesma forma, não podemos nos furtar de refletir sobre a apropriação do ritual de batismo pelos indígenas, procurando compreender como este ato religioso foi recepcionado pelos Botocudos. Para isto, inicialmente historicizaremos este evento batismal de 1923, a fim

de tentarmos encontrar algumas possíveis respostas, sem, no entanto, qualquer pretensão conclusiva, uma vez que as fontes pesquisadas não nos permitem preencher algumas lacunas.

A primeira dessas lacunas é em relação à frequência das visitas do padre polonês ou de qualquer outro padre a sede do Posto Indígena do ano da pacificação até 1923, quando aconteceu o batismo dos Botocudos. Fato é que, em suas considerações para o ano de 1919, o Inspetor José Maria de Paula se queixou a Diretoria do SPI sobre “(...) a exploração que de uns tempos para cá (...) se vêm fazendo na imprensa da Capital Federal, no sentido de fazer crer que frades ou padres se tem interessado pela sorte dos índios no Estado de S. Catarina”.⁵⁷ Em sua fala, o Inspetor afirma que:

(...) desde que os serviços naquele Estado correm sobre a responsabilidade desta Inspeção, e creio que mesmo no período anterior, nenhum frade ou padre ou membro de qualquer congregação ou confraria religiosa demonstrou qualquer interesse pelos índios, quer botocudos, quer coroados mansos, a não ser algumas tentativas de batizá-los e essas mesmas manifestadas por tais ordens religiosas sem que tivessem sido levadas a efeito.⁵⁸

O Inspetor afirma ainda, que, desde que se estabelecera o serviço do Posto de Atração no Estado, a tarefa pacificadora estivera sob responsabilidade de seus responsáveis leigos, sem a participação ou interesse de qualquer ordem religiosa. Maria de Paula, demonstra seu ceticismo à prática missioneira ao afirmar da impossibilidade de se incutir ideias religiosas nos indígenas diante de “seu atraso mental” e de serem “incapazes de tais abstrações”.⁵⁹

No entanto, o encarregado Eduardo Hoerhann não compactuava do mesmo ceticismo e omitiu em seus relatórios o contato que tivera com o padre polonês João Komínick. Em nenhum dos relatórios anuais do encarregado o nome do eclesiástico fora nem sequer levemente mencionado, nem mesmo no ano de 1923, ano em que realizou-se o batismo dos indígenas. Para Schalinsky e Rodycz, esta aproximação entre Eduardo Hoerhann e o padre João Komínick, foi gestada pelo próprio pároco polonês logo após a transferência dos indígenas para a Posto de Atração. Os autores narram a aproximação entre Komínick e Eduardo como uma verdadeira epopeia. Afirmam que, em momento posterior ao aldeamento, o padre e comitiva realizaram uma excursão ao Posto de Atração levando consigo grande quantidade de víveres e presentes aos índios do Posto. No entanto, perdem todo o carregamento durante o trajeto quando a canoa em que viajavam virou em uma cachoeira, salvando-se todos e adiando suas pretensões missionárias. Ainda segundo Schalinsky e

⁵⁷ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1919.*

⁵⁸ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1919.*

⁵⁹ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1919.*

Rodycz, outras excursões missionárias exitosas aconteceram, culminando por conseguir o Pe. Komínick, em outubro de 1923, o batismo de 98 indígenas, inclusive do cacique e de sua família.⁶⁰

A citação a seguir, do encarregado Hoerhann ao padre Komínick, pode ser elucidativa e talvez possa nos explicar porque da omissão do contato que tivera com o pároco em seus relatórios. Segundo o Pe. Komínick, Eduardo teria dito que:

(...) eu da minha parte, não posso fazer nenhuma propaganda nem a favor nem contra a religião. O parágrafo seis dos meus regulamentos, a mim confiados pelo governo, proíbe radicalmente induzir os índios para adotar tal ou tal religião, ou proibir-lhes, contra a vontade deles, exercer esta ou aquela doutrina. Eu pessoalmente tenho que permanecer neutro.⁶¹

No entanto, enquanto o encarregado Eduardo Hoerhann deixa claro ao padre João Komínick da impossibilidade de “induzir” os índios a qualquer prática religiosa, lança responsabilidade sobre seu subordinado, o índio coroado Preié, que participava da obra pacificadora como intérprete desde sempre, como atesta sua fala:

Mas, esta obrigação não tem o meu auxiliar Preié (...) que desde o começo da minha atividade no meio dos selvagens, partilha comigo sorte e infortúnio. Ele já é católico, tem a esposa e são casados na Igreja católica (...). Ele me pediu para que eu deixasse batizar as suas crianças, quando o padre no Posto vier. Não somente permito batizar as crianças, mas ainda animei, para que com este exemplo, os Botocudos se inclinem e interessem para serem batizados também.⁶²

E assim, não somente aconteceu o batismo dos filhos de Preié, mas também o batismo de 98 indígenas Botocudos, conforme relato do próprio padre João Komínick.

Mais ou menos pelas 3 horas da tarde, Eduardo, o amansador dos Bugres, mandou chamar todos os Bugres e não-Bugres para a sala, com altar enfeitado. As velas foram acesas, todos aqueles que iriam receber o Batismo ficaram colocados em círculo: de um lado os homens e moços e do outro as mulheres e as jovens. Os padrinhos dos quais havia alguns pares, foram colocados ao lado dos neófitos. (...) Pensei que haveria tumulto, barulho e choro de crianças, tanto mais que a cerimônia do santo Batismo iria durar umas duas horas. Noventa e oito pessoas aguardavam a recepção do Sacramento do Batismo. Tranquilidade, seriedade aparecia no rosto de todos; até as crianças se comportaram silenciosa e pacificamente. Eu mesmo fiquei

⁶⁰ SCHALINSKI, A; RODYCZ, W .C., *Colônia Lucena, Itaiópolis*, p. 174.

⁶¹ A fala citada consta em documento redigido pelo Pe. João Komínick e fora originalmente publicada no *Kalendar Polski Przyjaciela Rodziny* em língua polonesa no ano de 1925, p. 38-41. A tradução foi realizada pelo Pe. polonês Lourenço Biernaski em 20 de agosto de 2011 e o documento traduzido encontra-se em seu acervo pessoal na Congregação Vicentina de Curitiba. KOMÍNICK, Jan Pe. *Batismo e Conversão dos Botocudos*. Itaiópolis, 28-XII-1923. Tradução de Lourenço Biernaski.

⁶² KOMÍNICK, J. Pe., *Batismo e Conversão dos Botocudos*.

emocionado quando iniciei as cerimônias do Santo Batismo. Este foi o dia mais bonito da minha vida sacerdotal.⁶³

(...) Quando batizei a todos, o Sr. Eduardo se aproximou de mim, e deu para ver a sua emoção e me parabenizou que naquele dia trouxe para a Igreja Católica os primeiros Botocudos. Apertei a mão dele como sinal de gratidão e agradecimento por esta surpresa que me causou e pelos seus votos.⁶⁴

Saber se o superior imediato do encarregado, o Inspetor José Maria de Paula, fora ou não informado sobre as atividades religiosas realizadas no Posto Indígena em 1923, é uma lacuna que as fontes analisadas não nos permitem elucidar. Somente em suas considerações de 1929, ou seja, seis anos após os batismos, aparecem as primeiras acusações formais do Inspetor ao Padre. Neste ano, o Inspetor acusa o padre polonês João Komínick de incitar os índios contra às atividades de Eduardo junto aos Botocudos, sem, no entanto, fazer qualquer menção às atividades religiosas e batismais por este realizada no espaço do Posto Indígena.

Neste mesmo ano de 1929, as relações de amizade entre o encarregado da obra pacificadora, Eduardo Hoerhann e o padre polonês João Komínick, estavam bastante estremecidas, para usarmos aqui de um eufemismo. Para entendermos este abalo de relações, nos utilizaremos inicialmente do documento redigido pelo padre Jan Rzymelka, sobre a atividade dos padres da Missão de São Vicente de Paula no Brasil.⁶⁵

Ao iniciar seu relato, o padre Rzymelka narra à crueldade e a persistente luta dos Botocudos contra os colonizadores alemães e os ataques que sofreram os imigrantes europeus durante o processo de ocupação territorial do Vale do Itajaí. Narra ainda, os revides e atos de vingança realizados pelos colonizadores contra os índios. Quanto à colônia polonesa de Lucena-Itaiópolis, o padre Rzymelka afirma que apesar dos ataques sofridos, o primeiro em 1895, no qual os Botocudos invadiram propriedades de colonos, queimaram casas e jogaram os cadáveres e os feridos em meio a fogueira, entre outros ataques citados, nunca os poloneses procuraram vingança contra os silvícolas, como fizeram os alemães que organizavam suas caçadas contra os índios e sequestravam-lhes as crianças. Em suas considerações, afirma Rzymelka que:

Não se pode falar de ação missionária nas colônias alemãs após os cruéis massacres; a missão de conversão eficiente, só poderia vir dos poloneses, os quais defendendo

⁶³ KOMÍNICK, J. Pe., *Batismo e Conversão dos Botocudos*.

⁶⁴ KOMÍNICK, J. Pe., *Batismo e Conversão dos Botocudos*.

⁶⁵ RZYMELKA, Jan. Pe. Ação Missionária dos Padres da Missão no Brasil. Missão evangelizadora dos Índios junto às colônias polonesas do Sul do Brasil. Originalmente redigido em polonês e traduzido pelo padre Lourenço Biernaski em 26/08/2011 que encerra o texto com a seguinte nota: Tradução do original xerocado na Polônia, no ano de 2002, e traduzido de maneira simples e livre para ser entendida facilmente. Este documento encontra-se disponível no acervo pessoal do tradutor na Congregação Vicentina de Curitiba.

as suas propriedades, nunca tiveram nem procuraram uma vingança cruel com os botocudos.⁶⁶

Ao comentar a exitosa ação missionária realizada pelo padre Komínick e a “conversão” dos Botocudos, e conversão aqui leia-se como batismo, Rzymelka afirma poeticamente que, “(...) depois da conversão dos selvagens no ano de 1923, a colônia polonesa de Itaiópolis respirou tranquilamente; as novas abelhas que deixam as colmeias se espalharam pelo interior adentro, pelas matas virgens, para colonizar e cultivar estas terras férteis”.⁶⁷ Ao falar das abelhas, o padre está se referindo aos filhos e netos de colonos poloneses que nos anos precedentes a “conversão cristã do batismo”, não se aventuravam em busca de novas terras para colonização em função dos ataques indígenas, e agora, tal intento se tornava possível. Ao que parece, aos olhos da Missão de São Vicente de Paulo no Brasil, o verdadeiro pacificador foi o padre polonês João Komínick, uma vez que somente após o batismo dos silvícolas, por este realizado, estabelece-se a paz na região circunvizinha a colônia polonesa. O mesmo nos informam Schalinsky e Rodycz que afirmam que “o Pe. Komínick inscreveu-se na história de Alto Paraguaçu como pacificador dos índios”.⁶⁸

Segundo palavras do próprio padre João Komínick, após o batismo, ficara ele conhecido entre os “neófitos” como “papaie”, interpretado por ele como o “papai” dos bugres. Afirma, ainda, que em sua despedida do Posto, os Botocudos perguntaram se poderiam “(...) ir a casa onde mora o papaie”, o qual acenou positivamente afirmando que os receberia “(...) com muita vontade e alegria (...) e quando vierem, receberão bons presentes e muita comida”.⁶⁹ E foi o que aconteceu. Logo em seguida, dirigiram-se grupos de índios a Alto Paraguaçu no qual receberam comida, presentes e também bebida e prolongaram sua estadia por dias, atraindo a atenção de outros indígenas que passaram a realizar outras excursões em que também foram recebidos com festas, cantos, danças, orações e obviamente, catequese, além de confraternizarem com os polacos.

O evento da catequização religiosa ou o batismo dos “neófitos” realizado pelo padre Komínick sob consentimento de Eduardo, possivelmente fora pensado pelo encarregado como um aliado a sua catequização “leiga”. No entanto, o evento batismal que foi pensando como uma estratégia auxiliar em sua obra “civilizadora”, acabou se tornando um problema que acompanharia Eduardo por todo o período aqui pesquisado. Como veremos, a mensagem

⁶⁶ RZYMELKA, J. Pe., *Ação Missionária dos Padres da Missão no Brasil*.

⁶⁷ RZYMELKA, J. Pe., *Ação Missionária dos Padres da Missão no Brasil*.

⁶⁸ SCHALINSKI, A. RODYCZ, W. C., *Colônia Lucena, Itaiópolis*, p. 174.

⁶⁹ KOMÍNICK, J. Pe., *Batismo e Conversão dos Botocudos*.

religiosa transmitida pelo pároco em 1923, fora recepcionada pelos Botocudos de forma diversa àquela pretendida pelo encarregado. Para entendermos esta afirmativa, faremos um breve retrospecto, no intuito de melhor compreendermos o momento que sucedeu ao batismo dos tutelados.

Até o ano do batismo, a negação ao trabalho pelos indígenas, nos serviços do Posto, era constantemente atribuída em função de seu espírito “nômade”, venatório e imprevidente, entre outros adjetivos dados aos tutelados. Entre as maiores preocupações do encarregado, encontrava-se a possibilidade de novos conflitos entre índios e colonos, uma vez que, para Eduardo, o contato entre eles se tornava inevitável diante da persistência de práticas tradicionais como a caça, a coleta e a andança por paragens fora dos “limites” do Posto. Procurando contornar possíveis ataques recíprocos, o encarregado engendrou políticas de aproximações amistosas entre índios e colonos. Criou estratégias, como a realização de roças nas proximidades limítrofes do Posto com sítios de colonos, com a intenção de suprir os Botocudos de alimentos e inibir possíveis ataques a animais ou roças alheias. Acusações aos colonos por incitarem os índios à desordem no Posto são inexistentes em seus relatórios deste período, somente justificando comportamento agressivo dos aldeados em função de possíveis incidentes com civilizados fora da sede do Posto.

Os anos de 1924 e 1925, são os anos em que mais reiteradamente aparecem nos relatórios do encarregado e nas considerações da Inspetoria, a importância da demarcação definitiva das terras do Posto Indígena. Eduardo associava as “visitas” dos Botocudos aos núcleos colônias, como consequência da protelação da demarcação das terras dos índios, e persistia no velho argumento da inevitabilidade de possíveis conflitos entre índios e colonos. O ano de 1925 é descrito como ano em que a prática “nômade” foi persistente e em que a negação ao trabalho e o saque às culturas agrícolas do Posto se tornaram sobretudo incontroláveis.

Após a definição dos limites territoriais das terras do Posto, no ano de 1926, Eduardo realiza diversas acusações aos colonos por incitações aos índios. Segundo o encarregado, estas incitações teriam a finalidade de desestruturar a obra pacificadora do Posto Indígena. Reiteradas acusações aos colonos são realizadas, tanto pelo encarregado Hoerhann quanto pelo Inspetor José Maria de Paula. Passam a justificar o “mau” comportamento indígena como proveniente destas incitações nos espíritos manipuláveis dos tutelados. Ora, após a demarcação definitiva das terras destinadas à obra pacificadora e diante da persistência das

antigas práticas como o “nomadismo”, a caça e a coleta, o antigo argumento da necessária demarcação de terras já não existia mais.

A permanência das práticas tradicionais dos tutelados e seu comportamento de negação às ordens disciplinares, não poderiam mais ser justificadas em função da indefinição dos limites das terras destinadas aos índios. Nem tão somente em função de seu espírito de imprevidência e indolência. Neste momento, em que os limites geográficos do Posto já encontravam-se definidos, o encarregado passa a atribuir os problemas de “indisciplina” às incitações promovidas pelos moradores interessados nas terras agora demarcadas do Posto. Para o encarregado, os colonos regionais passam a se aproximar cada vez mais e de forma interesseira aos seus antigos inimigos Botocudos. Logo, em sua avaliação, a aproximação interessada entre índios e colonos, fora interpretada como de mão única, ou seja, partiu dos colonos que diante de seus interesses perceberam a possibilidade de manipular e “(...) explorar a simpleza e credulidade do índio para seus ignóbeis e sórdidos fins”.⁷⁰

Não percebera Eduardo, que a aproximação amistosa entre colonos e Botocudos que já vinha acontecendo, fora intensificada a partir de sua autorização de catequização religiosa realizada pelo padre Komínick em 1923. A nova relação estabelecida com o padre, serviu como ponte para a aproximação dos tutelados com a comunidade polaca da região dos campos, onde não somente passam a frequentar e ganhar presentes, como também a comerciar chapéus de taquara, arcos, flechas, lanças e outros objetos. Como nos informa Schalinsky e Rodycz, logo após o batismo :

(...) e informados e instruídos pela boa catequese de que são cristãos e iguais aos brancos, (...) foram convidados para acompanhar o padre até Alto Paraguaçu. Logo, uma caravana de índios se organizou para fazer companhia ao Pe. Komínick e sua comitiva. Em Alto Paraguaçu, foram recebidos e hospedados no pátio da igreja e no salão paroquial. Foi um encontro pacífico e fraterno entre os índios e os poloneses, que lhes forneceram muita comida e muitos presentes, sem falar também na bebida. Os índios gostaram muito dessa festa e queriam prolongar a sua estada por mais alguns dias. Foi ocasião para encontros de cantos, danças, de oração e catequese também. Ao voltarem à sua reserva com os presentes recebidos, causaram inveja aos que ficaram. Outros começaram então a organizar uma nova expedição pacífica até a casa do Pe. Komínick, a fim de lhe retribuir a visita e receber muitos presentes do padre – pai- amigo!⁷¹

Como vemos, diversamente de outros movimentos contestatórios à subjugação em que a imposição de novos valores religiosos a povos indígenas ganharam contornos de resistência hostil, visto os valores sagrados se constituírem e estarem associados à própria organização

⁷⁰ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1929.*

⁷¹ SCHALINSKI, A ; RODY CZ, W. C., *Colônia Lucena, Itaiópolis*, p, 174- 175.

social, os Botocudos de Santa Catarina também resistiram, só que a seu favor. Utilizaram-se do batismo como estratégia aproximativa com o padre e com a comunidade polaca, e principalmente, como estratégia de ampliação de seu espaço amistoso de circulação.

Três anos após o batismo dos “neófitos”, os abalos provocados nas relações com a comunidade polaca e com o padre Komínick, apresentavam contornos de forte hostilidade e ganhavam voz nos relatórios do encarregado. Em 1926, afirma Eduardo não estranhar o comportamento de animosidade dos índios no Posto Indígena “(...) após terem confraternizado com polacos ébrios e nacionais desclassificados de ínfima espécie”.⁷²

Os relatórios de 1929, nos informam que, assim como certos sujeitos civis das localidades dos campos procuravam incitar os índios contra o serviço de pacificação, a mesma atitude pode ser imputada ao religioso João Komínick. Em suas considerações para o ano de 1929, o Inspetor Maria de Paula afirma que em suas incitações, o padre João Komínick procurava reter os índios em sua comunidade, alegando que ali ficariam em melhor situação, teriam mais liberdade e onde “(...) as crianças lhe seriam entregues para frequentarem a igreja e a escola; porque caridosamente, as crianças indígenas não deviam continuar a ser criadas como bicho”.⁷³ Segundo as considerações da Inspetoria, os argumentos utilizados pelo religioso em muito se assemelhavam aos utilizados pela população civil. José Maria de Paula acusa o pároco de dizer aos Botocudos que “(...) o pessoal do Serviço retêm a eles, índios, no Posto como se fossem animais”, incitando-os a viverem separados da “outra gente”, mas antes ao contrário, “(...) precisam sair, passear muito, ver e aprender de tudo”.⁷⁴

Correspondências acusatórias entre Eduardo e Komínick são trocadas a partir de 1928 e estas correspondências nos apresentam um cenário de intensa animosidade entre ambos. Exemplo disso é a carta enviada ao pároco pelo encarregado datado de 16 de dezembro de 1928. Nesta carta, Eduardo acusa o padre de incitar os tutelados à realizarem frequentes excursões até a comunidade polaca com a finalidade de passearem e comerciar com moradores, como segue:

Cumpre-me chamar vossa atenção para as frequentes excursões feitas até aí, por índios deste Posto, que, dizem, aí vão, não só a título de passeio, como, principalmente, visando a realização de vendas e compras de toda espécie. Essas excursões, pelo que fui informado, são por todos os meios e modos favorecidas e quiçá incentivadas por Vossa Revma.⁷⁵

⁷² HOERHANN, E., *Relatório de 1926*, agosto.

⁷³ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1929*.

⁷⁴ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1929*.

⁷⁵ Cartas de 1928 anexas ao relatório de considerações do Inspetor José Maria de Paula referente ao ano de 1929.

Eduardo pede a Komínick para que chame a atenção de seus paroquianos que “(...) confraternizam ou negociam com estes índios” para que não mantenham “(...) relações ilícitas e duvidosas amizades entre índios botocudos e pessoal estranho ao serviço do Posto.”⁷⁶

Em carta resposta de 20 de janeiro de 1928, o pároco nega as acusações do encarregado, afirmando que chegam os índios à comunidade sem serem estes convidados e quando interrogados sobre a autorização para estarem fora do perímetro do Posto, acenam positivamente. Ao finalizar a carta resposta, ironicamente pergunta ao encarregado: “(...) nesse momento chegou uma turma composta de 10 pessoas dos índios para a Colônia Moema. E o que fazer com eles? Tocar para fora?”⁷⁷

De forma categórica, o encarregado responde em 25 de janeiro do mesmo ano ao Padre Komínick que “(...) sempre que os índios aparecem fora do perímetro de seu território, fazem-no sem autorização ou permissão minhas”,⁷⁸ e que todas essas saídas são “(...) clandestinas e indevidas”. Pontuando sua ação pedagógica, Eduardo afirma que sempre explicou aos índios que “(...) sob nenhum pretexto, devem transpor os limites do vasto território que lhes foi determinado pelos poderes competentes”. Afirma, ainda, que “(...) estas transgressões (...) se tem tornado sobremodo frequentes e amiudadas”. Ao finalizar sua carta resposta, o encarregado responsabiliza tais transgressões às influências de moradores da região, que, segundo Eduardo, com falsas promessas “(...) intentam contra a missão disciplinadora e verdadeiramente civilizadora deste posto”.⁷⁹

A troca de acusações entre o padre polônês e o encarregado do Posto Indígena vêm ao encontro de algumas afirmações que realizamos nas Páginas anteriores. Inicialmente, corroboram mais uma vez a afirmativa de que no contexto histórico da pacificação, pelo menos durante o recorte temporal pesquisado, a demarcação definitiva das terras do Posto pouco representava aos indígenas Botocudos. Reiteradamente imputada pelo encarregado como imperativa ao pleno desenvolvimento da obra civilizadora, a demarcação das terras fora pensada única e exclusivamente a partir do olhar e do interesse civilizador e disciplinador de seu encarregado, e diante do cenário que se mostrava diante de seus olhos: a falta de controle e de poder de coerção sobre as práticas “nômades” dos aldeados.

Nos corroboram também a afirmativa de que Eduardo não somente subestimava a capacidade inventiva e criativa dos seus tutelados, como demonstra sua incapacidade de

⁷⁶ Cartas de 1928 anexas ao relatório de considerações do Inspetor José M. de Paula referente ao ano de 1929.

⁷⁷ Cartas de 1928 anexas ao relatório de considerações do Inspetor José M. de Paula referente ao ano de 1929.

⁷⁸ Cartas de 1928 anexas ao relatório de considerações do Inspetor José M. de Paula referente ao ano de 1929.

⁷⁹ Cartas de 1928 anexas ao relatório de considerações do Inspetor José M. de Paula referente ao ano de 1929.

compreensão deste “outro” com quem convivia no Posto Indígena. Essa incapacidade de compreensão do comportamento dos Botocudos o transtornava, como demonstram as variadas justificativas que o encarregado apresentava diante de diferentes situações e contextos. As resistências indígenas, ora eram interpretadas como provenientes do estado psíquico dos indígenas e de seu espírito de indolência e imprevidência. Em outros contextos, eram interpretadas como provenientes de seu estágio mental, classificado como infantil e manipulável e em função de incitações provocadas por terceiros. Como vemos, em nenhum momento Eduardo pensou as ações indígenas enquanto estratégias inventivas dos Botocudos que procuravam se afirmar etnicamente diante do cenário histórico vivenciado.

A troca de correspondências entre Eduardo e Komínick, nos mostra isto, quando o encarregado atribuí as transgressões indígenas às incitações provocadas por moradores da região. Para Eduardo, com falsas promessas, os colonos “(...) tentam contra a missão disciplinadora e verdadeiramente civilizadora deste Posto”.⁸⁰ De alguma maneira, a redução das áreas agricultáveis do Posto Indígena, cenário este que apresentamos no início deste capítulo, tinha que ser justificada, e como vimos, responsabilizou-se os colonos circunvizinhos ao Posto e não os indígenas e suas ações e reações, uma vez que a estes se atribuiu uma incapacidade inata para isto.

Raciocínio análogo a este pode ser feito em relação ao padre polonês João Komínick. As trocas de farpas entre o padre polonês e o encarregado Eduardo Hoerhann, nos evidenciam dois personagens e seus interesses conflitivos e contraditórios. No centro desta disputa, encontravam-se os indígenas Botocudos. Não sem propósito, utilizamos a palavra disputa, pois é isto que as cartas de ambos nos apresentam: uma disputa de poder de manipulação entre “civilizados” que percebiam os protagonistas indígenas como meros coadjuvantes. Diante das considerações realizadas, podemos afirmar quase acertadamente, que nem o encarregado Eduardo Hoerhann e nem o padre João Komínick, perceberam que foram estes protagonistas, ou seja, os próprios indígenas, que engendraram e criaram o cenário que se estabeleceu após o batismo consentido por Eduardo em 1923: o de circular livremente e amistosamente entre dois mundos; um em que encontravam segurança física e alimentar, e outro em que preservaram o seu antigo *modus vivendi* anterior a pacificação e ao aldeamento.

⁸⁰ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1929*.

Fotografia 7: Padre João Komínick em visita ao Posto Indígena em 1923.



Fonte: SANTOS, Sílvio Coelho dos. Os índios Xokleng: memória visual. Florianópolis: Ed. da UFSC; Ed. da UNIVALI, 1997 - Acervo AHJFS.

Como afirmamos anteriormente, analisar a atividade missionária empreendida pelo religioso João Komínick entre os Botocudos, pressupõe pensar os motivos que levaram o encarregado a autorizar a participação da ordem religiosa em seu projeto catequético “laico”. Diante de todas as contrariedades apresentadas durante o processo de pacificação até o ano de 1923, ousamos afirmar que as dificuldades de ordem prática enfrentadas por Eduardo Hoerhann em sua política disciplinar e civilizadora, encontram-se entre os motivos centrais que o levaram a estabelecer a “parceria” religiosa com o pároco polaco. O encarregado pensou o ato batismal enquanto uma estratégia de dominação espiritual dos futuros cidadãos, como atesta a fala de Eduardo, apresentada pelo próprio padre João Komínick:

Os índios, não imediatamente, mas aos poucos vão se instruindo nas verdades da religião católica, vão civilizando e assimilando-se com os brasileiros que os rodeiam, como também de outras nações, esquecerão dos erros pagãos e se tornarão

católicos. O dia de hoje, (...) é um fato muito importante para o meu Posto. É um divisório nos fatos dos Botocudos.⁸¹

No entanto, subvertendo todas as expectativas do encarregado, os indígenas Botocudos se apropriaram deste ato religioso de forma diversa da pretendida, engendrando ações que atendiam aos seus próprios interesses de sobrevivência cultural.

4.5. A subversão dos sentidos: o protagonismo dos Botocudos.

Neste momento, abriremos um breve parêntese para analisar as falas do encarregado Eduardo Hoerhann sobre o comportamento dos Botocudos, relacionando-as as falas deixadas pelos missionários jesuítas do século XVI e XVII, as quais tão detalhadamente Viveiro de Castro se ateve. Em seu texto *O Mármore e a Murta*⁸², o autor destaca as dificuldades enfrentadas pelos jesuítas no trabalho de conversão dos índios brasileiros, se utilizando, para isto, do olhar de missionários como Antonio Vieira, que comparava os “conversos” a um gênero botânico: a murta. Em suas observações, Vieira destaca a aceitação dócil com que os índios recebiam os novos ensinamentos cristãos e como, ao menor descuido, perdiam a nova forma. O olhar seiscentista de Vieira é representativo também ao início das atividades jesuíticas no Brasil em meados do século XVI, que já dava notas das dificuldades enfrentadas na tarefa de conversão. Castro afirma que esta “(...) inconstância, não foi registrada apenas para as coisas da fé. Ela passou, na verdade, a ser um traço definidor do caráter ameríndio, consolidando-se como um dos estereótipos do imaginário nacional”.⁸³

Imaginário este, que se fez presente no processo de pacificação dos indígenas Botocudos de Santa Catarina. Renitentes, indolentes, imprevidentes e surdos às ordens foram alguns dos adjetivos imputados aos indígenas sob a tutela de Eduardo. Nas palavras do encarregado, estes adjetivos se tornaram constitutivos de sua estrutura psíquica, de sua índole. Viveiros de Castro afirma que os “(...) missionários não viram que os ‘maus costumes’ dos Tupinambá eram sua verdadeira religião, e que sua inconstância era o resultado da adesão profunda a um conjunto de crenças”.⁸⁴ Raciocínio análogo pode ser feito em relação ao encarregado Hoerhann junto aos Botocudos.

⁸¹ KOMÍNICK, J. Pe., *Batismo e Conversão dos Botocudos*.

⁸² CASTRO, E. V. de., *A inconstância da alma selvagem: e outros ensaios de antropologia*.

⁸³ CASTRO, E. V. de., *A inconstância da alma selvagem: e outros ensaios de antropologia*, p. 186.

⁸⁴ CASTRO, E. V. de., *A inconstância da alma selvagem: e outros ensaios de antropologia*, p. 192.

Aquilo que foi nomeado como inconstância pelos jesuítas e indolência ou renitência por Eduardo Hoerhann, deve ser problematizado e compreendido em termos de ações indígenas que atendiam a seus próprios interesses e que eram pensados ou engendrados em seus próprios termos. Castro afirma, que, enquanto os jesuítas viam os índios como potenciais cristãos, inversamente, os tupinambá viam os europeus em sua alteridade, característica própria de sua cosmologia aberta ao outro, seja este o inimigo tupinambá ou o “amigo” missionário que lhes possibilitaria a absorção da alteridade exterior com propósitos de alargamento da própria condição humana, com pedidos de cura e vida longa. O fenômeno religioso entre os Botocudos de Santa Catarina nos permite um raciocínio análogo, sem qualquer pretensão de entendimento cosmológico como o realizado por Viveiro de Castro.

Enquanto os Tupinambá descritos por Castro perceberam o contato interétnico com os jesuítas como uma possibilidade de ampliação de sua condição humana, os Botocudos tutelados no Posto Indígena Duque de Caxias perceberam o batismo, ou a amizade que aí nascera com o padre João Komínick, também como uma possibilidade de ampliação, só que de suas fronteiras geográficas onde poderiam circular tranquilamente e de forma amistosa entre os seus novos “amigos”. Por isso, as inúmeras menções realizadas pelo encarregado ao péssimo hábito de circulação dos Botocudos pelos campos, região esta onde habitava a comunidade polaca com quem os índios passaram a comercializar e circular de forma incontrolada. Logo, para os “aldeados” Botocudos, as adjetivações que lhes foram imputadas por Eduardo, como renitentes, indolentes e imprevidentes ou ainda como detentores de uma estrutura psíquica infantil e manipulável, nada mais era que a expressão de um modo de ser anterior, de manutenção de uma lógica social interna que se encontrava em perigo. Certamente, o encarregado não tardou em perceber que sua estratégia religiosa em nada contribuiu para o bom andamento de sua prática civilizatória, mas antes ao contrário, só lhe trouxe novos problemas.

Para fechar este parêntese, cabe-nos ainda problematizar alguns adjetivos ou categorias culturais de julgamento levadas a efeito por quem tem o poder de realizar tais julgamentos. O olhar da inconstância indígena dos jesuítas, ou da indolência de Eduardo Hoerhann, parte de um olhar centrado em seus próprios valores etnocêntricos. Como poderiam ser considerados inconstantes, os Tupinambá, que mesmo diante das repreendas dos jesuítas aos atos de vingança, afirmavam que poderiam abrir mão de parte de seus rituais de vingança, como o canibalismo, mas que a morte do inimigo se manteria entre seus “costumes”? O mesmo raciocínio se aplica aos Botocudos, que não poderiam assim ser

classificados, uma vez que se mantinham fiéis aos seus antigos “costumes” ou práticas tradicionais agora pensadas em seu novo contexto histórico. Logo, o que para estes povos indígenas era tão somente a constância de suas antigas práticas ou a fidelidade a elas, na tinta dos etnocêntricos colonizadores de almas e imaginários, fazendo aqui alusão a Gruzinski,⁸⁵ ganhou novos contornos. Não pensaram os colonizadores, no entanto, que também cabia aos colonizados a imposição de significados próprios e a produção de sentidos próprios, como os sentidos impressos pelos Botocudos, que de forma interessada se apropriaram do código cultural do “outro”, qual seja, o batismo, e enxergaram a possibilidade de uma ampliação de seu espaço de circulação e de preservação de suas práticas culturais.

Pensando os processos coloniais ao longo da história, fato é que, a Igreja, poucas vezes se manteve alheia ou à margem destes processos. Antes sim, participou destes como coautora. Esta associação sempre fora acompanhada de ações políticas e sua fala sempre esteve determinada pelas relações de força e poder que esta instituía com os demais partícipes dos processos de espoliação levados a efeito pelos colonizadores. Rupturas nessa efetiva participação a uma nova ordem dominante também aconteceram ao longo da história, não obstante a contínua e persistente luta pela permanência do seu quinhão. Ao fazer referência à participação da Igreja na ordem colonial brasileira, Orlandi afirma que, independente da ordem religiosa, seja capuchinhos ou jesuítas, os mais brandos ou mais duros respectivamente, não:

(...) deixaram de fazer, todos, parte crucial da colonização. Ao contrário, por este ou aquele motivo, todos acreditavam piamente na necessidade da catequese e do estabelecimento de um governo entre índios. O que reivindicavam, isso sim, é que eles padres, tivessem voz, ou seja, poder de decisão, na administração dos conflitos da época. Sempre se colocaram como mediadores, isto é, como intérpretes de forças sociais e políticas.⁸⁶

A citação acima, pode ser elucidativa ao que se assistia neste momento da obra pacificadora de Hoerhann junto aos Botocudos. Enquanto partícipes da história, os padres sempre se colocaram como mediadores ou intérpretes nas relações que se estabeleciam entre índios e colonizadores, disputando seu respectivo lugar nos processos colonizatórios. Não seria diferente neste momento da pacificação dos Botocudos de Santa Catarina. Assim como os colonos, o padre João Komínick certamente também acreditava que os Botocudos tinham que ter um governo (rei) além de fé e de lei, e não queria ser elidido do poder de decisão junto ao “governo” destes. As considerações de Cristina Pompa, também podem nos ajudar a

⁸⁵ GRUZINSKI, S., *A Colonização do Imaginário*.

⁸⁶ ORLANDI, E. P., *Terra à vista*, p. 153.

compreender os motivos históricos que podem ter levado o encarregado a adotar a estratégia religiosa como auxiliar e mediadora em “seu” processo civilizatório.

Ao problematizar as principais categorias analíticas utilizadas para “compreender” o outro, Pompa adverte para a necessária historicização de conceitos como religião, fé, conversão, entre outros. Lembra a pesquisadora, que esses conceitos são criados em determinados contextos históricos e utilizados em outros que nada tem a ver com o ambiente intercultural em que estão sendo utilizados. Para Pompa, a consciência das origens históricas destes conceitos nos permite descortinar seu etnocentrismo e ainda seus limites epistemológicos. Em seu estudo sobre as missões, procura compreender a relação conceitual entre religioso e civil, e a aplicação do código religioso como parâmetro para se pensar o “outro”. Realiza, assim, uma “releitura da identidade ocidental diante das novas humanidades”, como destacado a seguir: “o código religioso era, obviamente privilegiado: a distância entre o Eu e o Outro foi mediada pelo parâmetro da fé, cuja presença ou ausência, ou, melhor, cujo grau de intensidade marcava a distância entre a civilização e a barbárie”.⁸⁷

A partir das observações de Pompa, acreditamos oportuno indagar, se, assim como os jesuítas atribuíram uma crença religiosa ao “outro” a partir de seu próprio conceito de crença, o mesmo não teria acontecido com o encarregado dos Botocudos em sua obra civilizatória. Teria o encarregado vislumbrado uma possibilidade de fé aos tutelados, na acepção clássica e ocidental que esse conceito carrega?

Religiosos jesuítas ou laicos como Eduardo, mesmo em se tratando de temporalidades distintas, carregavam consigo a mesma bandeira ideológica: uma missão civilizatória. Afinal, na acepção europeia de civilização, os Botocudos em nada se enquadravam. Antes ao contrário, encontravam-se mais próximo do que convencionou-se chamar de “homem natural”: transitavam entre dois mundos, a aldeia e o mato; mostravam-se arraigados a sua antiga prática “nômade”; agiam a partir de seus próprios termos, ou “instintos”, e ainda resistiam ao uso da roupa e em nenhum momento Eduardo aponta em seus relatórios qualquer sinal diacrítico de qualquer tipo de “crença religiosa”. Será que Eduardo imaginou que a “tênue” linha barbárie/civilização não poderia ser eliminada a favor da civilização a partir da presença da catequese religiosa entre os Botocudos? Como já mostramos acima, se o encarregado assim imaginou, e é isto que a prática nos apresentou, quebrou-se sim a tênue linha barbárie/civilização, só que a favor da barbárie, como destacam as diversas práticas

⁸⁷ POMPA, C., *Para uma antropologia histórica das missões*, p. 118.

“recalcitrantes” dos indígenas, que passaram a ser atribuídas às incitações promovidas pelos inimigos do serviço da pacificação.

A esta altura, o leitor já deve imaginar quais são as consequências promovidas pelo padre e pela comunidade não índia circunvizinha ao Posto na estrutura psíquica “manipulável e infantil” dos indígenas tutelados, conforme a compreensão de Hoerhann:

Indisciplina e desregramento a que induz os índios, como pelo perigo d’ um assalto dos mesmos a todo o pessoal da turma de Serviço, (...) pois entendem que, em vez de seus amigos, são esses homens seus inimigos, são esses homens seus perseguidores, por não consentirem que retirem e estraguem as coisas e as colheitas armazenadas do Posto, a seu bel- prazer e nem concordarem que andem à sua vontade, perambulando em passeios e funçonatas, pela casa dos moradores dos campos, na mais perigosa promiscuidade com indivíduos da pior espécie, verdadeiros tipos desclassificados, que os há em grande abundância, em toda aquela região. Além disso, no Posto são os ditos Índios, a todo o momento convidados a trabalhar; o que, absolutamente não lhes agrada; pois, conforme, repetidamente lhes têm dito os seus “amigos” do campo, o Governo manda tudo, inclusive muito dinheiro, para que os índios nada façam, donos como são de tudo aquilo e, portanto, sem nenhuma obrigação de trabalhar; devendo a sua vida decorrer descansadamente, entre as vendas do campo e a casas dos seus “amigos” daquela região.⁸⁸

Atribuindo essas “ideias dissolventes e perigosas” como já “arraigadas” no espírito dos tutelados, o relatório do encarregado apresenta exemplos de como os índios que estiveram em contato com colonos vizinhos se comportavam. Novamente, Eduardo destaca o mau comportamento do índio interno Voiê, que por saber falar bem o português, sempre foi convidado a intermediar os contatos nas excursões dos índios ao campo. O encarregado afirma, que em certa ocasião, após receber seu almoço com um “(...) prato de comida abundante e bem feito” com um cardápio composto de feijão, farinha, carne e legumes, Voiê “(...) deu um formidável pontapé no prato com a comida, dizendo que não estava para comer aquilo”. Outra situação descrita pelo encarregado, foi sobre o comportamento do índio Vainhecrê. Segundo Eduardo, durante o café da manhã, Vainhecrê, que recebera prato com leite e polenta, “(...) esfregou tudo na própria cara e atirou para longe o prato com a comida e o talher”. Outro grupo de índios, “(...) entendeu-se desligar-se do Posto”, com a finalidade única, segundo o encarregado, de subtrair-se de qualquer obrigação de trabalho. Este grupo passou a viver junto às roças do Serviço, no Rio Deneke, consumindo seus produtos e destruindo-as plantações, retornando ao Posto somente para buscar alimentos e vestuário. Para

⁸⁸ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1929*.

Eduardo, passam o dia produzindo seus produtos para vender nas localidades vizinhas, como chapéus de palha, “(...) onde podem beber, também à vontade, o produto de tal venda”.⁸⁹

Esses comportamentos, são destacados como perniciosos ao desenvolvimento do Posto pelos seus efeitos sobre o comportamento dos demais Botocudos. Para Eduardo, predispõem os outros indígenas “(...) ao desrespeito, à indisciplina e a desordem”, excitando conflitos entre o pessoal do Posto e os índios, sendo este o objetivo destacado ou visado pelos inimigos do serviço, que tem como proposta a conquista das “terras valorizadíssimas do Posto”. Ao descrever esses fatos à Diretoria do SPI, o Inspetor José Maria de Paula destaca como solução, “(...) uma ação, enérgica e decidida, contra os exploradores da boa fé do índio e perversores da sua conduta”. A ação enérgica apontada como solução a esta situação, seria a designação de um delegado de polícia pelo governo do Estado, que juntamente com a participação dos índios que seriam levados “(...) aos pontos onde os mesmos têm sido insinuados e pervertidos”, possa-se produzir “(...) provas do delito e apurar os responsáveis”, impingindo ação criminal contra os aliciadores. Desta forma, espera o encarregado que findada as “insinuações” a que estavam sendo submetidos os índios aldeados, entenderão estes que “(...) as coisas não eram como lhes diziam esses seus assessores; e a sua mentalidade, forçosamente, se modificará num sentido favorável, voltando ao regime do trabalho, da ordem, do respeito e da disciplina”.⁹⁰

Mesmo excedendo o recorte temporal proposto para esta pesquisa, apresentamos abaixo duas fontes que consideramos pertinentes. Na primeira, de 1932, verifica-se a permanência das práticas “nômades” dos tutelados, que em sua “totalidade” abandonaram as atividades regulares do Posto neste ano. Em uma carta a seu amigo Marcondes, Eduardo nos apresenta uma relação de hostilidade entre o encarregado e os Botocudos. Embora relate um evento sem o contexto de sua origem, sua redação nos possibilita imaginar suas causas a partir dos fatos já narrados anteriormente. Na mesma, ele reclama da fuga do trabalho pelos índios, aqui especificamente se remetendo ao trabalho doméstico, como segue:

Esta a vergonha, a tristeza de todas as tristezas, a miséria de todas as misérias, que nos deixou irremediavelmente na mão, ao Deus dará...a ver navios, sem que tivéssemos sequer avariada “alma penada” ou mesmo uma galinha despenada...uma bugra avariada ou qualquer “Anjo” beijado que nos pusesse um balde de água na cozinha e metesse uma acha de lenha no fogão. Ficamos inteiramente sós. Abandonados. Solitos. Isso, note-se contra todos os preceitos bíblicos.⁹¹

⁸⁹ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1929*.

⁹⁰ PAULA, J. M. de., *Documento anexo ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1929*.

⁹¹ HOERHANN, Eduardo. Carta redigida a seu amigo Marcondes, constante no arquivo público de Blumenau. Grafia conforme carta original. 1932.

A redação do encarregado, nos apresenta um cenário de persistência das resistências indígenas, e neste caso em específico, ao que parece, a resistência ao trabalho agrupava a grande maioria dos índios aldeados. O excerto apresentado, não nos permite compreender se a resistência ou a fuga ao trabalho aconteceu a partir de incitações de pessoas externas ao Posto. No entanto, o ocorrido e relatado abaixo, nos permite afirmar que as relações hostis entre Eduardo, os indígenas e a população circunvizinha ao Posto, não vislumbravam um horizonte menos hostil, mesmo no ano de 1935.

Na data de vinte e sete de maio de 1935, se apresentaram para prestar depoimento nas dependências da Delegacia de Polícia do município de Hammonia, atual município de Ibirama, uma comissão de seis índios do Posto Duque de Caxias. Conforme Boletim de Polícia, nesta data, se apresentam:

(...) a esta delegacia de policia uma comissão de índios da tribo “Botocudos”, residentes no Posto de Índios “Duque de Caxias” deste Município, alegando que o companheiro deles, de nome Com-grôî Nrê-schidn Monconang, desapareceu no dito Posto, depois de ter sofrido máus tratos e martírios por parte de seu chefe Eduardo da Silva e Lima Hoerhan, mando ao Snr. Escrivão que a esta sejam tomados por termo as declarações dos membros da dita comissão.⁹²

Através das declarações prestadas pelos indígenas, percebe-se que o relacionamento entre Eduardo e os Botocudos passava ao largo dos propósitos humanitários idealizados por Rondon e dos postulados positivistas então propostos. Agressões físicas, surras e maus tratos e ainda ameaça com armas de fogo aparecem nos depoimentos prestados, demonstrando que a intenção de amparo e resguardo contra a opressão nem sempre foram possíveis. A atenta leitura dos depoimentos dos seis índios que compareceram à presença do delegado de polícia Nascimento João Pereira e seu escrivão Roberto Mueller, tem em comum a denúncia do desaparecimento de seu companheiro Monconang. Este indígena trabalhava na casa de Eduardo, e segundo os depoentes, após sofrer maus tratos por parte de seu chefe e ser agredido física e verbalmente, encontrava-se desaparecido a pelo menos dez dias. Segundo os indígenas, estes resolveram procurar ajuda policial ante a resistência por parte do chefe do Posto em explicar o desaparecimento de Monconang. Dois depoentes acrescentam ainda que após as agressões sofridas pelo companheiro, Eduardo teria lhe ferido com um tiro de revólver, cujo projétil teria lhe atingido o nariz. Um depoente, afirma que a irmã de Monconang teria dito que o chefe do Posto queria castrar o dito serviçal. Finalmente, dois

⁹² Boletim de Polícia com os depoimentos prestados pela comissão de seis índios do Posto Duque de Caxias. Documento constata no Arquivo Histórico de Ibirama. Manteve-se a grafia utilizada nos autos de depoimentos.

dos depoentes afirmam ainda, que teriam comparecido a delegacia com ajuda de “um tal Muller”, o qual encontraram durante a viagem do Posto à delegacia e que este alugou uma carroça afim de conduzi-los. Segundo estes, o tal Muller lhes teria dito que é muito conveniente tirar Eduardo da chefia do Posto, visto que este é muito agressivo com seus tutelados e substituí-lo por padres.⁹³

Pelos depoimentos prestados, podemos afirmar que o relacionamento de Eduardo, seja com os tutelados, seja com a comunidade regional, continuava estremeado. Os depoimentos são elucidativos quanto aos conflitos que circundavam o encarregado, os Botocudos e os colonos. O “tal” Muller, citado em depoimento de dois dos seis indígenas como o responsável pelo aluguel de carroça a fim de conduzir os depoentes, teria incitado estes a deporem contra seu encarregado, sugerindo a substituição de Eduardo Hoerhann por padres, visto a agressividade do encarregado para com os índios Botocudos. Se o “incitador”, Muller, fora instruído por párocos interessados na desestabilização do serviço de “pacificação”, dificilmente saberemos, visto o aparente anonimato deste. No entanto, certamente podemos apreender pelos depoimentos, que os diferentes interesses e projetos perpetrados pelos principais sujeitos envolvidos no processo de pacificação continuavam a gerar hostilidades que rodeavam a tão sonhada tranquilidade do Posto Indígena Duque de Caxias.

O evento que encerra a carreira de indigenista de Eduardo Hoerhann, no ano de 1954, após quarenta anos de atividade junto aos Botocudos do Posto Indígena Duque de Caxias, demonstra que essas animosidades que nortearam sua ação pacificadora perduraram ao longo do processo. Durante sua atividade, Eduardo “conquistou” diversos inimigos, tanto entre os tutelados como entre os colonos regionais. No dia 24 de agosto de 1954, envolveu-se na morte do índio Brasília Priprá, conhecido pelo apelido de Lili. Segundo o depoimento de Hoerhann, que fora apresentado por Silvio Coelhos dos Santos, Lili teria reunido seus pares afim de hostilizarem e eliminarem, a pau e faca, os brancos residentes no Posto, entre eles o seu encarregado. Acuada, Eduardo solicita a presença de dois trabalhadores na porta de sua casa. No dia seguinte, ao se aproximar da casa de Eduardo, o índio Lili foi morto.⁹⁴

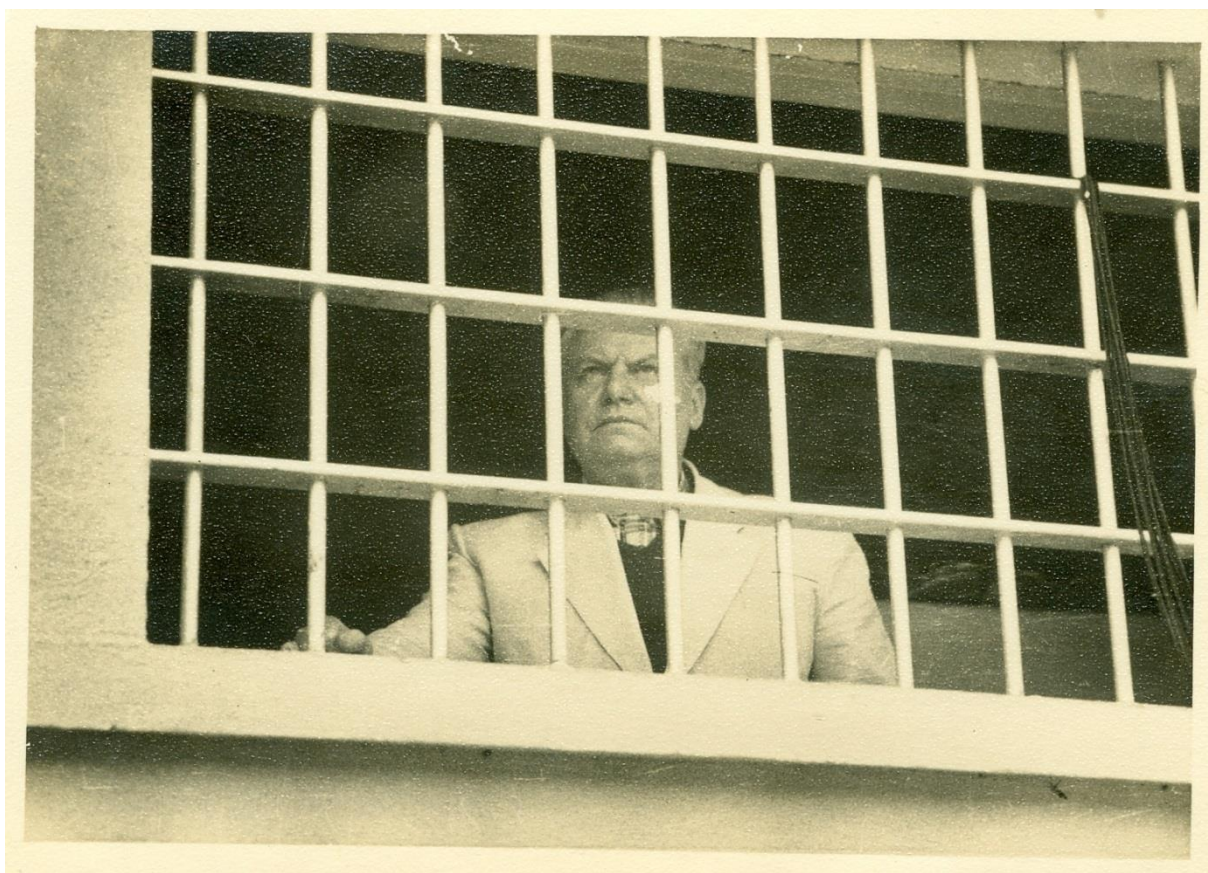
Segundo a interpretação de Santos, a situação do Posto não era boa e Eduardo havia se tornado um obstáculo entre os interesses dos índios e dos colonos. Os primeiros, interessavam-se pelo modo de vida dos colonos, e queriam casas, como as dos brancos, queriam suas ferramentas e vestuários, e eram sugestionados por estes. Já os regionais,

⁹³ *Boletim de Polícia com os depoimentos (...)*

⁹⁴ SANTOS, S. C. dos., *Índios e Brancos no Sul do Brasil*, p. 234-235.

interessavam-se pela mão de obra indígena e pela sua capacidade de consumo, além de suas terras e as riquezas constantes nelas. Enquanto obstáculo, o encarregado passa a ser rejeitado tanto por índios como por colonos. Após o assassinato do índio Lili, o SPI abre processo administrativo e criminal, sendo Eduardo afastado de sua sua função, preso e inocentado após dois anos, sem direito a “qualquer aposentadoria ou pensão que lhe garantisse condições dignas de sobrevivência”. Como afirma Santos, após 40 anos como chefe do Posto Indígena, Eduardo Hoerhann “estava agora marginalizado no grupo indígena, na sociedade regional; e no próprio Serviço de Proteção aos Índios”.⁹⁵

Fotografia 8 : Eduardo Hoerhann preso



Fonte: Acervo Arquivo Histórico de Ibirama. 1954.

⁹⁵ SANTOS, S. C. dos., *Índios e Brancos no Sul do Brasil*, p. 235-236.

CONCLUSÃO

Na introdução da presente pesquisa, iniciamos este trabalho destacando os motivos que nos levaram a tarefa de procurar compreender como os antepassados dos atuais Xokleng/Laklãnõ, ou seja, os históricos Botocudos de Santa Catarina, sobreviveram étnica e culturalmente às vicissitudes históricas sofridas durante o processo de ocupação de seu território tradicional por colonizadores europeus. A mesma problemática foi proposta para o processo de pacificação deste povo indígena, que, a partir de 1914, se viu diante de um projeto que mesclava sedentarização, trabalho, pedagogia, catequese, civilização e integração. Para a consecução dos objetivos propostos, abarcamos o período que se inicia em 1850, ano oficialmente datado como de fundação da colônia Blumenau e em que tem início o processo de colonização das terras da região do atual Vale do Itajaí e encerramos durante o ano de 1929, momento este, em que as experiências do processo pacificador já nos permitiram alcançar “possíveis respostas” aos nossos objetivos pretendidos.

Obviamente, não tivemos a pretensão de exaurir nossa problemática, mesmo porque esta pretensão seria impossível diante das diferentes perspectivas epistemológicas que poderiam ser aplicadas ao estudo da temática levantada. No entanto, procuramos demonstrar a capacidade de rearticulação identitária e cultural dos Botocudos quando submetidos a novos contextos históricos, como o contexto de contato com frentes europeias, principalmente a partir de 1850 e o contexto de aldeamento, que se inicia em 1914 com o processo de pacificação. Diante destes cenários de contato, os Botocudos foram geográfica, étnica e culturalmente cerceados, e como forma de sobrevivência, souberam engendrar movimentos que por muito tempo passaram despercebidos pela historiografia tradicional, tornando-se invisíveis aos olhos de estudiosos e intelectuais que não os compreenderam a partir desta ótica.

No primeiro momento, procuramos compreender o cenário de enfrentamentos que se estabeleceu a partir da fundação do núcleo colonial de Blumenau, em 1850, na região do atual Vale do Itajaí, entre os colonizadores europeus, em sua grande maioria alemães, e os Botocudos que habitavam esta região. Como vimos, povos culturalmente distintos e seus objetivos divergentes criaram um cenário de rivalidades e de ações em defesa do espaço territorial que procuravam dominar. Enquanto, os primeiros encontravam amparo legal em suas ações colonizatórias, os segundos amparavam-se historicamente, passando a defender suas terras secularmente habitadas. Ao longo da segunda metade do século XIX, com o

crescimento de novas frentes coloniais e a interiorização colonizatória da região do Vale do Itajaí, os conflitos amiudaram-se e passaram a fazer parte da rotina ocupacional desta região.

As principais fontes pesquisadas, como cartas, relatos pessoais e relatórios oficiais deixados pelos colonizadores e publicados a partir de meados do século XX pela Revista Blumenau em Cadernos, nos apresentam um cenário de enfrentamentos e da necessária defesa dos colonos frente aos constantes ataques e aproximações hostis dos Botocudos. Inicialmente, “as ameaças que os nativos representavam” serviram como argumentos às reiteradas demandas por maiores forças de segurança aos colonos. Posteriormente, essa mesma ameaça passou a justificar as inúmeras empreitadas de caça aos índios realizadas pelos bugreiros profissionais. Logo, os ataques realizados pelos colonos aos índios passaram a ser justificados como de autodefesa, como retaliação a ataques anteriormente realizados pelos nativos, como revides necessários a sua sobrevivência física diante da selvageria dos indígenas arredios.

No entanto, ao se contrastar os números que apontavam a frequência dos “assaltos” indígenas a colonos aos apreensivos relatos realizados pelos colonizadores, percebemos que esses argumentos não se sustentavam. Antes, atendiam aos interesses dos colonos, que diante da crescente pressão demográfica e da conseqüente interiorização do Vale do Itajaí, procuravam eliminar a presença dos verdadeiros senhores destas terras e procuravam, assim, justificar as desproporcionais caçadas realizadas aos nativos. Sempre posicionados enquanto vítimas, esses relatos reproduziram as principais intempéries, medos e apreensões sofridas pelos colonizadores que procuravam trazer a civilidade e o progresso para os trópicos. Sujeitos aos ataques dos nativos “incivilizados”, como “assaltos, roubos, raptos e assassinatos” de colonos, essas narrativas serviam como justificativas morais dos colonos aos ataques de defesa perpetrados pelos caçadores de índios. Serviam ainda como argumentos de sobrevivência ao projeto colonizatório, sendo questão de vida a este.

Como já destacado na introdução, em boa medida, a historiografia tradicional que contempla a história da colonização de Blumenau e da região do Vale do Itajaí, faz prevalecer em suas narrativas, até a contemporaneidade, o velho discurso do colonizador. No entanto, reiterar que os conflitos entre índios e colonos eram práticas bilaterais e os ataques realizados pelos colonizadores eram em sua defesa e em revide aos “assaltos” indígenas, é o mesmo que corroborar este discurso. Raciocínio análogo pode ser realizado ao se procurar o protagonismo indígena a partir dos ataques que estes realizavam aos colonos, afirmando-se que assim defendiam seu território tradicional. “Assaltos” indígenas certamente aconteciam, no entanto, não podemos nos esquecer que esses “assaltos” eram narrados através das penas dos

colonizadores e do seu poder de significar os eventos do contato, descritos como próximo de uma iminente guerra de extermínio a ser realizada pelos inimigos Botocudos.

Esse poder de significar se tornou explícito nas publicações realizadas pelo jornal teuto-brasileiro, *Der Urwaldsbote*, que se tornou o principal veículo de discussões sobre o chamado “problema indígena”. Como vimos, em suas publicações, o jornal alimentava o ódio e o extermínio dos nativos, sempre representados como inimigos do processo colonizatório e do progresso oriundo deste, posicionando os colonizadores como vítimas dos Botocudos. Conforme apresentamos, uma das poucas vozes dissonantes no início do século XX, quando as caçadas indígenas já haviam se tornado prática comum na região do Vale do Itajaí, foi a do médico alemão Hugo Gensch. Em seus pronunciamentos, Gensch problematizou a construção discursiva do indígena promovida pelos meios jornalísticos de sua época, acusando os colonos alemães e suas práticas de extermínio como provenientes da falta de obrigações humanitárias pelo Estado, pela cidade e pelos particulares. Para Gensch, as ações de “caça” aos índios eram totalmente injustificadas ante as reações indígenas frente ao processo de ocupação da região.

Na primeira década do século XX, outra voz que se tornou dissonante e de oposição ao tratamento dispensado pelos colonizadores alemães aos nativos Botocudos, foi a do “etnólogo” tcheco, Alberto Vojtech Frič. Em suas publicações, inicia abertas e agressivas denúncias aos colonos, revelando suas tradicionais práticas de extermínio, como as caçadas de índios por bugreiros e a escravização de mulheres e crianças indígenas pelos alemães. Suas denúncias geraram discussões que ganharam espaço em âmbito nacional e no exterior, principalmente a partir de seu pronunciamento no XVI Congresso Internacional de Americanistas, realizado na cidade de Viena no ano de 1908. Neste Congresso, pronuncia-se e acusa os colonizadores brasileiros e europeus como os responsáveis pelo extermínio das últimas tribos existentes no Brasil. Sua fala traz à tona a situação dos índios no território brasileiro com destaque à região meridional do país, e suas acusações ganham notoriedade e cobertura nos principais jornais do Brasil e do mundo. Suas denúncias colocam o índio em debate na imprensa nacional e nos principais círculos intelectuais e contribuem para a posterior criação do Serviço de Proteção aos Índios no ano de 1910.

No entanto, o novo órgão indigenista e sua diretriz humanitária que deveria ser relegada aos povos indígenas a serem atraídos, pacificados e civilizados nos Postos de Atração, nos revelaram e acentuaram os interesses dos colonizadores alemães aos nativos Botocudos. Posicionando-se novamente enquanto vítimas do processo, os colonos realizaram

forte oposição ao novo órgão indigenista e suas diretrizes. Reclamaram seu direito às práticas de caça aos índios, diante dos iminentes ataques indígenas e praticaram oposição direta aos funcionários do novo Serviço que se instalara na região de Blumenau em finais de 1910. Conforme apresentamos, até o ano da pacificação dos Botocudos, realizada em 1914, o jornal porta voz dos colonizadores, o *Der Urwaldsbote*, destacava todos os insucessos alcançados pelos funcionários do SPI em sua tarefa de aproximação amistosa com os nativos e realizava forte oposição aos seus preceitos humanitários, posicionando os colonos alemães enquanto preteridos pelo governo republicano diante de sua “nova” política indigenista.

Nos dois últimos capítulos de nossa obra dissertativa, abarcamos a proposta de apresentar as respostas étnicas que se seguiram à implantação do modelo civilizatório positivista e “republicano” aplicados à comunidade indígena Botocuda pacificada no ano de 1914. Como vimos, desenvolver um projeto sólido de construção da nação ou a busca de uma identidade coletiva para o país não fora uma tarefa perseguida somente por intelectuais da chamada Primeira República no Brasil (1889-1930). Queremos reiterar com esta assertiva, que, não podemos afirmar que o projeto integracionista implementado pelo Serviço de Proteção aos Índios e sua prerrogativa de integrar os diferentes povos nativos ao seio da comunidade nacional, disseminou um ideal novo ou inédito no cenário da história brasileira. Afinal, atrair, vigiar e disciplinar já eram práticas que se fizeram presentes e se estabeleceram em diferentes momentos históricos do Brasil ao estrato social indígena.

Inúmeros são os exemplos históricos que ratificam esta assertiva e entre eles, citamos a política indigenista de Pombal de 1757 e o Regulamento das Missões de catequese e civilização dos Índios de 1845. No primeiro exemplo, implementaram-se políticas de assimilação dos índios, de forma a incorporá-los, gradativamente, à comunidade nacional. Aos Tapuias, ou índios “bravos”, procurou-se atrair, aldear, civilizar e assimilar. Aos “mansos” e há muito aldeados, caberia simplesmente a tarefa de misturá-los ao grosso da população através da extinção das aldeias. No segundo caso, o decreto de 1845, procurava catequisar e civilizar os indígenas em aldeamentos distribuídos em diferentes regiões do território nacional. Caso ilustrativo, foram os vários aldeamentos indígenas erigidos na região meridional do Brasil por João da Silva Machado, mais conhecido como Barão de Antonina. Além do interesse civilizatório e político, como o de transformar esses aldeamentos em futuras vilas e seus tutelados em futuros camponeses regionais, estas colônias indígenas foram erigidas em pontos estratégicos e a partir de interesses econômicos, como o de criar uma rota

de transporte e escoamento de produtos de Mato Grosso até o porto de Paranaguá, atual Estado do Paraná.

Estes exemplos, entre outros projetos ou propostas indigenistas criados ao longo de nossa história colonial e imperial, pouco diferem do projeto indigenista “republicano” que foi concebido a partir da criação do órgão responsável pela execução da política indigenista positivista, o Serviço de Proteção aos Índios de 1910. Neste momento, novamente os aldeamentos indígenas foram pensados enquanto espaços de ocidentalização e colonização dos aldeados. Os chamados Postos de Atração constituíam-se nos espaços em que práticas didáticas seriam aplicadas, e, levariam ao desenvolvimento gradual e progressivo do índio e sua futura incorporação ao seio da comunidade nacional brasileira.

No entanto, como vimos ao longo desta pesquisa, na qual tomamos como exemplo o processo de pacificação dos indígenas Botocudos de Santa Catarina, a tarefa de atraí-los, pacificá-los e integrá-los à comunhão nacional através de práticas pedagógicas, aconteceu de forma diversa da esperada. Os exemplos narrados nos permitiram compreender que os tutelados engendraram ações que atendiam a seus próprios interesses e que procuravam recriar sua identidade no novo contexto histórico em que viviam. Certamente, igual raciocínio se aplica a outros exemplos de outras comunidades indígenas atraídas e pacificadas em território nacional, que igualmente mostraram que as leituras e respostas à essas ações pedagógicas nem sempre atenderam ao esperado pelos civilizadores.

Resistências, negociações, ações hostis ou sorrateiras fizeram parte das estratégias de sobrevivência étnica e cultural dos Botocudos no contexto do processo pacificador. Dialogaram nesse novo contexto. Assimilaram ou rejeitaram os novos valores impostos pela nova realidade histórica, de acordo com seus próprios termos. Definiram e redefiniram as representações entre os principais envolvidos, que como se viu, não se limitaram aos indígenas e aos funcionários do Posto, somando-se a estes, os colonos circunvizinhos, as autoridades públicas, e ainda, o padre polonês João Komínick. Protagonistas em cena, que apresentaram distintos interesses e que fizeram emergir a existência de um equilíbrio instável e em constante ebulição.

Como observado pelo leitor, na presente pesquisa, o processo de pacificação dos Botocudos foi dividido em dois momentos, trazendo como divisor histórico o ano de 1926, ano este em que aconteceu a definição oficial das terras destinadas ao Posto Indígena Duque de Caxias. Além de tornar este processo mais didático e inteligível, está divisão nos permitiu perceber as distintas compreensões de seu encarregado aos movimentos de resistência

engendrados pelos tutelados, além de trazerem a tona outros protagonistas que se encontravam mais apagados durante o primeiro momento pesquisado.

Para o período que compreende os anos de 1914 a 1925, os principais movimentos de afirmação étnica dos Botocudos, como a persistência das práticas “nômades”, a caça e a coleta, a resistência ao trabalho, entre outros atos, foram interpretados pelo encarregado a partir de fatores internos e concretos ao processo pacificador. Em sua avaliação, dois motivos centrais impediam o pleno desenvolvimento da obra pacificadora: o espírito “nômade”, inconstante e imprevidente dos tutelados e a indefinição dos limites territoriais das terras que deveriam ser destinados ao Posto. No entanto, o que as fontes analisadas nos demonstraram, é que as interpretações de Eduardo se mostraram errôneas. Quando sua demanda territorial foi atendida no início do ano de 1926, ficou aparente que a demarcação territorial interessava tão somente ao encarregado, frente as suas tentativas de cerceamento das “migrações” dos índios tutelados, do que a estes, que persistiam em suas tradicionais práticas, compreendidas como venatórias e imprevidentes por Eduardo.

Com a definição oficial dos limites territoriais das terras do Posto e da persistência das tradicionais práticas “nômades” dos tutelados, o encarregado já não poderia mais imputar os problemas da fluidez indígena ao argumento da necessária demarcação das terras, como forma de inibir o trânsito dos Botocudos fora da sede do Posto. Definido seus limites territoriais, Eduardo passa a atribuir seus problemas às incitações promovidas pelos moradores regionais, que em sua avaliação, estariam interessados nas terras agora demarcadas. Neste momento, os relatórios descritivos do encarregado fazem emergir a presença de outros protagonistas que igualmente participavam do processo pacificador, mas que se encontravam parcialmente omitidos até então.

Entre eles encontravam-se os colonos circunvizinhos, ou “inimigos do serviço”, como eram chamados pelo encarregado e o padre polaco João Komínick, responsável pela paróquia de Paraguaçu, atual município de Itaiópolis. Fato é que ao longo do processo de pacificação, Hoerhann enfrentou várias contendas com os colonos que circundavam as imediações do Posto. Estas contendas se iniciaram com a fundação do Posto diante da rejeição destes à sedentarização dos índios na localidade do rio Plate, e se mantém ao longo dos anos, como demonstram as várias tentativas de invasão das terras do Posto após sua fundação. Ao longo dos anos, e de forma mais aparente a partir de 1926, as contendas entre Eduardo e os colonos se acentuam, e o encarregado passa a atribuir as principais dificuldades enfrentadas, como a

dificuldade de fixação dos tutelados no espaço territorial do Posto, às incitações promovidas pelos colonos no “espírito infantil e manipulável” dos indígenas.

Como vimos, Eduardo foi incapaz de compreender a aproximação dos tutelados e dos colonos como estratégias engendradas pelos próprios índios, antes lhes imputando uma incapacidade inata de a elaborarem, infantilizando-os. Não percebeu o encarregado que esta gradativa aproximação foi gestada pelos próprios tutelados, principalmente a partir da presença do pároco polaco João Komínick na sede do Posto em finais de 1923, quando realizou o Batismo de 98 Botocudos. A partir deste evento, os relatórios do encarregado, implícita ou explicitamente, nos apresentam um aumento da fluidez dos índios aos campos, onde passam a frequentar e a exercer atividades comerciais com os moradores.

Esta aproximação, veio sublinhar os interesses divergentes entre os protagonistas envolvidos no processo de pacificação dos Botocudos, como, os colonos, os indígenas, o encarregado do Posto, Eduardo Hoerhann, e a igreja, representada pelo pároco polonês, João Komínick. Na compreensão de Eduardo, esta aproximação amistosa, teria sido gestada pelos colonos e atendia aos seus interesses de desestabilização do projeto civilizatório. Considerado pelo encarregado como um fator impeditivo ao desenvolvimento do Posto e externo a este, foi compreendida como uma política de aliciamento dos “ingênuos e manipuláveis” Botocudos, frente aos interesses dos estratégicos colonos.

No entanto, seja através de ações hostis às ordens disciplinares impostas no espaço do Posto, seja em suas negociações diretas com o encarregado da obra pacificadora, em estratégias e resistências sub-reptícias ou ainda através de aproximações interessadas aos antigos inimigos, como os colonos, os indígenas Botocudos souberam reconstruir sua identidade étnica, mesmo diante das adversidades. Suas leituras e reações nos mostraram que o projeto idealizado pelo incipiente republicanismo, mostrou-se ineficiente em seus propósitos, como o de desconstruir identidades étnicas em favor do discurso da unicidade nacional.

Tentar (re)construir as leituras vivenciadas pelos atores envolvidos no processo de atração e pacificação dos indígenas pode ser considerada uma tarefa difícil, principalmente em se tratando de um povo ágrafo e no qual suas interpretações à política de disciplinarização acontecem a partir de fontes deixadas pelos não índios. Dificuldades que se ampliam ao percebermos os interesses contraditórios que permeavam a própria comunidade indígena pacificada, que em seu cotidiano apresentava tensões, desacordos, distintos interesses e engendravam ações que atendiam a interesses individuais ou de grupos específicos. Por outro

lado, deixar de pensar essas formas de resistência, seria incorrer no velho erro histórico de legitimá-los como vítimas passivas ou ainda resistentes culturais. Afinal, encontros e desencontros fazem parte desta história, que têm como consequência (re)significações, que precisam ser atentamente pensadas afim de tornar a alteridade deste “outro” visível e inteligível. Mais do que oportunizar este novo olhar, o que esta nova perspectiva histórica nos traz, são grandes e novas possibilidades de pesquisa através do levantamento de inúmeras perguntas que continuam em aberto.

Acreditamos que a maior prova da necessidade de um novo olhar sobre a história dos povos indígenas e de sermos desafiados a uma re(interpretação) desta história, acontece em função de sua existência e sobrevivência étnica, que é a prova maior da capacidade de resistir destes povos. Isto prova que as sociedades nativas não se fecharam ao novo, o que se tornou indispensável para sua sobrevivência.

Esperamos ter atingido minimamente a proposta apresentada na introdução desta obra de “restituir para o centro do processo histórico o conflito, a ambiguidade, a comédia e a tragédia”.⁹⁶ Dizemos “minimamente”, por entender que novos olhares e novos métodos epistemológicos podem ser aplicados ao mesmo problema de pesquisa, além de novas fontes poderem estender o recorte temporal pesquisado, ampliando assim nossa compreensão do processo de pacificação dos Botocudos. Sobre este processo, certamente, há ainda muito a se pesquisar, repensar e dizer, o que nos possibilitará tirar seus protagonistas dos bastidores, sejam eles indígenas ou não e fazendo-os ocupar seus espaços de direito.

⁹⁶MALUF, M., *Ruídos da memória*, p. 17.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida. *Pacificando o Branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico*. São Paulo: Ed. Unesp: Imprensa Oficial do Estado, 2002.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os Índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

AZANHA, Gilberto; VALADÃO, Virginia M. *Senhores destas terras: os povos indígenas no Brasil: da colônia aos nossos dias*. São Paulo : Atual, 1991.

BARBOSA, Pablo Antunha. Las Jornadas Meridionales y la formación de los aldeamientos indígenas de las provincias de San Pablo, Paraná y Mato Grosso entre 1840 y 1889: profetismo y movilidad guaraní. In: CHAMORRO ,Graciela; LANGER, Protasio P. (Org). *Missões, militância indigenista e protagonismo indígena*. Dourados; São Bernardo do Campo: UFGD, Nhanduti. 2012, p. 73-94.

BAULER, Almir. *As representações etnográficas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1839-1860*. 2011. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Departamento de História e Geografia, Universidade Regional de Blumenau. Blumenau, 2011. Disponível em: <http://www.bc.furb.br/docs/MO/2011/349084_1_1.pdf>. Acesso em: 27. jun. 2012.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. *Povos Indígenas em Santa Catarina*. p. 01-31. Disponível em: <<http://leiaufsc.files.wordpress.com/2013/08/povos-indc3adgenas-em-santa-catarina.pdf>>. Acesso em: 24 ago. 2014.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo : Cosac & Naify, 2002.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil; Lisboa : DIFEL, 1990.

COMBÈS, Isabelle. ¿Indios y blancos? Hacer (etno) historia en las tierras bajas de Bolivia. *Boletín Americanista*, Ano LX.1, n 60, Barcelona, 2010, pp. 15-32. Disponível em: <[file:///C:/Users/acer/Downloads/193997-260070-1-PB%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/acer/Downloads/193997-260070-1-PB%20(3).pdf)> Acesso em 06 julho. 2014.

CORDEIRO, Ênio. *Política Indigenista Brasileira e Promoção Internacional dos Direitos das Populações Indígenas*. Brasília: Instituto Rio Branco; Fundação Alexandre Gusmão; Centro de Estudos Estratégicos, 1999.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Introdução a uma história indígena. In: _____. *História dos índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo : FAPESP : Secretaria Municipal de Cultura : Companhia das Letras, 2009. p. 9-24.

DEEKE, José. *O município de Blumenau e a história de seu desenvolvimento*. Blumenau : Nova Letra, 1995.

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed, 1994.

ERTHAL, Regina Maria de Carvalho. A Ciência e o Sertão: um projeto de população. In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (Org.). *Memória do SPI. Textos, imagens e documentos sobre o SPI*. Rio de Janeiro: Museu do Índio-Funai, 2011. p. 179-189.

GIROTTI, Renata Lourenço. O Serviço de Proteção aos Índios e a política indigenista Republicana junto aos Índios da Reserva de Dourados e Panambizinho na área da educação escolar (1929 - 1968). Associação Nacional de História-ANPUH. *XXIV Simpósio Nacional de História*, São Leopoldo. p. 1-9. 2007. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0173.pdf>> Acesso em: 24 março. 2014.

GRUZINSKI, Serge. *A Colonização do Imaginário: sociedades indígenas e ocidentalização no México espanhol. Século XVI-XVII*. Cia das Letras, 2003.

HOERHANN, Rafael Casanova de Lima e Silva. *O Serviço de Proteção aos Índios e a desintegração cultural dos Xokleng (1927 – 1954)*. 283 f, il. Tese (Doutorado) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

KONDER, Leandro. *O que é dialética*. São Paulo : Brasiliense, 1990.

LANGER, Protásio Paulo. *Os Guarani-Missioneiros e o Colonialismo Luso no Brasil Meridional: projetos civilizatórios e faces da identidade étnica (1750-1798)*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 2005.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

LIBÂNIO, Pedro; FREIRE, José Ribamar Bessa. Rondon, O Brasil dos Sertões e o Projeto de Nação. In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (Org.). *Memória do SPI. Textos, imagens e documentos sobre o SPI*. Rio de Janeiro: Museu do Índio-Funai, 2011. p. 169-177.

LIMA, Antonio Carlos de Souza e. Pacificador ou mediador? *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro. 17/09/2007. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/pacificador-ou-mediador>. Acesso em: 20 nov.2013.

LITTLE, Paul E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. *Série Antropologia*, Brasília, UNB, n. 322, p. 1-32, 2002. Disponível em: <<http://nute.ufsc.br/bibliotecas/upload/paullittle.pdf>>. Acesso em 08/02/2015.

MAGALHAES, D. J. Gonçalves. Os indígenas do Brasil perante a História. *Revista IHGB*. Tomo XXIII. Rio de Janeiro. 1960, p. 3-66.

MALUF, Marina. *Ruídos da memória*. São Paulo : Siciliano, 1995.

MONTEIRO, John Manuel. *Tupis, tapuias e historiadores. Estudos de história indígena e do indigenismo*. Campinas: Tese apresentada para o concurso de livre-docência em Antropologia na Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ihb/estudos/TupiTapuia.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

_____. “O escravo índio, esse desconhecido”. In: GRUPIONI, Luís Donisete Benzi (org). *Índios no Brasil*. Brasília, 1994. p. 105-120.

MOREIRA, Vânea. *O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no império*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 30, n 59, p. 53-72, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v30n59/v30n59a04.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2014.

NIMUENDAJÚ, Curt Unkel. Mais uma vez a questão indígena. *Revista Tellus*. Campo Grande, MS, n. 24, ano 13, p. 269-274, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.gpec.ucdb.br/projetos/tellus/index.php/tellus/article/view/37>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

OLIVEIRA, João Pacheco. “Uma etnologia dos ‘índios misturados’? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”. *MANA - Estudo de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v.4, n. 1, abr., 1998, p. 47-77. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v4n1/2426.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Terra à vista*. Discurso do confronto: velho e novo mundo. Campinas : Ed. UNICAMP, 2008.

PENNY, H Glenn. The Politics of Anthropology in the Age of Empire: German Colonists, Brazilian Indians, and the Case of Alberto Vojtech Fric. *Comparative Studies in Society and History*, v. 45, p. 249-280, abril, 2003. Disponível em: <<http://journals.cambridge.org/action/displayAbstract?fromPage=online&aid=151907>>. Acesso em: 15 out. 2014.

POMPA, Cristina. Para uma antropologia histórica das missões. In: MONTERO, Paula (Org). *Deus na aldeia, missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo, 2006.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. Seguindo de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. Tradução: Elcio Fernandes. São Paulo : Ed. UNESP, 1997.

PRADO Júnior, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Companhia das Letras. 2011.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Petrópolis : Vozes, 1982.

ROUSSEAU, Jan Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Lisboa: Didática, 1999.

SAMPAIO, Patrícia Melo. Política indigenista no Brasil imperial. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). *O Brasil Imperial - 1808-1831*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, Vol. 1, 2009, p. 175-206.

SANTOS, Sílvio Coelho dos. *Índios e brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng*. Porto Alegre : Movimento, 1987.

_____. *Os índios Xokleng: memória visual*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Itajaí: Univali, 1997.

SCHALINSKI, Adalberto; RODYCZ, Wilson Carlos. *Colônia Lucena, Itaiópolis: crônica dos imigrantes poloneses*. Florianópolis: Braspol, 2002.

SILVA, Carla Fernanda da. *Grafias da luz: a narrativa visual sobre a cidade na Revista Blumenau em Cadernos*. Blumenau (SC) : Edifurb, 2009.

SILVA, José Ferreira da. *História de Blumenau*. Blumenau: Fundação "Casa Dr. Blumenau", 1988.

STAUFFER, David Hall. Origem e Fundação do Serviço de Proteção aos Índios: a reação contra o extermínio dos índios. *Revista de História USP*, nº 43, p. 166-183, 3º trimestre. 1960. Disponível em: <<http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/043/A006N043.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2014.

VAINFAS, Ronaldo. *A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. A imigração e os botocudos (Xokleng) do Taió. In: *Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*, 4., 1967, Porto Alegre. Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. Colonização e migração. São Paulo: USP, p. 469-495, 1969. Disponível em: < <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S04.17.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2015.

WITTMANN, Luisa Tombini. *Atos do contato: histórias do Povo Indígena Xokleng no Vale do Itajaí-SC (1850-1926)*. 208 f, il. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

_____. *O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí-SC, (1850-1926)*. Florianópolis : Letras Contemporâneas, 2007.

RELAÇÃO DE FONTES

Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (Blumenau)

- Revista Blumenau em Cadernos

ALDINGER, Paulo. O Problema do Índio. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau. Tomo IX, nº 2, Fevereiro, 1968.

A Pacificação dos Índios Botocudo. *Blumenau em Cadernos*. Tomo XXX. Nº 5. Maio, 1989.

AREND, Silvia Maria Fávero; WITTMAN, Luisa Tombini. “O “Problema dos Xokleng” no município de Blumenau (1900-1914): polifonias. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau. Tomo XLII, nº 5/6, maio/junho, 2012.

ATHANÁZIO, Enéas. Martinho Bugreiro, criminoso ou herói? *Blumenau em Cadernos*. Blumenau. Tomo XXV, nº 8, Agosto, 1984.

BENZ, G. Bugres Matam e Saqueiam em Timbó. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau. Tomo XXIX. Janeiro. 1988.

BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. A História de Blumenau Revela: Texto da carta escrita pelo fundador no dia 14 de fevereiro de 1856. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau. Tomo XX, nº 10, outubro, 1979.

_____. Carta do Dr. Blumenau ao Presidente da Província em 1872. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau. Tomo XL. Agosto. 1999.

_____. Relatórios do Dr. Blumenau. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau. Tomo I, nº 3, janeiro, 1953.

_____. Relatórios do Dr. Blumenau - 1856. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau. Tomo II, nº 2, fevereiro, 1959.

DEEKE, José. Indígenas do Itajaí. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau. Tomo VIII. Jan-Mar, 1967.

_____. Os Botocudos do Rio Plate. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau. Tomo XXIX, janeiro, 1988.

FLORES, Antônio da Costa. Habitações e Povoamento de Itajaí e Circunvizinhanças Pelos Anos de 1840 a 1845. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau. Tomo II, nº 4, Abril, 1959, p. 189.

GENSCH, Hugo. A Adoção de Uma Criança Indígena: contribuição prática para solução da questão indígena sul-americana. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau. Tomo 53. nº 2, Março/Abril, 2012.

Jornal Der Urwaldsbote. O País e a catequese dos índios. 13.11.1912, Apud: *Revista Blumenau em Cadernos*. Tomo XLI. Abril. Nº 4. Ano 2000.

_____. Os resultados da Catequese dos Índios em Santa Catarina. 09/11/1913, Apud: *Revista Blumenau em Cadernos*. Tomo XLI. Março. Ano 2000.

Jornal Kolonie-Zeitung. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau. Notícia de 23 de abril de 1870. Tomo XXXIII, Abril 1992.

Jornal Novidades. “Uma Opinião Sobre os Silvícolas”, Apud: *Blumenau em Cadernos*. Blumenau. Tomo X, nº 7, Julho, 1969, p. 134.

PETRY, Sueli Maria Vanzuita. Apresentação. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau. Tomo 53. nº 2, Março/Abril, 2012.

PLUSCHOW, Gunter. Com os botocudos. *Revista Blumenau em Cadernos*. Blumenau. Tomo XXXVIII. Outubro. 1997.

SCHULER, Francisco. Uma Caçada de Bugres. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau. Tomo XLVI, nº 1/2, Fevereiro, 2005.

SILVA, José Ferreira da. A fundação e o Fundador. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau. Tomo VIII, nº 9/10, julho, 1967.

_____. Benedita Inglat. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau. Tomo III, nº 12, Dezembro, 1960.

_____. Indígenas da Bacia do Itajaí. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau. Tomo II, nº 4, Abril, 1959.

_____. O Natal da Bugrinha. *Blumenau em Cadernos*. Tomo III, nº 12, dezembro, 1960.

KLEINE, Karl. O primeiro assalto dos indígenas à colônia de Blumenau. *Blumenau em Cadernos*. Blumenau. Tomo XI, nº 9, Blumenau, 1970.

- Jornais (impressos).

Jornal Der Urwaldsbote. Assalto de Índios na Colônia Hansa. Blumenau. 25 dez. 1910.

Jornal Der Urwaldsbote. A Proteção aos Índios e os Lavradores Antibrasileiros. Blumenau. 05 mar. 1911.

Jornal Der Urwaldsbote. Catequese de índios. Blumenau. 27 nov. 1910.

Jornal Der Urwaldsbote. Catequese dos Índios. Blumenau. 15 jan. 1911.

Jornal Der Urwaldsbote. Comédia Índia. Blumenau. 18 dez. 1910.

Jornal Der Urwaldsbote. O assalto dos Bugres no Pinheiro. Blumenau. 19 fev. 1911.

Jornal Der Urwaldsbote. Proteção aos Índios. Blumenau. 14 maio. 1911.

Jornal Der Urwaldsbote. Proteção aos Índios e Suas Consequências. Blumenau. 30 jul. 1911.

Arquivo Histórico de Ibirama

Cópia do Boletim de Polícia com os depoimentos prestados pela comissão de seis índios do Posto Duque de Caxias, ao Delegado Delegado de polícia Nascimento João Pereira, na data de 27 de maio de 1935, no município de Hammonia. (fonte datilografada).

HOERHANN, Eduardo. Carta redigida por Eduardo ao Delegado de Polícia Paulo Krause na data de 27 de dezembro de 1922. (fonte datilografada).

Arquivo Museu do Índio - Rio de Janeiro/RJ

- Jornais (digitais).

Jornal Der Urwaldsbote. Crônica local. Socorro para o Pouso Redondo. 27 out. 2012.

Jornal O Paiz. O Problema Indígena em Santa Catarina. 22 set. 1912.

Jornal O Paiz. Serviço de Proteção aos Índios. 22 jul. 1912.

- Relatórios Oficiais (fontes datilografadas)

Cópia de Documento de conferência realizada entre Companhia Colonizadora Hanseática e Serviço de Proteção aos Índios, sobre negociações de cessão de terra para as atividades de Pacificação do Posto Duque de Caxias. Anexa ao Relatório de Eduardo Hoerhann de 1921.

HOERHANN, Eduardo de Lima e Silva. Carta redigida ao amigo Marcondes. 1932.

_____. Relatório do Posto Indígena Plate. 1918.

- _____. Relatório do Posto Indígena Plate. 1919.
- _____. Relatório do Posto indígena Duque de Caxias. 1920.
- _____. Relatório do Posto indígena Duque de Caxias. 1921.
- _____. Relatório do Posto indígena Duque de Caxias. 1922.
- _____. Relatório do Posto indígena Duque de Caxias. 1923.
- _____. Relatório do Posto indígena Duque de Caxias. 1924..
- _____. Relatório do Posto indígena Duque de Caxias. 1925.
- _____. Relatório do Posto indígena Duque de Caxias. 1926.
- _____. Relatório do Posto indígena Duque de Caxias. 1927.
- _____. Relatório do Posto indígena Duque de Caxias. 1928.

PAULA, José Maria de. Carta redigida pelo Inspetor Regional do Serviço de Proteção aos Índios e encaminhada ao Diretor Interino deste Serviço em julho de 1915.

- _____. Documento anexo ao Relatório do Posto Indígena Plate. 1918.
- _____. Documento anexo ao Relatório do Posto Indígena Plate. 1919.
- _____. Documento anexo ao Relatório do Posto Indígena Duque de Caxias. 1922.
- _____. Documento anexo ao Relatório do Posto Indígena Duque de Caxias. 1923.
- _____. Documento anexo ao Relatório do Posto Indígena Duque de Caxias. 1924.
- _____. Documento anexo ao Relatório do Posto Indígena Duque de Caxias. 1928.
- _____. Documento anexo ao Relatório do Posto Indígena Duque de Caxias. 1929.

ZIMMERMANN, Paulo. Carta redigida pelo Superintendente de Blumenau, anexa ao relatório “No Toldo dos Índios”. Encaminhado ao Ministro do Interior no ano de 1915.

ZITTLow, Augusto. BISCHOF, Martin L. “No Toldo dos Índios”. Relatório de Viagem de 1915 ao Posto de Atração Plate. Encaminhado pelo Superintendente de Blumenau ao Ministro de Estado da Agricultura e Comércio.

Congregação Vicentina de Curitiba/PR

KOMÍNICK, Jan Pe. Batismo e Conversão dos Botocudos. Itaiópolis, 28-XII-1923.

RZYMELKA, Jan. Pe. Ação Missionária dos Padres da Missão no Brasil. Missão evangelizadora dos Índios junto às colônias polonesas do Sul do Brasil.

Arquivo Digital Biblioteca Nacional

Carta Régia do Príncipe Regente D. João VI ao Governador da Capitania de São Paulo Antonio José da França e Horta de 05 de novembro de 1808. Acervo digital de obras raras da Biblioteca Nacional. Disponível em:
<http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_obrasraras/or1292586/or1292586.pdf>. Acesso em: 05 de Agosto de 2014.

Autorizo a reprodução deste trabalho.

Dourados, 04 de agosto de 2015.

Almir Bauler